PAULA DE SOUZA NUNES

**Reforma curricular na rede estadual de ensino de São Paulo: decorrências para a
organização do trabalho em uma escola**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
da USP, como parte das exigências para a
obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Políticas Públicas e
Organização do Trabalho Educacional.

Orientadora:

Profa. Dra. Teise de Oliveira Guaranha Garcia

RIBEIRÃO PRETO – SP

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudos e pesquisas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

NUNES, P.S.

Reforma curricular na rede estadual de ensino de São Paulo: decorrências para a organização do trabalho em uma escola / Paula de Souza Nunes; orientação Teise de Oliveira Guaranha Garcia. Ribeirão Preto, SP, 2014.

210 f.: il.; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação. Área de concentração: Políticas Públicas e Organização do Trabalho Educacional – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, 2014.

1.Políticas Públicas Educacionais, 2. Reforma Curricular no Estado de São Paulo, 3. Currículo Único, 4. Padronização Curricular.

FOLHA DE APROVAÇÃO**NUNES, Paula Souza****Reforma curricular na rede estadual de ensino de São Paulo: decorrências para a organização do trabalho em uma escola.**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Políticas Públicas e Organização do Trabalho Educacional

Aprovada em ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

*Aos educadores que acreditam e trabalham
comprometidos com a educação de qualidade
para todos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora Profa. Dra. Teise Oliveira Guaranha Garcia, pelos ensinamentos, orientações, correções e acima de tudo pelo companheirismo, dedicação e respeito aos seus orientandos.

À minha família, pelo apoio e vibrações incondicionais, em especial à minha mãe Maria Amélia de Souza Nunes, pessoa de quem herdei a paixão e o ofício de educar.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais (GREPPE), onde iniciei minha trajetória na pesquisa em educação, e aos companheiros do grupo pela amizade, pelos saberes compartilhados e contribuições prestadas.

Aos professores José Marcelino Rezende Pinto e Regiane Helena Bertagna, pelas valiosas críticas, comentários e sugestões no exame de qualificação.

Aos profissionais da escola campo onde realizei a pesquisa (diretores, coordenadores, funcionários e professores), sem as contribuições dos mesmos esta pesquisa não seria possível.

Muito obrigada!

*“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta,
que me insere na busca, não aprendo nem ensino. A
educação necessita tanto de formação técnica e
científica como de sonhos e utopias.”*

Paulo Freire

RESUMO

NUNES, P.S. **Reforma curricular na rede estadual de ensino de São Paulo: decorrências para a organização do trabalho em uma escola.** 2014. 210 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar e discutir a reforma curricular na rede estadual de ensino de São Paulo e as decorrências da mesma para a organização do trabalho em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental do município de Ribeirão Preto/SP, na visão dos profissionais que atuam na unidade de ensino. A pesquisa é de natureza qualitativa, foi realizada entre os anos de 2011 a 2013, fazendo uso de estudo bibliográfico e pesquisa de campo. Objetiva-se mais especificamente: caracterizar a reforma curricular do Estado de São Paulo e a concepção de Currículo da Secretaria do Estado da Educação paulista; buscar informações sobre o processo de implementação e uso do Currículo Oficial na escola campo; analisar a avaliação feita pelos docentes e equipe gestora da escola campo sobre a implantação e uso do novo currículo do Estado de São Paulo; compreender as decorrências do uso do currículo oficial sobre o planejamento do trabalho pedagógico e sobre as instâncias decisórias da escola. Realizou-se pesquisa de campo envolvendo coleta de dados em uma escola da rede pública estadual de ensino, situada no município de Ribeirão Preto/SP. Como parte do trabalho de campo foram feitas entrevistas com roteiro semi estruturado com professores, diretora e professora coordenadora pedagógica da unidade de ensino; observações da rotina de organização do trabalho docente; e análise dos documentos produzidos na escola. A pesquisa bibliográfica foi orientada por leitura de artigos científicos, livros, teses e dissertações sobre a temática da pesquisa. Buscou-se analisar e compreender a Reforma do Estado brasileiro e do Estado de São Paulo dos 1990 e a implantação do modelo gerencial de administração, pois entende-se que este movimento de reforma está relacionado à Reforma Curricular paulista, iniciada no final dos anos 2000 com a criação do “Programa São Paulo Faz Escola”, que institui um currículo único para as mais de cinco mil escolas públicas estaduais paulistas. Na escola campo o objetivo foi verificar a sistemática de organização do trabalho a partir da implementação do currículo único oficial, e a visão dos professores sobre esse novo currículo. Observou-se que na prática o currículo dentro da escola campo não conseguiu cumprir seu objetivo principal de padronização, pois a escola e os docentes entrevistados têm suas especificidades e peculiaridades. E ainda, que a escola não pauta a sua organização do trabalho tendo em vista apenas essa nova Reforma Curricular.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas Educacionais, Reforma Curricular no Estado de São Paulo, Currículo Único, Padronização Curricular.

ABSTRACT

NUNES, P.S. **Curriculum reform in state schools of São Paulo:** consequences for the organization of work in a school. 2014. 210 f. Dissertation (Master Degree). Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Ribeirão Preto. University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2014

This research aims to present and discuss the curriculum reform in state schools of São Paulo and the consequences of the same for the organization of work in a State Primary School of Ribeirão Preto / SP, in the view of the professionals working the teaching unit . The research is qualitative in nature, was conducted between the years 2011-2013 , using literature research and field research. The purpose is more specifically characterize the curriculum reform of the State of São Paulo and design of Curriculum of the São Paulo State Secretariat of Education ; seek information on the process of implementation and use of Official Curriculum in school field ; analyze the assessment by teachers and school management team on the field deployment and use of the new curriculum of the State of São Paulo ; understand the moves of the use of the new curriculum on the planning of educational work and decision-makers about the school . We conducted field research involving data collection in a state public school teaching , in the municipality of Ribeirão Preto / SP . As part of the fieldwork structured interview with teachers , head teacher and educational coordinator of the teaching unit semi script were made ; routine observations of the teaching environment ; and analysis of documents produced in school . The literature review was guided by reading scientific articles , books , theses and dissertations on the subject of research. We sought to analyze and understand the Reformation and the Brazilian state of São Paulo in 1990 and the implementation of the managerial model of administration , since it is understood that this reform movement is related to Curricular Reform São Paulo , started in late 2000 with the creation of the " Sao Paulo Makes School program " establishing a single curriculum for over five thousand public schools in São Paulo. At school field the objective was to verify the systematic organization of work from the implementation of the single official curriculum, and the vision of teachers on the new curriculum. It was observed that in practice the curriculum within the school field failed to meet its primary objective of standardization of the network , because the school and the teachers interviewed have their specificities and peculiarities . And yet, the school staff not their work organization in view only the new Curricular Reform

KEYWORDS: Public Educational Policy, Curriculum Reform in São Paulo, Unique Curriculum, Curriculum Standards

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Registro de observações e entrevistas na escola campo	17
Quadro 2 - Artigo, periódico, autoria e ano da publicação (Âmbito Geral).....	23
Quadro 3 - Artigo, periódico, autoria e ano da publicação (Âmbito Específico).....	24
Quadro 4 - Atendimento escolar por turnos	68
Quadro 5 - Número de Matrículas na Unidade Escolar	69
Quadro 6 – Perfil dos Entrevistados	75
Quadro 7- Síntese de temas presentes em atas de ATPC, por grupo temático e número de reuniões no qual o tema foi pautado	91
 Tabela 1: Resultados do Idesp da Escola	 97
Tabela 2: Resultados do Ideb da Escola	97

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SARESP - Sistema de Avaliação de Rendimentos do Estado de São Paulo

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDESP - Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo

GREPPE - Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais

USP – Universidade de São Paulo

SEE - Secretaria de Educação do Estado

ATPC - Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo

APM - Associação de Pais e Mestres

UE – Unidade Escolar

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

SIBiUSP – Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

CEPAL – Comissão Econômica Para America Latina e Caribe

CO – Currículo Oficial

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

ANEB - Avaliação Nacional da Educação Básica

ANRESC - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PED - Programa Estadual de Desestatização

PPP – Projeto Político Pedagógico

AVAP – Avaliação da Aprendizagem em Processo

CGEB – Coordenadorias de Gestão da Educação Básica

CIMA – Coordenadoria e de Informação, Monitoramento e Avaliação

Educacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
 1. CAPÍTULO 1: A REFORMA EDUCACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: CURRÍCULO E A LÓGICA DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS....	29
1.1. A Reforma Curricular na Rede Estadual Paulista: O Programa “São Paulo Faz Escola”	36
 2. CAPÍTULO 2: O CURRÍCULO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO	45
2.1. “A escola que também aprende”	46
2.2. “O currículo como espaço de cultura”	47
2.3. “As competências como eixo de aprendizagem” e “a articulação das competências para aprender”	48
2.4. “A prioridade da competência de leitura e de escrita”	50
2.5. “A articulação com o mundo do trabalho”	51
2.6. Concepção de currículo para a Secretaria do Estado da Educação	52
2.7. Currículo Oficial e Qualidade da Educação	54
 3. CAPÍTULO 3: ESCOLA CAMPO: CARACTERIZAÇÃO E O LUGAR DO CURRÍCULO OFICIAL NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	66
3.1. Caracterização da Escola-Campo	67
3.1.1. Programas e Projetos Desenvolvidos pela Escola	70
3.1.2. Perfil dos Entrevistados	75
3.2. O Lugar do Currículo Oficial na Organização do Trabalho da Escola	76
3.2.1. Plano de Gestão e Currículo Oficial: especificidades da escola pesquisada.....	77
3.2.2. Incidência do Currículo Oficial sobre o Planejamento Anual	81
3.2.3. As Reuniões: espaços de organização do trabalho e o Currículo Oficial.....	84
3.2.4. Avaliações Externas	94

4. CAPÍTULO 4: CURRÍCULO OFICIAL NA ESCOLA CAMPO: A VISÃO DOS ENTREVISTADOS	102
4.1. Processo de Implantação do Currículo na Escola	104
4.2. O Currículo na Avaliação dos Profissionais da Escola	107
4.3. O Currículo e as Avaliações Externas	112
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
 ANEXO I	 128
 ANEXO II	 130

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado de pesquisa intitulada Reforma curricular na rede estadual de ensino de São Paulo: decorrências para a organização do trabalho em uma escola.

O estudo tem como objetivo compreender e analisar decorrências da Reforma Curricular do Estado de São Paulo, iniciada no final dos anos 2000 para a organização do trabalho em uma escola estadual de Ensino Fundamental do município de Ribeirão Preto/SP, considerando-se a avaliação dos profissionais dessa unidade de ensino sobre a implementação e uso do novo currículo oficial. Os objetivos específicos da pesquisa são:

- Caracterizar e compreender a reforma curricular do Estado de São Paulo e o Currículo da SEE paulista;
- conhecer o processo de implementação e uso do Currículo Oficial na escola campo;
- analisar a avaliação feita pelos docentes e equipe gestora da escola campo sobre a implantação e uso do novo currículo do Estado de São Paulo;
- conhecer e analisar decorrências do uso do novo currículo sobre o planejamento do trabalho pedagógico e sobre as instâncias decisórias da escola.

Esta pesquisa irá buscar na década de 1990, e anos que se seguem, os pressupostos para compreender a Reforma Curricular realizada pela Secretaria do Estado da Educação de São Paulo a partir do final dos anos 2000, pois se entende que a mesma segue tendência iniciada nos anos 1990 com a Reforma do Estado brasileiro,

A década de 1990 no Brasil foi marcada por um movimento de Reforma do Estado que introduz nas políticas públicas o modelo gerencial de administração. Esta Reforma ganha corpo no governo Fernando Henrique Cardoso, presidente da república pelo Partido da Social Democracia Brasileira. Dentre as principais características da Reforma do Estado em âmbito Nacional, podem-se citar: parcerias entre setor público e privado, política de responsabilização, de gestão por resultados, ênfase em avaliações

externas e alcance de índices e metas pelo setor público, entre outros. (FONSECA, 2009; PERONI, 2003; PAULA, 2005; SOUSA, 2003)

O Estado de São Paulo na década de 1990, a exemplo do Governo Federal, era governado pelo Partido da Social Democracia Brasileira, e assim como outros Estados da Federação, passou também por reformas, inclusive no que se refere às políticas para oferta de educação pública.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação o objetivo da Reforma Curricular iniciada em 2007 com o Programa “São Paulo Faz Escola” é garantir a qualidade da Educação, qualidade esta aferida por avaliações externas e índices de desenvolvimento. (SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2010) Nesta pesquisa utiliza-se como escopo para discussão sobre qualidade os referenciais teóricos de “qualidade social da educação”.

A análise sobre a Reforma Curricular em pauta e as decorrências da mesma para a organização do trabalho na escola, é balizada por estudos relativos à concepção de educação que prioriza o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, uma qualidade de educação pautada no ensino que é oferecido aos alunos, que garanta aos mesmos a construção do conhecimento e uma aprendizagem efetivamente significativa. Uma educação que não está apenas comprometida com a formação para o mercado, e sim uma formação integral das crianças e adolescentes. (PARO, 1986, VIGOTSKY, 2001)

A temática enfrentada neste trabalho exigiu estudos sobre o currículo, resultando em referências por meio das quais se analise a proposta de um currículo oficial para a rede estadual paulista. Os referenciais teóricos neste campo foram APPLE, ARROYO, MOREIRA, KUENZER, VIGOTSKY, estudiosos que argumentam a partir de concepções de homem, sociedade e educação, em favor da necessidade de o currículo ser comprometido com a realidade dos alunos.

Referência importante também foram documentos normativos para a Educação Básica no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos, aprovada no ano de 2010.

O interesse por desenvolver esta pesquisa surgiu a partir de minha entrada no Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais - GREPPE da Universidade de São Paulo (USP) Ribeirão Preto, no ano de 2010, a partir daí comecei a estudar as Reformas de Estado ocorridas no Brasil e no Estado de São Paulo a partir dos anos

1990. Em seguida, trabalhei em conjunto com os demais membros do grupo na coleta de dados para a pesquisa intitulada “As parcerias público-privado para a compra de Sistemas de Ensino: análise das consequências para a organização do trabalho na escola”. (GARCIA, et al. 2009). A partir da participação na pesquisa cresceu em mim o interesse por pesquisar a padronização de ensino, tema derivado da pesquisa com os sistemas apostilados de ensino.

No ano de 2011, prestei o processo seletivo para a entrada no mestrado em Educação pela Faculdade de Filosofia Ciência e Letras – USP Ribeirão Preto. A entrada no mestrado deu-se com um projeto que visava fazer a discussão comparativa entre o uso de material apostilado por determinado município paulista, e o currículo unificado do Estado de São Paulo, comparando os diferentes recursos utilizados para alcançar o objetivo de padronizar as redes com um currículo único para garantir o sucesso dos estudantes nas avaliações externas e sendo assim elevar os índices que aferem a qualidade da educação.

O ingresso no Programa de Pós-Graduação levou a que o projeto com outro delineamento. Minha experiência docente e como professora coordenadora pedagógica do Ensino Fundamental ciclo II na rede estadual e ensino paulista, aliada aos estudos e trabalhos de campo realizados no GREPPE, mobilizaram-me para realizar a pesquisa sobre a Reforma Curricular do Estado de São Paulo iniciada em 2007 e assim, contribuir, em conjunto com demais pesquisadores e autores, para a discussão da temática da padronização curricular, considerada de grande relevância para a Educação Pública Paulista, e não mais fazer o estudo comparativo desta com o uso de material apostilado de ensino.

O período selecionado para coleta de documentos, acompanhamento de legislação e estruturação dos roteiros das entrevistas estruturadas recobriu os anos entre 2007 e 2013, ou seja, imediatamente após o lançamento do Programa “São Paulo Faz Escola” em 20 de agosto de 2007, ano em que se inicia a reforma curricular até o ano no qual foi concluído o trabalho de campo na escola. Tal período também corresponde a pelo menos dois grandes momentos de reestruturação da Secretaria do Estado da Educação: em 1995 e em 2011.

A Pesquisa se inclui no conjunto de estudos qualitativos, pois tal como indica Neves (1996) ao abordar este tipo de pesquisa

costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situe sua interpretação (NEVES, 1996, p. 1).

Segundo Stake (1983) um estudo de caso gera um conhecimento que tem valor em si mesmo; é uma forma particular de estudo que se utiliza de técnicas de coleta de dados que passa pela observação, entrevista, análise documental, gravações, anotações de campo; envolve uma particularidade (STAKE, 1983) – no nosso caso o estudo de uma política pontual e as implicações da mesma em uma determinada realidade/escola.

De acordo com ANDRÉ (2008), os estudos de caso realizam uma descrição densa da situação investigada (no nosso caso a escola campo) com o intuito de tornar público um conhecimento em profundidade dessa realidade (ANDRÉ, 2008), o que pretendemos contemplar nesta dissertação de mestrado com a apresentação detalhada e profunda dos dados obtidos a partir da imersão na escola campo.

Segundo Sarmiento (2001)

Os “estudos de caso” de escolas são, portanto, um formato metodológico que deve a sua divulgação, antes de mais, ao fato de perspectivarem holisticamente as unidades organizacionais, e, no caso dos estudos de base etnográfica, de acrescentarem ao conhecimento de estruturas, regras, interações, processos de ação, as dimensões existenciais, simbólicas e culturais que se lhes associam. Não é por isso estranho que as principais orientações teóricas que nos estudos organizacionais da escola se preocuparam em investigar as dimensões humanas do funcionamento organizacional e que realçaram os aspectos informais e os conteúdos afetivos, motivacionais ou relacionais da ação organizacional tenham sido originados em estudos de caso (SARMENTO, 2001, p. 138/139).

Este estudo se vale dos procedimentos próprios aos estudos de caso, recorrendo aos mesmos para a coleta de dados na unidade escolar. Sarmiento nos fala das características peculiares dos estudos que sobre/em escolas, pois estes envolvem relações humanas, aspectos afetivos, emocionais e por essas características o estudo de caso é o mais indicado, pois o pesquisador vive o cotidiano da escola e consegue captar essas informações.

A coleta de dados na escola campo da pesquisa pode ser sintetizada pelo quadro abaixo:

Quadro 1: Registro de observações e entrevistas na escola campo

PESQUISA DE CAMPO	HORAS	PERÍODO
OBSERVAÇÕES SALA DE AULA	14	2º semestre de 2012
OBSERVAÇÕES ATPC	30	2º semestre de 2012 1º semestre de 2013
OBSERVAÇÕES CONSELHO DE CLASSE/SÉRIE	04	2º semestre de 2012
OBSERVAÇÕES PLANEJAMENTO ANUAL	07	1º semestre de 2013
OBSERVAÇÕES EM REUNIÃO DE PAIS E MESTRES	02	1º semestre de 2013
ENTREVISTA PROFESSORA A e B	---	2º semestre de 2012 No total de entrevistas-02
ENTREVISTA PROFESSORES C, D, E, F, G, COORDENADORA PEDAGÓGICA E VICE DIRETORA	---	1º semestre de 2013 No total de entrevistas-07

Fonte: A autora com base nos dados coletados na escola.

De acordo com o quadro acima a pesquisa de campo envolveu a realização de nove entrevistas com roteiro semiestruturado, sendo sete com professores de diferentes disciplinas e duas com profissionais da equipe gestora (vice-diretora e coordenadora pedagógico do Ensino Fundamental ciclo II – as transcrições literais das entrevistas estão em ANEXO II). Foram realizadas também 57 horas de observação, sendo 30 horas em situações de reunião de ATPC (Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo) 14 horas/aulas em sala de aula, quatro horas em reunião de Conselho de Classe e Série, duas horas em reunião de pais e mestres e sete horas em reunião de Planejamento Anual. Analisou-se o conjunto de documentos produzidos na escola, dentre os quais se destacam: pautas e atas de reuniões, Plano de Gestão, Projeto Pedagógicos, regimento escolar.

Entende-se por entrevistas com roteiro semiestruturado:

uma entrevista com perguntas básicas focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais,

complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista, neste tipo de entrevista pode emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativa (MANZINI, sd. p.3).

Os dados obtidos por meio das observações foram todos registrados em caderno de campo. As observações em sala de aula transcorreram na fase inicial da pesquisa no ano de 2012, após a realização de entrevistas com dois professores. Essas observações em sala de aula foram também realizadas por meio de um roteiro específico, instrumento capaz de orientar o registro da relação que o professor estabelecia com os materiais que norteiam o novo currículo; se fazia uso desses materiais, frequência do uso e o tempo destinado em cada aula; e se fazia uso de outros recursos e materiais. As observações em sala de aula respeitaram os seguintes critérios: foram observadas somente aulas dos docentes entrevistados em um total de sete aulas sob a responsabilidade de cada docente.

Após as observações iniciais em sala de aula, as atividades foram concentradas nas entrevistas, pois o trabalho de campo foi concentrado no objetivo de captar a visão dos docentes, sobre a Reforma Curricular. As observações em sala de aula, todavia, constituíram-se como importante instrumento para a organização dos roteiros de entrevista e compreensão dos depoimentos dos profissionais.

As entrevistas, por sua vez, foram realizadas mediante o aceite do entrevistado, o que se formalizou por meio de assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido¹, com preservação do sigilo em relação ao nome ou qualquer informação que possibilite a identificação dos sujeitos. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Para sua realização seguiram-se os seguintes critérios: docentes que estavam na escola desde a implantação do Programa “São Paulo Faz Escola”²; pelo menos um docente com mais experiência profissional e um com menos experiência profissional; um docente de cada disciplina do quadro curricular e o aceite dos mesmos.

¹ A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - USP Ribeirão Preto, e aprovado de acordo com o processo de Nº 644 CAAE 0086.0.222.000-11 e registrado no Sistema Protheus com o nº 11.1.2830.59.3.

² Programa “São Paulo Faz Escola” é a denominação atribuída ao programa da rede estadual de ensino paulista que institui o currículo único para as escolas de ensino fundamental ciclo II e ensino médio.

Além dessas observações e entrevistas, também houve coleta de dados por meio de análise de documentos, diretrizes curriculares, proposta pedagógica, atas de reuniões, projetos, produzidos pela Unidade Escolar.

ANDRÉ (2008) ao discutir os estudos de caso observa que uma característica importante é o fato do mesmo não possibilitar generalizações universais em relação aos resultados obtidos. O que se busca contemplar nesta pesquisa, analisando-se a realidade específica, sem se perder de vista o contexto mais amplo no qual está inserida, portanto, refere-se ao modo por meio do qual em uma unidade, uma política ao ser implementada se materializa, considerando-se suas possíveis decorrências.

Uma discussão não menos relevante diz respeito à busca do rigor na prática da pesquisa. Independente do método utilizado pelo pesquisador, uma questão de extrema relevância apontada por todos os autores estudados diz respeito ao rigor e o trabalho teórico essencial para realizar uma triangulação e uma pesquisa com o devido caráter científico.

Novamente ANDRÉ (2001) nos dá um importante relato,

Com experiência nesse tipo de pesquisa [pesquisa qualitativa], percebo quão difícil é conciliar os papéis de ator e de pesquisador, buscando o equilíbrio entre ação e a investigação, pois o risco de sucumbir ao fascínio da ação é sempre muito grande, deixando para o segundo plano a busca do rigor que qualquer tipo de pesquisa requer. (...) Que o trabalho de pesquisa seja, devidamente planejado, que os dados sejam coletados mediante procedimentos rigorosos, que a análise seja densa e fundamentada e que o relatório descreva claramente o processo seguido e os resultados alcançados (ANDRÉ, 2001, p. 57).

Buscando atender o rigor na pesquisa, o trabalho incluiu levantamento bibliográfico para construção de referenciais teóricos que possibilitassem interpretar os dados levantados e alcançar os objetivos propostos na pesquisa.

Como parte desse estudo buscou-se compreender alguns temas fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, quais sejam: as avaliações externas, a padronização do ensino, adoção de um currículo único, autonomia das escolas, organização do trabalho na escola e as reformas curriculares.

O estudo teórico realizou-se por meio de leitura de livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado já publicadas. Bem como materiais produzidos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e disponibilizados em seu site oficial.

Cabe ressaltar a dificuldade em iniciar a pesquisa na escola. Inicialmente o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, pois o estudo envolvia entrevistas com sujeitos, observação na unidade escolar e análise de documentos produzidos pela escola. O processo de aprovação do Comitê durou cerca de cinco meses.

No final do mês de maio de dois mil e doze, o Comitê de Ética finalmente aprovou a realização da pesquisa. A partir de então o trabalho de campo seria iniciado. Todavia houve entraves na unidade de ensino. Foram feitos vários contatos telefônicos e visitas à escola entre os meses de maio até agosto de dois mil e doze, na tentativa de agendamento. Finalmente no final do mês de agosto de dois mil e doze, a diretora aprovou o projeto e iniciou-se a coleta.

A pesquisa envolveu inicialmente o estudo teórico sobre a Reforma do Estado, iniciada no Brasil nos anos 1990, que implanta o modelo gerencial de administração, pois é essencial entender o contexto histórico no qual as mudanças nas políticas públicas para educação foram e ainda estão sendo geradas e construídas, indo ao encontro do que nos diz Romanelli (1998)

é imprescindível incluir na pesquisa e análise o campo de investigação, isto é, o contexto histórico e os determinantes estruturais que ordenam a sociedade moderna, a fim de se recuperar como determinados objetos empíricos articulam-se com a sociedade global (ROMANELLI, 1998, p. 123).

Para o estudo teórico sobre a Reforma do Estado Brasileiro iniciada na década de 1990, foi realizado levantamento bibliográfico, buscando inicialmente os escritos de BRESSER PEREIRA (1998, 2010) que na época da reforma ocupava o cargo de Ministro da Reforma do Estado, para entender o que o então ministro justificava ser o objetivo dessa Reforma.

Na busca de compreender o contexto pesquisamos autores que já trabalharam com a temática da reforma fazendo uma leitura crítica, destacando-se trabalhos que a compreendem vinculada a um movimento maior de reformas que introduzem o modelo gerencial de administração para a coisa pública. Neste sentido buscamos os seguintes autores: PERONI (2003), PAULA (2005), que fazem uma leitura crítica do movimento gerencial de administração transferido para a gestão pública, SOUSA (2003) e OLIVEIRA (2003) que trazem a discussão sobre as avaliações externas como parte dos mecanismos da lógica gerencial de administração da esfera pública.

Após a análise do contexto de Reforma do Estado Brasileiro, aproxima-se a discussão para o Estado de São Paulo, que na década de 1990 estava, assim como o governo federal, sob a administração do Partido da Social Democracia Brasileira. Buscou-se compreender a Reforma político-administrativa no Estado de São Paulo a partir do contato com estudos produzidos pelos seguintes autores: ADRIÃO (2006, 2009), ARELARO (2003) CAÇÃO (2011), MOREIRA e ANGELO (s/d), MOURA (s/d).

A pesquisa sobre a Reforma do Estado Brasileiro e Paulista foi balizada ainda pelo levantamento e análise das legislações oficiais do período, “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” (PDRAE) (1995) e o Plano Plurianual 2000-2003 do governo Mario Covas (1999).

O estudo sobre as concepções da Secretaria de Estado da Educação no que se refere à Reforma Curricular foi construído com base nos documentos oficiais que regulamentam essa reforma, em materiais disponibilizados no site oficial da Secretaria Estadual da Educação, no portal “São Paulo Faz Escola”, e nos materiais e vídeos encaminhados às escolas no período de implementação da Reforma e do Currículo Oficial do Estado de São Paulo, e os que ainda chegam até hoje nas escolas.

Para composição do diálogo com os autores que se debruçaram especificamente sobre a Reforma Curricular do Estado de São Paulo iniciada em 2007, realizamos o seguinte percurso:

A primeira etapa do levantamento bibliográfico consistiu em busca por teses e dissertações de doutorado e mestrado através do Banco de Teses no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, e pelo Sistema Dedalus (catálogo on line das Bibliotecas do SIBiUSP – Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo). Entendeu-se serem estes dois portais referências importantes na publicação acadêmica de resultados de pesquisas.

A busca foi realizada por meio de descritores, pertinentes ao escopo da pesquisa (reforma curricular, padronização do ensino, currículo único, avaliação externa). Buscavam-se trabalhos concluídos de mestrado e doutorado publicados entre os anos 1997 a 2010. As palavras chaves utilizadas nesta busca inicial foram: padronização do ensino, avaliação externa em educação, reforma curricular no Estado de São Paulo, SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), currículo único.

Nesta primeira fase conseguimos reunir 15 trabalhos, sendo quatro teses de doutorado e 11 dissertações de mestrado, as quatro teses de doutorado com os seguintes títulos e autores: **A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa** (FREITAS, 2005); **A relação entre a expansão do acesso ao ensino e o desempenho escolar no Brasil: evidências com base no SAEB para o período de 1997 a 2005** (RODRIGUES, 2009); **Avaliar as escolas estaduais para quê?**; **Uma análise do uso dos resultados do SARESP 2000** (MACHADO, 2003); **Política Educacional Paulista no Governo Covas: uma avaliação política sob a perspectiva da modernização** (CORTINA, 2000); **A Avaliação de monitoramento e a materialização das Reformas Educacionais de caráter neoliberal: Brasil dos anos 90** (SPINELLI, 2004).

Já as dissertações de mestrado foram as seguintes: **Autonomia do trabalho docente na rede pública paulista: política educacional e resistência sindical** (NOTÁRIO, 2007); **Avaliação do rendimento escolar do estado de São Paulo (SARESP): A educação a serviço do capitalismo** (RIBEIRO, 2008); **Gestão educacional e sistemas de avaliação: os pressupostos ideológicos do SARESP e a trajetória das avaliações aplicadas entre 1996 e 2005** (SILVA, 2006); **O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e as dimensões associadas à qualidade da educação** (CHIRINEIA, 2010); **Os propósitos e os impactos causados em uma escola da região de Assis pela implantação e pelas mudanças de rumo do SARESP** (HERNANDES, 2003); **Saresp 2005: as vicissitudes da avaliação em uma escola da rede estadual** (FREIRE, 2008); **Sistema de avaliação de rendimento escolar do Estado de São Paulo – Saresp: uma ação planejada** (ESTEVES, 2008); **Uma análise crítica do Sistema de Avaliação de Rendimento do Estado de São Paulo – Saresp** (FELIPE, 1999); **Uma avaliação política do Projeto Saresp** (OLIVEIRA, 1998).

Ao analisar o conteúdo dos resumos das teses e dissertações, observou-se que uma tese de doutorado e sete dissertações de mestrado traziam contribuições específicas relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). Os demais trabalhos, três teses de doutorado e quatro dissertações de mestrado, se reportavam a política educacional em âmbito nacional, e a mudanças curriculares de forma mais geral.

Num segundo momento do nosso levantamento bibliográfico buscaram-se artigos científicos publicados em revistas acadêmicas. Procedeu-se a busca no site

Google Acadêmico, na página Scielo (Scientific Electronic Library Online), e nas revistas e periódicos científicos avaliados com conceito Qualis A e B pela Capes, Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Cadernos de Pesquisa, Educação & Sociedade, Educação em Revista, Pró-Posições, Educar em Revista, Revista Brasileira de Educação, Avaliação, Educação e Pesquisa, Educação e Realidade, Cadernos CEDES, Educação PUCRS, Revista Educação em Questão, Estudos em Avaliação Educacional, Cadernos de Educação, Revista de Educação Pública, Revista Diálogo Educacional, Revista Brasileira de História da Educação, Currículo sem Fronteiras, Revista e-Curriculum, Práxis Educativa, Revista Educação em Questão, Revista Diálogo Educacional, Cadernos de Educação. Esta coleta se deu entre os meses de janeiro a março de 2012.

Foram usadas as seguintes palavras-chave: padronização do ensino, avaliação externa em educação, reforma curricular no Estado de São Paulo e currículo único. Desta vez encontrou-se 17 artigos científicos. Nove artigos tratavam de reformas educacionais, avaliações externas e currículo em um âmbito mais geral, e oito artigos científicos com temática específica e bem mais próxima dos objetivos desta pesquisa, qual seja a Reforma Curricular do Estado de São Paulo, conforme verificado respectivamente nos quadros abaixo:

Quadro 2: Artigos por autoria e ano da publicação (Âmbito Geral)

ARTIGO	PERIÓDICO	AUTORES	ANO DA PUBLICAÇÃO
O conceito de qualidade na educação: reflexões a partir da publicação do Plano de Desenvolvimento da Educação	Revista educação em questão	Silvia Sztamfater	2010
A Avaliação da Aprendizagem no Contexto da Reforma Educacional Brasileira	Estudos em Avaliação Educacional	Silza Maria Pasello Valente	2003
Reformas educacionais e cultura escolar: a apropriação dos dispositivos normativos pelas escolas	Cadernos de Educação	Monica Ribeiro da Silva	2009
Avaliação Reguladora ou Emancipatória?	Revista Diálogo Educacional	Marília Claret Geraes Duran	2003
Currículo: um instrumento educacional, social e cultural	Revista Diálogo Educacional	Zelia Maria Freire Oliveira	2008
Currículo: política, cultura e poder.	Revista Currículo Sem Fronteiras	Elizabeth Macedo	2006
Currículo, Gestão e Trabalho	Revista e-	Álvaro Moreira	2012

Docente.	curriculum	Hypolito, Jarbas dos Santos Vieira, Maria Cecília Lorea Leite	
Reformas Educacionais: Impactos e Perspectivas para o Currículo	Revista e-curriculum	Maria Malta Campos	2010
Reforma educacional como barbárie social: economismo e o fim da autenticidade.	Práxis Educativa	Stephen J. Ball	2012

Fonte: A autora, com base nos dados coletados

Quadro 3: Artigo, periódico, autoria e ano da publicação (Âmbito Específico)

ARTIGO	PERIÓDICO	AUTORES	ANO DA PUBLICAÇÃO
Análise Comportamental das Situações de Aprendizagem na Proposta Curricular do Estado de São Paulo	Arquivo sem indicação bibliográfica	Amili Martins Ellaro, Jair Lopes Junior, Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões, Nathália Sabaine Cippola	SEM DATA
Proposta Curricular do Estado de São Paulo: observações sobre a Reforma do Ensino Paulista.	Revista Espaço Acadêmico	Ronan Gomes Gonçalves	2009
Os Impactos do Currículo Oficial do Estado de SP	Arquivo sem indicação bibliográfica	Adriana dos Santos Cunha	Sem data
Avaliação Educacional na Reforma Curricular Paulista	Cadernos de Pós-Graduação – Educação	Antônia Nivalda Fernandes	2009
Uma Análise Crítica da Proposta Curricular do Estado de São Paulo Para o Ensino de Ciências: Ideologia, Cultura e Poder	Caderno de Resumos do VII Enpec	Nataly Carvalho Lopes, Moisés Nascimento Soares, Wellington Pereira de Queirós, Jorge Augusto Nascimento de Andrade, Leonardo Fabio Martínez Pérez	2009
Reformas Educacionais e a Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Primeiras Aproximações	Artigo sem indicação bibliográfica	Daniela Miranda Marques, Marcilene Rosa Leandro Moura, Alisangelo Aparecido dos Santos, Priscilla Lopes Silva	Sem data
Analisando a autonomia do professor na nova Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino de Química	Revista Ciência em Tela	Leandro Henrique Wesolowski Tavares	2009
O Trajeto Percorrido por Uma Política Pública de Educação: da Secretaria da Educação (Gestão 2007-2010) ao Chão da Escola	Revista e-curriculum	Eliana Albarrans Leite e Branca Jurema Ponce	2012

Fonte: A autora, com base nos dados coletados.

A leitura dos artigos científicos contribuiu significativamente para a reflexão sobre os objetivos da pesquisa. A partir da leitura dos mesmos, conseguimos coletar mais informações para realizar a contextualização da Reforma Curricular do Estado de São Paulo, iniciada em 2007.

A maioria dos artigos pesquisados desenvolvia uma ampla contextualização da reforma curricular, descrevendo o movimento da Secretaria do Estado da Educação (SEE) apresentado no site oficial da SEE por meio do *link* do “Programa São Paulo Faz Escola” e nos materiais oficiais de divulgação do Currículo Oficial. A leitura dos artigos bem como a consulta aos materiais disponíveis no site da SEE de São Paulo permitiu traçar ano a ano as medidas adotadas por esta Secretaria com o intuito de criar e implantar o Currículo Oficial nas escolas públicas estaduais do Estado de São Paulo.

Observou-se com o levantamento inicial que, embora ainda não apareçam muitos trabalhos concluídos e publicados sobre a temática da Reforma Curricular do Estado de São Paulo, existem pesquisadores debruçados sobre o tema. Diversos trabalhos, porém, provavelmente ainda estão em andamento, se já concluídos ainda não foram publicados nos portais consultados.

A leitura dos artigos científicos mostrou que embora os objetivos de pesquisa evidenciados nos trabalhos analisados não sejam exatamente os mesmos do trabalho em curso, a grande maioria deles faz a crítica ao Currículo Oficial do Estado.

Com relação à autonomia pedagógica, tema presente nos artigos que discutem a reforma curricular, HAND (2010) nos diz: “os professores estão executando uma política que não foi por eles pensada. Esta, além de doutrinária, emana poder, pois estabelecem as normas, diretrizes, avaliação e controle sobre os conjuntos de atividades nucleares da escola” (HAND, 2010, p. 1). MARQUES et.al, (s.d.) afirma: “professores são obrigados a aceitar um pacote pedagógico sem nenhuma discussão prévia, perdendo sua autonomia com relação à seleção dos conteúdos e a execução de seu trabalho” (MARQUES, et.al., s.d., .11) Percebe-se uma crítica dos autores que vai ao encontro do que levantamos como nossas hipóteses iniciais.

Outra constatação apresentada por MARQUES, et.al (s/a) e FERNANDES (2009) é que a Reforma Curricular do Estado de São Paulo transcorre atrelada aos movimentos de Reforma Educacionais e Reforma do Estado ocorridos no Brasil e em outros países na década de 1990: reformas educacionais coerentes às orientações de órgãos internacionais como Banco Mundial, Comissão Econômica Para America Latina e Caribe (Cepal), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura (Unesco), atrelando a educação com a formação para o mundo do trabalho. E ainda a educação com vistas à eficiência, eficácia e produtividade.

FERNANDES, 2009 e SANTOS, s/d, corroboram a tese de que a Reforma Curricular de 2007 dialoga com o modelo gerencial de administração, eles entendem que a Reforma Curricular e o Currículo Oficial padronizado estão vinculados aos resultados obtidos nas avaliações externas locais. O Estado lança mão de um Currículo único com padronização de conteúdos e orientações para posteriormente serem aferidos em avaliações externas. Dessas avaliações são extraídos índices e metas para as escolas, e esses índices tornam-se os indicadores de qualidade da educação pública estadual paulista, a educação entra na lógica da gestão por resultados. (FERNANDES, 2009, SANTOS, s/a)

Com relação ao Currículo em si e a padronização dos conteúdos, os pesquisadores consultados também são críticos apresentando uma análise com a qual, por hipótese concordamos: um currículo único acaba desconsiderando as especificidades de cada escola e não garante qualidade da educação. Pelo contrário, as escolas e os docentes deveriam ter mais autonomia para o planejamento e execução de suas aulas (SANTOS, s/a, ELLARO, et.al., s/a, FERNANDES, 2009, LOPES, et.al., 2009, TAVARES, 2009).

Vale citar finalmente o importante trabalho de LEITE (2011), uma dissertação de mestrado intitulada “*O impacto da Reforma Curricular do Estado de São Paulo (gestão 2007-2010) em uma unidade escolar da rede*”, na qual a autora faz um amplo levantamento de todas as políticas públicas educacionais do Estado de São Paulo, até chegar aos anos 2000. Analisa a Reforma Curricular iniciada em 2007. A autora realiza trabalho de campo em uma escola da rede estadual, analisando os impactos do currículo oficial sobre três dimensões do trabalho pedagógico: no trabalho coletivo da escola, no projeto político pedagógico e na autonomia docente.³

A autora chega à conclusão, após pesquisa de campo que

a Reforma Curricular desenvolvida na gestão 2007-2010 se apresenta para essa unidade de ensino como a mais perversa de todas as reformas: isso porque se utiliza de um discurso de garantia da autonomia para a escola, quando tem negado essa mesma autonomia com muita sutileza ao captar a adesão de um grande número de professores que passam a ver o currículo prescrito como um bem a ser

³ Nesta dissertação planejamento pedagógico e trabalho coletivo são também dimensões de análise, assim como o próprio Currículo Oficial.

preservado, impactando o trabalho coletivo daquela escola de maneira quase irreversível (LEITE, 2011, p. 109/110).

Diferente da nossa realidade, a pesquisa realizada por Leite (2011) foi desenvolvida em uma escola que já tinha uma tradição de trabalho coletivo, e após a pesquisa de campo a autora chega à conclusão de que o currículo único tem impactado negativamente a realidade daquela escola, fazendo com que os professores passem a seguir esse novo currículo deixando de lado as discussões coletivas antes comuns na realidade da escola. Na escola campo onde realizamos a pesquisa a realidade do trabalho coletivo mostra-se de maneira bem diversa como veremos nos capítulos que seguem.

A presente dissertação está organizada em Introdução e cinco capítulos: na Introdução foi feita a apresentação dos objetivos da pesquisa, o percurso da pesquisa e os procedimentos metodológicos, onde se realiza uma explanação sobre o que nos motivou a pesquisar e escrever sobre o tema, os procedimentos metodológicos que foram utilizados para o alcance dos objetivos da pesquisa e o diálogo com outros autores que veem dissertando sobre o tema, e finalizando a apresentação da dissertação.

O capítulo 1 intitulado “A Reforma Educacional no Estado de São Paulo: Currículo e a Lógica das Avaliações Externas” destina-se à apresentação da Reforma do Estado ocorrida no Brasil e no Estado de São Paulo nos anos 1990 que introduzem o modelo gerencial de administração da “coisa” pública e a lógica das avaliações externas para aferir a qualidade dos serviços públicos prestados em especial à área da educação, serão apresentadas o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Sistema de Avaliação de Rendimentos do Estado de São Paulo (Saresp) e os índices para aferir a qualidade da Educação: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo (Idesp). Ainda neste capítulo será analisada a Reforma Curricular do Estado de São Paulo iniciada nos anos 2007, que faz parte do movimento de Reforma do Estado vivido por este estado desde os anos 1990 e que introduz nas escolas públicas estaduais paulistas de Ensino Fundamental ciclo II e Ensino Médio um currículo único e padronizado.

No capítulo 2 “O Currículo Oficial do Estado de São Paulo e Qualidade na Educação” serão abordadas as diretrizes e concepções do Currículo Oficial do Estado de São Paulo e o confronto entre a adoção deste Currículo Oficial com os pressupostos da qualidade social da educação, autonomia pedagógica e gestão democrática da escola.

O capítulo 3 “A Escola Campo – Caracterização e O Lugar do Currículo Oficial na Organização do Trabalho” apresentará a escola campo da pesquisa, o perfil dos sujeitos entrevistados, e o levantamento e análise dos dados obtidos em entrevistas, observações e análise dos documentos produzidos pela escola, no que diz respeito ao lugar do currículo oficial na organização do trabalho e atividades desenvolvidas pela escola.

No capítulo 4 “Currículo Oficial na Escola Campo e Avaliações Externas – as Impressões dos Entrevistados”, serão apresentados os dados e informações obtidos na escola campo no que diz respeito ao Currículo Oficial do Estado de São Paulo e as Avaliações Externas. Os dois temas (currículo e avaliações externas) estão agrupados em um só capítulo, pois durante a realização da pesquisa observou-se que estes temas estão amplamente associados na organização e cotidiano da escola campo. Neste capítulo apresentaremos ainda a avaliação dos sujeitos entrevistados em relação ao processo de implantação e implementação no novo currículo do estado de São Paulo, a organização do trabalho docente por meio deste currículo, e a avaliação dos mesmos sobre o novo currículo atrelado à lógica das avaliações externas.

Finalizando esta dissertação no capítulo 5 serão apresentadas as considerações finais acerca dos objetivos da pesquisa, considerando-se os dados obtidos em campo com o referencial teórico adotado para realização desta pesquisa.

1. A REFORMA EDUCACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: CURRÍCULO E A LÓGICA DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Para compreender as mudanças curriculares adotadas pela política pública educacional do Estado de São Paulo tomamos em consideração o contexto político, econômico e social brasileiro da década de 1990, posto que neste trabalho toma-se a reforma curricular como desdobramento de uma reforma na educação estadual paulista iniciada em concomitância com as reformas promovidas durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Ganha corpo no Brasil, em meados da década de 1990, uma Reforma do Estado pautada no modelo gerencial de administração pública. Visava-se a descentralização na oferta de serviços como forma de aumentar sua eficiência e eficácia.

Como parte das medidas adotadas pelo Estado pós reforma dos anos 1990, destacamos: a descentralização das funções administrativas para os entes federados, a busca da eficiência e eficácia na administração pública, a política de avaliações externas e cumprimento de metas, o estímulo às parcerias entre o setor público e organizações não-estatais, principalmente nos serviços de educação e saúde. (FONSECA, 2009, PERONI, 2003, PAULA, 2005, SOUSA, 2003)

Nas palavras do ministro da Reforma do Estado da época, Luis Carlos Bresser Pereira (2010), a reforma gerencial brasileira teve como característica central:

a distinção entre atividades exclusivas do Estado, que envolvem poder de estado, e as atividades não exclusivas que devem ser realizadas por organizações públicas não estatais. Essas organizações sociais garantem uma flexibilidade e uma eficiência administrativas maiores (BRESEER-PEREIRA, 2010, p.116).

De acordo com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, o Estado deixa de ser o provedor do desenvolvimento social e econômico do país, para ser o regulador desse desenvolvimento, ganhando peso o mercado, como pode ser observado

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (...) reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí a generalização dos processos de privatização de empresas estatais (BRASIL, 1995, p. 12).

No modelo de administração gerencial, introduzido pela Reforma do Estado, observa-se a importância do setor privado, gerindo e controlando atividades e setores que antes eram de atribuição do Estado.

Outra característica importante do modelo gerencial de administração pública é a responsabilização para terceiros dos serviços prestados à sociedade, eximindo a responsabilidade do Estado para com estes serviços. Como interpretam Adrião e Garcia (2008), a reforma pretende

introduzir na gestão pública mecanismos que permitam aos usuários e gestores responsabilizar os “prestadores” de determinado serviço por aquilo que é oferecido à sociedade. Os exemplos variam da criação de ouvidorias, já existentes em diversas esferas da administração pública, à adoção de mecanismos de premiação ou “punição” às instituições-fim, gestores públicos ou funcionários que tenham atingido o padrão estabelecido – nesse caso com intuito de constituir um quase mercado (ADRIÃO, GARCIA, 2008, p. 781/782).

A Reforma do Estado dos anos 1990, também introduz a descentralização administrativa para os Estados e Municípios e para organizações sociais, conforme esclarece Silva (2009)

Integravam-se ao movimento conhecido como Reforma do Estado (...) Entre as ações prioritárias destacavam-se (i) a descentralização administrativa, pela qual foram transferidas funções da burocracia central para estados e municípios e para as denominadas organizações sociais, que se configuram como entidades “de direito privado públicas, não-estatais” (SILVA, 2009, p. 219).

A política do Estado pautada no modelo gerencial de administração irá apontar novos caminhos para a oferta e a organização dos serviços públicos e políticas sociais no país, como a educação, a saúde entre outros, conforme se observa no Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado

A descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos a esse processo de “publicização” (BRASIL, 1995, p. 13).

A educação pública neste período também sofrerá as consequências deste novo modelo de administração gerencial.

Novas terminologias, geradas pela nova “ordem política” tornam-se mais frequentes no vocabulário educacional, os conceitos e atitudes advindos da área econômica adentram firmemente na gestão educacional, com a prática de planejamentos detalhados e detalhistas nos quais os conceitos de competência, produtividade, eficácia e eficiência estão cada vez mais presentes (ARELARO, 2007).

Nesta pesquisa os termos eficiência e eficácia no contexto da educação escolar, são entendidos tal como mencionam Adrião e Garcia (2008)

Por eficácia entende-se o resultado obtido pela ação escolar ao alcançar os objetivos educacionais previamente definidos. Já a eficiência refere-se ao atendimento desses objetivos com a maior economia de esforços e recursos possíveis. A produtividade da escola estaria, então, diretamente relacionada à existência de processo mais eficazes e eficientes (ADRIÃO, GARCIA, 2008, p. 782).

No modelo de gestão pública adotado, as escolas são responsabilizadas e cobradas pelos seus resultados. O Estado avalia a competência da escola, e essas avaliações se dão através de índices obtidos em modelos padronizados de avaliações externas (SOUSA, 2003, MOURA, s.d.).

A avaliação passa a ser uma das peças chave para concretização do papel do Estado na administração da educação pública, deixando este de ser o “Estado Executor” para transformar-se em “Estado Avaliador”, a avaliação torna-se uma estratégia para propiciar o alcance das metas de melhoria da eficiência e qualidade da educação (SOUSA, 2003).

Segundo Silva (2009)

A avaliação quantitativista constitui um dos instrumentos para adaptar o sistema educacional brasileiro à nova ordem global instituída nos anos 1990. (...) e (ii) a avaliação classificatória de desempenho serve ao Estado descentralizado, como forma de permitir a sua regulação. Portanto, descentralizar e avaliar tornaram-se eixos estruturantes na educação (SILVA, 2009, p. 220).

Se o objetivo das avaliações era verificar a aprendizagem dos alunos, hoje em dia observamos que o foco das avaliações externas vai além da avaliação da aprendizagem do aluno, passando pela avaliação do trabalho docente, avaliação do curso, da instituição e do sistema educacional (SOUSA, 2003).

No Brasil, no contexto das ações da Reforma do Estado de 1990, o governo cria um mecanismo de aferição de rendimento escolar, o Sistema de Avaliação da

Educação Básica - SAEB, que foi formalizado pela Portaria n. 1.795, de 27 de dezembro de 1994. O SAEB foi criado para promover uma avaliação externa em larga escala da educação nacional, tendo como objetivo construir medidas que: favoreçam a aprendizagem dos alunos e melhorem as condições do contexto correlacionado ao desempenho escolar, garantindo a universalização do acesso à escola e a ampliação da equidade e eficiência do sistema educacional brasileiro (FERRÃO, et. al., 2001).

O SAEB é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil). A Aneb é uma avaliação amostral que visa apresentar resultados de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática por estado, região e país. A partir de informações oficiais, o Ministério da Educação em conjunto com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação traçam ações voltadas para correções dos problemas detectados e apoio técnico e financeiro para redução das desigualdades ainda existentes no sistema educacional brasileiro (INEP, 2012).

Já a Anresc ou Prova Brasil, criada em 2005 pelo Ministério da Educação, é uma avaliação externa única, de caráter censitário, padronizada, com questões de múltipla escolha, das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, aplicada para todos os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental (5º e 9º anos do Ensino Fundamental) das escolas urbanas de todo o território nacional, que possua salas de aula com mais de 20 alunos matriculados. Ela avalia o que os alunos sabem em termos de habilidade e competências e não simplesmente conteúdos (INEP, 2012).

A Prova Brasil orienta a adoção de políticas públicas, uma vez que, avalia todo o sistema educacional. Esta avaliação está pautada em competências e habilidades extraídas de uma matriz de referência para Língua Portuguesa e Matemática, que por sua vez foi elaborada tendo como norte os conteúdos expressos nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Das avaliações externas federais é extraído o índice para aferir a qualidade da educação nacional. Este índice é chamado Ideb (Índice de desenvolvimento da educação básica) e alia os resultados obtidos pelos alunos nos exames de proficiência e os índices de aprovação, reprovação e evasão escolar aferidos pelo Censo Escolar (INEP, 2012).

As avaliações externas ou institucionais entram na lógica do modelo gerencial de administração como um instrumento do Estado capaz de aferir e quantificar resultados. A qualidade da educação passa a ser medida por índices, como o descrito acima, que na maioria das vezes consideram o desempenho dos alunos nessas

avaliações padronizadas, somados aos índices de fluxo, ou seja, aprovação, reprovação e evasão escolar.

Nossa hipótese é que a Secretaria Estadual da Educação, bem como as Secretarias Municipais de Educação de várias localidades e finalmente as escolas, começaram a orientar seus currículos com conteúdos e práticas voltadas para as questões propostas nestas avaliações externas, assim como já afirmaram Sousa e Oliveira (2003)

Se com o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) o que se provoca é a competição entre unidades federadas, no caso de sistemas criados pelas próprias unidades federadas, com desenho censitário, esta lógica competitiva é transferida para as escolas, acrescida do poder de conformar os currículos escolares. Nessa perspectiva, vale lembrar o significado que podem assumir os Parâmetros Curriculares Nacionais, no sentido de se constituírem nos padrões de desempenho esperados, ou seja, os conteúdos a serem ensinados nas escolas serão aqueles que serão "cobrados" nas provas, elaboradas pelas instâncias externas à escola (SOUSA e OLIVEIRA, 2003, p. 882).

A qualidade da educação nesta lógica gerencial passa a ser medida pelo alcance dos índices e das metas. Ideia que será melhor discutida e analisada posteriormente.

Em 1995 tanto a presidência da república como o governo do Estado de São Paulo foram assumidos por representantes do Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, que tem em seus programas de governo a reforma do aparato estatal. (MOREIRA e ANGELO, s.d. MOURA, s.d. CAÇÃO, 2011). Guardadas as peculiaridades, tempos e dinâmicas próprias de cada ente, parece-nos que as ações postas em prática com a Reforma do Estado Paulista assemelham-se àquelas ocorridas na reforma em esfera nacional.

A reforma no interior do Estado em São Paulo foi implementada a partir do primeiro mandato de Mário Covas, candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) eleito governador do Estado por sufrágio universal, em 1995. Desde o início de sua primeira administração foram criados programas relevantes, como o Programa Estadual de Desestatização (PED), instituído pela Lei 9.361 em 05 de julho de 1996, que em seu artigo 1º apresenta os objetivos do programa:

Artigo 1º - Fica criado o Programa Estadual de Desestatização - PED, com os seguintes objetivos:

I - reordenar a atuação do Estado, propiciando à iniciativa privada:

- a) a execução de atividades econômicas exploradas pelo setor público;
- b) a prestação de serviços públicos e a execução de obras de infra-estrutura, possibilitando a retomada de investimentos nessas áreas;

II - permitir à Administração Pública;

a) a **concentração de esforços e recursos nas atividades em que a presença do Estado seja indispensável para a consecução das prioridades de governo, especialmente nas áreas de educação, saúde e segurança pública;** e

- b) o oferecimento de serviços e equipamentos públicos com atendimento dos requisitos de modicidade, regularidade e eficiência, garantida a fiscalização pelos usuários;

III - contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do Estado (SÃO PAULO, 1996, grifos nossos).

A educação pública estadual paulista, indicada no PED como prioridade, passará por profunda reforma. Anunciada em 23 de março de 1995 pelo Comunicado 22, o referido apresenta as novas diretrizes para a educação pública do Estado. Como podemos ler a seguir:

O comunicado continha uma análise da política educacional paulista nos períodos anteriores a 1995 e definia uma diretriz principal: “a revolução na produtividade dos recursos públicos” (LEGISLAÇÃO DE ENSINO 1995, p. 303-304) e duas complementares, “reforma e racionalização da estrutura administrativa e mudanças nos padrões de gestão” (LEGISLAÇÃO DE ENSINO 1995, p. 303-304) que norteariam a gestão do governo na área de educação. De acordo com a SEE-SP, o resultado da implantação dessas diretrizes seria a melhoria na qualidade de ensino. Para que esse objetivo fosse alcançado o comunicado previa a necessidade de uma revisão do papel do Estado na prestação de serviços educacionais (MOREIRA, ANGELO, sd, p. 2).

Neste período respondia pela pasta da Educação a professora Teresa Roserley Neubauer da Silva.

As diretrizes do Comunicado 22 foram regulamentadas por meio de uma série de leis, decretos e resoluções para área educacional. Por meio dessas novas legislações foram implementadas as seguintes mudanças na política educacional paulista: inserção da Progressão Continuada no Ensino Fundamental, aprovação de novo Plano de Carreira para o magistério⁴, reorganização da estrutura física da Rede, implantação de classes de aceleração, criação do Programa de Parceria Educacional Estado-Município e incentivo à municipalização do Ensino Fundamental de ciclo I, reclassificação de alunos

⁴ Atualmente o Plano de Carreira para o Magistério estadual se encontra em revisão.

no ensino fundamental e médio, criação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), entre outras (MOREIRA, ANGELO, sd.).

O Sistema de Avaliação e Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), instituído pela Resolução SE nº27 de 29 de março é um instrumento de avaliação externa da rede com objetivo, segundo informações extraídas do site oficial da secretaria

fornece informações consistentes, periódicas e comparáveis sobre a situação da escolaridade básica na rede pública de ensino paulista, visando orientar os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional. As informações fornecidas pelo Saresp permitem aos responsáveis pela condução da Educação nas diferentes instâncias identificar o nível de aprendizagem dos alunos de cada escola nas séries e habilidades avaliadas, bem como acompanhar a evolução da qualidade da Educação ao longo dos anos (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2010).

O Saresp inclui uma avaliação externa padronizada aplicada aos alunos dos 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio de toda a rede estadual de ensino. É um exame com questões de múltipla escolha envolvendo as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Física, Química e Biologia, sendo que Língua Portuguesa e Matemática estão presentes todos os anos nas provas e para as demais disciplinas ocorre um revezamento a cada ano. Além das provas cognitivas, existem questionários socioeconômicos que devem ser respondidos pelos pais, alunos, professores e gestores do ensino, por meio desses mecanismos o Saresp avalia o sistema de ensino paulista e monitora as políticas públicas para área da educação (SÃO PAULO, 2011).

A partir de 2009, o governo do Estado de São Paulo, passou a assumir as despesas oriundas da aplicação da avaliação nas redes municipais de ensino que manifestarem o interesse em participar do Saresp, de acordo com contrato de adesão firmado entre as partes. As escolas particulares também podem participar, desde que assumam as despesas decorrentes para aplicação das avaliações (SÃO PAULO, 2011).

Assim como no âmbito federal, no nível estadual temos como índice para aferir a qualidade da educação pública estadual o Idesp (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo), criado em 2007 pela Secretaria Estadual da Educação. O Idesp é composto por dois critérios: o resultado obtido pelos alunos no Saresp (o quanto aprendem) e o fluxo escolar, ou seja, a taxa média de aprovação,

reprovação e evasão escolar em cada etapa de escolarização (e em quanto tempo aprendem) (SÃO PAULO, 2011).

Em maio de 2007, ainda, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo lança o Programa de Qualidade da Escola. Segundo o órgão o Programa objetiva promover a melhoria da qualidade e a equidade do sistema de ensino na rede estadual paulista, enfatizando que todos os alunos da rede pública possuem o direito de aprender com qualidade. Para realizar esta tarefa, o Programa de Qualidade da Escola avalia anualmente cada escola estadual paulista de maneira objetiva, a fim de acompanhar a qualidade do serviço educacional prestado e propõe metas para o aprimoramento da qualidade do ensino que oferecem, a partir dos resultados que informam o Idesp (SÃO PAULO, 2011).

As avaliações externas terão uma importância central para a Secretaria Estadual da Educação a partir da década de 1990. Desde então medidas para reformar e reorganizar o currículo das escolas passam a ser adotadas, todavia, conforme já mencionado, este estudo se centrará na Reforma Curricular mais recente iniciada pela Secretaria Estadual da Educação a partir dos anos 2007.

1.1. A Reforma Curricular na Rede Estadual Paulista: O Programa “São Paulo Faz Escola”

A Reforma da Rede Pública Paulista, seguindo a tendência da Reforma do Estado de âmbito federal, introduz no Estado de São Paulo um novo modelo de administração, com características que podem ser sintetizadas a partir do que afirma Junquilha (2002)

A importação de práticas gerenciais comuns ao setor privado da economia, incluindo nas agendas públicas temas como: eficiência, eficácia, produtividade, avaliação e controle de resultados, satisfação do consumidor, delegação e gestão participativa, prevenção e controle de gastos. (JUNQUILHO, 2002)

Nesse sentido, entende-se que a Reforma Curricular iniciada, em 2007, pela Secretaria Estadual da Educação, com a criação do Programa São Paulo Faz Escola, insere-se no contexto mais amplo de Reforma do Estado Paulista ao introduzir características gerencias para a administração pública educacional paulista.

No ano de 2007, o governo do Estado de São Paulo, por meio de sua Secretaria de Estado da Educação (SEE), lança a Reforma Curricular através do Programa

intitulado “São Paulo Faz Escola”. Segundo o site oficial da SEE, o objetivo do Programa é a implantação de um currículo único para as mais de 5 mil escolas de Ensino Fundamental ciclo II e Médio da rede estadual de ensino.⁵ Esta medida, de acordo com o que é divulgado pela SEE, visa que todos os alunos recebam o mesmo material e trabalhem os mesmos conteúdos com o mesmo programa (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2008).

José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira, governava o Estado de São Paulo naquele ano, ocupando o cargo até abril de 2010. À frente da Secretaria Estadual da Educação encontrava-se a professora e socióloga Maria Helena Guimarães de Castro, que ocupou o cargo até março de 2009, sendo sucedida pelo ex-ministro da Educação Paulo Renato de Souza. Em 2010, Geraldo Alckmin, também do PSDB é eleito. Em 2011, juntamente com o governador eleito assume o novo Secretário de Educação: Herman Voorwald, atualmente responsável pela pasta.

A nova Proposta Curricular passou a vigorar nas escolas estaduais da rede de São Paulo no ano de 2008, com diretrizes comuns que deveriam ser seguidas por todas as escolas. No ano anterior (2007) o governo do Estado anunciava as “10 Metas para a Educação Paulista”

- 1 - Todos alunos de 8 anos plenamente alfabetizados;
- 2 - Redução de 50 % das taxas de reprovação da 8ª série;
- 3 - Redução de 50% das taxas de reprovação do Ensino Médio;
- 4 - Implantação de programas de recuperação de aprendizagem nas séries finais de todos ciclos (2ª, 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio);
- 5 - Aumento de 10% nos índices de desempenho dos ensinos fundamental e médio nas avaliações nacionais e estaduais;
- 6 - Atendimento de 100% da demanda de jovens e adultos de Ensino Médio com oferta diversificada de currículo profissionalizante;
- 7 - Implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, em colaboração com os municípios, com prioridade à municipalização das séries iniciais (1ª a 4ª séries);
- 8 - Utilização da estrutura de tecnologia da informação e Rede do Saber para programas de formação continuada de professores integrado em todas as 5.300; escolas com foco nos resultados das avaliações; estrutura de apoio à formação e ao trabalho de coordenadores pedagógicos e supervisores para reforçar o monitoramento das escolas e apoiar o trabalho do professor em sala de aula, em todas as DEs; programa de capacitação dos dirigentes de ensino e diretores de escolas com foco na eficiência da gestão administrativa e pedagógica do sistema;
- 9 - Descentralização e/ou municipalização do programa de alimentação escolar nos 30 municípios ainda centralizados;

⁵ Cabe ressaltar que para o Ensino Fundamental ciclo I, também existem orientações curriculares da Secretaria Estadual da Educação, mas este não é nosso objeto de estudo neste trabalho.

10 - Programa de obras e infraestrutura física das escolas: Garantia de condições de acessibilidade em 50% das escolas, para atender a demanda dos alunos com deficiência; construção de 74 novas unidades, reforma e ampliação de 77 escolas (417 salas de aula); extinção das salas com padrão Nakamura); recuperação e cobertura de quadras de esportes; implantação de circuito interno de TV para melhorar a segurança em escolas da Grande São Paulo; 100 % das escolas com laboratórios de informática e de ciência; 100 % das salas dos professores com computadores, impressoras e ambiente de multimídia; atualização e informatização do acervo de todas as bibliotecas das 5.300 escolas. (SÃO PAULO, 2011)

O Estado de São Paulo, através das metas, definia suas prioridades para a Educação Básica pública.

Além das “10 Metas para a Educação Paulista”, a Secretaria da Educação de São Paulo estabeleceu 10 ações a serem cumpridas a fim de que as referidas metas fossem atingidas. Dentre as 10 ações citam-se: implementação do Projeto Ler e Escrever; reorganização da progressão continuada; currículo, expectativas de aprendizagem; diversificação curricular do Ensino Médio; educação de jovens e adultos; ensino fundamental de 9 anos; política de municipalização; sistema de avaliação externa; gestão de resultados e política de incentivos; plano de obras e investimentos (SÃO PAULO, 2007).

Uma das medidas adotadas para o alcance dessas metas foi a criação do Programa “São Paulo Faz Escola”: um programa de implantação imediata de um novo currículo único para todas as escolas estaduais paulistas. A SEE cria um site com o mesmo nome, onde estão as informações necessárias para auxiliar na implementação do novo currículo, visando a melhoria na qualidade da educação paulista (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2010).

Durante todo o ano de 2007, segundo o site oficial do Programa, a SEE solicitou aos professores, coordenadores e diretores da rede pública paulista que enviassem relatos e experiências de aprendizagem de sucesso para que fosse elaborada uma Nova Proposta Curricular a partir daquela que já se adotara na rede. Formou-se então uma comissão de especialistas em educação encarregada de produzir materiais orientadores do currículo, que posteriormente seriam enviados para as escolas. (SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO, 2008).

Até o momento de elaboração desta dissertação não tivemos acesso a nenhum documento que apresente resultados ou sínteses da mencionada consulta oficial. Abrimos quatro chamados à Secretaria do Estado da Educação, através de um canal de

comunicação disponibilizado em seu site oficial, questionando sobre a divulgação dos resultados dessa consulta aos profissionais da educação e não obtivemos respostas a esses chamados.

Segundo informações obtidas junto a docentes da rede estadual, estes entenderam a Proposta Curricular do Estado de São Paulo como um conjunto de sugestões que poderiam ser utilizadas de forma flexível. Mas a partir da análise dos passos posteriores seguidos pela SEE, tendemos a acreditar que esta nova Proposta Curricular chegou às escolas em 2008 como um “projeto piloto”, para posteriormente implantar-se o Currículo Oficial da rede, em 2010.

No site oficial da Secretária Estadual da Educação do Estado de São Paulo lê-se o seguinte texto com relação à criação do currículo único

A partir dos resultados do SAEB (hoje Prova Brasil), do Enem e de outras avaliações realizadas em 2007, o Governo do Estado de São Paulo elaborou 10 metas para a educação paulista, a serem conquistadas até 2010. Para isso, propôs uma ação integrada e articulada, cujo objetivo era organizar melhor o sistema educacional de São Paulo a chamada Proposta Curricular criou uma base curricular comum para toda a rede de ensino estadual (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2011).

A Proposta Curricular e o Currículo Oficial, observamos que os dois documentos são muito semelhantes: não houve alteração no material conforme divulgado pela SEE, houve apenas alterações na forma de apresentação e no nome de Proposta para Currículo, de utilização obrigatória por toda a rede. Os objetivos continuaram os mesmos, os conteúdos expressos nos dois documentos, as metas para cada nível de ensino, as competências e habilidades exigidas para cada disciplina e série. Aqui reproduzimos um trecho da Proposta Curricular e do Currículo Oficial, como exemplo dessa afirmação. Na Proposta Curricular o texto aparece na página 4 e no Currículo Oficial na página 8

A sociedade do século 21 é cada vez mais caracterizada pelo uso intensivo do conhecimento, seja para trabalhar, conviver, exercer a cidadania seja para cuidar do ambiente em que se vive. Essa sociedade, produto da revolução tecnológica que se acelerou na segunda metade do século passado e dos processos políticos que redesenharam as relações mundiais, já está gerando um novo tipo de desigualdade ou exclusão, ligada ao uso das tecnologias de comunicação que hoje mediam o acesso ao conhecimento e aos bens culturais. (SÃO PAULO, 2007, p. 4)

A sociedade do século 21 é cada vez mais caracterizada pelo uso intensivo do conhecimento, seja para trabalhar, conviver, exercer a cidadania seja para cuidar do ambiente em que se vive. Essa sociedade, produto da revolução tecnológica que se acelerou na segunda metade do século passado e dos processos políticos que redesenharam as relações mundiais, já está gerando um novo tipo de desigualdade ou exclusão, ligada ao uso das tecnologias de comunicação que hoje mediam o acesso ao conhecimento e aos bens culturais. (SÃO PAULO, 2010, p. 8)

Como parte da nova Reforma Curricular, o primeiro material que chegou às escolas no início do ano letivo de 2008, foi o “Jornal do Aluno” em conjunto com a “Revista do Professor”, posteriormente denominada “Caderno do Professor”. Segundo o site oficial da SEE, o Jornal do Aluno tinha como objetivo realizar uma recuperação de estudos durante os 42 dias letivos iniciais. O material continha os conteúdos de todas as disciplinas curriculares com foco na leitura, interpretação e produção de textos. Ainda de acordo com o site, os alunos que não conseguissem superar as defasagens durante esses 42 dias seriam encaminhados para processos de recuperação no contra turno das aulas regulares (SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO, 2008).

São quatro os documentos oficiais orientadores para a implementação da reforma curricular: a “Proposta Curricular” (atualmente Currículo), “Cadernos do Gestor”, “Caderno do Professor” e “Caderno do Aluno” (SEE, 2008).

A Proposta Curricular, atualmente Currículo Oficial, foi elaborada com uma Base Comum a todas as disciplinas onde estão expressas as orientações gerais do currículo. Conforme declara em vídeo oficial a então assessora da SEE Maria Inês Fini

Currículo é Cultura; Currículo referido às Competências; Currículo que tem como prioridade a competência leitora e escritora; Currículo que articula as competências para aprender; Currículo contextualizado no mundo do trabalho (SEE, 2008).

O documento contava ainda com partes específicas correspondentes a cada componente: ou seja, uma proposta de organização dos conteúdos para cada uma das disciplinas constantes da matriz curricular. A Secretaria do Estado da Educação, desde o ano de 2010, entende que o Currículo está consolidado. A partir de então o documento não é mais designado Proposta Curricular, mas Currículo.

Houve algumas alterações na forma de apresentação da Antiga Proposta Curricular para o atual Currículo: embora os conteúdos disciplinares, as competências e habilidades, sejam os mesmos, no Currículo eles foram agregados em volumes por área

de conhecimento, em um total de quatro cadernos. Na antiga proposta era um caderno para cada disciplina, e não por área do conhecimento, totalizando 8 cadernos para o Ensino Fundamental e 12 para o Ensino Médio.

Cada um dos atuais quatro cadernos do Currículo Oficial, após a apresentação do documento e uma breve explanação sobre a área é subdividido em componentes curriculares para os quais são apresentados conteúdos específicos: 1- Currículo Ciências Humanas e Suas Tecnologias: História, Geografia, Filosofia e Sociologia; 2-Currículo Ciências da Natureza e Suas Tecnologias: Ciências, Biologia, Física e Química; 3-Currículo- Linguagens e Códigos e Suas Tecnologias: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Educação Física e Arte; 4-Currículo Matemática e Suas Tecnologias: Matemática (SEE, 2010).

O material em sua forma impressa compõe o acervo das escolas. Os docentes receberam somente o Caderno do Professor, instituído em 2008 e entregue até 2009. Nos anos de 2010, 2011 e 2012 não receberam mais este documento. A justificativa da SEE é que esses materiais estariam disponíveis na Internet gratuitamente para download, com o intuito de reduzir os custos do Estado com a impressão deste material. Atualmente o material, que não foi alterado desde a sua criação em 2008, pode ser acessado por docentes mediante uso de login e senha.

A partir do ano de 2013 o Caderno do Professor voltou a ser entregue nas unidades de ensino. Segundo a SEE, a nova distribuição dos mesmos se deu devido às reformulações no material daí a necessidade de os professores receberem novamente o Caderno, este tem chegado às escolas a cada início de bimestre, mas ainda sem nenhuma alteração.

Os Cadernos do Professor são organizados por disciplinas e bimestres, totalizando quatro volumes ao longo do ano. O material foi elaborado com sequências didáticas denominadas “Situações de Aprendizagem”, orientações e propostas de atividades, conteúdos e estratégias de aprendizagem que o professor deve trabalhar em sala de aula. Apresenta ainda um “passo a passo” detalhado sobre como professor deve preparar e atuar em cada aula. Os conteúdos são apresentados em forma de competências e habilidades, a ser desenvolvidas e alcançadas pelos alunos também em cada aula. Ainda são apresentadas cargas horárias necessárias para o desenvolvimento de cada atividade, propostas de avaliação e recuperação da aprendizagem.

A SEE entende por habilidades e competências:

As habilidades possibilitam inferir, pela Escala de Proficiência adotada, o nível em que os alunos dominam as competências cognitivas, avaliadas relativamente aos conteúdos das disciplinas e em cada série ou ano escolares. Os conteúdos e as competências (formas de raciocinar e tomar decisões) correspondem, assim, às diferentes habilidades a serem consideradas nas respostas às diferentes questões ou tarefas das provas. Elas funcionam como indicadores ou descritores das aprendizagens que se espera os alunos terem realizado no período avaliado (...) Entende-se por competências as modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, o conjunto de ações e operações mentais que o sujeito utiliza para estabelecer relações com e entre os objetos, situações, fenômenos e pessoas que deseja conhecer. Elas expressam o melhor que um aluno pôde fazer em uma situação de prova ou avaliação, no contexto em que isso se deu. (SÃO PAULO, 2010, pp. 13 e 14)

A orientação aos gestores consta do documento Caderno do Gestor, lançado também em 2008. De acordo com o site oficial, este material foi elaborado especialmente para os professores coordenadores, para auxiliá-los na implementação do currículo. Com conteúdos que versam sobre currículo, planejamento e avaliação, o documento pretende subsidiar o trabalho do coordenador para elaboração do Projeto Político Pedagógico na escola. Ao todo foram enviados às escolas três volumes do Caderno do Gestor, entre 2008 e 2010 (SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO, 2010).

Outro documento básico na implementação do Currículo foi apresentado no ano de 2009. Trata-se do Caderno do Aluno distribuído para todos os estudantes das escolas públicas estaduais do Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio. Assim como o Caderno do Professor, o Caderno do Aluno é elaborado por disciplina, cada qual com quatro volumes ao longo do ano, distribuídos nos bimestres. O caderno também é composto por “Situações de Aprendizagem”, com pequenos textos, imagens, gráficos, tabelas, atividades, lições de casa, atividades de avaliação e recuperação, exercícios de múltipla escolha e espaços para que o aluno desenvolva as atividades propostas no próprio material.

A Secretaria Estadual da Educação de São Paulo, por meio das ações apresentadas e produção dos materiais indicados, entende ter consolidado um novo Currículo para as escolas públicas paulistas, sendo este Currículo comprometido com a qualidade do ensino. (SEE, 2011)

Para evidenciar a correlação existente entre o SARESP e o Currículo do Estado de São Paulo, a SEE lança em 2009 o documento intitulado **“Matrizes de referência para a avaliação Saresp: documento básico”**, neste documento é possível ler, logo na apresentação inicial dirigida aos professores e gestores, a seguinte afirmação do então Secretário do Estado da Educação Paulo Renato de Souza

Ao consolidarmos a estruturação do currículo oficial da educação básica de São Paulo (...) cabe à Secretaria tornar mais clara a vinculação do SARESP ao currículo. Vamos fazê-lo apresentando a todos, documentos como o presente que lhes permitirão melhor compreender a vinculação entre currículo e avaliação e, principalmente, compreender a reformulação feita na fundamentação conceitual e na metodologia do SARESP para que ele pudesse estar de fato a serviço de mais e melhores aprendizagens para nossas crianças e jovens e mais condições de trabalho para toda a equipe escolar (SEE, 2009, p.3).

De acordo com Maria Inês Fini Coordenadora Geral do Projeto, em 2007 o Estado de São Paulo não tinha um currículo definido para as suas escolas públicas estaduais, cada escola seguia uma proposta pedagógica e um currículo baseado nas Diretrizes e Parâmetros Curriculares da Educação definidos a partir da LDB 9394/96. Segundo Fini “não havia parâmetros de equidade sistêmica entre elas [escolas], desde que, na prática, cada qual praticava seu próprio currículo” (SEE, 2009, p.8).

Ainda de acordo com o documento **“Matrizes de referência para a avaliação Saresp: documento básico”**

Houve a necessidade de se diagnosticar criticamente a existência dos muitos currículos, implícitos ou não, praticados nas escolas da rede estadual, e de se tomar uma firme decisão em favor do estabelecimento de um currículo mínimo e comum a todas as escolas, de forma explícita, para todo o sistema, em cujo contorno e definição deveriam estar configuradas e indicadas as bases dos conhecimentos e das competências e habilidades a serem efetivamente desenvolvidas pelos alunos na escola e, com elas, a indicação das expectativas de aprendizagem para cada série/ano e ciclo, possíveis de serem avaliadas ao fim de cada um deles, com transparência e eficácia. (SEE, 2009, p.8)

A informação apresentada permite inferir que a criação do Currículo do Estado de São Paulo a partir de 2007 visou atender as exigências de conteúdos padronizados para todas as escolas estaduais do Estado. As Matrizes de Referência para Avaliação do Saresp, publicada em 2009, deixa claro que a partir da criação do currículo único todas as escolas deveriam ter a mesma base curricular e que o Saresp a partir de então seria organizado considerando-se o que está expresso neste currículo único.

Com a criação e consolidação do Currículo do Estado de São Paulo atrelado ao Saresp, estava definido o que o Sistema deveria avaliar, e aquilo que o aluno deveria aprender durante os anos letivos, para conseguir bons resultados e o alcance das metas e do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo. Conteúdos curriculares estes, todos previamente expressos e trabalhados no novo Currículo.

Quando Geraldo Alckmin novamente assume o governo do Estado de São Paulo em 2011, tem-se nova mudança nos quadros da Secretaria do Estado da Educação. Conforme já mencionado, assume a pasta da Educação, o ex-reitor da Universidade Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Hernan Voorward. Como secretário adjunto assume João Cardoso Palma Filho⁶, docente também da UNESP. Desde então novas orientações passam a fazer parte da SEE.⁷

As principais mudanças já observadas são: a reestruturação da Secretaria de Educação, envolvendo estrutura física e organizacional; mudanças na sua página oficial na Internet; criação de novas Coordenadorias e novos órgãos vinculados; política de visitas às regiões para “ouvir” os profissionais da educação que trabalham nas Diretorias de Ensino e nas escolas, com a realização de reuniões em pólos nas quais há a presença do secretário e sua equipe; criação da Avaliação da Aprendizagem em Processo. Ainda, é também sob a gestão Herman que se inicia a parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, ICE, sediado no Estado de Pernambuco, por meio da qual o poder público compartilha a gestão de 16 unidades escolares em Tempo Integral com a instituição privada. Esta assume o “gerenciamento das escolas (...) baseado no modelo empresarial” (ICE, 2012).

⁶ Vale ressaltar que João Cardoso Palma Filho já não atua mais na SEE como secretário adjunto.

⁷ Observamos que tanto o Secretário de Educação, quando seu adjunto, compõem originariamente o quadro docente de universidades públicas paulistas. Anteriormente, responsáveis pela pasta, como é o caso da professora Maria Helena Guimarães de Castro, já haviam se pronunciado duramente sobre as universidades, criticando a formação oferecida e a ausência de contribuições para a educação pública. O professor João Palma Filho foi artífice importante na reforma curricular em São Paulo durante os anos 1980, sob o governo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB. Ainda que a atual gestão esteja nas mãos do mesmo partido que governa o Estado de São Paulo desde 1995, o PSDB, pode-se considerar que no plano da política estadual não é possível desconsiderar eventuais contradições internas e suas possíveis decorrências para as políticas educacionais.

2. CURRÍCULO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

A criação do Programa “São Paulo Faz Escola” pela Secretaria do Estado da Educação, tem como objetivo realizar uma Reforma Curricular por meio da criação e implementação de um currículo único para as escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental e Ensino Médio, ainda no plano de suas orientações visa reformar e introduzir uma nova concepção de currículo e de educação para educação pública paulista, fato que será verificado com a pesquisa de campo em uma unidade estadual de ensino.

No documento oficial da Secretaria do Estado da Educação de São Paulo intitulado “Currículo” lê-se na parte inicial, comum a todas as áreas do conhecimento, uma apresentação do currículo oficial da rede. Nessas páginas estão descritas a concepção de currículo e de educação escolar propostas pela SEE para as escolas públicas paulistas.

O currículo, segundo o documento oficial, é organizado por competências e habilidades que capacitem os alunos a enfrentar os conflitos sociais, culturais e profissionais do mundo contemporâneo. (SÃO PAULO, 2010). Ainda, de acordo com o documento o currículo,

Contempla algumas das principais características da sociedade do conhecimento e das pressões que a contemporaneidade exerce sobre os jovens cidadãos, propondo princípios orientadores para a prática educativa, a fim de que as escolas possam preparar seus alunos para esse novo tempo. Ao priorizar a competência de leitura e escrita, o Currículo define a escola como espaço de cultura e de articulação de competências e de conteúdos disciplinares (SÃO PAULO, 2010, p. 7).

Para a SEE, uma educação de qualidade deve garantir não só a inclusão de crianças e jovens na escola através da universalização do ensino, mas também propiciar a universalização da aprendizagem à todos aqueles que estão frequentando as unidades escolares. O foco da educação para a SEE passa a ser a garantia de acesso a aprendizagem dos alunos. De acordo com o documento, o novo currículo oficial tem a função de garantir esse acesso, diminuindo as distâncias entre os conhecimentos e informações disponíveis e existentes no mundo contemporâneo a essas crianças e

adolescentes, reduzindo as diferenças culturais, sociais e econômicas (SÃO PAULO, 2010).

O currículo oficial da Secretaria do Estado da Educação está assentado nos seguintes princípios: “a escola que também aprende; o currículo como espaço de cultura; as competências como eixo de aprendizagem; a prioridade da competência de leitura e de escrita; a articulação das competências para aprender; e a contextualização no mundo do trabalho” (SÃO PAULO, 2010, p.10). Os próximos subitens caracterizam/apresentam os referidos princípios norteadores, visando a contribuir na compreensão sobre as concepções de aprendizagem, ensino e currículo presentes no programa.

2.1. “A escola que também aprende”

Este princípio do currículo está ligado às tecnologias, a maneira como estas vêm imprimindo um ritmo acelerado de informação e conhecimento à sociedade. Sendo assim, as escolas devem acompanhar esse ritmo, tornando-se instituições que também aprendem esses novos conhecimentos de acordo com os avanços do seu tempo.

O currículo deve estar articulado ao seu tempo, e por isso a importância das tecnologias adentrarem os muros da escola, e atuarem como facilitadoras na relação entre a equipe gestora e os professores com os alunos. Nesse sentido a escola deixa de ser aquela instituição que ensina para transformar-se em instituição que também aprende a ensinar. Os gestores tem papel primordial para conseguir cumprir essa máxima, pois são eles os responsáveis por dar o suporte necessário à toda a equipe docente, criando um ambiente colaborativo e de práticas coletivas facilitadas pelo uso das tecnologias (SÃO PAULO, 2010).

De acordo com o Currículo Oficial do Estado de São Paulo, essa concepção parte do princípio de que a tecnologia atua como um facilitador na formação dos estudantes e que a escola e seus profissionais também podem aprender com os alunos. Que ninguém é detentor absoluto do conhecimento, e que a troca de saberes e o conhecimento compartilhado podem ser mais efetivos na produção da aprendizagem e a tecnologia pode ter um papel fundamental na aproximação de diferentes gerações e na efetivação dessa aprendizagem. Nesse sentido do conhecimento compartilhado, ganha força nesse princípio as decisões coletivas da escola. O documento oficial do Currículo

sugere a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola (SÃO PAULO, 2010).

Nesse princípio da escola que também aprende, a equipe gestora deve assumir um papel fundamental de agente formador e garantir aos professores a capacitação necessária para aprender a aprender, e ensinar aos docentes tudo aquilo que eles devem colocar em prática com os alunos (SÃO PAULO, 2010).

2.2. “O currículo como espaço de cultura”

Neste princípio o documento oficial do currículo menciona a importância da não separação entre conhecimento científico e conhecimento cultural, muitas vezes nas escolas a cultura é vista como algo pitoresco e folclórico e o saber científico é algo distante e inalcançável, nesse sentido o novo currículo oficial vem para por fim a essa dicotomia, entendendo que o currículo é a expressão de todo o conhecimento cultural, artístico, científico, humanístico de seu tempo (SÃO PAULO, 2010).

O Currículo Oficial defende a não separação das atividades culturais desenvolvidas pela escola, tais como visitas a museus, exposições, peças teatrais, cinemas, exibição de filmes, documentários, atividades de pintura, escultura, dança e artes em geral das atividades de cunho mais científico, tais como as aulas das diferentes disciplinas do conhecimento. De acordo com o Currículo essas atividades culturais não podem ser entendidas como atividades extra curriculares, pois segundo o documento “todas as atividades da escola são curriculares; caso contrário, não são justificáveis no contexto escolar” (SÃO PAULO, 2010, p. 11).

O Currículo Oficial propõe a não separação entre atividades científicas e atividades culturais, conforme observa-se no fragmento abaixo,

Se não rompermos essa dissociação entre cultura e conhecimento não conectaremos o currículo à vida – e seguiremos alojando na escola uma miríade de atividades “culturais” que mais dispersam e confundem do que promovem aprendizagens curriculares (SÃO PAULO, 2010, p. 11)

Ao propor o fim dessa dicotomia o documento oficial menciona a importância da cultura estar presente dentro da escola, garantindo a formação do estudante para a vida. O documento, todavia, não explicita o conceito de cultura que orienta a reflexão.

2.3. “As competências como eixo de aprendizagem” e “a articulação das competências para aprender”

O Currículo Oficial do Estado de São Paulo está organizado em Competências. Essa organização vai além de abordar temas e conteúdos disciplinares, ela tem a função de articular esses temas e conteúdos à realidade cotidiana dos alunos, garantindo assim, a sua preparação para a cidadania e para o mundo do trabalho.

Um currículo organizado por Competências, segundo o documento ‘Currículo Oficial’ “se compromete em formar crianças e jovens para que se tornem adultos preparados para exercer suas responsabilidades (trabalho, família, autonomia etc.), e para atuar em uma sociedade que depende deles” (SÃO PAULO, 2010, p.12).

Ao priorizar as Competências, o documento oficial do currículo enfatiza que não está deixando de atribuir importância relevante aos conteúdos, pelo contrário, os conteúdos continuam sendo importantes, para tanto a Secretaria do Estado da Educação lança mão desse novo Currículo, um instrumento capaz de aliar as competências e habilidades necessárias aos jovens para atuarem no mundo adulto com os conteúdos específicos de cada disciplina das diferentes áreas do conhecimento. No currículo referenciado por Competências o professor deve indicar não um rol de conteúdos mas aquilo que o aluno irá aprender (SÃO PAULO, 2010).

O documento faz ainda uma diferenciação entre competências e conteúdos, sendo esses mais específicos e variáveis e aquelas mais gerais e constantes, e que Competências são modos de ser, de agir, de interagir, de raciocinar, é a maneira como os jovens irão atuar na sociedade, sendo assim

É exatamente a possibilidade de variar os conteúdos no tempo e no espaço que legitima a iniciativa dos diferentes sistemas públicos de ensino de selecionar, organizar e ordenar os saberes disciplinares que servirão como base para a constituição de competências, cuja referência são as diretrizes e orientações nacionais, de um lado, e as demandas do mundo contemporâneo, de outro. (SÃO PAULO, 2010, p.18)

A articulação entre Competência e Conteúdos, de acordo com o novo Currículo do Estado de São Paulo é o que garante uma formação de qualidade que possibilite aos jovens atuarem como sujeito e exercerem sua cidadania no mundo adulto.

Ao trabalhar com o currículo referido por Competência o professor deve estar ciente que lida com jovens de uma determinada faixa etária (normalmente entre os 11 e

18 anos) e que isso implica em ponderar não só questões curriculares ou de conteúdo, mas sim estar ciente da atmosfera social, cognitiva e afetiva que envolve esse aluno, e assim, garantir a ele as melhores Competências para atuação futuramente na sociedade. Trabalhar por Competências é “preparar para a vida” (SÃO PAULO, 2010).

Segundo a SEE, no documento do Currículo Oficial, a prioridade do Currículo em trabalhar por Competências é devida à democratização do acesso a escola, a escola aberta para todos deve saber lidar com as diversidades do povo brasileiro e tratar de forma diferenciada os desiguais, partindo do princípio que não importam os caminhos, mas que todos devem ter acesso a um rol mínimo de Competências para atuação consciente na vida adulta (SÃO PAULO, 2010).

De acordo ainda com o documento oficial **O Currículo do Estado de São Paulo**, este segue tendência expressa pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) elencando cinco Competências como prioridades para serem trabalhadas nas diferentes áreas do conhecimento, todas elas ligadas à Competência Leitora e Escritora que é entendida como a principal de todas elas. As cinco competências são as seguintes:

Dominar a norma-padrão da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica.

Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.

Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.

Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.

Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaborar propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural. (SÃO PAULO, 2010, pp. 18,19)

Os professores das diferentes disciplinas curriculares devem trabalhar, no sentido de garantir aos alunos o conhecimento dos conteúdos específicos de cada disciplina e ainda a formação nessas cinco Competências básicas previstas pelo Currículo.

2.4. “A prioridade da competência de leitura e de escrita”

A necessidade em priorizar a Competência Leitora e Escritora atribui-se, segundo a SEE, ao fato de vivermos em uma sociedade totalmente letrada, desde a mais tenra idade a criança já entra em contato com o mundo letrado, e a escola deve ser o espaço para garantir e aprimorar o desenvolvimento dessa competência, e não ensinar a ler apenas, mas ler e tecer comentários, interpretar, analisar, fazer inferências, o aluno deve ser capaz de conseguir fazer uma leitura de mundo (SÃO PAULO, 2010).

Em uma sociedade altamente letrada como a nossa, saber ler e escrever é importante para se ter acesso ao mundo e para exercer a cidadania. Segundo o Currículo Oficial, as práticas de leitura e escrita contribuem para o desenvolvimento cognitivo do indivíduo e o auxiliam no desenvolvimento da consciência sobre qual mundo estão inseridos permitindo aos sujeitos uma nova inserção na sociedade de forma mais autônoma e com isso auxiliando nos processos de transformação das relações sociais às quais estão inseridos. Daí a importância atribuída à essa Competência (SÃO PAULO, 2010).

Desta maneira o Currículo Oficial entende que

O desenvolvimento da competência linguística do aluno, nessa perspectiva, não está pautado na exclusividade do domínio técnico de uso da língua legitimada pela norma-padrão, mas, principalmente, no domínio da competência performativa: o saber usar a língua em situações subjetivas ou objetivas que exijam graus de distanciamento e de reflexão sobre contextos e estatutos de interlocutores, ou seja, a competência comunicativa vista pelo prisma da referência do valor social e simbólico da atividade linguística, no âmbito dos inúmeros discursos concorrentes (SÃO PAULO, 2010, p.15).

A Competência Leitora e Escritora deve garantir ao aluno não só ler textos, linhas e entrelinhas, mas sim ter um posicionamento de reflexão a partir das construções elaboradas por meio do exercício da Leitura e Escrita, lembrando que não trata-se apenas de leitura de textos impressos, mas sim diferentes tipos de portadores de texto (imagens, charges, gráficos, músicas, propagandas entre outros). Daí a necessidade e a importância de todas as disciplinas das diferentes áreas do conhecimento trabalharem com essa Competência (SÃO PAULO, 2010).

O Currículo destaca ainda que o domínio das linguagens representa um elemento essencial para a conquista da autonomia, a porta de acesso a informações,

possibilitando a comunicação de ideias, a expressão de sentimentos e o diálogo, necessários à negociação dos significados e à aprendizagem continuada, e assim garantindo a preparação para a vida como é o norte do trabalho do currículo organizado por Competências (SÃO PAULO, 2010).

2.5. “A articulação com o mundo do trabalho”

O documento oficial menciona a importância do currículo estar articulado ao mundo no trabalho, seguindo tendência expressa nas resoluções maiores (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, Diretrizes Curriculares Nacionais e Parâmetros Curriculares Nacionais), mas não formação específica, no sentido de desenvolver especialidades nem formação profissional, mas garantir aos alunos da rede pública estadual o acesso às Competências e Habilidades que garantam a formação dos jovens para a cidadania e atuação no mercado de trabalho (SÃO PAULO, 2010).

Segundo a apresentação do currículo oficial, o trabalho é a prática social humana que melhor consegue conectar os conhecimentos, competências e habilidades aprendidas por meio do currículo com as atividades práticas do cotidiano e da realidade, é por meio do trabalho que as pessoas colocam em prática aquilo que aprendem (SÃO PAULO, 2010).

A importância do trabalho pode ser compreendida no currículo como,

o valor do trabalho incide em toda a vida escolar: desde a valorização dos trabalhadores da escola e da família até o respeito aos trabalhadores da comunidade, o conhecimento do trabalho como produtor de riqueza e o reconhecimento de que um dos fundamentos da desigualdade social é a remuneração injusta do trabalho. A valorização do trabalho é também uma crítica ao bacharelismo ilustrado, que por muito tempo predominou nas escolas voltadas para as classes sociais privilegiadas. A implicação pedagógica desse princípio atribui um lugar de destaque para o trabalho humano, contextualizando os conteúdos curriculares, sempre que for pertinente, com os tratamentos adequados a cada caso. (SÃO PAULO, 2010, p. 22)

Nesse sentido o currículo oficial do Estado de São demonstra sua preocupação com a articulação e preparação dos alunos para o mercado de trabalho, imprimindo dois sentidos e valores ao trabalho, o primeiro como valorização e respeito ao trabalho em si como ação social humana e como tema presente nos conteúdos de cada uma das disciplinas do conhecimento.

2.6 O Currículo para a Secretaria do Estado da Educação

O Currículo Oficial é exposto no documento sem que sejam apresentados os referenciais teóricos. Não há indicação dos autores que foram utilizados para a construção e escrita do texto, nem mesmo nas referências bibliográficas aparecem autores ligados à área da educação.

As referências bibliográficas aparecem ao final da exposição de cada componente curricular: por exemplo, história, ou geografia, ou matemática com autores específicos daquela área do conhecimento, mas nenhuma citação ou referência a teóricos da área do currículo ou educação.

A única menção aos autores relacionados à concepção de currículo aparece nas páginas introdutórias do documento (terceira página) onde se lê: “concepção: Guiomar Namó de Mello, Lino de Macedo, Luiz Carlos de Menezes e Maria Inês Fini”, mas esses autores não são citados no corpo do documento e não têm seus trabalhos referenciados na bibliografia.

Apesar de não serem autores com publicações e pesquisas acadêmicas voltadas exclusivamente para a área de currículo, Guiomar Namó de Mello e Lino de Macedo têm artigos publicados que abordam a temática. Ambos defendem o currículo organizado por Competências e Habilidades, referencial comum à Secretaria do Estado da Educação paulista.

De acordo MELLO, Competência é o conjunto de ações, elementos e operações mentais que o indivíduo necessita mobilizar para solucionar situações problemas. (MELLO, s/d). Para MACEDO, “competência é uma habilidade de ordem geral, enquanto a habilidade é uma competência de ordem particular, específica.” (MACEDO, 1999, p. 13).

Macedo (1999) aborda a diferenciação entre Competência e Habilidade da seguinte maneira:

A diferença entre competência e habilidade, em uma primeira aproximação, depende do recorte. Resolver problemas, por exemplo, é uma competência que supõe o domínio de várias habilidades. Calcular, ler, interpretar, tomar decisões, responder por escrito, etc., são exemplos de habilidades requeridas para a solução de problemas de aritmética. Mas, se saímos do contexto de problema e se consideramos a complexidade envolvida no desenvolvimento de cada uma dessas habilidades, podemos valorizá-las como competências que, por sua vez, requerem outras tantas habilidades (MACEDO, 1999, p. 13).

Macedo (1999) fala ainda da importância das Competências e Habilidades estarem articuladas para formação para autonomia. Segundo o autor as escolas ao trabalharem com a noção de desenvolver Competências e Habilidades estão contribuindo para a formação de sujeitos autônomos, que conseguem desenvolver estratégias promovendo um pensamento independente sobre a realidade. De acordo com Macedo: “Autonomia, é aprender a pensar, argumentar, defender, criticar, concluir, antecipar” (MACEDO, 1999, p. 16) e o currículo construído com base nas Competências e Habilidades favorece essa formação.

Para Guiomar Namó de Mello um currículo por Competência

se expressa, se manifesta e se valida pelas aprendizagens que propiciou e que o aluno coloca em ação de determinada maneira, em determinada situação (...) o que valida o currículo não são os objetivos de ensino e sim os processos que se construíram no aluno e se expressaram pela competência de saber fazer e de saber por que sabe. (MELLO, s/d, p. 2)

Para esses autores a importância do Currículo está em mobilizar estruturas mentais nos alunos que propiciem o saber fazer e solucionar problemas de ordem prática, daí a opção por trabalhar com Competências e Habilidades, pois essa metodologia de trabalho, na visão desses autores é eficaz para atingir esses fins da educação escolar.

Mello aponta também para a relevância de o currículo ser considerado como um todo que articula um modelo curricular e ainda as atividades, situações problemas, conteúdos que alunos e professores devem trabalhar para garantir a efetivação da educação escolar

em todos os casos no entanto, é importante manter a integridade do conceito de currículo como um pacote completo que inclui desde o paradigma curricular até as atividades desenvolvidas por professores e alunos em situações de aprendizagem em que se organizam conteúdos curriculares ordenados no tempo e no espaço escolar. (MELLO, s/d, p. 3)

A partir da visão de currículo expressa por esses autores, é possível inferir que a SEE paulista se apoia nos mesmos para elaborar o seu currículo oficial. A prioridade é o saber fazer e a preparação dos estudantes para inserção no mercado de trabalho. O paradigma curricular, a nosso ver, volta-se para a formação prática, para atuação na resolução de problemas de ordem prática, daí a importância atribuída pela SEE às Competências e Habilidades.

2.7. Currículo Oficial e Qualidade da Educação

A adoção de currículo padronizado, como nos parece tentar a SEE com o novo currículo do Estado de São Paulo (2008), coloca-nos frente à discussão sobre qualidade da educação.

Com o modelo gerencial de administração, observamos uma forte presença do termo qualidade quando referido às questões educacionais ligadas ao âmbito da produção econômica, descaracterizando a educação pública como um direito social (SOUSA e OLIVEIRA, 2003). A qualidade da educação é condicionada a resultados mensuráveis por índices, fórmulas matemáticas e medidas padronizadas externas, descontextualizadas do ambiente escolar (SILVA, 2009).

Nas políticas sociais no Brasil, ocorre uma transposição direta do conceito de qualidade própria dos negócios comerciais para os direitos sociais, e nestes a educação pública. A participação ativa e constante de técnicos dos organismos financeiros internacionais e nacionais na definição de políticas sociais, especialmente a educação, demonstra a adoção do conceito de qualidade, no âmbito da produção econômica, em questões da educação e da escola, em um processo de descaracterização da educação pública como um direito social (SILVA, 2009, p. 219).

Os resultados obtidos acabam sendo amplamente divulgados pela mídia impressa e falada, criando um sistema de “ranqueamento” entre as escolas. Os indicadores atuais de qualidade, ou seja, os índices extraídos das avaliações externas (Idesp, no caso do Estado de São Paulo), pautados em avaliações padronizados de proficiência que aferem o rendimento da aprendizagem dos alunos, aliado ao fluxo escolar, não levam em conta inúmeros fatores que compõem a estrutura de uma escola, e que, em nosso entendimento possivelmente relacionam-se à qualidades da educação.

Entende-se que a qualidade da educação pautada somente nesses índices parece ser insuficiente. Consideramos que para uma educação ser efetivamente de qualidade devemos levar em consideração diferentes fatores. Diversos são os estudiosos que ao discutir a produção de uma escola de qualidade tomam em consideração as variáveis sócio econômicas da comunidade, os insumos, as condições materiais de existência do aluno, o grau de escolaridade e acesso a cultura por parte dos pais, alunos e dos funcionários da educação, o financiamento público adequado, a gestão democrática da escola, formação dos professores e funcionários envolvidos com educação, valorização da carreira docente, formação continuada, trabalho coletivo na

escola, projetos escolares, elaboração do Projeto Político Pedagógico, ambiente de trabalho, políticas de inclusão, funcionamento dos órgãos colegiados da escola, diálogo com as famílias, respeito às diferenças, autonomia pedagógica e financeira da escola, dentre tantos outros (SILVA, 2009, FREITAS, 2005, PINTO, 2007, VEIGA, 2003, MOTTA, 2003, MARTINS, 2001, ARROYO, 2008).

Tal qual exposto por Maria Abádia da Silva (2009),

A qualidade social da educação escolar não se ajusta, portanto, aos limites, tabelas, estatísticas e fórmulas numéricas que possam medir um resultado de processos tão complexos e subjetivos, como advogam alguns setores empresariais, que esperam da escola a mera formação de trabalhadores e de consumidores para os seus produtos. A escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas (SILVA, 2009, p. 225).

Neste estudo recorre-se ao conceito de **qualidade social da educação** mencionado acima. Refletindo sobre este conceito inferimos que os fatores que avaliamos ser essenciais para uma educação de qualidade estão sendo negligenciados pelas políticas públicas atuais da SEE de São Paulo. Pelo exposto até aqui, a qualidade entendida por esta pasta está intrinsecamente relacionada com o cumprimento de metas, o bom desempenho em avaliações externas e a elevação dos índices que aferem a qualidade educacional, valores comprometidos com os ideais de eficiência e eficácia, discutidos nesta pesquisa.

Com o Programa São Paulo faz Escola, a Secretaria do Estado da Educação entende ter dado um passo importante na consolidação do Currículo para as escolas públicas paulistas. Acredita ainda que a opção pela padronização dos currículos seja a melhor maneira para garantir a qualidade na educação, pois assim, todas as crianças e adolescentes matriculados na rede pública estadual de São Paulo terão acesso aos mesmos conteúdos e da mesma maneira, a aprendizagem será efetiva e posteriormente aferida pelo Saresp. Desta forma a SEE acredita conseguir a elevação dos índices que,

segundo esta pasta, garantem a efetivação da qualidade na educação (SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO, 2010).

Desde a década de 1990, ganha força no Brasil a discussão sobre descentralização e autonomia das escolas, porém essa temática pode ser diferentemente interpretada de acordo com o viés teórico proposto. NEUBAUER em conjunto com SILVEIRA, nos apresentaram em 2008 um estudo sobre a temática da Gestão dos Sistemas Escolares, baseado no estudo e análise de diferentes casos da América Latina. As autoras em vários momentos citam a importância da descentralização da administração, autonomia e responsabilização da escola pelos resultados dos alunos.⁸ (NEUBAUER, SILVEIRA, 2008). Segundo as autoras autonomia é

um dos conceitos básicos das sociedades democráticas, é um meio – não um fim em si mesmo. É um processo a ser articulado no interior da escola e na correlação de forças com os órgãos centrais e com a comunidade, para que a instituição escolar possa assegurar educação de qualidade. Um processo que exige a necessária clareza sobre o que se deseja promover, sobre a identidade – da escola e do sistema educacional – que se pretende construir e os resultados a alcançar (NEUBAUER, SILVEIRA, 2008, p.7).

Neubauer e Silveira (2008) defendem a necessidade da autonomia escolar, porém a visão de autonomia apontada por elas é o que, a partir dos referenciais adotados neste estudo, discute-se.

Entendemos ser autonomia da escola essencial para a efetivação de uma educação de qualidade, porém “o conceito de autonomia – ressignificado pelas políticas educacionais vigentes a partir dos anos 1980 – passou a ser utilizado, algumas vezes, como sinônimo de descentralização e desconcentração.” (MARTINS, 2002, pp. 230-231), e isso a nosso ver não corresponde ao verdadeiro sentido do conceito autonomia.

Para Neubauer e Silveira (2008), a autonomia escolar nada mais é do que a transferência de responsabilidades e de recursos financeiros para a escola, a maneira como isso se dá varia de acordo com a estrutura administrativa do sistema. (NEUBAUER, SILVEIRA, 2008). Segundo as autoras duas estratégias básicas são apontadas para a efetivação da autonomia das escolas

a transferência de responsabilidade administrativa e/ou de responsabilidade pedagógica. No primeiro caso, a escola recebe

⁸ Cabe ressaltar que Teresa Roserly Neubauer foi Secretária Estadual da Educação durante o governo PSDB do governador Mario Covas, sendo assim, sua produção teórica está comprometida com um modelo de educação pautado nos ideais da Reforma de Estado de caráter gerencial.

recursos financeiros, (cujas regras de aplicação podem ser mais ou menos restritas), pode captar e aplicar recursos complementares e a prestação de contas ocorre no nível local. Com os recursos recebidos, contrata recursos humanos, paga os salários e investe na infraestrutura física e na aquisição de material pedagógico. *Na autonomia pedagógica, a escola procede às adequações no currículo oficial, de acordo com as necessidades, demandas e especificidades locais, sempre na perspectiva de assegurar aprendizagens significativas e uma educação de melhor qualidade* (NEUBAUER, SILVEIRA, 2008, p.7 – grifos nossos).

Cabe aqui um questionamento sobre o conceito e a prática de autonomia escolar apresentado por Neubauer e Silveira (2008), ao que nos parece a autonomia da escola, pode ser interpretada apenas como uma descentralização da execução de determinadas tarefas, e não das decisões políticas. Em nosso entendimento autonomia escolar vai além do simples fato de receber verbas, aplicá-las em itens pré-determinados (pois todas as verbas que chegam para as escolas veem acompanhadas de um manual de instruções determinando o que pode ou não ser feito ou adquirido com tal recurso) e em seguida prestar contas, ou ainda, autonomia pedagógica vai além do simples fato de fazer adequações no currículo de acordo com a realidade onde se encontra a escola.

Concordamos com Martins (2002) ao nos dizer que a palavra

Autonomia vem do grego e significa *autogoverno, governar-se a si próprio*. Nesse sentido, uma escola autônoma é aquela que governa a si própria. No âmbito da educação, o debate moderno em torno do tema remonta ao processo dialógico de ensinar contido na filosofia grega, que preconiza a capacidade do educando de buscar resposta às suas próprias perguntas, exercitando, portanto, sua formação autônoma (MARTINS, 2002, p. 224 – grifos da autora).

Entende-se que a autonomia pedagógica da escola, implica o respeito ao previsto pela legislação – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais, implementados em 1997, e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de nove anos, aprovadas no ano de 2010. Documentos que orientam sobre a necessidade de cada escola elaborar o seu próprio currículo e PPP de acordo com a realidade e as especificidades de seus alunos, levando em consideração todo o conhecimento produzido e acumulado social e historicamente, para efetivar uma educação de qualidade e comprometida com a formação de educandos para um novo modelo de sociedade.

Ao tomar-se em consideração as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de nove anos, aprovadas no ano de 2010, encontra-se a proposição de autonomia no que se refere à organização curricular, à elaboração do projeto pedagógico e à gestão. Dentre os artigos que indicam a orientação, destacamos:

Art. 9º O currículo do Ensino Fundamental é entendido, nesta Resolução, como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes.

(...)

Art. 20 As escolas deverão formular o projeto político-pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.

§ 1º **O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia**, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino.

§ 2º **Será assegurada ampla participação dos profissionais da escola, da família, dos alunos e da comunidade local na definição das orientações imprimidas aos processos educativos e nas formas de implementá-las**, tendo como apoio um processo contínuo de avaliação das ações, a fim de garantir a distribuição social do conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária. (BRASIL, 2010, grifos nossos)

Tal concepção de currículo e projeto pedagógico parece diferir das orientações de padronização curricular previstas pela Secretaria do Estado da Educação de São Paulo, uma vez que com um currículo único limita-se a possibilidade de serem consideradas as vivências e experiência escolares dos alunos, assim como fica comprometida a elaboração do projeto pedagógico a partir das características locais, como preconiza a legislação.

As orientações da SEE ao propor um currículo único para as escolas públicas estaduais paulistas, visam que a autonomia pedagógica da escola seja reduzida, e ainda explicita a qualidade da educação que está buscando. Uma educação de qualidade padronizada capaz de ser aferida por avaliações externas e quantificada em índices que medem a qualidade da educação, ficando a educação inserida na lógica do sistema gerencial de administração pública, comprometida com a reprodução da ordem social vigente.

Outro ponto de destaque levantado por Neubauer e Silveira (2008) que diz respeito à autonomia e responsabilização das escolas pelos bons ou maus resultados é a política de avaliações externas, esta totalmente atrelada ao modelo gerencial de administração. A avaliação externa, no caso do estado de São Paulo o Saresp, é o mecanismo utilizado pela Secretaria Estadual da Educação para verificar e aferir os resultados. Segundo as autoras a lógica da responsabilização das escolas por meio das avaliações externas é a seguinte

Em geral, os sistemas de responsabilização que vêm sendo implementados combinam as seguintes condições: a decisão, por parte dos sistemas, de divulgar resultados relativos ao desempenho das escolas; a aplicação de testes padronizados que gerem informações sobre este desempenho; a definição de critérios para classificar escolas a partir dos resultados obtidos nos testes aplicados e, finalmente, a definição de critérios para a aplicação de incentivos ou sanções conforme os padrões estabelecidos (BROOKE, 2006, apud NEUBAUER, SILVEIRA, 2008, p. 25).

A autonomia das escolas não é gratuita ela vem atrelada à cobrança, resultados e cumprimento de metas. As escolas passam a ter autonomia financeira e pedagógica, porém a um custo: apresentarem bons resultados nas avaliações externas, estas passam a ser entendidas como uma prestação de contas para a sociedade. (NEUBAUER E SILVEIRA, 2008). Não que as escolas não devam prestar contas dos recursos recebidos à sociedade, isto é essencial, o que questionamos é a maneira como isso vem sendo feito e cobrado das unidades de ensino, por meio de resultados extraídos de avaliações externas, deveria ser repensado a maneira de prestar contas desses recursos.

O conceito autonomia tem ainda, um viés que o relaciona à participação. A autonomia escolar não se efetiva sem a participação de todos os envolvidos no processo escolar.

Ao pensarmos em autonomia escolar, temos que ter em mente que ela não se efetiva sem a construção de um coletivo forte e coeso, toda a comunidade escolar deve estar ciente dos objetivos, metas e em conjunto construírem o Projeto Político Pedagógico, é necessária a participação de todos os sujeitos envolvidos no cotidiano da unidade de ensino para a efetivação da autonomia escolar, para a efetivação de uma educação de qualidade, onde não haja a fragmentação do conhecimento, e nem divisão técnica de trabalho, uma educação comprometida com as lutas políticas e sociais daquela comunidade (MARTINS, 2002).

A ideia da participação não é tarefa fácil, pois somos um país de democracia recente e nosso processo de participação política e social encontra-se em construção. Já vivemos em nossa história exemplos significativos de lutas e conquistas advindas da participação popular e do povo tomando a frente nas decisões, mas esses ainda são episódios isolados, é necessário uma educação que consiga formar indivíduos autônomos capazes de cada vez mais empreenderem essas lutas e efetivar uma participação democrática e cidadã em nossa sociedade.

É necessário entender que participar não implica simplesmente que todos os sujeitos expressem sua opinião sobre todos os assuntos, mas que essencialmente todas as pessoas e grupos exercem alguma influência sobre o poder, participar não é simplesmente acatar decisões, ou executar tarefas. Porém, para participar os sujeitos devem ter conhecimento e habilidades políticas para isso, daí a importância da educação (MOTTA, 2003).

ARROYO (2008) também nos traz a discussão sobre a participação e a gestão democrática dentro das escolas, ressaltando a importância e a necessidade de mudarem as estruturas de poder não só dentro da escola, mas dos sistemas de ensino, do Estado e da sociedade, para que a ideia da gestão democrática não vire simplesmente “jeitinhos” dentro das escolas (ARROYO, 2008). Reforçando novamente a ideia da participação como divisão de poder.

A participação e a gestão democrática devem ser pautadas no reconhecimento de todos os indivíduos que compõem a comunidade escolar – educando, educadores, famílias, gestores e comunidade – como sujeito de direitos e portanto passíveis de exercerem poder (ARROYO, 2008). Assim como também nos afirma Motta (2003)

No âmbito da escola, a participação constitui tema de estudantes, professores, administradores, supervisores, orientadores e funcionários. Aos administradores educacionais cabe especialmente o desafio não pequeno de descobrir e delinear formatos organizacionais que, adequados a contextos específicos, assegurem a educação participativa voltada para a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária, não apenas em termos econômicos, mas em termos de distribuição de poder (MOTTA, 2003, p. 373).

Devemos sempre nos atentar para as palavras de Arroyo (2008)

a defesa da gestão democrática, participativa e cidadã nas escolas será limitada enquanto não for levantada a bandeira a gestão democrática,

participativa e cidadã nas estruturas do sistema educacional e em seus órgãos de decisão e controle (ARROYO, 2008, p. 46).

Parte-se da premissa que o homem é um ser social e histórico e que se constrói no mundo a partir de suas relações com os outros homens, com o próprio mundo (relações materiais de existência) e a partir do trabalho.

Nesse sentido, o conhecimento deve ser construído pelo educando em conjunto com o educador, baseado na troca de saberes. O processo de ensino aprendizagem deve ser construído pelo educando, e portanto, deve ser significativo. As escolas devem desempenhar com qualidade seu papel na criação de situações de aprendizagem que permitam ao aluno desenvolver as capacidades cognitivas, afetivas e psicomotoras relativas ao trabalho intelectual, sempre articulado, mas não reduzido, ao mundo do trabalho e das relações sociais (VYGOTSKY, 2001).

KUENZER, (2003) conclui em seus estudos que a educação baseada em Competências é uma falácia, segundo a autora Competências, referem-se ao mundo do trabalho, e o papel da educação não deveria ser preparar os educando para o mercado de trabalho exclusivamente e sim oferecer formação integral e intelectual aos alunos.

A escola é o lugar de aprender a interpretar o mundo para poder transformá-lo, a partir do domínio das categorias de método e de conteúdo que inspirem e que se transformem em práticas de emancipação humana em uma sociedade cada vez mais mediada pelo conhecimento. O lugar de desenvolver competências, que por sua vez mobilizam conhecimentos mas que com eles não se confundem, é a prática social e produtiva. Confundir estes dois espaços, proclamando a escola como responsável pelo desenvolvimento de competências, resulta em mais uma forma, sutil, mas extremamente perversa, de exclusão dos que vivem do trabalho, uma vez que os filhos da burguesia desenvolvem suas capacidades apesar da escola, que para muitos passa a ser apenas uma instituição certificadora; para os trabalhadores, a escola se constitui no único espaço de relação intencional e sistematizada com o conhecimento (KUENZER, 2003, p. 17).

A educação pautada em Competências é mais uma maneira de afastar os filhos da classe trabalhadora (classe dominada) do acesso ao conhecimento produzido e acumulado historicamente, uma vez que a escola ao invés de ser o espaço de disseminação e de construção de conhecimentos passa a ser o local de formação para o mercado de trabalho, enquanto os filhos da classe dominante independem da escola para construção desse conhecimento, logo tomam a frente e reproduzem o *status quo* da sociedade capitalista (KUENZER, A., 2003).

A educação, respeitados os preceitos constitucionais, deve ser entendida como um direito social a toda a comunidade, a educação pública paulista deveria ser comprometida com a formação integral do indivíduo, garantindo a ele o acesso à todo conhecimento produzido historicamente pela humanidade ao longo dos tempos, e não apenas o acesso a conteúdos, competências e habilidades que qualifiquem os estudantes ao mercado, pois dessa forma a educação acaba servindo ao papel de reproduzir as relações sociais e a divisão de classe.

Moreira (2008) nos diz da importante tensão existente no currículo como espaço de manifestação das relações de poder da sociedade: “o currículo constitui um território de conflitos e constatações, um espaço de luta pela transformação de relações de poder” (MOREIRA, 2008, p. 3)

Nesse sentido vale mencionar sobre a importância do Currículo adotado nas escolas ser capaz de disseminar e reproduzir um modelo de educação e sociedade. Sabe-se que a escolha e a construção do Currículo não é uma tarefa neutra, isenta de intenções e significados. APPLE (2006) nos diz da importância do Currículo como veículo disseminador de culturas, ideologia, poder e ainda manutenção do *status quo*

Em poucas palavras, uma maior razão para que os currículos centrados nas disciplinas dominem a maior parte das escolas, e para que os currículos integrados estejam presentes em relativamente poucas escolas, é, pelo menos parcialmente, o resultado do lugar da escola na maximização da produção de conhecimento de alto status. Isso está intimamente relacionado com o papel da escola na seleção de agentes para preencher posições econômicas e sociais em um sociedade relativamente estratificada que os analistas da economia política da educação tem tentado retratar (APPLE, 2006, p. 73)

Uma educação comprometida com a formação integral dos sujeitos e com a qualidade social da educação entende o currículo como espaço onde se desenvolvem relações de poder. O Currículo deve priorizar o ensino de conteúdos críticos bem como expressar a função social e cultural da escola, o currículo deve atrelar os conhecimentos e conteúdos produzidos historicamente com a cultura de determinada sociedade (MOREIRA, 2008).

A Reforma Curricular da SEE, iniciada em 2007, parece distanciar-se dessas proposições acima segue tendência observada em diferentes países que atualmente pautam a sua política educacional e sua organização curricular na preparação dos alunos para a realização de avaliações externas, reduzindo o foco de preocupação com o desenvolvimento integral da criança (MOREIRA, 2008). O ponto chave do Currículo

para a SEE é a disseminação de conteúdos, em busca de eficiência e eficácia no processo de aprendizagem, preparando os jovens estudantes para a realização de exames padronizados que tem a finalidade de aferir a qualidade da educação pública.

O Currículo deve ter a preocupação de partir do interesse e realidade dos alunos e ir além, trazendo para dentro da sala de aula todo o conhecimento construído historicamente pela sociedade, bem como as relações humanas e sociais que marcaram essa construção, ao estudante não deve ser negado o acesso a nenhum tipo de informação.

Em um modelo padronizado de Currículo como o proposto pela SEE com o Programa São Paulo faz Escola, o conhecimento dificilmente parte do interesse e realidade dos alunos, pois o currículo já está determinado, ele não foi construído pelo coletivo da escola, não está ancorado em relações democráticas de produção. Cabe aos docentes fazerem as adaptações e modificações aproximando o mesmo da realidade escolar, como observado nas entrevistas realizadas com os docentes da escola campo.

O Currículo pode ser responsável por expressar determinado tipo de cultura, de conhecimento de relações sociais. Ao que tudo indica o Currículo Oficial da SEE de São Paulo está comprometido com a formação dos estudantes para o mercado de trabalho, com a preparação dos alunos para realização de avaliações externas, sendo assim expressa uma concepção de educação diferente daquela pautada na formação integral dos indivíduos para a autonomia.

Quando a escola ou mesmo uma rede de ensino – como no caso da SEE de São Paulo – centra o seu currículo apenas em disciplinas estanques ao invés de fazer a opção por currículo baseado em conhecimentos integrados, experiências e vivências dos alunos, já se denota o tipo de formação seletiva a qual ela está desempenhando, pois assim contribui para que os alunos tenham acesso a apenas determinados tipos de conteúdo que não garantem aos estudantes a construção de um conhecimento de alto nível e a apropriação do capital cultural herdado da humanidade.

O currículo é um poderoso conjunto de meios para se atingir fins educacionais previamente definidos. Vale ressaltar a relevância política de se tomar o currículo como central nas formas de organização do trabalho. (APPLE, 2006). Desta maneira, quando pensamos em uma educação progressista, em uma formação integral dos estudantes para autonomia o currículo deve estar comprometido e expressar os conhecimentos que permitam o alcance desse fim.

Inferimos que para a SEE, a qualidade da educação está relacionada aos índices extraídos das avaliações externas: se os índices se elevam significa que temos uma educação de qualidade. Acreditamos que por isso, a criação e a padronização dos currículos sejam entendidas como tão importantes, uma vez que, desde 2009 as questões do Saresp, conforme exposto no site oficial da SEE, são todas baseadas nas orientações do Currículo. A criação de um currículo único nos parece ser, ao fim e ao cabo, uma forma de garantir a preparação para os alunos saírem-se bem nessa avaliação externa.

O currículo oficial adotado pela SEE de São Paulo está totalmente comprometido com os fins dessa pasta, qual seja, qualificar a educação pública paulista tendo como ponto de referência dessa qualidade os índices extraídos das avaliações externas. Isso justifica a adoção de um currículo único para todas as escolas públicas paulistas, baseado em Competências e Habilidades que contribuem para preparar os estudantes para a realização dessas avaliações externas.

Vale ressaltar que na maioria das vezes os especialistas em currículo, aqueles responsáveis por sua criação e elaboração muitas vezes estão preocupados apenas com a reprodução cultural e econômica, não pensam a educação de maneira autoconsciente e crítica, não estão preocupados com a educação que leve em conta as necessidades de todos os indivíduos e da sociedade de modo geral, só vislumbram cumprir as exigências do mercado e da cultura hegemônica (APPLE, 2006).

Uma análise do Currículo Oficial do Estado de São Paulo, bem como sobre o seu processo de criação e implementação denota que os técnicos e especialistas do currículo contratados pela SEE seguiram a lógica apontada acima, pois a comunidade escolar não foi ouvida nesse processo, ficando os seus anseios e as suas necessidades deixadas de lado, o pensamento foi unicamente cumprir as exigências econômicas e culturas hegemônicas.

Apple (2006) ainda argumenta criticamente sobre a criação de um currículo único

a única razão para um currículo nacional é estimular o debate sobre que conhecimentos é importante em todos os níveis da escola local às cidades, aos Estados, às regiões. A única razão para que falemos sobre isso é estimular um debate nacional. (...) um dos efeitos de ter um currículo nacional agora é o de legitimar e institucionalizar um sistema de exames nacionais (...) uma vez instituído o exame nacional como base em um currículo nacional faria com que o conhecimento dos grupos da elite econômica e cultural predominasse. (...) então, um currículo nacional em uma época de hegemonia neoliberal e neoconservadora é uma fórmula para o que chamo de simplesmente “apartheid educacional.” (APPLE, 2006, p. 266/267)

Guardadas as proporções e as especificações locais, medida semelhante e preocupante vem ocorrendo na educação pública paulista, com a criação do Currículo Oficial, que introduziu um currículo único para as escolas públicas paulistas visando atingir índices em exames/avaliações externas locais e nacionais.

Para reverter essa lógica e buscar uma educação democrática, que contribua na formação do indivíduo para uma atuação cidadã dentro e fora dos muros da escola, é necessário um modelo de educação pautado não apenas em Competências e Habilidades para o mundo do trabalho.

Faz-se necessário uma educação comprometida com a formação crítica e reflexiva dos indivíduos para atuação democrática na escola e na sociedade. Se não tivermos um modelo e uma concepção de educação comprometidos com essa lógica, em busca de uma formação que garanta a autonomia dos sujeitos, dificilmente conseguiremos uma gestão democrática dentro do espaço escolar e muito menos a construção de uma sociedade que não seja exclusivamente pautada pela luta de classes e exclusão social.

3. ESCOLA CAMPO: CARACTERIZAÇÃO E O LUGAR DO CURRÍCULO OFICIAL NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A escolha da escola campo foi realizada mediante os critérios estabelecidos de acordo com os objetivos da pesquisa: em primeiro lugar considerou-se o atendimento ao Ensino Fundamental séries finais, uma vez que o Currículo Oficial foi implementado a partir desta etapa da escolarização obrigatória. O segundo critério referiu-se ao corpo docente, pois ensinava-se contar com um grupo que já atuasse na unidade desde o ano da implementação do Programa “São Paulo Faz Escola”, já experiente, portanto, com as possíveis decorrências da reforma; finalmente, condicionando os outros dois critérios, incluiu-se o aceite da equipe gestora e dos professores em colaborar com a pesquisa.

A unidade escolar atende aos três critérios indicados. A proposta de pesquisa foi apresentada primeiramente à diretora escolar e, em seguida, aos docentes, por ocasião de reunião pedagógica.

Foram realizadas durante a pesquisa nove entrevistas, sendo sete com professores de diferentes disciplinas e duas com profissionais da equipe gestora. Foram realizadas também 57 horas de observação, sendo 30 horas em situações de reunião de ATPC (Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo) 14 horas/aulas em sala de aula, quatro horas em reunião de Conselho de Classe e Série, duas horas em reunião de pais e mestres, sete horas em reunião de Planejamento Anual e ainda três horas de análise do Plano Gestão⁹ da escola. As observações foram devidamente registradas em caderno de campo e entrevistas transcritas literalmente.

Os subitens a seguir apresentam a caracterização tanto do município onde se localiza a escola, bem como a própria unidade de ensino. Integra a caracterização um breve perfil dos entrevistados. Os subitens posteriores apresentam a organização do trabalho na escola campo de pesquisa, buscando visualizar o lugar ocupado pelo currículo oficial, CO, nesta organização. Procura-se, ao apresentar dados que permitam a “incursão” nas formas praticadas de organização do trabalho na escola, construir

⁹ “O Plano de Gestão é definido como o documento que traça o perfil da escola, conferindo-lhe identidade e intenções comuns de todos os envolvidos, norteia o gerenciamento das ações internamente ao estabelecimento e operacionaliza o Projeto Político Pedagógico. O Plano de Gestão envolve, portanto, todos os aspectos da escola, assim como as ações que realizará. O Plano de Gestão da Escola envolve aspectos administrativos e pedagógicos. Operacionalizando e gerenciando o Projeto Político Pedagógico, o Plano de Gestão passa a ser um documento que avaliará periodicamente os objetivos e metas, bem como controlará e acompanhará o Plano de Ensino, ao longo de quatro anos.” http://www.udemo.org.br/RevistaPP_01_07PlanodeGestao.htm

elementos para analisarmos a materialização da política de implementação do CO na escola. Também buscamos informações nos documentos produzidos no âmbito da unidade de ensino.

3.1. Caracterização da Escola-Campo

A escola localiza-se no município de Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo. O município conta com aproximadamente 604 mil habitantes e área territorial de 651 Km² (IBGE, 2010). Trata-se de um município cuja renda *per capita* é extraída prioritariamente do agronegócio, e prestação de serviços. (IBGE, 2010)

O atendimento educacional na Educação Básica é compartilhado entre rede municipal de ensino, rede estadual e escolas particulares. O município de Ribeirão Preto, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2009, possui 168 escolas de Ensino Fundamental, 60 pertencentes à rede pública estadual, 26 à rede pública municipal e 82 escolas particulares. São 68 instituições de Ensino Médio, 32 escolas públicas estaduais, três escolas da rede municipal e 33 escolas particulares. No ensino superior, Ribeirão Preto conta com 08 instituições privadas e uma universidade pública estadual (IBGE, 2009).

A escola onde desenvolvemos a pesquisa é uma unidade Estadual que atende ao Ensino Fundamental no Ciclo II, o que corresponde aos 6º a 9º anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio regular. A unidade foi criada em 15 de dezembro de 1979, pelo decreto estadual, nº 14.424/79, e sua instalação deu-se pela resolução SE 37/96. (PLANO GESTÃO DA UNIDADE, 2011)

A Unidade de Ensino está localizada na região Oeste da cidade em um bairro predominantemente residencial, com alguns estabelecimentos comerciais. Segundo o Plano Gestão da unidade, a escola é bem aceita pela comunidade, atende aos alunos do bairro, “que enxergam na mesma uma facilidade, pois os alunos não precisam percorrer longas distâncias ou fazer uso de algum meio de transporte para chegar até a escola.” (PLANO GESTÃO DA UNIDADE, 2011).

Desde as primeiras visitas observou-se que o bairro realmente é residencial, com muitas casas e pequenos edifícios de dois ou três andares, conta com um pequeno comércio, serviço de transporte coletivo público.

O quadro abaixo sintetiza os horários de funcionamento da unidade escolar.

Quadro 4 - Atendimento escolar por turnos

	MANHÃ	TARDE
ENTRADA	7:00	12:40
INTERVALO	10:20	16:00
SAÍDA	12:20	18:00

Fonte: a autora com base nos dados do Plano Gestão

O prédio escolar conta com 13 salas de aula; dois banheiros para alunos; dois banheiros administrativos; um banheiro para deficiente físico; uma secretaria; uma diretoria; uma vice diretoria; uma sala de coordenação; uma sala de professores; uma sala de leitura; um refeitório para funcionários e professores; uma sala de funcionamento da Rádio; um almoxarifado; um banheiro para servente; um pátio coberto; uma cantina; uma cozinha; uma despensa; um refeitório para alunos; uma zeladoria; uma quadra coberta; uma quadra descoberta; uma biblioteca do aluno; uma biblioteca do professor; uma sala de Educação Física; uma sala Acesso Escola; uma sala multimídia. (PLANO GESTÃO DA UNIDADE, 2011)

Com relação aos recursos físicos e pedagógicos escola possui: sete computadores administrativos; duas máquinas multifuncionais; quatro impressoras; um aparelho de fax; uma máquina elétrica de datilografia; uma biblioteca do aluno; uma biblioteca do professor; uma sala de Educação Física; um anfiteatro; uma sala Acesso Escola com 18 computadores; um computador na biblioteca; três televisores; quatro aparelhos de DVD; três micros system; um retroprojeto; uma máquina fotográfica digital; um data show; duas mesas de som profissional; três ventiladores em cada sala de aula. (PLANO GESTÃO DA UNIDADE, 2011)

As visitas feitas à escola durante a realização da pesquisa permitiram verificar que a unidade está em bom estado de conservação. Os ambientes aparentam limpeza e organização. Não há pichações e nem depredações. Todas as salas da área administrativa possuem ar condicionado e as salas de aula todas elas possuem de dois a três ventiladores. Durante todo o período de realização da pesquisa na escola observou-se funcionários terceirizados realizando as tarefas de limpeza da unidade.

No que diz respeito ao corpo profissional, a escola, quando realizada a pesquisa de campo, contava com uma diretora efetiva e uma vice-diretora (a vice direção e a coordenação das escolas públicas estaduais de São Paulo não são cargos é sim função, então a vice diretora e os professores coordenadores são professores efetivos da escola

que se afastam das suas atividades de docência e fica designada como vice diretor), um coordenador do Ensino Fundamental e um coordenador do Ensino Médio, um gerente escolar, quatro agentes de organização escolar, três agentes de serviço, três funcionários de limpeza terceirizados, um zelador e um corpo docente com 33 professores.

O quadro abaixo nos mostra o total de alunos matriculados na escola, segundo dados dos anexos de Plano Gestão para o ano letivo de 2013.

Quadro 5 – Número de Matrículas na Unidade Escolar

PERÍODO	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	TOTAL DE ALUNOS
MANHÃ	278	170	448
TARDE	141	41	182
TOTAL	419	211	630

Fonte: a autora com base no Plano Gestão da Unidade

O total de alunos matriculados na escola é 630, dentre os quais 419 estão matriculados no Ensino Fundamental: 278 no período da manhã e 141 no período da tarde. No Ensino Médio estão matriculados 211 estudantes: 170 no período da manhã e 41 no período da tarde. No total o atendimento ao ensino fundamental é prestado em 12 salas de aula: oito no período matutino e quatro no período vespertino. Já o Ensino Médio é oferecido em sete salas no período matutino e duas salas no período vespertino.

Durante a observação em uma reunião de “Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo” ATPC no ano de 2012, a professora coordenadora do Ensino Fundamental mencionou, bem como alguns docentes em entrevistas afirmaram, que a escola possui “dois perfis” em termos de alunado: um para o período da manhã, quando a escola atende alunos de classe média moradores do bairro e o outro para o período da tarde quando a escola atende em sua maioria alunos oriundos de uma favela localizada nas imediações da escola.

O termo favela, tal como definido pela agência das Nações Unidas, UN-HABITAT refere-se a: uma área degradada de uma determinada cidade caracterizada por moradias precárias, falta de infraestrutura (saneamento básico, energia elétrica) e localizadas em terrenos invadidos e sem regularização fundiária (ONU, 2012). Nas visitas ao entorno da escola não conseguimos localizar nenhum aglomerado com tais características para afirmar haver uma favela no local.

3.1.1 Programas e Projetos desenvolvidos pela escola

A escola recebe aporte do governo federal para a ampliação da permanência de estudantes, por meio do Programa Mais Educação¹⁰. Com os recursos são realizadas oficinas de Xadrez, Rádio Escolar, Alfabetização/Letramento, Percussão, Jornal. Segundo a vice-diretora da escola, todas as oficinas estavam acontecendo com seus devidos monitores. Como não era o objetivo central da pesquisa, não foram realizadas observações nem acompanhamento das atividades relativas ao Programa, nos interessava pautar a relação pedagógica dos Programas e Projetos desenvolvidos na escola com o Currículo Oficial.

Em síntese, em caráter oficial a escola conta com programas do Governo Federal Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e o Programa Mais Educação. O primeiro deles, um programa criado em 1995 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), que objetiva a transferência de recursos financeiros em caráter complementar às escolas de Educação Básica das redes municipais, estaduais e do Distrito Federal, e ainda às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público, o recurso é repassado uma vez por ano de acordo com a quantidade de alunos matriculados na escola segundo o Censo Escolar, e pode ser aplicado na melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e no reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático. (MEC, 2012).

Já os outros dois programas, PDE Escola e Mais Educação, relacionam-se aos resultados aferidos pela Anresc e pelo Ideb da escola.

O PDE Escola é um programa que transfere recursos para reorganização da gestão escolar, deve ordenar o trabalho pedagógico por meio de planejamento estratégico. Os recursos são repassados para as Unidades Executoras das Escolas

¹⁰ “O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica. Sua operacionalização é feita por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE). O Programa visa fomentar atividades para melhoria do ambiente escolar. A área de atuação do programa foi demandada inicialmente para atender, em caráter prioritário, as escolas que apresentam baixo IDEB, situadas em capitais e regiões metropolitanas.” (BRASIL, 2012)

(APMs) e são definidos também de acordo com o número de matrículas aferidas pelo Censo Escolar do ano anterior, os valores devem ser aplicados em um Plano de Ação devidamente elaborado pelas escolas e aprovado pelo MEC. (MEC, 2012).

O Programa Mais Educação, por sua vez, amplia a jornada escolar dos estudantes no contra turno, com oficinas de educação, esporte, lazer e cultura para um número específico de alunos da unidade escolar cadastrados no programa. A escola recebe recursos para serem aplicados no pagamento de monitores que não são necessariamente profissionais com formação específica nas áreas em que deverão atuar, e compra dos materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento de cada oficina.

Além dos Programas oferecidos pelo Governo Federal a escola desenvolve projetos e programas promovidos pela Secretaria Estadual de Educação. São eles: Programa São Paulo Faz Escola (introdução do Currículo único para as escolas estaduais paulistas como já explicado nos itens anteriores) Programa Cultura é Currículo¹¹ e Sala de Leitura¹².

Há ainda projetos mencionados no Plano de Gestão que foram criados e desenvolvidos por profissionais da Unidade Escolar. São eles: Ciclo de Palestras sobre Profissões; Encontro Cultural de Arte Livre; Semana de Provas e Recuperação; Visitas Culturais; Mini Congresso Científico; Discurso Político; Campeonato Interclasse de Esportes; Maratona de Tabuada; Promoção da Saúde na Educação Básica, Show de Talentos. Nota-se que a escola conta com diferentes programas e projetos, sendo eles federais, estaduais e os geridos e criados pela própria unidade escolar.

¹¹ Programa da SEE que tem como objetivo: “Democratizar o acesso de professores e alunos da rede pública estadual a equipamentos, bens e produções culturais que constituem patrimônio cultural da sociedade, tendo em vista uma formação plural e a inserção social; Fortalecer o ensino por meio de novas formas e possibilidades de desenvolvimento dos conteúdos curriculares em articulação com produções socioculturais e fenômenos naturais, diversificando-se as situações de aprendizagens; Estimular e desenvolver a aprendizagem por intermédio de interações significativas do aluno com o objeto de estudo/conhecimento de disciplinas, reforçando-se o caráter investigativo da experiência curricular. O Programa Cultura é Currículo é composto por três projetos: Lugares de Aprender: a Escola Sai da Escola, Escola em Cena e O Cinema Vai à Escola.” (SÃO PAULO, 2012)

¹² “Criado em 2009, o programa Sala de Leitura oferece a alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos um ambiente com rico acervo de livros e periódicos. A presença de Salas de Leitura nas instituições de ensino visa estimular a prática da leitura e o desenvolvimento de atividades, construídas especialmente para atender o perfil e os interesses dos alunos de cada escola. As salas, arejadas e equipadas com mesas e cadeiras, abrigam o acervo da sala de leitura, coordenada por professores e aberta durante a semana nos períodos de aulas.” (SÃO PAULO, 2012)

Pelo que se observou sobre esses Programas e Projetos denota-se que os mesmos têm uma importância significativa na dinâmica e o funcionamento da escola, muitos deles pautam a organização do trabalho na U.E., cada qual com sua metodologia e sistemática de funcionamento. Porém o que fica claro é que eles não influenciam o trabalho desenvolvido pela escola no que diz respeito ao Currículo Oficial do Estado de São Paulo.

Com relação aos projetos desenvolvidos pela escola, poucos deles são elaborados no coletivo. Quando questionadas sobre tais projetos, se eles existem e como são elaborados, os professores falam dos mesmos como algo distante, como se já estivessem prontos cabendo aos docentes apenas a execução. O mais contraditório é que, apesar de as lembranças sobre a organização dos planos, e portanto, sobre o processo de planejamento, serem vagas, as docentes afirmam que participam dos projetos

Tem, tem projeto que é da escola, tem projeto que é da secretaria. Tem o projeto aquele Mais Educação, que inclusive é do governo federal, tem esse Mais Educação... a gente participa muita desses projetos da secretaria da educação, mas visando a clientela que a gente tem, os que vem a gente tenta adequar, a gente faz os nossos projetos da escola para tentar atender as necessidades dos nossos alunos (ENTREVISTA PROFESSORA A, 2012).

Tem projetos da escola e tem os da secretaria da educação. Tem participação coletiva, projetos assim do interesse deles, da idade adequada pra eles, o coordenador do Ensino Médio se preocupa com isso, para levantar o moral, assim o amor próprio deles, então que eles possam sentir que realmente eles são importantes, então toda primeira aula eles vão pra sala onde tem projetos, tem projeto de dança de rua, de teatro, de..de...ai tem vários que é muito legal (ENTREVISTA PROFESSORA B, 2012).

pelo que eu ouvi falar tem o Kung Fu, o xadrez, o futsal, um grupo de teatro que se encontram semanalmente, já ouvi falar também que anualmente tem um festival que tem apresentações de banda, de música, além dos jogos de futsal que tem competições entre eles. Eles (direção/coordenação) abrem as portas, dizem que estão sempre abertos a novas ideias. Bom eu vejo assim que eles são construídos mesmo, uma ideia aqui, uma ideia ali, justamente visando a melhora na disciplina, no aprendizado como se fosse um incentivo pra eles, tipo assim: “se você for bem na escola, você vai ter oportunidade de participar de tal atividade extra, incentivando esse lado (ENTREVISTA PROFESSORA G, 2013).

Mais Educação, Parceria com a enfermagem da USP, outros feitos pelos professores de Cultura é Currículo, Festival de arte, Jornada Científica, Interclasse. Sempre a coordenação que toma a frente, daí

somos acompanhados por um número reduzido de professores pensantes, mas esse pequeno grupo acaba realizando as ações de modo eficaz (ENTREVISTA COORDENADORA PEDAGÓGICA, 2013).

Novamente as palavras das docentes nos demonstram certa imprecisão. Não conseguimos enxergar apropriação e sentimento de pertencimento quando o item abordado foi a presença e a elaboração dos projetos por todo o corpo docente.

A professora A quando questionada sobre suas atividades na escola, cita o desenvolvimento de projetos elaborados individualmente por ela. Neste momento da entrevista percebe-se que ela domina o assunto, que tem conhecimento, que o mesmo foi elaborado e desenvolvido por ela. Sua fala é mais segura e precisa em relação às atividades individuais, embora também se remeta a um projeto coletivo:

eu trabalhei com jornal, trabalhei com teatro a um tempo atrás, organização de festas, tem aquela questão de talentos...todo ano a gente fazia uma espécie de show... chamava show de talentos, mas assim pra desenvolver certas habilidade diferentes do dia a dia, enquanto curso, nossa mas eu já fiz muita coisa, é muito tempo (risos..) ultimamente meu projeto é uma revista cultural, os alunos escrevem artigos...é colocado no nosso blog, nós temos os artigos prontos agora é só por mesmo na Internet (ENTREVISTA PROFESSORA A, 2012).

Em uma das observações em ATPC no ano de 2012, ao final de reunião, os coordenadores dispensaram os docentes pedindo que apenas três professoras ficassem na sala para uma conversa particular (não foram as professoras entrevistadas). O conteúdo da conversa foi sobre o cancelamento do Show de Talentos em 2012.

Segundo os coordenadores os mesmos ficaram no segundo semestre envolvidos com questões “administrativas”, acumulando tarefas da direção, devido à ausências da diretora da escola por licença saúde, férias e uma semana de treinamento do Programa Mais Educação na cidade de Águas de Lindóia, não conseguindo assim tempo para organização do Festival Show de Talentos. Outro fator que, segundo os coordenadores, contribuiu para suspensão do projeto foi o grande número de feriados e pontos facultativos no segundo semestre do ano.

De acordo ainda com a fala da professora coordenadora, só estavam informando isso para aquelas docentes (uma responsável pela disciplina Ciências para o Ensino Fundamental e as outras responsáveis por Educação Física tanto no Ensino Fundamental quanto Ensino Médio) porque elas eram “as únicas que realmente

trabalhavam e se envolviam na organização do festival que se os coordenadores deviam prestar contas a alguém que elas seriam essas pessoas, uma vez que, segundo eles, os demais docentes não participam e não se envolvem no projeto”. (CADERNO DE CAMPO, 2012)

As professoras ficaram muito desapontadas, pois ao que pareceu, este é um projeto tradicional da escola. As mesmas se dispuseram a pensar pequenas apresentações no horário do intervalo para não passar o ano sem a realização da atividade, e uma das professoras lembrou o fato de pensar as apresentações para o período da tarde também, para não acontecer como no primeiro semestre que a Festa Junina só foi realizada no período da manhã. Esta fala da docente corrobora a fala da coordenadora expressa no item anterior, ao dizer que a escola tem dois perfis, um para o período da manhã e outro para o período da tarde. Até o momento de finalização desta pesquisa o projeto de fato não chegou a ser apresentado.

Outro ponto relevante da fala dos docentes com relação aos projetos diz respeito, ao objetivo dos mesmos. A maioria dos docentes afirma que esses projetos têm a finalidade de desenvolver o sentimento de pertencimento do aluno dentro da escola, despertar novos valores, tais como respeito, tolerância, disciplina, conforme os depoimentos a seguir

A escola aqui está tentando fazer vários projetos que é justamente para tentar trazer o aluno mais pra dentro da escola, eu sei que tem o xadrez, está tendo agora o kung fu, a maioria são os meninos que participam, mas professor também pode participar, meninas podem participar; tem o teatro o grêmio, jornal da escola que é com alguns alunos, a escola está tentando montar uma banda, tem o rádio que funciona com música na hora dos intervalos de recreio, aí fica alguns alunos responsáveis por colocar música (ENTREVISTA PROFESSOR D, 2013).

A escola desenvolve vários projetos, tem muito projeto na área de esporte e projeto cultural, tem dança, teatro, kung fu, no início do ano eles sempre colocam para gente os projetos da escola, para incluir esses alunos, principalmente esses alunos que se mostram mais desinteressados, para tentar trazer eles mais para a escola, organizar as ideias deles, tentar fazer com que ele crie um interesse (ENTREVISTA PROFESSOR C, 2013).

O Currículo Oficial não aparece como referência para a construção dos diferentes projetos desenvolvidos pela escola. Os depoimentos também não relacionam a proposta curricular da SEE às atividades escolares.

3.1.2 Perfil dos Entrevistados

Foram realizadas nove entrevistas, sete com professores e duas com membros da equipe gestora, por critérios definidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado pelos docentes, o nome dos entrevistados será mantido em sigilo, sendo assim, utilizaremos o seguinte critério de identificação: Professora A, Professora B, Professor C, Professor D, Professora E, Professora F, Professora G, Vice Diretora e Coordenadora Pedagógica.

Abaixo segue quadro síntese com o perfil dos entrevistados:

Quadro 5: Perfil dos Entrevistados

	FORMAÇÃO	EXERCÍCIO DA DOCENCIA	TEMPO DE TRABALHO NA UNIDADE	DISCIPLINA E NÍVEL QUE ATUA
Professora A	Letras pela Universidade Estadual de São Paulo	25 anos	16 anos	Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental e todo o Ensino Médio
Professora B	Licenciatura plena em Matemática, Física e Desenho Geométrico	20 anos	6 anos (com um período de licença saúde)	Matemática em todo o Ensino Fundamental
Professor C	Biologia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	13 anos	3 anos	Ciências, Biologia e Química no Ensino Fundamental e Ensino Médio
Professor D	Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Federal Viçosa, ingressou no mestrado pela USP e UNESP mas não concluiu por problemas financeiros	16 anos	5 anos	Matemática, Ensino Fundamental e Médio
Professora E	Formada em História	2 anos	2 anos	História Ensino Fundamental e Médio
Professora F	Formação em Geografia começou a fazer a faculdade em Araras depois transferiu-se pra Guaxupé. Também tem formação em Pedagogia	27 anos	13 anos	Geografia no Ensino Fundamental e Médio

Professora G	Formada em Biologia	8 meses	8 meses	Biologia e Ciências no Ensino Fundamental e Médio
Coordenadora Pedagógica do Ensino Fundamental	Formada em Ciências Biológicas, Mestrado e Doutorado, nesta área.	10 anos	10 anos	Na coordenação desde 2006
Vice Diretora	Formada em História pela Faculdade Moura Lacerda e Complementação Pedagógica	17 anos	7 anos	Na vice direção desde 2006

Fonte: a autora com base dos dados extraídos das entrevistas.

3.2. O Lugar do Currículo Oficial na Organização do Trabalho da Escola

O trabalho de campo realizado na escola teve como objetivo principal buscar por meio de análise dos documentos produzidos pela escola, entrevistas com os sujeitos que compõem o corpo docente e grupo gestor da unidade de ensino, observações das rotinas de trabalho, reuniões pedagógicas – o lugar ocupado pelo Currículo Oficial do Estado de São Paulo nessa organização do trabalho.

Tomou-se em consideração que a proposta de um currículo oficial para toda a rede de ensino, tal como anunciado pela SEE, para se concretizar incidiria sobre as formas de organização do trabalho na escola. De outra parte, as proposições recaem sobre práticas já em andamento: rotinas e dinâmicas de trabalho. Tal como indica Candido (1956) faz-se necessário compreender a escola como grupo social e como uma estrutura total.

Os subitens a seguir procuram registrar a dinâmica da escola no que se refere à organização do trabalho e a incidência do Currículo Oficial em seu cotidiano. No capítulo seguinte (4º capítulo) dedicamo-nos a apresentar as avaliações dos profissionais de educação sobre a política de Currículo Oficial.

3.2.1 Plano de Gestão e Currículo Oficial: especificidades da escola pesquisada

Iniciamos o esforço de caracterização pela documentação oficial da escola, sobretudo o Plano de Gestão, documento quadrienal que na rede estadual de ensino deve funcionar como norteador das ações de toda a equipe escolar. (PLANO GESTÃO, 2011)

Há no Plano de Gestão da escola, apontamentos importantes e relevantes em relação ao Currículo Oficial da Secretaria do Estado da Educação de São Paulo, no item “Planos de Ensino”, do Plano Gestão da U.E., aparece a informação que os Planos de Ensino são elaborados levando em consideração as orientações do Currículo Oficial da SEE de São Paulo.

Diferente da maioria dos Planos Gestão de outras unidades escolares (aos quais tive acesso por meio de outras pesquisas, estágio e mesmo através de minha atuação profissional), no da escola campo não são apresentados os conteúdos curriculares de cada disciplina para cada série, conforme orienta o modelo de Plano Gestão divulgado pela Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto e região.

No Plano Gestão da U.E., no início do item “Planos de Ensino” o **documento registra que os planos de ensino de cada disciplina seguem as orientações e conteúdos expressos no Currículo Oficial da Secretaria Estadual da Educação por meio do Programa São Paulo Faz Escola.** (PLANO GESTÃO, 2011 – grifos nossos) e apenas isso, sem mais nenhum detalhamento. Tal afirmação é relevante, pois, a escola suprime os conteúdos disciplinares em seu Plano Gestão, enfatizando que os mesmos são extraídos do Currículo Oficial. Nota-se que a escola pauta a sua organização curricular levando em conta o documento “Currículo Oficial” na determinação dos conteúdos, a ponto de sequer ter-se a compreensão de que estes precisam constar do documento que expressa o Plano da unidade.

Segundo ainda o Plano Gestão, “os planos de ensino são construídos com base no Currículo da SEE, sendo flexível conforme o período e contexto escolar, obedecendo ao real conteúdo ministrado em sala de aula, para que nos anos posteriores este mesmo conteúdo tenha continuidade até atingir o seu total, sem que haja prejuízo para o educando”. (PLANO GESTÃO, 2011)

Outra inferência importante com relação ao Currículo Oficial extraída do Plano Gestão da escola é a necessidade de complementar as ações desenvolvidas no Currículo

Oficial, por meio de outros materiais e atividades enriquecedoras, conforme se observa no trecho a seguir:

Registros tais como, relatórios de viagens, proposta de trabalho relatando atividades áudio visuais (filmes, músicas, teatros), Diários de Classe, projetos temáticos escolhidos pelos educadores e alunos, avaliações escritas, **foram utilizados para mediar competências conforme Currículo da SEE desde a sua implementação.** Conclui-se que **é possível enriquecer o currículo incorporando ao conteúdo novos temas contidos nos livros didáticos do PNLD e PNLEM, possibilitando assim, o desenvolvimento de novas habilidades.** Dessa forma, o enriquecimento cultural dos alunos é bastante proveitoso, posto que avançam na obtenção de informações e desenvolvimento de habilidades (PLANO GESTÃO, p. 28 grifos nossos).

Destaca-se aqui que, embora não haja registros de planos de ensino, há uma declaração de que o CO pode ser enriquecido. O texto parece ter por pressuposto uma certa limitação em relação aos conteúdos propostos pelo Currículo Oficial.

Apesar da preocupação com o Currículo Oficial se fazer presente no texto a tal ponto que, aparentemente, os docentes são dispensados de elaborar seus planos de ensino, quando analisamos o Projeto Político Pedagógico da escola, o que mais chama atenção é o fato do mesmo estar centrado na autonomia pedagógica e dialogicidade do educando. A todo instante o PPP fala em autonomia pedagógica e autonomia individual, em levar em conta as necessidades e demandas do cotidiano escolar. (PLANO GESTÃO, 2011).

Segundo o Plano Gestão da escola, os objetivos da unidade para o quadriênio 2011-2014 são os seguintes:

politicidade do educando; **dialogicidade** do ato educativo, de criar e de recriar, ancorado no posicionamento educador-educando-objeto do conhecimento, A educação escolar tem como objetivo fundamental promover, de forma intencional, o desenvolvimento das capacidades e apropriações de determinadas **competências**, necessárias para que os alunos possam ser membros ativos em seu âmbito social cultural de referência. Para atingir o objetivo indicado, a escola deve conseguir o difícil equilíbrio de oferecer uma resposta educativa, tanto compreensiva quanto diversificada, proporcionando uma cultura comum a todos os alunos que evite a discriminação e a desigualdade de oportunidades e, ao mesmo tempo, que respeite suas características e necessidades (COLL, et al. 2010); englobar a educação social e compreendê-la em suas aflições e necessidades, não simplesmente dominando padrões acadêmicos de escolarização ou profissionalização e sim libertando a humanidade dos poderes da opressão, com imersão na vida pública e engajamento no todo social. (PLANO GESTÃO, 2010, p. 33/34, grifos nossos)

Com relação à necessidade de desenvolver “competências” nos educandos, para que os mesmos possam atuar de forma ativa na sociedade, conforme consta em um dos objetivos escolares, cabe registrar a reflexão crítica de Kuenzer (2003)

A escola é o lugar de aprender a interpretar o mundo para poder transformá-lo, a partir do domínio das categorias de método e de conteúdo que inspirem e que se transformem em práticas de emancipação humana em uma sociedade cada vez mais mediada pelo conhecimento. O lugar de desenvolver competências, que por sua vez mobilizam conhecimentos mas que com eles não se confundem, é a prática social e produtiva. Confundir estes dois espaços, proclamando a escola como responsável pelo desenvolvimento de competências, resulta em mais uma forma, sutil, mas extremamente perversa, de exclusão dos que vivem do trabalho, uma vez que os filhos da burguesia desenvolvem suas capacidades apesar da escola, que para muitos passa a ser apenas uma instituição certificadora; para os trabalhadores, a escola se constitui no único espaço de relação intencional e sistematizada com o conhecimento. Cabe às escolas, portanto, desempenhar com qualidade seu papel na criação de situações de aprendizagem que permitam ao aluno desenvolver as capacidades cognitivas, afetivas e psicomotoras relativas ao trabalho intelectual, sempre articulado, mas não reduzido, ao mundo do trabalho e das relações sociais, com o que certamente estarão dando a sua melhor contribuição para o desenvolvimento de competências na prática social e produtiva. Atribuir à escola a função de desenvolver competências é desconhecer sua natureza e especificidade enquanto espaço de apropriação do conhecimento socialmente produzido, e portanto, de trabalho intelectual com referência à prática social, com o que, mais uma vez, se busca esvaziar sua finalidade, com particular prejuízo para os que vivem do trabalho (KUENZER, 2003, p. 1)

O Plano Gestão traz uma observação importante sobre as dificuldades encontradas pela escola. Lê-se no documento que a escola enfrenta as mesmas dificuldades comuns a todas as escolas públicas: “falta de formação dos professores; baixa remuneração dos funcionários públicos; falta, rodízio de professores; **políticas educacionais ideologicamente voltadas aos interesses do mercado**; reuniões na Diretoria de Ensino que não correspondem às reais necessidades da escola; videoconferências distantes da realidade e desnecessárias; capacitações insuficientes e inadequadas para o perfil dos gestores; verbas insuficientes e que chegam tardiamente”. (PLANO GESTÃO, p. 11, grifos nossos).

Foi destacada a referência às políticas educacionais e sua relação com o mercado por se tratar de um conteúdo bastante crítico. Tal conteúdo nos alerta para a

importância em compreender como o documento foi elaborado, os sujeitos envolvidos e, finalmente, se a criticidade presente no texto tem alguma decorrência na prática pedagógica.

Nas entrevistas realizadas com docentes, outros pontos são mencionados com relação às dificuldades da escola, dentre eles podemos citar: falta de funcionários para cada qual poder exercer a sua função, falta de espaço físico, salas de aula numerosas, falta de recursos adequados, à responsabilização das famílias e sua pouca participação no cotidiano escolar de seus filhos, e a falta de motivação e interesse dos alunos pelos estudos, que acaba acarretando indisciplina e não cumprimento das normas e regras escolares. Essas questões podem ser observadas nos trechos selecionados dos depoimentos

Espaço físico. Tenho problema com **excesso de alunos por sala** de aula, em média nós temos salas de aula de 35 alunos. Para um ensino médio isso é muito aluno. Problemas de lousa, os quadros são pintados na parede. Isso exige um esforço físico muito grande (ENTREVISTA PROFESSOR D, 2013 – grifos nossos)

falta de pessoal em todos os setores, **falta de funcionários** mesmo, porque aí você acaba tendo que fazer serviço, desenvolver função que não é sua. E outro fator que dificulta é o desestímulo dos docentes em função das condições de trabalho, salários precários, falta de interesse e indisciplina dos alunos, muita carga de trabalho isso tudo acaba deixando o professor desestimulado e isso interfere direto no desempenho deles e no trabalho desenvolvido pela escola. (ENTREVISTA COORDENADOR PEDAGÓGICO, 2013 – grifos nossos)

Eu acho que é a **participação efetiva dos pais** com o compromisso de fazerem os filhos terem aquele valor que deveria ter na escola, acho que a participação dos pais é o nosso maior desafio, e também eles terem um objetivo enquanto estudantes de aprender e usar isso na vida, eu acredito que hoje eles estão meio confusos, acuados, não conseguem perceber a finalidade da escola. (ENTREVISTA PROFESSORA A, 2012 - grifos nossos)

A maior dificuldade, **a falta de educação e consideração de alunos**, o desinteresse quase que geral, você pode por **quase que 90% dos alunos desinteressados**, varia de sala pra sala mas em média a maioria não quer mais saber de nada, os que ainda tentam fazer alguma coisa, eles não são assim interessados em aprender, só faz copiar da lousa pra ganhar nota, o objetivo deles é ganhar nota, parece que a juventude hoje tem interesse em outra coisa, menos em estar enriquecendo o conhecimento, a sabedoria deles.

E: E porque a senhora acha que isso está acontecendo?

B: Ah eu acredito que a evolução que houve, a transformação social, a transformação global, a própria tecnologia influenciou bastante, os

alunos hoje apertam um botãozinho e eles têm tudo na mão (ENTREVISTA PROFESSORA B, 2012 - grifos nossos).

O Plano Gestão apresenta conteúdo bem mais crítico em relação às condições objetivas para realização do trabalho pedagógico e aos insumos necessários para suprir as dificuldades da unidade, quando confrontado com os depoimentos dos professores. Os docentes apontam como dificuldades enfrentadas pela escola a ausência da família, o discurso que culpa e responsabiliza os alunos e familiares pelas dificuldades do trabalho pedagógico e fracasso escolar das crianças.

O que desperta atenção é o fato das dificuldades da escola levantadas no Plano Gestão não serem as mesmas daquelas citadas pelos entrevistados, o que nos leva ao questionamento sobre a coletividade na produção deste documento, pois ele não expressa sequer o ponto de vista de parte de um dos segmentos da escola.

É no mínimo importante destacar que, a despeito de o Plano de Gestão, mencionado pelos docentes como produto do trabalho coletivo, priorizar como dificuldades as condições de trabalhos, a maioria dos entrevistados, concentram suas críticas aos próprios alunos e a seus familiares, em um discurso de culpabilização dos usuários. Em suas entrevistas (anexas) poucos mencionam salários, falta de recursos para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, ou outros fatores como dificuldades significativas.

3.2.2 Incidência do Currículo Oficial sobre Planejamento Anual

No início do capítulo destacamos o Plano de Gestão, agora apresentamos dados obtidos durante a reunião de Planejamento Anual que aconteceu em março de 2013.

A diretora apresentou uma fala bem crítica com relação a avaliação que faz sobre os programas do Estado, mencionou que apesar de existir um querer unificar por parte do governo isso não existe no Estado, segundo ela no Estado acaba sendo tudo um fracasso, por isso, segundo sua fala a escola vive de forma independente do governador, muitas coisas eles procuram fazer e compreender embora não aceitem, mas que na maioria das vezes a escola faz aquilo que é melhor para a sua organização, que eles não temem orientações ou determinações da Diretoria de Ensino.

Em seguida a diretora exibiu alguns slides falando sobre ética profissional quanto à assiduidade e cumprimento de horários e normas internas da escola,

mencionou que na escola há divisão de tarefas que a parte pedagógica fica a cargo da coordenação e os casos de indisciplina e atendimento aos pais ficam por conta de direção e inspetores.

Em seguida a palavra foi passada para a vice-diretora, a mesma falou e apresentou Power Point sobre a manutenção da estrutura da escola; qualquer problema relacionada à isso deve ser comunicado a ela, e nada verbal deixar tudo por escrito, se ela não tiver deixar em sua mesa. Pediu que os docentes recolhessem todo o giz das salas de aula, pois isso acaba virando “arma” nas mãos dos alunos, comentou sobre os kits de limpeza (bucha, pano e produto) para limpar as carteiras no início de cada período, o professor manda o próprio aluno vir buscar e limpar, que isso é um trabalho contínuo de conscientização do aluno, e a importância da organização das salas de aula por cada professor ao encerrar a sua aula.

Na sequência a coordenadora do Ensino Fundamental apresentou os projetos da escola, desenvolvidos como incentivo à disciplina do aluno, pois participar das atividades requer comprovação de bom comportamento: os alunos que não apresentam “ocorrências” na ficha disciplinar, podem participar de atividades como teatro, kung fu, radio, hip hop, xadrez e os jogos de interclasse na hora do recreio. Esses projetos acontecem visando à escola de qualidade. As propostas, portanto, não são para o conjunto dos alunos.

A seguir houve uma explanação sobre o Currículo Oficial: a professora coordenadora orientou aos docentes para não se preocuparem em cumprir exclusivamente o conteúdo dos Caderninhos, pois, segundo ela

é preferível cumprir um volume do Caderno do Aluno em um ano e o aluno de fato aprender aquele conteúdo, do que passar de qualquer jeito todo o conteúdo dos quatro bimestres e os alunos não aprenderem nada (ENTREVISTA COORDENADORA, 2013).

A coordenadora neste ponto faz uma observação curiosa: diz ela que de certa forma a escola já adquiriu autonomia, não depende das orientações da DE, e os professores todos tem liberdade de seguir “o nosso currículo, o currículo no nível da nossa escola”. (ENTREVISTA COORDENADORA, 2013)

A coordenadora mencionou ainda a importância da avaliação e recuperação, que todos os professores devem fazer avaliação interna diagnóstica e investigativa que esta avaliação deve ser diária, mensal e bimestral, para as avaliações bimestrais a escola faz uma semana de prova, que as provas devem seguir um padrão estético, todas devem

ser digitadas e impressas que a escola tem cota de impressão e papel para isso. Além das avaliações internas a escola faz avaliações externas “Avaliação da Aprendizagem em Processo” AVAP (semestral), Saresp (anual) e Prova Brasil (bienal). A recuperação deve ser contínua e paralela e tudo deve ser anotado minuciosamente no diário de classe, todas as avaliações e recuperação, sempre que houver qualquer atividade desse tipo deve registrar. Já no momento do encerramento da reunião o professor D (Matemática/Física) pediu a palavra, até então todos os docentes estavam mudos, sem fazer nenhum comentário ou intervenção e disse o seguinte:

a SEE muitas vezes não sabe o que está fazendo e quer dar palpite no trabalho do professor dentro da escola, a SEE não sabe ouvir os professores, os projetos todos vem de cima, a escola só deve cumprir ordens, eu me questiono onde está o cidadão questionar que eles falam em formar? **Os professores não são ouvidos.** O professor perdeu o hábito de questionar, o professor é quem sabe das suas dificuldades, dos seus problemas, porém todas as determinações vem prontas para serem cumpridas, o planejamento do ano letivo deveria ser um espaço também de ouvir e não só falar (CADERNO DE CAMPO, 2013 – grifos nossos).

Após a sua fala houve um silencio e a reunião foi encerrada. Importante ressaltar o significado da fala do professor, o mesmo lança questionamentos sobre a autonomia do professor, a ausência de participação docente nas esferas de organização do trabalho e dos projetos a serem criados e implementados pela SEE e a necessidade do corpo docente assumir um papel crítico e questionar e intervir de fato no processo de planejamento da escola. Porém a sua fala não causou repercussão e nem sequer qualquer comentário, seja por parte da equipe gestora seja por parte dos colegas de classe.

O segundo dia de reunião de Planejamento começou com a apresentação de um vídeo com imagens de todos os professores da escola, e antecedendo as fotos algumas palavras do tipo: dedicação, experiência, criatividade, exemplo, sabedoria, compromisso, respeito, etc. os professores gostaram muito de serem reconhecidos pela equipe gestora. A seguir a página da escola na rede mundial de computadores também foi apresentada.

Ainda houve a apresentação dos trabalhos de conclusão de curso dos docentes que participaram dos cursos de especialização do Programa REDEFOR¹³ no ano de

¹³ REDEFOR é um programa criado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em parceria com o governo estadual e universidades públicas (USP, Unesp, Unicamp) que oferece diversos cursos

2012. Sete professores da escola realizaram o curso de pós graduação, em uma universidade pública, e ao final do curso todos desenvolveram um trabalho de conclusão com temática pertinente à sua área específica de atuação. No dia do planejamento cada um dos sete docentes apresentou o pôster com os resultados dos seus trabalhos de conclusão aos demais docentes da escola.

Registramos que nesses dois dias de reuniões o CO foi objeto de discussão apenas por uma vez, no primeiro dia. No entanto as preocupações com a replicação dos conteúdos propostos e a crítica do docente às políticas da SEE nos chamam a atenção, sobretudo considerando as críticas aos estudantes.

3.2.3. As reuniões: espaços de organização do trabalho e o Currículo Oficial

Segundo o Plano Gestão, a Unidade Escolar, por meio das instituições Conselho de Classe/Série, Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres e Grêmio Estudantil busca

trazer os diferentes segmentos da comunidade para dentro da escola, a fim de melhorar o processo de ensino aprendizagem e o cotidiano escolar, sendo assim, pais, alunos e demais membros da comunidade, podem participar do cotidiano escolar e opinar nos diferentes assuntos pertinentes à realidade da escola”. (PLANO GESTÃO, p. 14)

Apesar de o texto mencionar a relevância da participação, as entrevistas realizadas com docentes e mesmo com a equipe gestora, indicam distanciamento em relação aos órgãos colegiados e órgãos auxiliares.

No Plano Gestão da escola campo, como já mencionado, existe um item dedicado à Gestão Participativa, no qual se afirma que toda a comunidade escolar participa do processo de organização e decisão da escola por meio dos seus órgãos colegiados. Porém, durante a realização da pesquisa observamos uma reunião de Conselho de Classe/Série, com a presença exclusiva de professores, coordenadores e diretora da escola, os alunos não tiveram acesso a esta reunião. Na reunião de Planejamento Escolar anual, a presença registrada foi só do corpo docente e equipe gestora, ausência de funcionários, pais e alunos.

Com relação aos demais órgãos colegiados (Conselho de Escola, Grêmio Estudantil e Associação de Pais e Mestres) pelo Calendário Escolar analisado, as datas previstas para as reuniões de Conselho de Escola e APM para o segundo semestre de 2012 e para o primeiro semestre de 2013, foram as mesmas, porém em entrevista com a vice-diretor da escola a mesmo relatou que essas reuniões raramente acontecem. Enquanto estivemos na escola, quatro reuniões de Conselho de Escola e APM estavam previstas no calendário, duas para cada semestre e elas não ocorreram.

Quando questionados sobre a existência e atuação desses órgãos colegiados na escola, a maioria dos professores entrevistados afirma que eles existem, que ocorrem reuniões, mas eles não têm muito conhecimento dessa atuação, não souberam precisar como funcionam, não faziam parte da composição desses órgãos, conforme podemos observar em trechos extraídos das entrevistas

não participo muito não sabe, eu já participei muito [das reuniões dos órgão colegiados] hoje como eu sou, “muito patrimônio” eu não participo muito não, mas eu sei que funciona, tem as reuniões como são indicadas, faz parte até do...como chama...da organização do ano letivo, tem as ordinárias que são uma a cada bimestre e tem as outras quando precisa (ENTREVISTA PROFESSORA A, 2012).

nas reuniões [dos órgão colegiados] me parece que bimestral ou semestral tem o pessoal que participa é formada assim por eleição, é formada assim, tem sim, desde que vim pra cá eu vejo isso (ENTREVISTA PROFESSORA B, 2012).

Possui, possui sim, mas sinceramente eu não sei dizer como funciona, se a participação é efetiva de todos, eu sei que a escola tem, mas não tenho tanto conhecimento a respeito disso (ENTREVISTA PROFESSOR C, 2012).

Sim, eles existem anualmente nós renovamos a diretoria, mas a atuação não, ela é pequena, simplesmente porque os pais trabalham, aí tudo é organizado pela própria escola, a gente apresenta para eles basicamente pronto (ENTREVISTA VICE-DIRETORA, 2013).

Apenas uma das professoras entrevistadas e a professora coordenadora apresentam uma visão um pouco destoante com relação a existência e atuação dos órgãos colegiados, as mesmas declaram que esses órgãos existem e são atuantes, com a participação de toda a comunidade escolar, conforme podemos observar nos trechos a seguir:

Possui, o conselho está sempre atuante em todas as necessidades ou problemas que a escola tem, se tem algum problema com aluno ele participa, ele resolve, ele se reúne, em qualquer necessidade dentro da

escola. APM organiza a escola e todo andamento financeiro, todos os andamentos da escola, tendo a participação de professores, alunos e direção da escola (ENTREVISTA PROFESSORA F, 2013).

Nós temos o conselho formado por todos os segmentos da escola, e ele se reúne bimestralmente e em casos de decisões que não competem somente à direção da escola. Possui APM, ela tem recursos próprios, mas, depende de outras pessoas para se manter, quem fica mais a par dos recursos da APM é a direção e vice que fazem prestação de conta e mostram a cada início de ano, normalmente o dinheiro é usada para alguma coisa na escola, reformar alguma coisa, fazer algum conserto, poda de árvores, sempre usado para a escola (ENTREVISTA COORDENADORA, 2013).

O processo de construção do Plano Gestão da unidade, bem como seu Projeto Político Pedagógico (PPP) – nesta unidade de ensino o PPP é um item que compõe o Plano Gestão e não um documento a mais da escola – tem características que contrariam análises de estudiosos sobre o tema:

A elaboração do projeto político-pedagógico sob a perspectiva da inovação emancipatória é um processo de vivência democrática à medida que todos os segmentos que compõem a comunidade escolar e acadêmica participam dela, tendo compromisso com seu acompanhamento e, principalmente, nas escolhas das trilhas que a instituição irá seguir. Dessa forma, caminhos e descaminhos, acertos e erros não serão mais da responsabilidade da direção ou da equipe coordenadora, mas do todo que será responsável por recuperar o caráter público, democrático e gratuito da educação estatal, no sentido de atender os interesses da maioria da população. (VEIGA, 2003, p. 279)

O Projeto Político Pedagógico deveria, segundo estudiosos do tema, ser construído numa perspectiva democrática e coletiva, com a participação de toda a comunidade escolar – pais, alunos, funcionários, professores e demais membros da comunidade. Para cumprir as exigências legais, garantindo um direito constitucional e também previsto na LDB/96; atender aos reais interesses e necessidades de cada localidade; e contribuir para a formação de sujeitos autônomos capazes de atuar de forma cidadã, coletiva e democrática dentro da escola e também em sociedade. (PARO, 2002, VEIGA, 2003, entre outros)

A maioria dos professores entrevistados não soube precisar a maneira como são elaborados o Plano Gestão e o Projeto Político Pedagógico da escola. Os docentes desconheciam o período de duração de cada documento, de quanto em quanto tempo os mesmos precisam ser reescritos, isso nos demonstra que eles de fato não participam

efetivamente do processo de elaboração dos mesmos, pois se assim o fosse eles teriam se apropriado dessas informações e elas estariam mais claras para todos eles.

Vale ressaltar que Plano Gestão mais recente foi elaborado em 2011 para o quadriênio 2011-2014. Diante desta informação é importante observar que, se o trabalho foi feito tão recentemente, é estranho os professores que dizem ter participado do processo não saberem precisar o período e como foi sua organização. Em conversa com a professora coordenadora do Ensino Fundamental, no momento em que estava na escola analisando o Plano Gestão, a mesma perguntou o que havia achado do documento e afirmou que o mesmo havia sido escrito pelos dois professores coordenadores apenas. (CADERNO DE CAMPO, 2012)

A maioria dos entrevistados afirma que a iniciativa para a elaboração desses materiais é da equipe gestora: a própria coordenadora e vice-diretora confirmam que é a equipe gestora que elabora esses documentos, conforme podemos ler nos depoimentos a seguir:

Praticamente todo elaborado pela equipe gestora, nós da coordenação e da direção é que direcionamos e elaboramos, sempre embasados nas reuniões pedagógicas, nas necessidades da equipe escolar e levando em consideração o dia a dia o cotidiano da escola, as relações que acontecem aqui dentro, é isso que nós priorizamos. Nós escrevemos sobre a necessidade de investimento na qualidade do ensino da nossa escola. (ENTREVISTA COORDENADORA PEDAGÓGICA, 2013).

Em princípio esse projeto é feito pela coordenação e direção, depois é discutido com os professores para fazer os ajustes, mas a estrutura principal dele é a direção e coordenação que faz (ENTREVISTA PROFESSOR D, 2013).

Duas professoras entrevistadas apresentam informações discordantes, afirmando que o trabalho é coletivo, que todos os professores, equipe gestora e funcionários participam da elaboração. Alunos, pais ficam excluídos das discussões, conforme observamos nos trechos a seguir

Tem o plano gestor que é construído **acho que é quadrienalmente**, e todo ano a gente participa com questões de conteúdo, com o currículo, com questões relacionadas ao planejamento, e regimento escolar, quando há mudança nós fazemos toda essa organização, mas tem coisa que a gente faz anualmente e tem coisa que é quadrienal eu acredito (...) Ah é a equipe como um todo, a parte do diretor, tem a parte dos coordenadores, que são os gestores, que agora é chamado grupo gestor e os professores participam também, é...todo mundo (ENTREVISTA PROFESSORA A, 2012 – grifos nossos).

É elaborado através do quadro de professores, dos coordenadores, direção, do secretariado, e o período me parece que é bi ou tri anos, **trienal ou bienal não sei** (ENTREVISTA PROFESSORA B, 2012 – grifos nossos).

As observações realizadas durante a pesquisa na escola corroboram estudos realizados ao longo das últimas duas décadas que registram ainda não termos acumulado no país significativa experiência de participação coletiva na elaboração da proposta educativa escolar, ainda que a legislação nacional assim o prescreva (PINTO, 1996; GARCIA, 1995; PARO, 1993; 2010, ENTRE OUTROS)

Um espaço onde prioritariamente os docentes entendem ser destinado ao trabalho coletivo são as reuniões denominadas Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo, ATPC¹⁴, a partir das observações realizadas, foi possível constatar que o ATPC acontece nesta unidade de ensino por força da lei. As reuniões são realizadas todas as terças feiras em dois turnos um das 8:40 às 10:20 horas e outro das 12:00 às 13:40 horas, em cada horário participam os dois coordenadores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e um grupo diferente de professores.

Os professores que participam de cada grupo ministram aulas nos dois turnos, devido ao fato da unidade ser pequena, os docentes precisam completar sua carga de trabalho dando aulas em dois períodos, então tem professores que chegam na escola para o ATPC e continuam para as aulas da manhã e da tarde, tem professores que chegam as 7 horas, dão as duas primeiras aulas da manhã, participam do ATPC, e depois seguem em aulas também no período da tarde. A divisão em duas turmas, segundo a coordenadora, foi elaborada somente para atender os horários de trabalho de cada docente. As pautas são as mesmas para os dois turnos do ATPC. O terceiro ATPC, caso o professor tenha que fazer, pode ser cumprido em algum horário vago deste professor na sala da coordenação.

Segundo a professora A, o ATPC foi uma conquista dos professores, avalia como positivo este momento de trabalho na escola, menciona também que ele “realmente funciona”, fazendo supor que em algumas escolas esta atividade só existe no papel, conforme podemos observar em sua fala “Ah eu acho muito bom, eu acho que foi uma grande conquista nossa, dos professores, ter esse espaço para discutir, a gente

¹⁴ O ATPC faz parte da jornada docente na rede estadual conforme Resolução SE nº 08 de 20 de janeiro de 2012.

discute as questões da escola, de aprendizagem, nós lemos e discutimos textos, aqui funciona” (PROFESSORA A, 2012).

Já a professora B, afirma a existência do espaço, aborda os temas que são trabalhados, mas sente falta de mais espaços de trabalho coletivo, mais tempo para discussão troca de experiências, que só os momentos que existem na escola não são suficientes, como podemos observar em sua fala

Então a gente recebe da coordenação os recados que precisa, se gerar alguma dúvida a gente tem liberdade de perguntar, é claro que seria melhor se a gente tivesse mais chance de discutir mais com relação à coordenação, tem uns que a diretora participa também, então devido ao tempo e a quantidade de professores que fazem fica mais assim a gente recebendo informação e claro, eles abrem se tiver alguma coisa para falar fala, e tenta assim trabalhar temas que encontramos na escola mesmo, as dificuldades, ou progressos, de modo geral visa a situação da escola e que facilita para gente para trabalhar melhor (ENTREVISTA PROFESSORA B, 2012).

Os professores observam o ATPC como o único espaço e momento no qual podem se reunir com a equipe gestora para discutir os problemas da escola, e traçar planos e projetos para melhoria do trabalho. Embora pelo que foi observado nesta unidade escolar, este espaço não seja de todo usado para formação continuada, conforme podemos observar na fala de alguns professores e da própria coordenadora da escola,

A gente sempre recebe a pauta antes do que vai ser tratado, essa comunicação é por e-mail, aí a gente discute os assuntos pertinentes a escola então teve o ATPC que falou da reunião de pais e mestres que vai ter na outra semana, tem ATPC que falou das avaliações, é sempre uma pauta variada. Eu vejo a participação de alguns, assim tirar dúvida, pelo menos nos que eu participei (ENTREVISTA PROFESSORA G, 2013).

Quando há necessidade e tempo nós citamos autores e estudamos o teórico, mas não é sempre que isso ocorre não, só em casos de necessidade, normalmente nós nos atemos ao dia a dia da escola, as coisas que nós consideramos mais relevantes (ENTREVISTA COORDENADORA PEDAGÓGICA, 2013).

Nessas reuniões a gente discute alguns problemas específicos que a gente acabou detectando durante a semana, também a gente trabalha a questão de projetos, a organização, os que estão acontecendo se houve alguma mudança se foi criado mais algum projeto, a gente trabalha determinados assuntos (ENTREVISTA PROFESSOR C, 2013).

As reuniões de ATPC, pelo que se observou na prática (no total assistimos a 15 reuniões de ATPC semanais o que corresponde a 30 horas de observação) e pela fala da maioria de docentes e gestores entrevistados, destina-se à organização da escola, um momento onde os coordenadores e a direção transmitem aos professores os informes com relação ao andamento e organização da escola, expõem datas de reuniões, de projetos e atividades que serão realizadas na escola, destinam tempo para correção de avaliações, preparação de aulas, provas e exames simulados, conversam sobre questões disciplinares de salas ou alunos específicos. Em nenhuma das reuniões observadas presenciamos a formação continuada dos docentes, por meio de estudo de qualquer natureza.

Porém alguns professores e a própria coordenadora pedagógica ressaltam como positivo uma experiência vivida pela escola e também constante no Plano Gestão, que trata-se de um trabalho de formação continuada desenvolvido pelo escola nos anos anteriores aos de realização da pesquisa, os seminários de formação continuada desenvolvidos nos ATPCs. As entrevistas assim se referem aos Seminários:

Nós fizemos no ano passado, esse ano não deu certo ainda pra gente fazer, nós fazemos palestras sabe, os professores mesmos escolhem temas, assuntos pedagógicos e fazem uma palestra, não é bem uma palestra é uma apresentação é bem legal, nessa escola funciona bastante, nós escolhemos alguns temas, no meu por exemplo teve a ver estratégias de trabalho, possíveis estratégias de trabalho o texto foi indicado para os concursos, tanto para o concurso de efetivação de professores como para prova do mérito (ENTREVISTA PROFESSORA A, 2012).

Então no ano passado tivemos os seminários, cada um apresentava um tema, esse ano eles deixaram mais livre, e como assim, não sei se a correria, é muita atividade que tem, até o próprio período, o meu período por ser período da tarde, a própria temperatura, o tempo então foi ficando (ENTREVISTA PROFESSORA B, 2012).

Ano passado nós tivemos cada professor escolhe determinado assunto e depois expõe para o grupo, esse ano ainda não foi feito essa atividade nos anos anteriores a gente fazia muito essa atividade (ENTREVISTA PROFESSOR C, 2013).

Nos anos anteriores nós trabalhamos com seminários seguido das discussões sobre o assunto, cada docente ficava responsável por estudar e expor um assunto ou um autor, esse trabalho foi bem positivo (ENTREVISTA COORDENADORA PEDAGÓGICA, 2013).

Foi solicitado o acesso ao livro de Atas de ATPC para análise, pois gostaríamos de verificar se o tema currículo fora pauta das discussões, a coordenadora entregou uma pasta com as pautas das reuniões e uma planilha com as assinaturas dos professores presentes nas reuniões, porém não havia a ata daquilo que fora discutido em cada reunião, e ainda, não havia as pautas de todas as reuniões, só de alguns meses (setembro, março, maio e junho). A análise dessas pautas de reuniões de ATPCs apresenta os temas que foram trabalhados ao longo do ano letivo de 2012. Foram vários conforme se verifica no anexo I

Pela observação dessas pautas, nos parece que houve durante o ano discussão de problemas pedagógicos e disciplinares dos alunos, orientações quanto às regras e normas da escola, organização de atividades da escola, palestras e estudos de textos, confirmando aquilo que foi dito pelas professoras em suas entrevistas.

Quadro 7 - Síntese de temas presentes em atas de ATPC, por grupo temático e número de reuniões no qual o tema foi pautado

Grupo Temático	Número de registros/reunião
Organização de atividades previstas	06
Avaliações de ensino	05
Temas circunstanciais-	04
Formação docente	03
Avaliações externas	02
Currículo Oficial	01

Fonte: A autora a partir dos dados coletados

O quadro mostra que dentre os 21 temas que pautaram as reuniões, segundo os registros, há uma grande dispersão. Todavia, somados os temas relacionados à organização de atividades na escola e procedimentos relativos às avaliações de ensino, temos cerca de 50% dos temas pautados. Pode-se ainda considerar que mesmo em relação aos temas mais frequentes, predomina um caráter circunstancial, uma vez que avaliações e procedimentos organizativos são pautados de acordo com situações específicas (momento de comparecer a um evento, divulgação de índices obtidos por avaliações externas, entre outros).

De toda forma, dois aspectos se destacam: o primeiro é que as ATPCs não se constituem como espaço prioritário de formação; o segundo se refere ao tema que

norteia esta pesquisa, o currículo oficial. Apenas em uma reunião ele é objeto explícito de pauta.

Uma observação relevante mencionada pela professora E, diz respeito a não realização das reuniões de ATPC com tanta regularidade, conforme se observa em sua fala: “As reuniões elas existem quando se tem alguma coisa para ser discutido, quando não se tem alguma coisa para ser discutido os professores podem ficar na sala dos professores corrigindo provas, organizando aulas essas coisas.” (ENTREVISTA PROFESSORA E, 2013).

Esta fala corrobora as observações realizadas durante os meses que realizamos a pesquisa na escola. Estive na escola durante cerca de sete meses realizando a pesquisa, período no qual tentou-se observar as reuniões de ATPC semanalmente, todavia elas não ocorreram com frequência. Durante o período destaca-se que só ocorreram as 15 reuniões que registramos, nas demais semanas os professores foram dispensados em decorrência de alguma atividade desenvolvida pela escola; em virtude de feriados na semana; ou semana de provas e recuperação. Ainda houve situações nas quais os docentes ficavam na hora do ATPC na sala dos professores cumprindo horário.

A coordenadora pedagógica do Ensino Fundamental nos alegou que os motivos de não realizar as reuniões eram os mais variados: excesso de trabalho dos coordenadores que precisam executar tarefas de outros funcionários e por isso não conseguiam se dedicar às reuniões de ATPC; vésperas de feriados; semana que havia alguma atividade na escola (aplicação de provas, jogos interclasse, Conselho de Classe, Reunião Planejamento, entre outros) mesmo que essas atividades não ocorressem na terça feira (dia das reuniões de ATPC) a reunião ficava suspensa.

Cabe ressaltar a contradição existente entre a fala dos professores e o que de fato registramos na escola: os professores reforçam a importância do ATPC como espaço de diálogo e troca de experiências entre a equipe e lembram com nostalgia da atividade de formação continuada que houve nos anos anteriores na unidade. Porém durante os meses de realização da pesquisa não se observou regularidade nas reuniões.

Além das reuniões de ATPC outro espaço de reunião entre docentes observado na escola foi a reunião de Conselho de Classe/Série do 3º bimestre de 2012 de todas as turmas do Ensino Fundamental e Médio. Participaram desta reunião todos os professores da sala, além da diretora e os coordenadores. Na reunião observou-se certa tensão entre a fala da equipe gestora e a postura dos professores com relação à aprovação ou retenção dos alunos, conforme registros de nosso Caderno de Campo.

Registra-se aqui uma das reuniões acompanhadas. De fato não se tratou das avaliações dos estudantes em relação às matrizes ou referências do Currículo Oficial. A pauta, que em nosso entendimento merece destaque, referiu-se a outro aspecto da política oficial: a relação entre reprovação, aprovação e bonificação do corpo docente.

Os coordenadores por diversas vezes mencionaram a reprovação dos estudantes com desempenho “fraco” como algo benéfico à escola

Segundo a fala dos coordenadores, as retenções seriam uma forma de moralizar a escola. Relataram que em 2011 eles haviam aprovado todos os alunos sem **critérios por causa do bônus**, e que nada adiantou, a escola não recebeu bônus. Então agora os coordenadores pensavam ser necessário rever os critérios, pois os alunos que “ganharam” a promoção no ano anterior neste ano tinham dado muito problema de indisciplina e de rendimento, na escola. Os alunos que haviam sido beneficiados com a aprovação em 2011, não trabalharam o suficiente durante o ano todo, e os coordenadores não queriam que isso voltasse a acontecer. (CADERNO DE CAMPO)

A coordenadora do Ensino Fundamental ainda completou que **os professores estavam aceitando muito facilmente os critérios do governo**, disse: “o governo pensa que a escola é uma máquina, eles vêm como rolo compressor determinando tudo que a escola deve fazer, mas a escola pode resistir”. Ela ainda completa, que a escola **não precisava passar todo mundo e ficar presa à política do bônus**, os critérios de aprovação ou retenção deveriam ser feitos para valorizar o trabalho da escola, que isso facilitaria para o ano seguinte, moralizar a escola, que um ano eles já tinham feito isso, aumentado o número de retenções e que no ano seguinte o interesse dos alunos foi maior por medo da retenção.

Cabe pontuar que durante o Conselho uma discussão importante foi lançada pela equipe gestora e professores, a preocupação de reprovar ou não os alunos, ao que parece, os argumentos favoráveis à reprovação dizem respeito à moralização da escola, à punição dos alunos indisciplinados, à preocupação e a resistência à política de bonificação, mas em nenhum momento entrou em pauta a relação da reprovação com o processo de ensino aprendizagem dos alunos.

Registra-se ainda que durante as discussões, houve menção a perfis diferenciados em relação aos estudantes matriculados no período matutino e no período da tarde. Houve alguns comentários de professores e coordenadores exemplares, tais como: “determinado aluno não tem perfil para estudar no período da manhã”, ou “o aluno foi remanejado para o período da tarde, para ver se conseguia acompanhar, pois

de manhã não estava conseguindo”; “o aluno precisava passar para tarde porque o nível dele não acompanha a manhã”; “demos a chance para ele passar para tarde, ele se recusou agora vai reprovar”.

Os dados nos permitem registrar que e por poucas vezes se discute a política oficial no tocante ao currículo. Todavia, os profissionais não parecem estar alheios às políticas oficiais, como se pode verificar pelos registros acima. Os mesmos discutem criticamente a política de bonificação salarial a partir dos resultados extraídos de índices das avaliações externas; discutem a política da progressão continuada; entendem o ATPC como um espaço de formação; organizam seus trabalhos levando em consideração a política de gestão por resultado.

3.2.4 Avaliações Externas

Embora o tema **Avaliações Externas** não constem dos objetivos específicos da pesquisa, a coleta de dados no campo nos levou a introduzir o tema, visto que, observamos que o mesmo tem sido uma preocupação dos profissionais na escola e está vinculado à organização curricular. Concordando com Bertagna (2010), entende-se que os sistemas de avaliação externa em larga escala, têm influenciado sobremaneira os processos educativos, regulando e determinando concepções de educação e sociedade, isto pode ser observado na política educacional e na Reforma Curricular em debate nesta pesquisa. (BERTAGNA, 2010).

Segundo Bertagna e Borghi (2011) “as avaliações acabam se constituindo nos fins da escola que se organiza e trabalha em função dos resultados das avaliações e, não da construção de um projeto histórico de educação de interesse dos próprios sujeitos que deveriam se beneficiar com seu uso.” (BERTAGNA, BORGHI, 2011, p. 135). E o que observamos durante dos meses em que estivemos na escola realizando a pesquisa, foi o peso dessas avaliações externas na organização e no trabalho desenvolvido pela escola, conforme exposto a seguir.

Em duas reuniões de ATPC observadas a discussão sobre exames, provas compostas por exercícios de múltipla escolha, com um formato próximo às avaliações externas (Saresp, Enem e até mesmo vestibulares para os alunos do Ensino Médio). A escola aparentemente prepara seus alunos para ter um melhor resultado no Saresp. Presenciei em uma reunião de ATPC a discussão dos professores em conjunto com a coordenação para elaboração de um Simulado para o 3º bimestre do ano letivo de 2012.

A coordenadora do Ensino Fundamental orientou os professores sobre como deveriam proceder para elaborar as suas questões para o Simulado; segundo a coordenadora as orientações deveriam ser pensadas de acordo com as Matrizes de Referência do Saresp.

Em um deles os professores tiveram uma orientação da professora coordenadora do Ensino Fundamental para elaborar as questões do exame (simulado) (quatro questões por disciplina em cada série/ano) seguindo as Matrizes de Referência do Saresp, ou ainda baseando suas questões nas provas do Enem. Em outra reunião os professores dedicaram-se a fazer a revisão dessas questões elaboradas por eles, pois tinham que seguir um determinado padrão/modelo, elaborado pelos coordenadores.

Outro tema presente na pauta formal das reuniões de ATPC da escola é a nova avaliação externa do Estado (Avaliação da Aprendizagem em Processo). Além do Saresp, atualmente as escolas públicas estaduais de São Paulo, também participam de outra avaliação externa a Avaliação da Aprendizagem em Processo (AVAP), esta avaliação foi criada e informada às escolas no início do ano de 2012 pelas Coordenadorias de Gestão da Educação Básica e de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (CGEB/CIMA) por meio do Comunicado 08/02/2012, e no segundo semestre pelo Comunicado 31/07/2012.

A AVAP, segundo o comunicado CGEB/CIMA 08/02/2012 tem objetivo exclusivamente diagnóstico, e ‘se constituem em instrumentos investigativos da aprendizagem para posterior mobilização de procedimentos, atitudes e conceitos, pela escola e na sala de aula, visando à elaboração e execução de planos destinados ao apoio imediato para sanar dificuldades dos alunos.’ (CGEB/CIMA, 2012)

Trata-se de uma prova semestral (aplicada sempre no início do semestre) com questões de múltipla escolha, com conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, aplicada aos alunos de 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental e 1º e 2º anos do Ensino Médio. A AVAP chega para as escolas com um guia de orientações e correções para os professores, bem como com uma planilha informando quais as Habilidades e Competências são cobradas em cada questão.

De acordo com as Coordenadorias de Gestão da Educação Básica e de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional, a AVAP serve para:

- apoiar as ações de acompanhamento do desenvolvimento das propostas pedagógicas das unidades escolares;
- diagnosticar, por meio de instrumento padronizado, os aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção imediata;

- subsidiar a escola e os docentes com orientações para elaboração de pautas conjuntas e individuais que resultem em planos de ação para os processos de recuperação da aprendizagem, especialmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (CGEB/CIMA, 2012).

Com relação ao Saresp, até o momento de conclusão desta dissertação, nas observações realizadas na escola o tema não esteve presente formalmente em pauta de nenhuma reunião de ATPC.

No Plano Gestão da escola existe um item denominado “Gestão de Resultados Educacionais”, no qual a unidade apresenta como é realizada a avaliação do trabalho desenvolvido pela escola. Segundo o documento: “é feito o diagnóstico do desempenho de cada aluno em relação ao desenvolvimento das competências a ser cumpridas de acordo com o Currículo da Secretaria Estadual da Educação, registrando seus progresso e dificuldades” (PLANO GESTÃO, 2011, p. 12).

Ainda no item “Gestão de Resultados Educacionais”, observa-se uma discussão sobre Avaliação, essa discussão é subdividida em dois itens: Avaliação Interna e Avaliação Externa.

Como mecanismos de avaliação interna a escola possui: semana de provas; semana de recuperação; simulados bimestrais; e uma planilha de diagnóstico pedagógico de cada aluno. Esta planilha é elaborada com notas de 1 a 10 onde são avaliados os seguintes itens:

NFA: não faz tarefas;

FRP: Falta recorrente em dia de prova;

PS: Problema de saúde;

PA: Problema de aprendizado;

ER: Encaminhar para o reforço;

CP: Chamar pais;

F: Faltoso

Esta planilha com os rendimentos dos alunos individualmente é discutida e trabalhada pelos professores nas reuniões de ATPC (PLANO GESTÃO, 2011). Ainda não tivemos acesso a essa planilha e nas reuniões de ATPC observadas as planilhas não foram trabalhadas, mas pela análise das pautas os ATPCs foi encontrado um registro de uma reunião onde as mesmas foram analisadas, mas como as discussões dos ATPCs não são registradas, como já mencionado acima não sabemos como transcorreu essa reunião.

Sobre a avaliação externa, o Plano Gestão explica que a escola participa de duas avaliações: o Saresp (Sistema de avaliação e rendimentos da educação de São

Paulo) e a Prova Brasil. Neste item é descrito uma breve caracterização explicando ao leitor o que é o Saresp e a Prova Brasil. É apresentada ainda uma reflexão sobre a necessidade e importância desses modelos de avaliação e são também apresentados os índices da escola, tanto o Idesp (Índice de desenvolvimento da educação de São Paulo) como o Ideb (Índice de desenvolvimento da educação básica).

Com relação aos Índices obtidos pela escola nas avaliações externas nos últimos anos, encontramos no Plano Gestão duas tabelas com os resultados, uma do Idesp e outra do Ideb, mas não há nenhuma reflexão ou comentário sobre os índices apenas aparecem as tabelas com os números. Para o Idesp temos os seguintes resultados:

Tabela 1: Resultados do Idesp da Escola

SÉRIES	IDESP 2007	META/IDESP	META/IDESP	META/IDESP	META/IDESP
		2008	2009	2010	2011
8ª série E. F.	2,14	2,26/2,79	2,92/2,28	2,42/2,71	2,89/2,70
3º ano E. M.	0,83	0,91/1,87	1,97/1,32	1,43/2,79	2,97/2,79

Fonte: Plano Gestão da Escola (2011)

E já para a Prova Brasil e Ideb o Plano Gestão apresenta estes resultados da escola:

Tabela 2: Resultados do Ideb da Escola

SÉRIE	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011
8ª série E. F.	3,5	3,6	4,5

Fonte: Plano Gestão da Escola (2011)

Podemos ler no Plano Gestão a seguinte reflexão sobre as avaliações externas. Segundo o documento estas visam:

oferecer dados e informações para que os gestores da educação possam responder à perguntas relacionadas à preparação dos alunos tanto para enfrentar os desafios do futuro, quanto para saber a qualidade do ensino na escola, bem como para entender que estruturas e práticas educacionais maximizam oportunidades para alunos que vêm de contextos pouco privilegiados (PLANO GESTÃO, p. 13).

Ainda podemos ler a seguinte informação com relação aos resultados do Saresp: “Os resultados do Saresp são utilizados também como referência ao Programa

de Incentivo à Boa Gestão na Escola, que prevê o estabelecimento de metas de melhoria da qualidade.” (PLANO GESTÃO, p. 13)

Nas entrevistas realizadas com os docentes, os mesmos confirmam a realização do Saresp e da Prova Brasil pela escola, afirmam ter conhecimento dos índices extraídos dessas avaliações embora não se recordem quais os índices apresentados pela escola no ano de realização da entrevista. Todos os professores entrevistados afirmam que os índices são trabalhados pela escola, como se pode verificar na fala da professora B. Segundo a professora: “na ATPC a coordenadora mostra o mapa, os gráficos, a nossa meta, a localização”.

O referido exame Simulado tem um peso grande na nota bimestral dos alunos: 50%. Os professores, em reunião de Conselho de Classe, comentaram que o exame levou os alunos tirarem notas mais baixas no 3º bimestre, uma vez que seu “peso” foi de 50% na média (CADERNO DE CAMPO, 2012).

Na mesma reunião a diretora questionou a que fatores atribuíam a situação sugeriu que talvez se devesse ao fato de os alunos não saberem responder a esse tipo de prova. Os docentes argumentavam que não era esse o problema, porque os estudantes já se “habituarão” a realizar provas com questões de múltipla escolha. O que os professores alegaram é que o Simulado mostrava a deficiência real do aluno, pois no exame são cobrados conteúdos cumulativos de bimestres anteriores, e segundo eles, como os alunos não estudam para as provas acabaram não conseguindo atingir resultados satisfatórios nessa prova. (CADERNO DE CAMPO, 2012)

Percebe-se certo paradoxo na fala dos docentes, uma vez que os simulados são elaborados pelos próprios professores, eles é que elegem os critérios para sua organização e o conteúdo que será cobrado, e ainda assim eles questionam os resultados. O problema ao que parece não está somente no exame e sim no processo de ensino aprendizagem, pois se o processo de ensino aconteceu de forma eficiente e significativa para o aluno e houve a aprendizagem era de se esperar que eles conseguissem realizar a prova e obter bons resultados, pois toda avaliação, em tese, leva em conta aquilo que foi aprendido.

Em três reuniões de ATPC observadas na escola campo, o tema foi a AVAP, duas reuniões no ano de 2012 e uma no ano de 2013: na primeira delas os coordenadores, em conjunto com os professores, fizeram uma avaliação da prova que fora aplicada na semana anterior. Os docentes comentaram na reunião que as questões da prova tinham sido as mesmas da prova realizada no primeiro semestre, e que por isso

o resultado parecia ter sido melhor. Embora ainda não tivessem feito a correção, os professores comentaram que as questões presentes são muito semelhantes às aquelas presentes no Saresp. Após essa pequena reunião os professores coordenadores pediram para os colegas pegassem os pacotes de prova e fizessem a correção das mesmas mediante o gabarito.

Em março de 2013, uma outra reunião de ATPC foi destinada a correção de tabulação em planilhas dos resultados dos alunos na AVAP, essa avaliação foi realizada na escola no segundo semestre de 2012 e no início do ano letivo de 2013, na primeira semana do mês de março.

O terceiro dia da reunião de Planejamento do ano letivo de 2013 foi realizado em meados do mês de março, após a realização a AVAP por todas as escolas da Diretoria de Ensino da Região de Ribeirão Preto. O dia todo do Planejamento foi dedicado a analisar as planilhas e gráficos onde continha a quantidade de acertos dos alunos nas questões da prova. E a partir da análise desses gráficos a escola propôs atividades e planos de recuperação para suprir as defasagens dos alunos em cada tipo de questão. Cada uma das questões corresponde a uma Competência e Habilidade específicas, por essas planilhas e gráficos é possível analisar quais questões a sala tem mais dificuldade em responder e partir daí os professores devem propor atividades para suprir essas dificuldades dos alunos. (CADERNO DE CAMPO, 2013)

Com relação ao lugar do Currículo Oficial na Organização do trabalho na escola, objeto central de nossa pesquisa, o que se pode inferir após a exposição dos dados é a presença do Currículo Oficial pautando as atividades e dinâmica de trabalho.

O Currículo como orientação política, como objeto de reflexão pouco aparece no cotidiano da escola, ele não pauta as atividades de discussão e formação em ATPC ou reunião de Planejamento, bem como, também não norteia as reuniões de Conselho de Classe/Série, as decisões dos órgãos colegiados, porém existe um acordo tácito entre os membros da escola e na organização do trabalho que induz ao uso do Currículo Oficial como instrumento de trabalho.

O tema das avaliações externas e alcance de índices mobiliza sobremaneira a organização do trabalho escolar, em certa medida por essa constatação pode-se afirmar que a SEE tem conseguido cumprir seu modelo de gestão pública, ou seja, a administração pautada em resultados. A preocupação demasiada com as avaliações externas e os índices acabam impondo o uso do Currículo Oficial aos docentes da escola.

No que diz respeito ao trabalho coletivo desenvolvido pela escola, a realização da pesquisa de campo com as observações, análise documental e entrevistas, indica certas contradições entre as práticas vivenciadas pela escola e o declarado no Plano de Gestão. O documento legal apresenta uma visão de escola participativa, na qual as decisões são tomadas no coletivo, mas o que se observou e o que as entrevistas demonstraram é que a organização e administração da escola ficam a cargo da equipe gestora, estes quando muito informam apenas aos professores as decisões que foram tomadas, as normas e regras a seguir.

Os professores na maioria das vezes adotam uma postura de pouco questionamento e de aceitação às determinações que são de certa forma impostas pela equipe gestora. Poucas foram as observações e depoimentos que mostraram uma postura mais crítica e reflexiva dos professores, questionando ou reivindicando participar da tomada de decisões da escola, na maioria das vezes eles acataram o que fora decidido e indicado pelos coordenadores e direção da escola. Não existiram os momentos onde se observou os professores construindo coletivamente algum projeto, ou mesmo participando de reuniões de órgãos colegiados ou na construção do Plano Gestão, bem como seus anexos que são escritos anualmente.

No que diz respeito à participação dos demais segmentos da escola, a presença deles em qualquer tipo de reunião dentro da escola no período que a pesquisa foi realizada foi totalmente inexistente.

Tendo como princípio uma organização escolar voltada ao coletivo, a uma gestão participativa ou democrática, analisamos a unidade pesquisada sobre esta lógica. Democracia entendida aqui tal como nos orienta Vitor Paro

a democracia, em sua acepção ampla e rigorosa, não pode restringir-se a sua conotação meramente eleitoral ou a seu significado restrito de luta política para o alcance de interesses de grupos. Muito mais do que isso, a democracia, como valor universal, deve ser vista como envolvendo a utilização de todos os recursos, mecanismos e instituições na realização da convivência pacífica e livre entre indivíduos e grupos que se aceitem como sujeitos — portadores, embora, de múltiplos interesses e vontades, mas que precisam aceitar a condição de sujeito de seus semelhantes. Enquanto tal, a democracia é um horizonte e uma prática que deve impregnar todas as instâncias da vida individual e coletiva (PARO, 2002, p. 61).

Em uma escola democrática todos os membros da comunidade, professores, pais, alunos e funcionários, podem estar realmente envolvidos e participando ativamente

de todo o processo de pensar e organizar as metas e objetivos da escola, os valores educacionais e concepção de ensino, bem como opinar e tomar decisões na resolução de problemas pertinente ao cotidiano escolar. (PARO, 1993)

4. CURRÍCULO OFICIAL NA ESCOLA CAMPO: A VISÃO DOS ENTREVISTADOS

Neste capítulo discute-se o processo de implantação do Currículo Oficial do Estado de São Paulo na escola campo da pesquisa, priorizando-se a visão dos profissionais envolvidos. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas. De maneira complementar recorreu-se a observações em sala de aula.

A **relação entre currículo oficial e avaliações externas**, expressa desde os documentos oficiais também se faz presente nos depoimentos dos professores entrevistados, conteúdo este que também integra este capítulo.

Em entrevista, alguns professores afirmam o que está descrito no Plano Gestão ao mencionarem que os docentes em sua maioria, orientam-se na preparação das suas aulas tendo como base o Currículo Oficial do Estado de São Paulo, conforme observamos a seguir

Nós acompanhamos totalmente o currículo oficial da Secretaria da Educação que é o São Paulo Faz Escola, pelo menos eu, acho que a maioria dos professores usa, **porque a gente vê que unificando é melhor, do que ficar cada um perdido fazendo do seu jeito da forma que acha melhor**, acho que o currículo, desde que estou aqui, desde 2008 quando começou, eu pelo menos sempre trabalhei, apesar de ter os dos meus apesares, eu sempre trabalhei, fazendo as adequações (ENTREVISTA PROFESSORA A, 2012, grifos nossos).

Acho que quem decide é a coordenação, **mas não que eles imponham, não há uma imposição**, eles pediram para seguir a proposta curricular do estado mesmo, a escola segue o currículo oficial do estado de São Paulo (ENTREVISTA PROFESSORA G, 2013 – grifos nossos).

O currículo é determinado pela Secretaria da Educação, ele separa os conteúdos por séries e bimestralmente também. Isso tem que ser seguido. É institucional (ENTREVISTA PROFESSOR D, 2013).

Destacamos na fala da professora A, uma opinião semelhante aquela defendida pela SEE e expressa nos itens anteriores quando é realizada a discussão sobre a Reforma Curricular, sobre a necessidade de unificar o Currículo e como isto é visto como positivo.

Já outros professores, admitem que a escola tenta seguir as determinações do Currículo Oficial, mas afirmam que cada docente tem liberdade para organizar e trabalhar em sua disciplina e em suas aulas não utilizando exclusivamente o Currículo Oficial.

Poderei dizer que 80% da escola sim [segue o currículo oficial do Estado de São Paulo] como eu ia dizer, algumas matérias, como no meu caso, eu preferi não seguir religiosamente, o que eu pude aproveitar eu aproveitei (ENTREVISTA PROFESSORA B, 2012 – grifos nossos).

A gente segue o currículo da secretaria, **nós trabalhamos em cima daquele currículo e na medida do possível acrescentasse mais alguma coisa, porque particularmente eu acho o currículo do Estado muito pobre**, se bem que a visão do Estado é colocar o aluno no mercado de trabalho e não em uma universidade (ENTREVISTA PROFESSOR C, 2013 - grifos).

A escola passa o currículo que vem do governo aquele componente curricular do governo, **mas fica um pouco a critério do professor seguir a risca ou não**, porque tem alguns professores que preferem não utilizar aqueles caderninhos do aluno que o Estado manda que já tem todos os componentes. No meu caso eu trabalho seguindo o que está no componente curricular só que eu tento trazer mais coisas, passar outras informações, dar uma modificada, seguir a risca assim fica a critério de cada professor aqui na escola (ENTREVISTA PROFESSORA E, 2013 – grifos nossos).

Se você quer seguir o currículo de acordo com a apostila que já vem do governo, aí cada professor segue, se você quer seguir o currículo com livro didático ou com material **paradidático nós temos liberdade pra isso**, mas segue o currículo direitinho que vem da secretaria da educação (ENTREVISTA PROFESSORA F, 2013 – grifos nossos).

O Currículo que nós seguimos é o da SEE, **com as devidas modificações, porque somente o currículo em si não dá conta de atender às necessidades dos nossos alunos** (ENTREVISTA COORDENADORA, 2013 – grifos nossos).

Nos depoimentos desses docentes se observa que há o uso parcial do Currículo Oficial, os professores tem liberdade para fazerem suas adaptações inclusive fazendo uso de outros instrumentos, como livros didáticos e paradidáticos para comporem seus planos de ensino e suas aulas.

Os profissionais entrevistados afirmam a necessidade de complementar o Currículo Oficial. Segundo eles só as determinações e o Currículo que vem pronto da Secretaria do Estado da Educação não dão conta de suprir as necessidades e não atendem aos interesses e algumas vezes até defasagens dos alunos.

Os professores entrevistados mencionam a necessidade e a liberdade que possuem para fazer adaptações ao Currículo visando atender às demandas de cada sala ou grupos de alunos.

Outra observação relevante é feita pelo professor C, quando menciona que o objetivo da Secretaria do Estado de Educação de São Paulo é preparar os alunos para o mercado de trabalho e não para o ingresso em universidades, daí, segundo a opinião do docente o currículo ser fragmentado e nos seus dizeres: “muito pobre”.

Segundo os professores entrevistados o Currículo Oficial é composto pelos seguintes materiais “Está organizado em cada área específica, com quatro cadernos, primeiro, segundo, terceiro e quarto bimestre, são as apostilas que chegam para os alunos, e o Caderno do Professor” (ENTREVISTA PROFESSORA B, 2012). “Nós recebemos o Caderno do Professor e o Caderno do Aluno, no início da mudança recebemos o Caderno do Gestor, alguns volumes e o próprio Caderno o Livro do Currículo, um para cada área.” (ENTREVISTA COORDENADORA, 2013). O que corrobora aquilo que já foi escrito em capítulo anterior sobre os documentos que norteiam a implantação no Currículo Oficial do SEE.

Os professores entrevistados reconhecem os materiais descritos pela proposta oficial e a sua forma de organização. Tais informações confirmam o que já foi descrito nos capítulos anteriores. O único documento que os docentes não citam é o Caderno do Gestor, material composto por orientações aos professores coordenadores, para auxiliarem na implantação do Currículo Oficial.

4.1. Processo de Implantação do Currículo na Escola

O processo de implantação e implementação do Currículo Oficial na escola foi vivenciado apenas por alguns professores dentre os que estavam atuando quando a pesquisa foi realizada, uma vez que poucos já estavam na escola no ano de 2008, ano da implantação do currículo: a professora B estava afastada em licença saúde à época, então não participou deste processo, nem na escola e nem em outra unidade de ensino; três professores mais novos no cargo ainda não estavam na rede no ano de implantação do novo Currículo. A professora A assim relata como foi implantado o Currículo Oficial

Foi tranquilo, foi trazido, em tese, foi discutido a proposta, primeiro se implantou em termos de proposta, depois com o currículo já estava implantado e foi só dar sequência, mas foi tranquilo, principalmente na minha área que é língua portuguesa, os professores que passaram por aqui ninguém assim, fez diferente do que a escola havia determinado (...) não me lembro muito bem não, mas parece que sim, houve uma discussão, não sei se a comunidade participou, acho que

não, não me lembro, a escola enquanto assim, me lembro vagamente (ENTREVISTA PROFESSORA A, 2012).

Os depoimentos da coordenadora pedagógica e da vice-diretora indicam a ausência de discussões prévias à implantação e implementações do Currículo Oficial, conforme observa-se a seguir:

Foi muita confusão, ninguém sabia, ninguém conhecia, ninguém sabia exatamente como era, demorou muito para a gente entender como ia funcionar, como ia acontecer, eu acho que faltou muito divulgação e explicações, não teve explicações, simplesmente chegou um pacote dizendo é para fazer assim, tá tudo bem e depois que acabar esse assim o que eu faço? (ENTREVISTA VICE-DIRETORA, 2013, – grifos nossos)

Nós aqui da escola e até onde eu sei e já pesquisei ninguém foi ouvido ou sequer participou de alguma reunião para discutir esse novo Currículo, ele chegou pronto para ser executado. Não houve nada disso não (ENTREVISTA COORDENADORA PEDAGÓGICA, 2013, – grifos nossos)

Esses depoimentos indicam a ausência até de informações suficientes sobre o que seria esse novo Currículo as novas formas de trabalho, o seu funcionamento. Novamente as informações coletadas na escola corroboram o que a bibliografia nos informa a cerca deste processo caracterizado pela precariedade de informações e ausência de participação dos mesmos. (HAND, 2010, MARQUES, et.al., s.d.).

Tal medida vai de encontro ao que propõe as LDB/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais quando mencionam em vários artigos a necessidade da participação coletiva na elaboração dos projetos e programas a serem desenvolvidos nas escolas.

O site oficial da SEE divulgou que no ano de 2007 (ano que antecedeu à implementação do Currículo) os docentes foram ouvidos e teriam participado do processo de elaboração da nova Proposta Curricular. Este fato não foi comprovado, pois até o final da realização dessa pesquisa não obtivemos informações oficiais e estudos que afirmassem tal participação.

Registramos quatro chamados no link “fale conosco” do site da SEE solicitando maiores informações sobre o processo de pesquisa aos docentes, todavia não obtivemos respostas; no site do Programa também não existe informação nenhuma sobre os dados levantados por levantamento de opiniões por parte da SEE. Na unidade os professores não manifestaram conhecer o processo.

Quando perguntados sobre cursos de formação ou capacitação para o uso do novo Currículo, apesar da SEE divulgar em sua página que eles foram oferecidos. Dizem as docentes: “eu nunca participei mas, acho que tem umas capacitações que são feitas, teve enquanto implantação e agora implementação e é isso, mas eu nunca participei só ouvi.” (ENTREVISTA PROFESSORA A), “desse material, eu nunca recebi nenhum convite pra receber qualquer capacitação disso.” (ENTREVISTA PROFESSORA B, 2012).

A área de geografia não teve nenhuma capacitação por parte de diretoria, nós tivemos aqui, da coordenação da escola a minha área de geografia, foi a coordenação da escola. As outras áreas se teve eu não sei responder. Mas aqui na escola nós participamos sim, as reuniões que precisa, reuniões pedagógicas que tem planejamento, as vezes um momentinho de HTPC isso teve. Foi implantada, ninguém consultou ninguém, como sempre. Tudo que acontece é assim, chega tá pronto, foi assim (ENTREVISTA PROFESSORA F).

O que a pesquisa de campo na escola nos mostrou, é que inicialmente nos anos 2008 e 2009 não houve qualquer tipo de formação ou capacitação dos docentes para conhecerem e trabalharem com o novo Currículo por parte da Secretaria do Estado da Educação ou mesmo por parte da Diretoria de Ensino. Segundo a professora coordenadora coube à equipe na escola informar aos docentes. Segundo a entrevistada posteriormente houve cursos.

Nós aqui da escola é que tomamos conhecimento por meio da Diretoria de Ensino e aí reunimos nossos professores para comunicar a mudança, mas muito ainda sem saber como seria, o que de fato estaria mudando, as coisas foram acontecendo já com o bonde andando como diria o ditado popular, nada de tempo para preparação, conhecimento, nada disso não. Os novos professores ingressantes agora passam por curso de formação para trabalharem com o material, mas os que já estavam na rede não houve nada muito específico não, nós que fizemos esse trabalho, a coordenação com os professores nas reuniões de ATPC e depois com o tempo o governo foi abrindo cursos de aperfeiçoamento todos a distancia, on line (ENTREVISTA COORDENADORA, 2013).

A partir do concurso do Estado para efetivação de professores, realizado no ano de 2010, a SEE introduziu um curso *on line* preparatório sobre o Currículo Oficial do Estado de São Paulo, fato que pode ser confirmado pelo depoimento da coordenadora pedagógica e de dois professores: “Os novos professores ingressantes agora passam por curso de formação para trabalharem com o material.” (ENTREVISTA

COORDENADORA, 2013); “O curso começou a ser dado quando houve o último concurso e agora que ele está sendo aberto aos demais professores.” (ENTREVISTA PROFESSOR C, 2013). “eu fiz o curso de formação do concurso é um tipo de capacitação”. (ENTREVISTA PROFESSORA G, 2013)

A partir de 2011 o curso foi aberto aos demais docentes da rede já efetivos ou Ocupantes de Função Atividade (OFA) que tivessem interesse em fazê-lo, fora do horário de trabalho mediante recebimento de certificado.

Avaliamos que a oferta deste curso aconteceu de forma precária e ainda tardiamente, após três anos de implementação do Currículo oficial, o que contribui para desqualificar ainda mais o processo de criação e implantação do mesmo.

4.2. O Currículo na Avaliação dos Profissionais da Escola

Com relação aos conteúdos expressos no novo Currículo, os professores nos apresentam várias ressalvas, pois observaram que os materiais são fragmentados, não dão conta das necessidades dos alunos, não levam em conta as especificidades de cada unidade escolar. Os professores entrevistados registraram ainda, a falta de tempo e de preparo para poderem se apropriar de um material que “não foi pensado por eles”. E ainda informam que fazem as devidas adaptações para poderem trabalhar com os materiais, conforme observamos nestes depoimentos

O material de língua portuguesa do ciclo II é meio difícil para o nível que eles estão, então tem textos extremamente longos com muitas palavras difíceis, acabei de falar com a professora de ciências, então ela até falou que vai usar o dicionário na 5ª série, **então eu acho que o nível está meio inadequado, a gente tem que fazer as adaptações para que eles consigam acompanhar.** (ENTREVISTA PROFESSORA A, 2012, grifos nossos).

A teoria de cada assunto é bem curta e não acompanha o grau desses alunos de Estado que não sabe muita coisa, alguns podem até aproveitar alguma coisa, aquele tipo de aluno que gosta de estudar e que gosta de aprender, mas como a **maioria não está muito interessada** a gente tem que explica tudo, quando o professor está ali seguindo religiosamente o caderninho aí o aluno se entusiasma, **mas ele pode fazer só uma ou outra questão dali. (...)** um pouco que eu pude trabalhar eu pensei assim, **poxa se eu tivesse tempo, mais tempo ou recurso para poder aplicar, então você precisa ensinar outras coisas para eles entenderem, então eu acho que o nível é alto, seria ideal se houvesse a estrutura por baixo, de base, e não têm,** eu creio que aqui não tem. Ajudaria mais se fosse melhor trabalhado (ENTREVISTA PROFESSORA B, 2012 – grifos nossos).

Nesses primeiros depoimentos as professoras entrevistadas fazem críticas tendo em vista o que consideram ser um conjunto de dificuldades dos estudantes: pouco interesse e baixa capacidade. Segundo as docentes os alunos não conseguem “acompanhar” o nível do Currículo Oficial, alegam serem os conteúdos muito densos e por isso a necessidade de fazer adaptações.

Vale ressaltar que para essas docentes o problema são os alunos e não o material. As docentes responsabilizam os estudantes por suas dificuldades. Já quatro professores entrevistados fazem a crítica em relação a própria estrutura do material, alegando ser superficial, vago, composto prioritariamente de exercícios, pouco denso em teoria. Sendo assim eles veem a necessidade de complementar o instrumento Caderno do Aluno fazendo uso de outros materiais:

o conteúdo é bem reduzido e ele trabalha, pelo menos na minha área, a prática. Então a prática às vezes é até interessante para o aluno visualizar mas ele não entende o que está acontecendo porque a **teoria não vem no currículo ele traz a prática** para demonstrar ao aluno o que acontece em determinadas situações. Se você quiser que o aluno saiba o que está acontecendo tem que produzir toda a teoria que o currículo não traz, então ele **está muito focado em mostrar somente a observação, prepara o aluno para observar, mas não para tirar conclusões, elaborar** (ENTREVISTA PROFESSOR C, 2013 – grifos nossos).

Aqui na escola eu tento mesclar o livro didático que a gente tem e esse **Caderninho do Aluno**, porque esse Caderninho do Aluno ele só vai ter as perguntas, matéria em si ele não tem. Eu tenho algum livro aqui da escola que passa a informação eu levo e uso o livro, senão eu trago textos de outros livros que eu possuo em casa, de sites que eu pesquisei na Internet, até alguns sites que o próprio governo passa naquele caderninho do aluno, **porque eu acho que aquele caderninho ele é um pouquinho vago, ele não aprofunda nenhum tema, ele passa superficialmente** (ENTREVISTA PROFESSORA E, 2013 – grifos nossos).

eu uso o caderninho eu sigo os caderninhos só que eu completo, acho que ele não é perfeito. Perfeito não existe, **mas eu completo minha disciplina com atividades extras, caderno, coisa assim**. E nessa apostila vem sugestão de filme, algum texto diferenciado, um caderninho teve sugestão de uma música, **mas eu não vejo nada viável nessas sugestões, porque não dá certo trabalhar, e o filme que mostra ali também não existe interesse por parte do aluno**, (ENTREVISTA PROFESSORA F, 2013 – grifos nossos).

na minha disciplina, pelo que observei o currículo ele tenta contextualizar, sempre pelo que eu já li em cima daquelas habilidades, que é interpretação, análise de gráfico, tentar achar o contexto, então o que vejo é assim, **o mesmo assunto é abordado várias vezes, e não**

de maneira específica (...) e acaba tendo uma abordagem simplificada (ENTREVISTA PROFESSORA G, 2013 – grifos nossos).

Estes depoimentos nos levantam duas questões: em primeiro lugar a crítica tecida ao material, por serem fracos, com conteúdos reduzidos, sem aprofundamento teórico, daí a necessidade dos docentes complementarem suas aulas, fazendo uso de outros recursos, tais como livro didático. E em segundo lugar, se observa que os Cadernos do Aluno e do Professor parecem não serem utilizados na escola pesquisada tal como propõe SEE que privilegia a ideia de unificação.

Os materiais segundo os depoimentos são utilizados como apoio pedagógico, como norteador. Cada docente a sua maneira se apropria de uma forma do Currículo e do material, faz as adaptações necessárias de acordo com a sua sala de aula, complementa o mesmo na maioria das vezes com suporte do livro didático, e não tem o Currículo Oficial como peça chave em sua organização do trabalho. Esta observação reforça a ideia da impossibilidade de padronização.

O depoimento de um dos professores nos chamou atenção por alertar sobre a importância da autonomia pedagógica, embora o docente não utilize essa terminologia, ele deixa claro, a importância de sua formação para saber preparar e ministrar suas aulas, diz fazer uso dos materiais apenas como suporte para a sua prática pedagógica.

Temos que partir do seguinte pressuposto, **esse material é um apoio pedagógico, não digo ele à risca**, ele não é simplesmente meu único modo de trabalho. Porque senão não faria sentido algum os quatro anos da minha graduação, na minha graduação eu aprendi a minha formação necessária para exercer a minha profissão. Então isso aqui é um material de apoio. Então eu pego a minha formação adequada ao que eles precisam e possuem dificuldade, **então eu faço a adequação na dificuldade para inserir o material, mas ele não é todo aproveitado** (ENTREVISTA PROFESSOR D, 2013).

Sem incorrer em generalizações, pode-se inferir que usando ou não o material como peça chave, os professores de certa forma se preocupam, mobilizam ou mobilizaram recursos e tempo do seu fazer docente para analisar, preparar, adaptar o material aos seus alunos e às suas salas. Até mesmo para os docentes que não fazem uso regular do material, em certo momento, estes desprenderam seu tempo, analisando o mesmo para decidir se aplicaria ou não o material aos seus alunos.

A própria coordenadora pedagógica deixa claro que o Currículo não precisa ser seguido à risca na escola,

Desde o início do ano já falamos para os professores que eles tem liberdade para fazerem as modificações e adaptações. Nós vemos que há necessidade de complementação do conteúdo por meio dos livros didáticos, com pesquisas diversas que tanto os professores como os alunos devem fazer, usando livros ou mesmo a Internet, alguns professores fazem uso de aulas práticas também para enriquecer e complementar. O Currículo aqui na escola ele é e precisa mesmo ser contextualizado conforme o perfil de cada sala, conforme o perfil dos alunos. A decisão sempre é conjunta entre a direção, coordenação e professores, os professores que conhecem mais as turmas veem conversam com a direção e com a coordenação aí nós avaliamos e são feitas as modificações dependendo de cada professor e de cada turma (ENTREVISTA COORDENADORA PEDAGÓGICA, 2013).

Por esta fala da coordenadora pedagógica e pelos depoimentos dos docentes, percebe-se que embora exista um material único ele não padroniza conforme o interesse da SEE, pois todos os professores mencionam que fazem as adaptações, cada qual a sua maneira, fazem ou não uso do material contextualizando à realidade de seus alunos. Talvez essa liberdade dos docentes possa dever-se ao fato de não haver cobrança ou fiscalização interna da escola ou da diretoria de ensino para que os docentes sigam o material, embora o Plano Gestão afirme que a escola segue as orientações do currículo oficial da SEE.

Nos depoimentos de duas professoras elas mencionam não haver cobrança ou fiscalização com relação ao uso ou não dos materiais, quando perguntadas se existe alguém na escola que fiscaliza ou cobra o uso do material: “Acho que a direção e a coordenação nem sabem se eu estou usando ou não, não tem essa cobrança não” (ENTREVISTA PROFESSORA B, 2012)

Acho que especificamente não, na escola quem acompanha é o coordenador, mas em termos de diretoria acho que não, pelo menos a mim nunca ninguém questionou, em termos de secretaria de educação também não sei, acho que não, pode até ser que tenha, mas não chega até a gente, pode ser que tenha para os diretores e coordenadores (ENTREVISTA PROFESSORA A, 2012).

Durante os meses que estivemos na escola para realização das observações e entrevistas, e especificamente na entrevista com a coordenadora pedagógica não observamos e nem constatamos nenhum momento de fiscalização ou acompanhamento da mesma sobre a utilização do currículo oficial pelos docentes da unidade escolar.

As observações realizadas durante a pesquisa indicam que os docentes concordam com a existência de um currículo para orientar, dar um norte à atividade

docente, que a crítica que fazem diz respeito ao conteúdo expresso neste currículo, ou por ser muito fraco, com conteúdos fragmentados, ou por ser distante da realidade dos alunos, precisando os professores, a todo momento, trabalharem com materiais adicionais, livros didáticos a própria experiência para enriquecer os conteúdos que segundo eles os que estão expressos nos materiais do aluno são bem empobrecidos.

Cabe ainda ressaltar uma importante fala da coordenadora pedagógica que menciona a padronização dos currículos, a autonomia docente e a precarização e desconsideração do trabalho intelectual do professor,

A principal mudança que eu posso citar é a padronização do conteúdo, agora todos os docentes da rede devem trabalhar da mesma forma, seguir o mesmo padrão e isso na minha opinião, pode ser até prejudicial, pois as diferenças dos alunos elas não tem espaço para aparecer, nós aqui ainda fazemos as modificações e as escolas que não fazem? Que seguem tudo à risca? É perigoso. Olha, eu vejo que facilitou o trabalho do professor ao preparar suas aulas, pois já está tudo praticamente pronto, as situações de aprendizagem o que os professores devem ministrar, como fazer, porém, isso acaba gerando muita desatualização por parte dos docentes que ficam só presos a esse currículo e não buscam novas possibilidades e novas estratégias de trabalho. Como vantagens acho que já até mencionei: facilitou a preparação das aulas para os professores, como desvantagens eu avalio a descontextualização do conteúdo com a realidade da escola, de cada escola, essa ideia de unificar sem levar em conta que cada escola é uma e tem as suas singularidades as suas diferenças. (ENTREVISTA COORDENADORA, 2013)

As observações da professora indicam que em sua avaliação a preparação para o trabalho é um problema para os docentes. Sob este aspecto o Currículo funciona como uma solução, posto que no material destinado ao professor as aulas já vêm prontas. Vê-se aqui que frente a uma jornada de trabalho na qual não se prevê o tempo para a preparação do trabalho, ou discussões entre o coletivo para organização das atividades, o material que traz as aulas prontas torna-se algo importante, talvez minimizando problemas de maior porte. Entretanto, conforme afirmam os próprios professores, a percepção da coordenadora não corresponde a toda realidade, posto que os docentes têm posturas diferenciadas.

De outra parte o depoimento demonstra ser perceptível à profissional que a padronização dificulta o trabalho com o contexto local. Problema este que aparentemente não lhe parece ser impeditivo à adoção do currículo.

4.3. O Currículo e as Avaliações Externas

Duas professoras entrevistadas e a vice-diretora têm um posicionamento bem crítico a esse tipo de avaliação, crítica esta, agravada pelo fato das avaliações externas estarem atreladas ao pagamento de bônus salarial dos professores, conforme observamos em seus depoimentos,

Se for falar na teoria o Saresp é baseado no currículo formal do Estado de São Paulo, sim tem que ser, mas na verdade a gente sabe que isso é um controle da massa, o próprio bônus é uma maneira de forçar para que o profissional sinta obrigado a trabalhar, tanto que eles perceberam que diminui a quantidade de faltas depois que foi implantado o bônus vinculado a falta do professor toda essa parafernália é para controle, tem a ver com controle do trabalho e do funcionário e não com melhoria de qualidade de educação (ENTREVISTA VICE-DIRETORA, 2013).

A gente nem conhece direito os critérios que eles usam e outra é uma prova pontual o Saresp. Eles mandam a gente avaliar o aluno como um todo, aí vem uma prova de teste: que a figura tem que ler, se ele tiver com preguiça ele não lê, “joga no bicho” como eles dizem e acertam o gol de vez em quando e vai... Não, eu **não concordo com o Saresp de jeito nenhum, acho que tinha que ser uma coisa diferente**, vamos fazer uma coisa séria? Vamos, então vem aqui, faz uma coisa séria, uma avaliação direta com o aluno, avaliação oral, avaliação escrita, questões abertas e de múltipla escolha, mas faz uma coisa séria, agora vem com essa história, eu não concordo não, principalmente depois que juntou com essa história de bônus, juntou dinheiro com resultado, essa aí é a pior parte. (...) Nossa é ridículo, nossa eu fico revoltada, porque é falso isso, é falso, a gente sabe que é falso, é **mais uma forma de pressão de pressionar a escola**, o aluno pra um resultado que a gente sabe que é falso, **se fosse sério seria diferente** (ENTREVISTA PROFESSORA A, 2012 – grifos nossos).

No ano passado, todo mundo se preocupou com o Saresp: preparamos melhor o aluno, fizemos uma revisão visando o Saresp, aí quando chegou o resultado foi um desastre, não sabemos onde que reflete, agora eu, **eu sou bem leiga, no orçamento da escola, quando vem verba essas coisas eu não sei te informar**...No meu ponto de vista, o Saresp ele não tem finalidade, ele pede coisas que você nem dá em sala de aula, é extenso o que ele abrange, muitas vezes tem questões que eu nem cheguei a ensinar o aluno (ENTREVISTA PROFESSORA B, 2012 – grifos nossos).

A professora B parece desconhecer o processo de recebimento de verbas pela escola, ela acredita que as verbas de manutenção da unidade são recebidas de acordo com os resultados das avaliações externas, e essa informação não é verdadeira. As verbas que chegam à escola são convênio FNDE/APM, todas as escolas estaduais

paulistas recebem verbas trimestrais denominadas “Manutenção do Prédio Escolar”, o valor recebido é por alunos matriculados de acordo com o censo escolar e ainda duas verbas semestrais denominadas “Mutirão Trato na Escola” também recebida de acordo com o número de alunos matriculados, um valor fixo por aluno, sendo assim a quantidade recebida por cada unidade escolar varia de acordo com o número de matrículas. O único dinheiro recebido mediante resultado de avaliação externa é o bônus salarial pago aos docentes e funcionários se escola atingir as metas do Idesp.

Importante ressaltar que as duas professoras mencionadas não questionam profundamente a política de avaliação externa, elas concordam que deva haver uma avaliação do trabalho desenvolvido na escola, mas são contrárias a maneira como é realizada, por meio de uma única avaliação externa padronizada, sem levar em conta a realidade dos alunos, a comunidade atendida pela escola, as demais atividades desenvolvidas pelos alunos e professores, conforme observamos em suas falas

Você tem que ver o trabalho da equipe, você tem que ver o empenho das pessoas, você tem que ver tudo, **você tem que ver... sabe... a escola como uma coisa dinâmica e não como uma coisa estática**, e é, você vê, eu tenho duas 8ª séries, uma 8ª eu consigo trabalhar, render, a outra não porque, por causa do jeito dos alunos, a importância que eles dão pras coisas, você vê dentro da escola, existem realidades diferentes, então você joga aí uma prova que é teste, eu tenho certeza que a minha 8ª A vai fazer com um compromisso e uma seriedade o Saresp o resultado vai ser um, agora minha 8ª B não, aí o resultado a gente já sabe (ENTREVISTA PROFESSORA A, 2012 – grifos nossos).

Deveria ser extra escola, conhecer a vida da comunidade, da nossa população que assim é uma população assim bem carente, ver assim se são famílias bem estruturadas, mal estruturadas, de forma geral, acho que **a população maior no período da tarde é problema**. Aí você fala assim: vou ensinar um teorema e o aluno te responde “professora eu vou vender drogas que eu ganho muito mais”, nós temos um alto nível que entre eles, eles comentam, então eu acho que tudo eles trazem lá de fora vai refletir aqui dentro, e a avaliação não leva em conta todas essas coisas, então eu acho a avaliação leva em conta só o conteúdo se ele aprendeu ou não, não leva em conta essas coisas, e outra coisa, sobre o Saresp é A B C D, a maioria quer acabar logo e ir embora, então chuta, chuta qualquer coisa não leem é muito falho (ENTREVISTA PROFESSORA B, 2012, grifos nossos).

Pelos depoimentos das professoras, percebe-se um posicionamento crítico das mesmas com relação à avaliação externa. Embora em suas falas elas ainda responsabilizem as famílias, há certo avanço em observar e fazer a crítica ao fato das avaliações externas não considerarem o contexto e o ambiente onde estão inseridos a

escola, bem como a realidade sócio econômica dos alunos, que entendo assim como as docentes, terem um peso grande no resultado das avaliações externas.

Outro ponto extraído da fala da professora A é a singularidade da escola, item também não contemplado pelas avaliações externas, uma vez que estas são provas objetivas com questões de múltipla escolha e padronizadas para toda a rede pública estadual paulista. As especificidades de cada unidade escolar acabam sendo deixada de lado por esses modelos de avaliações.

Quando questionados se o Currículo Oficial do Estado de São Paulo está atrelado às avaliações externas, a maioria dos docentes concorda em dizer que sim, que o Currículo está construído em cima daquilo que está sendo cobrado nas avaliações externas

Estão totalmente atrelados, o que interfere negativamente na implementação do currículo, porque aí todo mundo fica só preocupado em dar em sala de aula aquilo que vai cair no Saresp, sem se preocupar com outras questões que também são relevantes no processo de ensino aprendizagem, o currículo até poderia existir, mas essa relação só prejudica a sua implementação (ENTREVISTA COORDENADORA, 2013).

Tanto que a orientação é dada devido ao Saresp, porque ele é em cima do currículo, então a gente procura seguir a apostilinha, alguns a gente sabe que não gostam do material e acabam não seguindo mas, a gente procura seguir a apostilinha e sempre que possível acrescentando alguma coisa a mais (ENTREVISTA PROFESSOR C, 2013).

O Saresp, pelo que eu li das perguntas, ele está focando exatamente o que traz esses Caderninhos do Aluno, essa proposta curricular, então eu acho que realmente a avaliação é trabalhada em cima daquilo ali, o problema é que muitas vezes os professores não utilizam, aqui na escola eu ainda vejo que a maioria dos professores utilizam, eu já trabalhei em uma outra escola que os professores não utilizavam, davam aula de acordo com o jeito deles (ENTREVISTA PROFESSORA E, 2013).

Eu acho que o currículo foi feito em cima dessas avaliações, tanto que pelo pouco que li, pelo que eu estudei, o currículo ele é baseado no Enem, nessas habilidades, pelo que eu entendi o currículo é baseado nessas avaliações sim. Porque as avaliações são nacionais, o Enem o Saresp, o Saresp é só de São Paulo, mas eu acho que a ideia de montar o currículo em cima de avaliação é porque avaliação é um jeito de ver o desenvolvimento dos alunos no geral se ele está trabalhando, então se a avaliação foi feita com essa base é porque talvez ali ela meça realmente o que é importante, senão não estaria ensinando realmente tudo aquilo que é importante. O Brasil é um país com grande diversidade, então uma avaliação externa com parâmetro nacional, as vezes o que a gente tem aqui a gente não tem lá no Amazonas, eu acho que deveria ser regional, por exemplo uma avaliação do Estado, região entendeu, uma avaliação externa assim ela é muito generalista, levar

mais em consideração as especificidades de cada região, mesmo porque cada região tem o seu enfoque (ENTREVISTA PROFESSORA G, 2013).

As falas da professora coordenadora e dos professores C e E apresentam o fato de o currículo estar atrelado ao Saresp e por isso os docentes terem a preocupação exclusiva de ensinarem seus alunos pautados apenas neste material, o que segundo a própria coordenadora prejudica o processo de ensino aprendizagem, pois o objetivo deixa de ser a aprendizagem e passa a ser preparar os alunos para terem bons resultados nas avaliações externas, ainda mais no caso do Estado de São Paulo, onde observamos que a avaliação externa está atrelada à política de bônus salarial dos docentes e demais funcionários da escola.

Parece-nos que a escola campo tem uma preocupação em seguir as orientações prescritas pela SEE, ao abordar o tema das avaliações externas, ele está presente no Plano Gestão da escola, foi recorrente nas reuniões de ATPC e também nas entrevistas com as docentes.

A escola nos pareceu mobilizar-se para que os alunos consigam realizar da melhor forma o Saresp, uma vez que prepara seus alunos para esta avaliação quando elabora um Simulado com questões próximas ao do Saresp, quando discute os índices e metas da escola nos ATPCs, quando passa três reuniões de ATPCs e todo um dia de reunião de Planejamento anual discutindo a nova avaliação externa do Estado, embora os sujeitos critiquem esses instrumentos de avaliação eles estão presentes no seu cotidiano e norteiam o seu trabalho na escola e em sala de aula.

Ao analisarmos os depoimentos dos docentes foi possível observar que os mesmos não estão alheios às determinações e política do governo para a educação pública, tanto no que diz respeito ao currículo oficial quanto à política de avaliações externas. Muitas vezes apresentam posicionamento crítico em relação a essas orientações, rechaçando-as, burlando a lógica fazendo adaptações e em outras vezes acabam inseridos na lógica toda, atuando de maneira a reproduzir as determinações do modelo gerencial de administração da educação pública. As contradições nas percepções dos profissionais, assim como nas práticas observadas parecem ser componentes fundamentais para compreendermos a dinâmica da escola frente às propostas dos órgãos gestores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as decorrências da Reforma Curricular do Estado de São Paulo, iniciada no ano de 2007, para a organização do trabalho em uma escola pública paulista, considerando os espaços coletivos de organização do trabalho e a visão dos profissionais da educação que atuam na unidade escolar.

A Reforma Curricular iniciada pela SEE no final dos anos 2000 criou e implementou um currículo único para as mais de 5 mil escolas públicas estaduais paulistas. Este currículo, segundo a SEE, deve ser capaz de padronizar os conteúdos ensinados pela rede, garantindo assim o alcance de índices e metas pelas escolas, em avaliações externas estandarizadas. Pode-se inferir que a noção qualidade da educação para Secretaria do Estado da Educação está amplamente ancorada no alcance dos índices e metas extraídos dessas avaliações externas.

O currículo implementado pela Reforma Curricular iniciada em 2007, cumpre o propósito de garantir a eficiência e eficácia das escolas na obtenção de índices e resultados. Essa medida permite inferir que o modelo privilegiado de educação apresenta uma concepção de educação voltada para a preparação e inserção de jovens no mercado de trabalho, o que se depreende da linguagem dos documentos.

Os dados obtidos na escola campo, por meio de observações, análise documental e entrevistas com os educadores nos permitem afirmar que tais orientações convivem com contradições importantes. Na escola pesquisada, embora o currículo esteja presente sob a forma de uma sequência de atividades propostas, a padronização almejada não se concretiza, uma vez que a relação dos profissionais com os materiais fornecidos tem variações: desde a recusa, passando pela aceitação parcial e chegando a total adesão.

Os profissionais da educação da escola campo reconhecem os índices externos (Idesp e Ideb) como meio para aferir a qualidade do ensino. Eles entendem que a opção pela padronização curricular é uma das formas da SEE tentar elevar esses índices. As críticas que os educadores entrevistados tecem são em relação à política do governo de atrelar os resultados obtidos nas avaliações externas com a política de bonificação salarial.

Os educadores não discutem a política de bonificação em si, apenas questionam os critérios da mesma. Segundo eles o bônus não deveria ser pago a partir dos resultados nas avaliações externas, pois essas avaliações não representam o verdadeiro trabalho desenvolvido pelos profissionais e pela escola. São favoráveis a outros critérios de avaliação da educação e das escolas, mas parecem concordar com o princípio de avaliação por produtividade.

A bonificação docente estar atrelada aos resultados obtidos nas avaliações externas, faz com que essas avaliações externas e os índices (Saresp, Idesp e AVAP) pautem as discussões e o cotidiano da escola campo. Os entrevistados afirmam o discurso da necessidade de elevação dos índices e por isso fazem uso dos instrumentos do Currículo Oficial, pois eles entendem que são esses conteúdos expressos nos materiais do Currículo Oficial os que são cobrados nas avaliações externas.

A pesquisa bibliográfica, as entrevistas, as observações também nos mostraram a ausência de discussões sobre o processo de implantação e implementação no novo Currículo Oficial por parte das Diretorias e Ensino ou mesmo das unidades escolares, e nesse sentido a escola campo não se mostrou diferente a essa realidade.

Embora o site oficial da SEE afirme que os professores participaram do processo de criação do currículo e dos materiais que norteiam sua implantação, as informações coletadas durante a pesquisa nos levam a inferir que o processo de criação e implementação do novo currículo no Estado de São Paulo ocorreu, pelo menos na escola campo, de forma alheia ao interesse da unidade escolar.

Estudos já realizados (HAND, 2010, MARQUES et.al, s/d, LEITE, 2011) apresentam resultados que corroboram a ideia de que os professores muitas vezes ficaram alheios ao processo de criação e implementação desse currículo, ferindo os princípios da autonomia pedagógica e gestão democrática da educação.

Os dados obtidos na pesquisa nos afirmam que em nenhum momento houve pausa para reflexão sobre o porquê das reais necessidades de um currículo único para as escolas públicas. O que se observou foi uma grande dificuldade da escola conseguir se organizar para o trabalho coletivo,. Nem mesmo o Plano Gestão da unidade escolar foi produzido coletivamente. Não há um coletivo consciente na escola capaz de realizar uma discussão que tenha como objeto o Currículo Oficial da Secretaria do Estado da Educação, os sujeitos fazem apropriações individualizadas do Currículo.

Com relação ao trabalho coletivo desenvolvido pela escola, nos parece que na escola campo ainda prevalece uma dificuldade comum a outras unidades de ensino, qual

seja, a escola ainda encontra dificuldade em ter mais espaços de trabalho coletivo, de discussão e formação, pois o Estado de São Paulo ainda não cumpre da forma como é prevista pela Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008, também conhecida como Lei do Piso, o um terço da jornada docente cumprido fora de sala aula como espaço de formação e trabalho em grupo na escola.

As observações sobre a dificuldade de os profissionais na escola campo organizarem-se coletivamente nos traz um novo questionamento sobre o debate em torno do Currículo Oficial. Perguntamo-nos se as reflexões sobre o currículo integram de fato os objetivos da Secretaria Estadual da Educação.

A pesquisa de campo indica que a lógica da SEE é dar prioridade a apropriação inercial dos instrumentos do Currículo Oficial, em detrimento de reflexões sobre o tema por parte dos profissionais responsáveis pela implementação e utilização do material.

Foi o que pudemos observar na escola campo, alguns professores fazendo uso dos materiais de apoio, dos instrumentos do currículo, quais sejam, os “Cadernos do Professor” e “Caderno do Aluno”, o que eles apelidaram de “caderninhos” ou apostilas. Os depoimentos dos professores entrevistados e as observações realizadas na escola permitem inferir que os docentes entendem esses instrumentos de aplicabilidade como sendo o Currículo Oficial, a maioria deles desconhece o verdadeiro Currículo Oficial, sempre quando questionados sobre o currículo eles se reportavam a esses materiais de apoio.

O Currículo Oficial enquanto orientação/diretriz curricular não foi objeto de trabalho e discussão dentro da escola campo. Ele não pautou o trabalho reflexivo dos professores ou da equipe gestora. Porém ele esteve presente no cotidiano da escola, nas atividades dos docentes, nas reuniões pedagógicas, de forma tácita. As avaliações externas são construídas tendo por base o Currículo Oficial e elas pautam o cotidiano da escola, sendo assim as avaliações externas acabam impondo o Currículo Oficial na escola campo.

Os profissionais entrevistados que fazem uso do Currículo Oficial se apropriam dos instrumentos de sua aplicação, pelos motivos que já foram expostos acima: preparar os alunos para a realização das avaliações externas e com isso elevar os índices e conseguir a bonificação salarial. Nesse sentido podemos dizer que a SEE tem conseguido por em prática a sua lógica de gestão educacional.

Além dos motivos apresentados acima, podemos afirmar que os docentes da escola campo entrevistados fazem uso os instrumentos de operacionalização do

Currículo Oficial como facilitador do trabalho docente, conforme exposto em algumas entrevistas. Essa lógica se operacionaliza devido à ausência de formação continuada, de apoio ao trabalho docente e a carência de qualquer tipo de orientação pedagógica, seja por parte da Secretaria da Educação, ou das Diretorias de Ensino ou mesmo da unidade escolar, que como já exposto tem muita dificuldade de articular propostas de formação e trabalho coletivo.

Com relação à noção de padronização de conteúdos e práticas não há total reprodução das orientações. O que se observou na escola campo foi ausência de padronização até mesmo na execução da proposta. O que Licínio Lima classificaria como “infidelidade normativa”: alguns dos sujeitos entrevistados reagiram à norma estabelecida da padronização curricular não negando a mesma, mas fazendo as adaptações, outros nem sequer aderiram às orientações. Mesmo os que fazem uso do material não cumprem as normativas tais como foram pensadas, ajustando suas práticas em torno de interesses imediatos. De forma tácita, sem resistência explícita ou expressão enfática de discordância, a “norma” é reestabelecida de acordo com as perspectivas dos profissionais, sobretudo em sala de aula (LIMA, 2008)

Segundo os professores entrevistados, eles fazem uso dos materiais complementando, “facilitando”, fazendo as devidas adaptações à realidade dos alunos. O que deixa claro que a escola não é um invólucro da sociedade, ela funciona como um corpo vivo, e as relações são dinâmicas, passam pelas interpretações dos sujeitos, desta forma a SEE fracassa no seu intento de realizar a padronização curricular. Percebe-se que, embora a SEE tente normatizar condutas e padronizar currículos e conteúdos para todos os alunos da rede pública paulista, a escola é viva e dinâmica, seus profissionais possuem certa autonomia e independência no fazer pedagógico.

Tal observação, todavia, reitera-se, expressa a contradição presente na unidade escolar. Embora os usos dos materiais sejam diferenciados, a preocupação com a avaliação externa e com os conteúdos que a constituem é recorrente. Sob este aspecto a orientação é apreendida com maior ‘eficiência’. Certamente tais contradições e suas consequências, quer para a prática pedagógica, quer para a identidade profissional do docente e do gestor escolar, merecem continuidade de estudos.

Já com relação ao objetivo de introduzir um novo modelo de administração da escola pública a partir da Reforma Curricular iniciada no final dos anos 2000, podemos inferir que a SEE logra maior êxito, pois a mesma pautou um novo modelo de gestão para as escolas centrado na lógica dos resultados obtidos por meio de índices extraídos

de avaliações externas estandarizadas. O que mais se observou na escola campo, conforme já mencionado, foi a mobilização docente em torno desses índices e da preparação dos alunos para as avaliações externas.

Apple traz uma importante reflexão, ao dizer que o modelo de educação centrado no gerencialismo, que valoriza apenas o desempenho acadêmico, o controle técnico, a eficiência e a eficácia dos alunos nas avaliações externas, acaba negligenciando o real conteúdo do próprio conhecimento. O currículo acaba ficando esvaziado com a centralidade da preparação dos jovens com conteúdos técnicos mínimos para resolução de questões de múltipla escolha em exames externos. (APPLE, 2006). Concordando com o autor, compreende-se que a formação integral do indivíduo com vistas à autonomia, a atuação cidadã em sociedade fica deteriorada

Ao que parece a escola campo tem seguido a tendência apontada pela SEE, preparando seus alunos para o mundo o trabalho, o que a nosso ver, em concordância com as reflexões de Kuenzer (2003), além de ser uma impossibilidade lógica tem grave potencial para comprometer a possibilidade de a escola atuar na formação integral dos sujeitos.

A partir dos estudos realizados, observa-se que a política educacional pautada no modelo gerencial de administração é uma maneira de transferir a responsabilidade, pelo bom desempenho dos alunos, para as escolas e ainda fere o princípio da autonomia pedagógica das unidades de ensino. O conceito de autonomia escolar ao que tudo indica foi ressignificado por essas políticas.

Considera-se relevante a busca de novas reflexões, novos estudos, e alternativas para fugir, ou burlar a lógica do sistema. Pode parecer um pensamento romântico ou idealizado, mas seguimos confiantes e acreditando na possibilidade de um novo modelo de educação para transformar a ordem atual.

Esta pesquisa foi um esforço inicial de verificar e analisar as decorrências da Reforma Curricular para a organização do trabalho em uma unidade escolar, bem como a visão dos profissionais da escola sobre o Currículo único,

Outras pesquisas serão necessárias para maior aprofundamento da temática. Pesquisas que envolvam a visão dos discentes sobre a padronização curricular e a política de avaliações externas. Pesquisas para quantificar as escolas que aderiram ou não ao “Programa São Paulo Faz Escola”. Trabalhos mais sistematizados de observações de salas de aula para verificar as decorrências do uso do Currículo Oficial

para as práticas docentes, entre outros temas que se acredita surgir a partir da exposição deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, T. **Educação e produtividade**: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2006

_____. Oferta do ensino fundamental em São Paulo: um novo modelo. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 102, jan/abr. 2008.

ADRIÃO, T. e GARCIA, T. Oferta educativa e responsabilização no PDE: o plano de ações articuladas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 135: 779-96. set./dez. de 2008.

ADRIÃO, T. et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.

ANDRÉ, M.E.D.A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília, cap. I e II, 2008.

_____. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. In: **Caderno de Pesquisa**, nº 113, 2001.

APPLE, M. **Ideologia e Currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARELARO, L. R. G. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política. In **Educação e Sociedade**. v. 28, n.100-Especial, p. 899-919, out. 2007.

ARROYO, M. Gestão Democrática: recuperar sua radicalidade política?. In: COREA, B; GARCIA, T. (org.) **Políticas Educacionais e Organização do Trabalho na Escola**. São Paulo: Xamã, 2008.

BALL, S.J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, p. 539-564, set./dez. 2005.

BERTAGNA, R. H. Avaliação Institucional: contribuições para a discussão a partir da experiência da UNESP/Rio Claro – Instituto de Biociências. In: **EDUCAÇÃO: Teoria e Prática**. 2010, v. 20, n.35, pp. 101-115.

BERTAGNA, R.H. E BORGHI, R. F. Possíveis relações entre avaliação e sistemas apostilados privados em escolas públicas. In: **EDUCAÇÃO: Teoria e Prática**. 2011, v. 21, n.38, pp. 132-146.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL, **Resolução nº 7**, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos, Brasília, D.F., 2010.

BRASIL, **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília, DF, 1995.

BRESSER PEREIRA L. C. . A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova* [online]. 1998, n.45, pp. 49-95.

_____, Democracia, Estado Social e Reforma Gerencial. **RAE**, São Paulo n. 1, jan/mar. 2010.

CAÇÃO, M. I. Construção Curricular no contexto da Política Educacional Paulista: “São Paulo faz escola” e reformas neoliberais. **3º Congresso Internacional de Educação**. 2011.

CORREA, B. C. ; GARCIA, T. O. G. . Administração escolar: a centralidade do diretor em questão: **Anais do X Seminário Estadual da Associação Nacional de Política e Administração de Educação**, São Bernardo do Campo, 2006.

ELLARO, ET.AL, **Análise Comportamental das Situações de Aprendizagem na Proposta Curricular do Estado de São Paulo**. Arquivo Digitalizado, s/d.

FERNANDES, A. N. Avaliação Educacional na Reforma Curricular Paulista. **Cadernos de Pós Graduação – Educação**, 2009.

FERRÃO, M. E., et. al. **O SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica**: objetivos, características e contribuições na investigação da escola eficaz. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.18, n.1/2, jan./dez. 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, L.C. Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 911-933, 2005.

FONSECA, M. Gestão escolar em tempo de redefinição do papel do Estado: planos de desenvolvimento e PPP em debate. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 185-198, jan/jun 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

GARCIA, T.O.G. **Gestão Democrática**: desafios para a ação coletiva em uma escola pública de Diadema. São Paulo, 1995. Dissertação de Mestrado. FE/USP.

GARCIA, T. O. G. **As Parcerias Público-Privadas para a Compra de Sistemas de Ensino**: análise das consequências para a organização do trabalho na escola. Projeto de Pesquisa, 2009.

HAND, C. A., **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: implicações e impactos no trabalho docente**. Sorocaba, 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade de Sorocaba.

JUNQUILHO, G. S. Nem “burocrata” nem “orgânico”: o gerente “caboclo” e os desafios do Plano Diretor de Reforma do Estado no Brasil do Real. In: **ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**, 2, 2002, Recife. Anais. Recife: Observatório da Realidade Organizacional: PROPAD/UFPE : ANPAD, 2002.

KUENZER, A. Z. . Conhecimento e Competências no Trabalho e na Escola. **Educação & Linguagem**, Universidade Metodista - SP, v. 8, p. 45-68, 2003.

LEITE, E. A. **O impacto da Reforma Curricular do Estado de São Paulo (gestão 2007-2010) em uma unidade escolar da rede**. Dissertação de Mestrado, 2011.

LIMA, L. **A escola como Organização Educativa**: uma abordagem sociológica. São Paulo, Cortez, 2008.

LOPES, ET. AL. Uma Análise Crítica da Proposta Curricular do Estado de São Paulo Para o Ensino de Ciências: Ideologia, Cultura e Poder. **Caderno de Resumos do VII Enpec**, 2009.

MACEDO, L. **Competências e Habilidades**: Elementos para uma reflexão pedagógica. Seminário Enem, 1999. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/competenciashabilidades.html>, acesso em março de 2014.

MANZINI, E. J. Entrevista semiestruturada: Análise de objetos e roteiros. **Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos**. SE&PQ/UNESP, s/d.

MARQUES, D. M., ET.AL **Reformas Educacionais e a Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Primeiras Aproximações**. Arquivo Digitalizado. s/d.

MARTINS, A. M. Autonomia e Educação: a trajetória de um conceito. **Cadernos de Pesquisa**, nº 15, 2002.

_____, **Autonomia e gestão da escola pública**: entre a teoria e a pratica. Campinas, Tese de Doutorado. 2001.

MARTINS, H. **Metodologia da pesquisa qualitativa**, In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 2, 2004.

MAZZOTTI, A.J.A. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006.

MELLO, G. N. Afinal, o que é competência? **Revista Nova Escola**, Março /2003.

_____, **Competências como referência de currículo**. s/d Disponível em: http://www.avalieducacional.com.br/referencias/avaliacao_educacional_view3.asp, acesso em março de 2014.

MOREIRA, A. F. Qualidade na educação e no currículo: tensões e desafios. Trabalho apresentado em mesa-redonda do **Seminário “Educação de qualidade: desafios atuais”**, promovido pela Novamerica, Centro Cultural Poveda e Colégio Teresiano, 2008.

MOREIRA, E.E., ANGELO, K.C.A. **A Política Educacional Paulista (1995-2000): um olhar sobre a Secretaria da Educação e a Assembléia Legislativa**. Sd. (arquivo digitalizado)

MOTTA, F. P., Administração e Participação: reflexões para a educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: vol.29, nº 2, 2003.

MOURA, M.R.L. **Reformas Educacionais e a Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Primeiras Aproximações**. Sd. (arquivo digitalizado)

NEUBAUER, T. R., SILVEIRA, G. T. Impasses e Alternativas de Políticas Educacionais para a América Latina: Gestão de Sistemas Escolares – quais caminhos prosseguir? FHC/CEPLAN, 2008

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. In: **Cadernos de Pesquisa em Administração**. São Paulo, v.1, nº 3, 1996

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo, Cortez : Autores Associados, 1986.

_____. “Democratização da Gestão Escolar”, **IN: FÓRUM NACIONAL DA EDUCAÇÃO**, 2., 2002, Santa Cruz do Sul. Anais: humanizando teoria e prática. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 60-64.

_____. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010.

_____. **Estrutura da escola e educação como prática democrática**. Relatório de pesquisa. São Paulo: FEUSP, 2010.

PAULA, A. P. P. **Por uma Nova Gestão Pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PERONI, V. M. V. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.

PINTO, J. M. R. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Educação e Sociedade**, v. 28, n.100, p. 877-897, out. 2007.

_____, A divisão de responsabilidades pelo ensino no Brasil e o impacto das mudanças recentes na legislação. In: **Paidéia** (Ribeirão Preto) nº 10-11 Ribeirão Preto. 1996

ROMANELLI, G. Diálogos metodológicos sobre a prática da pesquisa, Ribeirão Preto, SP, 1998.

SARMENTO, M. J. O Estudo de caso etnográfico em educação. In: ZAGO, N. et.al. (orgs.). Itinerários de pesquisa: perspectivas em sociologia da educação, Rio de Janeiro, 2011.

SÃO PAULO, **Lei 9.361**. São Paulo, 05 de julho de 1996.

SÃO PAULO, (Estado) Secretaria da Educação. **Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias** / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. – São Paulo: SEE, 2010.

SILVA, M. A. da. Qualidade Social da Educação Pública: algumas aproximações in: Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20/04/2010.

SOUZA, S. Z. L. e OLIVEIRA, R. P. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. Educação e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-865, 2003.

SOUSA, S. M. Z. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. **Cadernos de Pesquisa**, 119, pp. 175-190, 2003.

STAKE, R.E. Pesquisa Qualitativa/Naturalista – problemas epistemológicos. **Educação e Seleção**. n. 7, p.19-27, 1983.

TAVARES, L. H. W. Analisando a autonomia do professor na nova Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino de Química. **Revista Ciência em Tela**, 2009.

VEIGA, I. P. A. Inovações e Projeto Político Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003.

VYGOTSKY, L. S. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Sites Consultados

<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/HOME/tabid/1208/Default.aspx>, acesso em março de 2011.

<http://provabrasil.inep.gov.br/index.php>, acesso em março de 2011.

http://provabrasil.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=106&Itemid=169, acesso em março de 2011.

<http://saresp.fde.sp.gov.br>, acesso em março de 2011.

http://saresp.fde.sp.gov.br/2009/pdf/02_Apresentacao_final.pdf, disponível em março de 2011, acesso em março de 2011.

<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Default.aspx?alias=www.rededosaber.sp.gov.br/portais/spfe2009>, acesso em março de 2011.

<http://www.fn.de.gov.br/index.php/ddne-funcionamento>, acesso em novembro de 2012.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=176:apresentacao&catid=137:pde-plano-de-desenvolvimento-da-educacao, acesso em novembro de 2012.

http://www.udemo.org.br/RevistaPP_01_07PlanodeGestao.htm, acesso em novembro de 2012.

<http://www.icebrasil.org.br>, acesso em 12 de novembro de 2012.

<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-habitat/>, acesso em novembro de 2012.

<http://culturaecurriculo.fde.sp.gov.br/programa.aspx>, acesso em novembro de 2012

<http://www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos/sala-de-leitura>, acesso em novembro de 2012

ANEXO I

(TEMAS QUE PAUTARAM REUNIÕES DE ATPC NA ESCOLA CAMPO)

Temas que pautaram as reuniões de ATPC da escola campo

- Correção de provas, trabalhos e simulados;
- Fechamento de notas e digitação no sistema “Babica”;
- Escrituração nos Diários de Classe;
- Leitura de Textos e orientação de estudos sobre: Bullying, Bomba atômica;
- Problemas indisciplinados de alunos;
- Divulgação da Abertura dos Projetos da Prodesc¹⁵ –
- Organização da escola para participar da Feira do Livro e de excursão para Olímpia;
- Organização para reunião de pais;
- Pré-Conselho de Classe e Série;
- Palestra com enfermeiros sobre Nutrição e Atividade Física;
- Análise das planilhas de notas dos alunos;
- Reclassificação;
- Problemas de alunos faltosos ou evadidos – tema recorrente em mais de um ATPC;
- Palestra com advogado trabalhista;?
- Orientações quanto ao Programa “Babica” (digitação de notas);
- Grêmio Estudantil;
- Regras, normas gerais da escola;
- Análise do Idesp da escola;
- Atividade de estudo sobre o Caderno do Aluno;
- Capacitação para utilização dos diferentes ambientes pedagógicos da escola (sala de vídeo, biblioteca, sala de informática, laboratório e demais ambientes);
- Escolha dos professores coordenadores de sala;
- Elaboração de questionário para os pais dos alunos: uma questão por professor relacionado ao aprendizado do filho.

¹⁵ Projetos financiados pela Secretaria Estadual da Educação, as escolas enviam à Plataforma da Prodesc (Cadastro de Projetos Descentralizados) qualquer projeto para ser desenvolvido pela unidade durante o ano letivo, se o mesmo for aprovado a escola recebe da SEE via Diretoria de Ensino a verba prevista no orçamento do projeto para a execução do mesmo.

ANEXO II

(TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NA ESCOLA CAMPO)

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A DIRETORA

Comentário: a coordenadora entra na sala e antes de iniciar a gravação a vice-diretora comenta com a coordenadora que a parte pedagógica ela não vai saber me explicar, que disso ela sabe muito pouco, que essa parte fica mesmo por conta dos coordenadores. A coordenadora concorda e diz que depois ela também irá responder à entrevista, eu digo que isso é o de menos, que tudo que ela puder falar já será de grande valia para o trabalho de pesquisa.

P: A parte inicial da entrevista é a da identificação pessoal, então se você puder me dizer sobre sua formação, experiência profissional, a quanto tempo está na escola?

R: Bom meu nome é DIRETORA, a minha formação é em História, eu fiz no Moura Lacerda, fiz faculdade mas não queria dar aula, fui trabalhar na área administrativa, e depois de uns cinco anos de formada é que eu acabei entrando para a área da educação. Então eu acabei entrando na educação porque estava sem trabalho e minha amiga falou, aí tem aula para substituir, eu estou entrando de licença, vai lá me substituir, tanto que entrei primeiro em escola particular, depois fiz concurso, para o meu espanto eu passei, no governo do estado de São Paulo, minha mãe já era concursada da área da educação, mas eu nem pensava nisso, aí fiquei cinco anos como professora. Já tinha 10 anos de experiência em escola particular, cinco anos em escola pública aí fui fazer pedagogia, fiz complementação pedagógica, não fiz pedagogia não, na época podia fazer só a complementação, aí fiz pensando já no cargo de direção, na verdade queria ser vice, porque eu não podia ir para direção de uma escola sem experiência nenhuma, aí eu acabei de fazer, eu já conhecia a Fulana (diretora oficial da escola) e ela me convidou, virou o ano ela estava sem vice diretora você quer vir trabalhar aqui? Aí eu vim, isso foi em 2006, eu estou aqui desde então, 7 anos.

P: E quanto tempo você ficou na direção?

R: Um ano e meio, direto seguido, no meio do ano retrasado e o ano passado todo, por conta das licenças que ela tinha, licença maternidade, licença premio, saúde, acabou ficando um ano e meio afastada.

P: Com relação a organização da escola, numero de salas? Quantos alunos a escola atende, média de alunos por sala?

R: A escola tem por volta de 700 alunos, nos dois períodos, o período da manhã é muito maior que o período da tarde, de manhã nós temos 13 salas e a tarde nós

temos 8, as salas não é o ideal, porque o ideal seria um numero reduzido de alunos por sala, mas o Estado obriga que tenha até 35 alunos no ensino fundamental, a maioria das nossas salas tem 32, 33 alunos, e até 40 alunos no ensino médio, nós temos uns 38, 39 alunos por sala, nós atendemos ensino fundamental e médio nos dois períodos, essa escola aqui nessa região é a única que é desse jeito.

P: E tem alguma diferenciação nos dois períodos? Grupo de professores, perfil dos alunos?

R: O perfil dos alunos é bem diferente, nós temos uma classe média no período da manhã e uma classe mais baixa, uma classe popular, uma classe C e D no período da tarde, a maior parte do período da tarde é classe C e D, então nós temos uma diferença de clientela e de comportamento na sala de aula também, os pais da manhã são mais envolvidos, são mais presentes, a gente consegue a maior parte deles, pode contar mais fácil com os pais da manhã do que com os pais da tarde.

P: Com relação ao Plano Gestão e o PPP, a escola possui esses documentos?

R: Sim é obrigatório por lei e a gente faz, dentro do prazo, porque o Plano Gestão são quatro anos, então a cada quatro anos a gente refaz e anualmente a gente agrega os anexos.

P: E como é a elaboração desse Plano? Quem participa?

R: É mais a equipe gestora que elabora, com o acompanhamento dos professores nos ATPCs, a coordenadora já vai pegando essas informações nos ATPCs, mas assim a elaboração, a construção dele é até coletiva, as discussões, mas na hora de colocar no papel os coordenadores assumem mais essa função. A discussão é coletiva, mas a sistematização são os coordenadores, eles assumem bastante esse papel.

P: A escola possui Conselho de Escola e APM?

R: Sim, eles existem anualmente nós renovamos a diretoria, alguns membros continuam, alguns membros não querem mais e pedem para sair, mas temos também o Grêmio, anualmente se faz a diretoria do Grêmio, do Conselho de Escola e da APM.

P: E esses órgãos eles tem atuação efetiva/

R: Não é pequena, simplesmente porque os pais trabalham, aí tudo é organizado pela própria escola, a gente apresenta para eles basicamente pronto, e eles concordam e assinam, não dá para eu falar assim para um pai “preciso comprar ventilador” e ele vai lá e compra o ventilador, então o dinheiro é da APM, vem para a APM, mas a gente da direção acaba vendo as necessidades da escola.

P: E com relação aos projetos que a escola desenvolve, quais são esses projetos? Como funcionam?

R: Nós já estamos no terceiro ano do Projeto Mais Educação, nós fomos das primeiras dez escolas, e agora já ampliou para várias escolas de Ribeirão quase todas já tem, é um projeto que nós gostamos muito de trabalhar porque ele tem uma certa autonomia, tem uma lista de oficinas que você pode trabalhar, aí a gente escolhe as oficinas de acordo com os monitores que nós temos, que nós conseguimos, então nós trabalhamos com seis oficinas, é o numero Maximo de oficinas, o ano passado deu certo e este ano também seis monitores, além disso a escola tem o Cultura é Currículo que também é um projeto da Pasta do Governo do Estado de São Paulo que viaja uma vez por mês basicamente para algum ponto cultural, museu ou casa da cultura alguma coisa assim, teatro, esses são os da Pasta, e nós temos os nossos, por exemplo que a gente faz todo ano que nós chamamos de Encoart, que é um encontro de arte livre que é um dia para apresentação cultural da escola, sempre faz no segundo semestre ou outubro ou novembro. Esse dia é dedicado a apresentação de dança, de teatro, ou alguém de toca violão, bateria, ou qualquer dom artístico que tenha, é o dia que os alunos podem se apresentar, a gente faz isso para os alunos, não abre para a comunidade.

P: E esse projeto como ele é organizado? É pela equipe gestora, pelos professores?

R: Basicamente o coordenador do Ensino Médio assume e a coordenadora do Ensino Fundamental faz a organização, então são os dois que entram em contato com os meninos durante o ano inteiro eles já vão organizando, a gente dá espaço para eles ensaiarem aqui na escola, uma semana antes a gente abre um espaço maior para ele fazerem os ensaios definitivos, o ano passado nós tivemos duas professoras super envolvidas, uma ensinou dança do ventre, a outra fez uns bonequinhos os mamelucos, então alguns professores se envolvem, mas a maior parte do Encoart é feita pela coordenação, nós temos projetos tanto da secretaria como projetos próprios, geridos pela escola.

P: Com relação as reuniões de ATPC e Planejamento como elas se organizam?

R: Bom com relação a parte administrativa a direção se organiza e com relação a parte pedagógica os coordenadores se organizam, os professores vem a gente cumpre os dias os horários que deve ser feito e são uteis, são bastante uteis para essa afinação geral, o que vai fazer o que não vai, o professor novo sempre está perdido, cada escola que ele chega é um estilo, por mais que seja igual, igual, igual algumas escolas, algumas

coisas acabam sendo diferentes, então essas reuniões servem para os professores ficarem mais a vontade entenderem o funcionamento da escola, eu acho que são momentos bastante úteis.

P: queria que você comentasse um pouco quais são as maiores dificuldades que você enfrenta aqui na escola, no trabalho...

R: Olha eu acredito que o maior problema nas escolas do governo do Estado de São Paulo é a falta de funcionários e não é falta de professor, é falta de funcionário, nós temos por exemplo no nosso módulo real, fictício nós deveríamos ter seis agentes de organização escolar e não tem, no pátio nós temos uma coitada, se descabela, então eu acho que o maior problema é a falta de funcionário, e o salário que o funcionário recebe, porque aí quando vem é de péssima qualidade porque não conseguiu arrumar outro emprego esse é o maior nó eu acho, porque se nós tivéssemos um bom grupo de funcionários eu poderia realmente trabalhar como vice diretora e não como ficar cuidando de pátio, abrir e fechar porta, verificar se o aluno está de uniforme, são coisas que o inspetor de alunos pode fazer, coisa simples, práticas podem ser resolvidas pelo inspetor de aluno e não tudo vem na minha mão. Essa menina que está aqui ela começou esse ano e ela tem se mostrado como uma boa funcionária, mas eu não sei quanto tempo ela fica, até quanto tempo ela aguenta.

P: No planejamento eu observei pela fala da diretora, que vocês aqui na escola têm certa autonomia com relação a algumas determinações da Diretoria de Ensino, vocês tem uma organização que em algumas escolas isso não acontece por terem represália da supervisão, gostaria que você me explicasse um pouco se isso de fato acontece e como vocês conquistaram isso.

R: Bom uma coisa que eu acho importante é o tempo que nós estamos juntos, eu estou aqui há 7 anos, os coordenadores há 6 anos, a diretora está há uns 10, 12 anos aqui nesta escola, então a gente percebe que isso funciona, tem muita do governo do Estado que a gente percebe que a gente já faz isso, quando eles mandam nós observamos espera aí nós já fazemos isso, fazemos do nosso jeito, porque já tínhamos percebido que para esta escola precisava daquilo, independente de podia ou se não podia, se devia ou se não devia, nós estamos fazendo, porque assim, eu primo pela qualidade de vida no trabalho, acho que é fundamental isso, nós como funcionários públicos temos que ter qualidade de vida no trabalho, por exemplo o café às 7 da manhã, é legal quando os professores chegam já ter um cafezinho esperando por eles, quando cheguei aqui não tinha isso, aí nós fomos nos organizando, eu mesma já fiz café

até conseguir funcionário, alguém para isso. Então assim, essa organização tem a ver com o tempo que nós estamos juntos, escola que o diretor muda demais é complicadíssimo, porque ninguém manda, todo mundo está ali provisório, e escola que o diretora está lá mas sua equipe muda muito, os auxiliares, coordenadores e vice mudam muito também, porque o diretor não consegue fazer sozinho, é muita coisa, então eu acho que a equipe forte faz a diferença, e a gente não tem muito medo da Diretoria de Ensino não, porque nós sabemos que estamos fazendo a coisa certa, essa história de aí porque a Diretoria vai vir não incomoda não.

P: Vocês tem tudo muito bem documentado...

R: Muito bem documentado não, mas nós temos um tanto de coisas documentadas, nós temos essa organização e vai bem, eu gosto muito de tirar as coisas a limpo, se uma mãe liga com reclamação eu quero saber quem falou, quando falou, questiono a mãe, pergunto se foi funcionário que falou, questiono o funcionário, confronto as falas, eu tiro a limpo, fico muito brava quando descubro mentiras, então acho que isso elimina um pouco essas situações de cobrança, tem alguma coisa já registrada, olha foi assim que aconteceu, entrego documentos e registro, coloco como foi que mandei, me pauto na veracidade, isso é fundamental.

P: Você sabe me dizer se existe formação continuada aqui na escola?

R: Dos professores?

P: Isso.

R: Uma continuada descontinuada, (risos), existe uma tentativa, mas que são cortadas por diversas situações, então existe uma preocupação assim... eu acho na verdade que neste momento a gente não tem mais esse foco, teve um momento que o ATPC teve muito esse foco agora a gente tem professores, uma coisa eu acho muito legal nessa escola, quando eu mudei para cá em 2006, dois, três anos depois eu comecei perceber que os professores não pedem remoção, a diretora estava reestruturando a escola, ela não conseguia fixar um vice, mudava muito, então não tinha um foco, depois nós fomos trabalhando junto, os coordenadores também houve uma mudança, a escola se reorganizou e os professores pararam de pedir remoção, então isso faz com que a gente não precise ficar falando sempre a mesma coisa todo ano, tem muitos professores que são da casa há muito tempo, e nós temos alguns professores que complementam aula aqui sempre, sempre voltam, eu considero isso um elogio, sempre falo isso no planejamento, e acho que isso é um dado importantíssimo porque quando a escola não

está bem você passa um ano e cai fora, você faz uma lista enorme para remover e eu acho isso legal.

P: E você acha que existe uma parceira da direção com os professores?

R: Ah com certeza, os professores já sabem o que é para fazer o que não é, o que é legal o que não é, o que pode e o que não pode, os que já estão aqui há algum tempo já pegaram o jeito da escola, são raras as situações de picuinha, de dar alguma informação errada, então a gente acabou deixando esse foco da formação continuada porque é sempre o mesmo professor, claro que a gente tem uma pequena parcela, uns 20% que mudam, então esse professor os coordenadores trabalham mais de perto acompanham mais, dão mais orientação.

P: Agora com relação à organização curricular, o que você souber você responde, o que você não souber sem problemas nós pulamos.

P: Como está organizado o currículo na escola?

R: Bom a escola segue o currículo da Secretaria, segue até porque é muito mais prático, segue quando tem apostila você sabe que a apostila não chega na época certa, no ano passado as três primeiras chegaram perfeito, aí a última eles fizeram errado, a última chegou em novembro nas vésperas de acabar o ano letivo, esse ano nem a primeira chegou na época certa, a segunda eu ainda não a cara dela e nós estamos em meados de abril, então é assim que a gente faz, mas é mais enrosco que felicidade, tá.

P: Você já estava na escola na época da implementação do Currículo?

R: Já estava começou com o jornalzinho não é.

P: Isso e como se deu esse processo?

R: Nossa foi muita confusão, muita confusão, ninguém sabia, ninguém conhecia, ninguém sabia exatamente como era, demorou muito para a gente entender como ia funcionar, como ia acontecer, eu acho que faltou muito divulgação e explicações, não teve explicações, simplesmente chegou um pacote dizendo é para fazer assim, tá tudo bem e depois que acabar esse assim o que eu faço? Espera a próxima informação, foi desse jeito, muito mal implementado, se é uma política curricular (com ênfase) tinha que ter, por mais que, a história que eles disseram é que foi discutido pelos professores, ninguém conhece e nem acompanhou essas discussões, nunca ouvi dizer ninguém que participou, mas está lá no site, de qualquer maneira, se não houve discussão, no mínimo apresentação prévia nós tínhamos que ter tido, uns seis meses de apresentação prévia: olha para o ano que vem vocês irão receber um material assim, assim, assim, vai ser trabalhado de tal maneira, e não foi, foi super jogado, tanto que no

segundo ou terceiro ano que a coisa começou a engrenar, no primeiro ano foi só o caos, o que foi instalado foi só o caos, aí depois com o tempo é que as pessoas começaram a entender como era para fazer, como trabalhar com material.

P: Você sabe me dizer em que consiste esse novo currículo? Como é a organização?

R: Não eu não sei dizer, como eu já estava como vice diretora, nem a área de historia eu peguei para estudar, não peguei para me envolver com ele, porque não vou mexer com isso agora, então se eu voltar trabalhar em sala de aula eu vou estudar isso, agora eu tenho que estudar outra coisa, que é o que eu estava aprendendo a trabalhar como vice diretora, então eu não sei mesmo como foi, não sei nem dizer se houve muita mudança de conteúdo, eu sei que trabalha com Habilidades e Competências, isso eu sei, porque a gente sempre trabalha isso nas provas, eu sei que a gente sempre trabalha pautado em Habilidade e Competências, mas não acompanho a parte de conteúdos, isso eu não acompanho.

P: Quais materiais a escola recebeu ou recebe para a implementação do Currículo?

R: Bom foram os Cadernos do Professor, que no primeiro e segundo ano tinha a vontade para todo mundo, toda vez que mudava algum professor a gente tinha um Caderno de Professor para entregar para ele como manual, e que agora sumiu, eles pararam de fabricar e mandar, quem tem tem, quem não tem se vira, só na Internet e me contaram que na Internet ninguém consegue tirar, porque é super difícil tem que ter uma senha e ninguém sabe que senha é essa, porque não é a senha do GDAE, virou mosca branca aquele negócio, eu não entendi porque? E aí foi só aquele Caderno, que eu me lembre foi só e a própria Apostila do Aluno, eu não me lembro se teve mais alguma coisa.

P: Você já comentou um pouco, mas queria que você falasse se houve algum tipo de capacitação dos professores ou coordenadores para uso do novo Currículo.

R: Eu não me lembro, acho que não teve nada disso não.

P: Aqui na escola, você sabe me dizer se todas as classes e disciplinas trabalham com o novo currículo?

R: Olha quando eles chegam na hora certa sim, acredito que todos os professores utilizem sim.

P: Você sabe me dizer se existe possibilidade de alteração desse Currículo, se já houve algum tipo de alteração ou mudança?

R: Olha, eu acho que os professores fazem isso dentro de sala de aula, só para ele e para os alunos, modifica algum conteúdo quanto não está adequado para aquela sala, modifica a metodologia, porque essa ele tem autonomia, mas se algum professor aqui da escola já tentou fazer alguma modificação eu não sei não, assim se fez alguma sugestão oficial, se deu ao trabalho de levar para frente isso ninguém nunca comentou nada.

P: E existe articulação entre o novo Currículo e o PPP da escola?

R: Sim, sim, existe de alguma maneira tem um vínculo porque os dois estão dentro do Sistema da Educação Estadual, mas eu não vou saber te precisar exatamente o que, a coordenadora vai saber te precisar mais essa informação.

P: Com relação a rotina de trabalho com o novo Currículo, as mudanças e permanências você sabe me dizer um pouco?

R: Então é o que te falei, essa parte pedagógica eu não acompanho nada, quem vai saber te explica é a coordenadora.

P: E com relação a opinião dos pais? O que eles acham desse novo Currículo? Eles tem conhecimento?

R: Não tem conhecimento, os pais deixam a educação, aqueles pais que tem menos educação que os filhos não tem a mínima ideia do que acontece na escola, e tem uma grande parcela dos nossos alunos que os pais não tem nem o nível de educação, a formação que eles tem, e aqueles pais que tem uma formação um pouco melhor só se preocupam com a nota do aluno, como foi conseguida essa nota eles só vão descobrir lá na frente quando o menino não passar no vestibular.

P: Então eu gostaria que você colocasse a sua opinião sobre esse novo Currículo, se ele trouxe vantagens ou não, sua avaliação de modo geral, enquanto política, nem tanto com relação a conteúdo ou material.

R: Eu acho que sim, enquanto política ele funciona de acordo com a variedade, com a enormidade que a Secretaria do Estado de São Paulo, a educação no Estado de São Paulo, eu acredito que o Estado de São Paulo, apesar do tamanho dele, ele consegue ter uma organização melhor que os outros estados do Brasil, organização pedagógica, porque o currículo deu esse apoio, o professor gira, gira, gira, mas de alguma maneira, na maior parte da vezes, o professor entra na sala de aula e aquele conteúdo foi dado, de uma maneira ou de outra foi trabalhado, isso consegue dar uma uniformidade, uma certa uniformidade, melhor do que por exemplo quando nós recebemos alunos de outros estados ele vem mais perdidos para cá, porque não tem esse mínimo de organização que

nós temos aqui, essa organização curricular, então eu acho que isso facilita, para o professor novato também facilita porque ele tem ali já qual o programa que ele vai trabalhar, ele não tem que ir atrás de qual o conteúdo mais adequado e tal, então eu acho que facilita sim, o que me incomoda profundamente é a falta de respeito na hora da entrega das apostilas, porque isso atrapalha o trabalho do professor, então se eles querem implementar alguma coisa que faça bem feito, eu considero isso incompetência ou má vontade política, um descaso, porque estabelece, marca, obriga, mas não dá o subsídio, não estão preocupados é pura má vontade, estão só preocupados com o bilhões e bilhões que são investidos mas não chegam a lugar nenhum.

P: Existe algum acompanhamento, supervisão, por parte da escola ou da diretoria de ensino se as escolas e se os professores estão usando esse currículo?

R: Olha aqui na escola acompanha-se mas não é esse o foco principal, o foco principal é a educação de modo geral, não é ir lá e ficar bisbilhotando, fiscalizando se está trabalhando aquele conteúdo naquele mês, naquele dia, acho que é muito maior a preocupação da parte pedagógica em relação a habilidade e competências, a diretoria de ensino aparece quando tem problema, se não tem problemas eles não aparecem e aí a hora que tem problemas cai sempre nas nossas costas, sempre contra a escola, não sei se você acompanhou a história de um menino que nós reprovamos no ano passado, por duas vezes os professores se reuniram e detectaram as dificuldades que ele tinha, ele entrou com recurso a Diretoria de Ensino pediu a documentação que comprovava a reprovação, nós entregamos toda a documentação e registros que nós tínhamos e essa documentação não valia, porque a nossa documentação era diferente do formulário que eles queriam e ele foi aprovado, era diferente só o fato dos nossos registros serem diferentes já não vale.

P: Com relação agora às avaliações externas. A escola participa de avaliações externas?

R: Só as obrigatórias, o Saresp, a Prova Brasil, o Saresp todo ano e a Prova Brasil as 8^{as} séries a cada dois anos.

P: E essa opção de participar das avaliações externas obrigatórias se deve a que?

R: Falta de funcionários, se nós tivéssemos funcionários suficientes e que dessem subsídios, se eu tivesse alguém lá no pátio que eu pudesse ficar só na administração e organização da escola e os coordenadores também fazendo a parte deles de apoio pedagógico aos professores, a gente poderia participar, até porque seria muito

bom como estímulo para os alunos, participar de uma Olimpíada disso ou daquilo, mas como tudo é muito sofrido, muito trabalhoso, a gente vai eliminando trabalho extra, prioriza o que é obrigatório e o que a gente é capaz de fazer.

P: com relação aos índices e metas, a escola tem alcançado esses índices e qual a sua opinião sobre essa política?

R: Essa política de meta e índice é uma coisa horrorosa, para começar as regras não são claras, ninguém consegue explicar, a dois anos a escola não atinge o índice do Idesp, então há dois anos que nós não temos bônus, em 2010 nós atingimos 120%, aí o nosso índice foi muito alto e agora a gente não consegue mais alcançar, agora eu acho que estabilizou, e quem sabe o ano que vem a gente consiga atingir, mas a nossa meta principal não é isso, é a qualidade de vida cotidiana, menos preocupação com índice, então é assim é muito ruim, o dia que não vem bônus é o caos, sabe eu falo eu estou preocupada com o dia a dia, com o cotidiano, eu prefiro ter alunos que não dão trabalho no dia a dia da escola e é isso que eu tenho que me preocupar, de tentar resolver problema familiar, aluno que não tem família, que a família abandona, aluno que abandona, que evade, aluno que muitas vezes tem potencial e que abandona, a gente fica preocupado no cotidiano dessas pessoas, eliminando possíveis marginais, bandidos e mal elementos da escola, então essa que é a nossa maior preocupação, então é isso que eu acho. Quando fala de bônus o que eu penso é o seguinte, pelo que eu trabalho eu mereço receber aquilo lá todo mês, por tudo que nós fazemos a gente merecia receber todo mês e não uma vez por ano, então a gente trabalha pensando nisso, a gente tem que ter um dia a dia legal, e esse trabalho cotidiano que a gente faz acaba não aparecendo, tanto que uma vez a antiga supervisora nos questionou a quantidade de aluno reprovados, e nós dissemos esses alunos estão reprovados porque não querem estudar, nós não vamos ficar indo atrás de aluno que não quer estudar, é direito dele e de todos estar na escola, mas é direito dos outros todos também estudar e aprender, e as vezes esses alunos tiram o direito dos outros de aprender, por tanto que tumultuando as aulas, então esse um aluno que não quer estudar tem o direito os outros 35 que estão ficando prejudicados, pois não conseguem ter uma concentração vão perder o direito por causa dessa pessoa.

P: E a escola discute esses índices e esses resultados? Existe essa preocupação?

R: Sim, tem, porque o ideal seria se a gente tivesse excelentes índices independente do bônus, significaria que nós temos pessoas que querem estudar, que querem se matricular aqui, pronto é o ideal, eu vejo essa história pelo outro lado

entendeu, se eu tenho alunos querendo estudar eu não tenho problemas de indisciplina, eu não tenho aluno que quebra ventilador, que rabisca a parede, porque são pessoas que estão aqui para estudar e se elas vão estudar naturalmente o índice vai melhorar, então o jeito de enxergar essa história é diferente, essa é a minha opinião, é por isso que não valorizo muito essa história de índice e bônus e não dou muita chance pra conversa fiada.

P: E você acha que esse novo Currículo ele tem alguma relação com as avaliações externas?

R: Não muito, não sei até a onde, porque essa política é cheia de buracos, teoricamente sim, se for falar na teoria tem o Saresp é baseado no currículo formal do Estado de São Paulo, sim tem que ser, mas na verdade a gente sabe que isso é um controle da massa, o próprio bônus é uma maneira de forçar para que o profissional sinta obrigado a trabalhar, tanto que eles perceberam que diminui a quantidade de faltas depois que foi implantado o bônus vinculado a falta do professor toda essa parafernália é para controle, tem a ver com controle do trabalho e do funcionário e não com melhoria de qualidade de educação.

P: Então já que você tocou em qualidade de educação o que você acha que deveria ter para alcançar uma educação de qualidade, para você o que é qualidade na educação?

R: Nossa tanta coisa, uma lista enorme, deveria ter suporte de outras áreas, profissionais que fazem falta na escola atualmente, psicopedagogo ou psicólogo, o tal do mediador que veio para fazer de conta, porque é um professor que muitas vezes não tem formação e qualificação para isso, mediar conflitos se ele só teve por exemplo, uma formação em história, um psicopedagogo para atender as crianças que tem dificuldade de aprendizagem, um psicólogo para atender as famílias, porque afinal de contas abriu-se a porta e pôs todo mundo para dentro, obriga o pai a manter o aluno na escola, é esse o X da questão, a escola antigamente era elitista, é outra informação, não está comparando a escola elitista da década de 50 com a escola de portas abertas para todos e qualquer um do século XXI, então tem aluno que não tem a mínima vontade de estudar, não quer e só vai perceber isso lá para frente que isso faz falta, e normalmente é esse aluno que vai dar trabalho na escola, é essa família que não entende porque esse aluno tem que ir pra escola, aí vira depósito de gente, a escola da inclusão dos alunos com necessidade especiais sem recurso para isso é um depósito, porque tem a ver com economia de dinheiro para outros órgãos.

P: Bom, então acho que é isso, você gostaria de acrescentar alguma coisa?

R: Então essas coisas todas que eu falei são opiniões pessoais minhas, algumas coisas refletem no meu trabalho como vice diretora, não gosto muito dessa história de fazer de conta que eu estou acreditando, vem alguma coisa eu sou obrigada a fazer eu faço, mas não venha me falar que eu sou obrigada a acreditar nisso que eu não acredito, e a nossa organização mesmo também de conseguir barrar certas coisas, coisa que a gente está fazendo e está dando certo não mudamos, ou então uma certa determinação que não vai surtir efeito no pedagógico a gente barra, e isso só funciona quando você tem uma equipe, um trabalho coeso, você tenta daqui, tenta de lá, vai organizando, experimenta uma coisa não deu certo desse jeito tenta de outro, um traz uma experiência de uma escola, a gente tenta colocar aqui, vai ajeitando aparando as arestas, e vai agregando coisas novas, além daquilo que você já tinha, novas ideias, novos projetos, tudo que começa vem com uma organização mínima aí você vê que o mínimo não é suficiente, precisa mais. Precisa de cada um fazendo a sua função, volta o ponto de falta de funcionário, não é só falta de professor, é falta de funcionário, só o professor toca a escola de um jeito, quando o professor tem o apoio de todo o aparato administrativo eles conseguem se dedicar exclusivamente só a aula ele não tem que ficar cuidando de outras coisas, é isso, toda a diferença é essa está faltando funcionários na área de apoio, funcionários descentes, é isso.

P: Muito obrigada pela sua atenção por ter colaborado com a pesquisa.

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA COM COORDENADORA PEDAGÓGICA

P: Na parte inicial gostaria que você se apresentasse, falasse sobre sua formação, experiência de trabalho.

R: Bom meu nome é COORDENADORA PEDAGÓGICA, tenho 45 anos, trabalho para a Secretaria Estadual da Educação, nesta escola atuo como professora coordenadora do Ensino Fundamental, sou formada em Ciências Biológicas, tenho Mestrado e Doutorado, nesta área, já atuei como pesquisador da Embrapa um projeto

sobre Semi árido, sou Professora Titular de Cargo de Ciências nesta escola há 10 anos, fiquei 03 anos ministrando aulas, e há 07 anos atuo como Professor Coordenador Pedagógico.

P: A escola possui PPP?

R: Sim, claro esse é um documento obrigatório para todas as escolas estaduais.

P: Como ele foi elaborado, quem participa da elaboração. E o que ele contempla?

R: Ele é praticamente todo elaborado pela equipe gestora, nós da coordenação e da direção é que direcionamos e elaboramos, sempre embasados nas reuniões pedagógicas, nas necessidades da equipe escolar e levando em consideração o dia a dia o cotidiano da escola, as relações que acontecem aqui dentro, é isso que nós priorizamos. Você perguntou também sobre o que ele fala, o que contempla. Bom nós escrevemos sobre a necessidade de investimento na qualidade do ensino da nossa escola, e para nós é muito claro é muito visível, a gente sempre observa dois perfis discentes na nossa escola, um para o período da manhã e outro para o período da tarde, então nós tentamos contemplar isso no Plano Gestão, para amenizar essas diferenças.

P: Em que sentido a escola tem dois perfis discentes?

R: No sentido da clientela, dos alunos que estão matriculados, no período da manhã vamos dizer que nós atendemos mais alunos de classe média, os pais são mais presentes e participativos, os alunos parecem ter mais interesse mais motivação, já à tarde os alunos, como posso dizer... são de classe baixa, alguns moradores de favela, os pais não comparecem, não se preocupam os filhos, muitos deles tem família desestruturada, moram com avós, tios. Nós temos salas onde os alunos tem muita dificuldade, não tem respeito, são mais indisciplinados, muito por causa das carências materiais, afetivas e familiares.

P: A escola possui CE? Como ele atua?

R: Sim, nós temos o conselho formado por todos os segmentos da escola, e ele se reúne bimestralmente e em casos de decisões que não competem somente à direção da escola.

P: A escola possui APM? Como ela atua? Possui recursos próprios?

R: Sim. Possui APM, ela tem recursos próprios, mas, depende de outras pessoas para se manter, quem fica mais a par dos recursos da APM é a direção e vice que fazem prestação de conta e mostram a cada inicio de ano, normalmente o dinheiro é

usada para alguma coisa na escola, reformar alguma coisa, fazer algum conserto, poda de árvores, sempre usado para a escola.

P: Que dificuldades você enfrenta no trabalho de coordenação? E quais as maiores dificuldades da escola?

R: A maior dificuldade da escola é que acaba interferindo no trabalho da coordenação é a falta de pessoal em todos os setores, falta de funcionários mesmo, porque aí você acaba tendo que fazer serviço, desenvolver função que não é sua, como cuidar de aluno, de pátio, de indisciplina e a parte pedagógica, que é a nossa tarefa, acaba ficando de lado. E outro fator que dificulta é o desestímulo dos docentes em função das condições de trabalho, salários precários, falta de interesse e indisciplina dos alunos, muita carga de trabalho isso tudo acaba deixando o professor desestimulado e isso interfere direto no desempenho deles e no trabalho desenvolvido pela escola.

P: A escola desenvolve projetos? Se sim quais?

R: Sim, nós temos vários projetos, temos o Mais Educação, temos projetos de saúde pública muitos em parceria com a enfermagem da USP, outros feitos pelos professores de ciências e biologia. Nós temos projetos culturais, tem o Cultura é Currículo, temos o festival de arte que sempre acontece no final do ano, temos uma jornada científica, tem também projetos esportivos, tem o interclasse, a escola também participa dos campeonatos interescola, temos um projeto de futsal atrelado ao bom comportamento, pode jogar no recreio em pequenos campeonatos os alunos que não apresentam problemas de indisciplina.

P: Como são elaborados esses projetos? Quem participa da elaboração?

R: Sempre a coordenação que toma a frente, daí somos acompanhados por um número reduzido de professores pensantes, mas esse pequeno grupo acaba realizando as ações de modo eficaz.

P: Como funcionam as reuniões de ATPC? (Com que frequência e como são realizados – assuntos tratados)

R: Nós nos reunimos uma vez por semana, em duas turmas, uma no período da manhã outra no período da tarde, sempre às terças feiras. Nessas reuniões nós organizamos o calendário pedagógico, as datas das atividades, de provas, de festas, organização de projetos, discutimos as práticas pedagógicas entre os professores que participam das reuniões buscando melhor e conseguir novas práticas para motivar os alunos, nós analisamos situações conflituosas que acontecem em salas de aula, os motivos, as reações dos alunos e dos professores, as melhores decisões para solucionar

os casos. Quando há necessidade e tempo nós citamos autores e estudamos o teórico, mas não é sempre que isso ocorre não, só em casos de necessidade, normalmente nós nos atemos ao dia a dia da escola, as coisas que nós consideramos mais relevantes.

P: Qual a participação dos professores nessas reuniões?

R: É de 100%, todos participam é obrigatório, faz parte da jornada dos docentes.

P: Os professores apresentam sugestões à direção ou a coordenação pedagógica?

R: Sim, em alguns momentos eles propõem atividades para fazermos, eles dão opiniões, elogiam ou criticam alguma coisa que foi feita, ajudam a organizar os projetos como eu te falei, eles tem essa liberdade para falar sim e sempre falam.

P: Como a escola organiza o planejamento anual?

R: Conforme perfil do professor. Nós temos um grupo grande de professores efetivos, esses professores não tem a necessidade de ficar todo ano ouvindo a mesma coisa com relação a maneira como a escola trabalha, então nós priorizamos trabalhar com aqueles professores que estão chegando novos para escola, aí sempre existe uma pauta de atividade, onde explicamos como funciona a escola, quem cuida do que, nisso os professores mais antigos também ajudam, sempre existe um trabalho dos professores anteriores das turmas passarem para os que irão pegar a turma no ano onde foi parado o conteúdo, como trabalhava, sempre no sentido de um ajudar, auxiliar o outro e desse jeito sempre deu muito certo, não fica aqueles reuniões cansativas e maçantes onde sempre é falado e discutido a mesma coisa.

P: Há trabalhos de formação continuada na escola?

R: Em reuniões de ATPC, como te falei quando sentimos a necessidade, por vezes, nos anos anteriores nós trabalhamos com seminários seguido das discussões sobre o assunto, cada docente ficava responsável por estudar e expor um assunto ou um autor, esse trabalho foi bem positivo.

P: Como é organizado o currículo na escola?

R: O Currículo que nós seguimos é o da SEE, com as devidas modificações, porque somente o currículo em si não dá conta de atender às necessidades dos nossos alunos, então nós desde o início do ano já falamos para os professores que eles tem liberdade para fazerem as modificações e adaptações. Nós vemos que há necessidade de complementação do conteúdo por meio dos livros didáticos, com pesquisas diversas que tanto os professores como os alunos devem fazer, usando livros ou mesmo a Internet,

alguns professores fazem uso de aulas práticas também para enriquecer e complementar. O Currículo aqui na escola ele é e precisa mesmo ser contextualizado conforme o perfil de cada sala, conforme o perfil dos alunos. A decisão sempre é conjunta entre a direção, coordenação e professores, os professores que conhecem mais as turmas vêm conversam com a direção e com a coordenação aí nós avaliamos e são feitas as modificações dependendo de cada professor e de cada turma.

P: Desde quando vocês seguem o Currículo da SEE?

R: Desde a implementação dele pela SEE.

P: Como se deu o processo de implementação da Nova Proposta e do novo Currículo nesta unidade escolar?

P: A receptividade foi boa, porque já havia necessidade de organização do currículo no Estado há muito tempo. É importante salienta para você que a nossa escola já tinha há muito tempo uma meta e ainda temos, que é a de montar nosso currículo próprio, porém, o que inviabiliza esse trabalho é a rotatividade docente e a própria SEE, que ao invés de oferecer subsídios inventa essas reuniões inadequadas para o grupo gestor, roubando o nosso precioso tempo de trabalho na Unidade Escolar, nesse ano está demais, ficamos horas e horas de trabalho, na maioria das vezes, ociosas na Diretoria de Ensino, se tivéssemos mais tempo e mais subsídios essa meta já teria saído do papel, pois acredito que um currículo próprio para a nossa escola, já teria todas essas mudanças e adaptações que falei para você. Mas de certa forma a receptividade pelo novo currículo foi positiva.

P: Em que consiste o novo Currículo do Estado? Como ele é organizado?

R: Ele está organizado por áreas do conhecimento, então são as quatro grandes áreas: Matemática, Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. São materiais que orientam o conteúdo e a prática docente.

P: Houve alguma consulta ou discussão por parte da Secretaria da Educação para a criação e implementação do novo Currículo na rede estadual de ensino?

R: Não, nós aqui da escola e até onde eu sei e já pesquisei ninguém foi ouvido ou sequer participou de alguma reunião para discutir esse novo Currículo, ele chegou pronto para ser executado.

P: Houve alguma discussão prévia entre os professores, equipe gestora para implementação do Novo Currículo?

R: Como já ta falei, não houve nada disso não. Nós aqui da escola é que tomamos conhecimento por meio da Diretoria de Ensino e aí reunimos nossos

professores para comunicar a mudança, mas muito ainda sem saber como seria, o que de fato estaria mudando, as coisas foram acontecendo já com o bonde andando como diria o ditado popular, nada de tempo para preparação, conhecimento, nada disso não.

P: Quais materiais a escola recebe da SEE para a implementação do Currículo?

R: Nós recebemos o Caderno do Professor e o Caderno do Aluno, no início da mudança recebemos o Caderno do Gestor, alguns volumes e o próprio Caderno o Livro do Currículo, um para cada área.

P: Houve/há algum tipo de capacitação para os professores ou coordenadores utilizarem o novo Currículo?

R: Os novos professores ingressantes agora passam por curso de formação para trabalharem com o material, mas os que já estavam na rede, não houve nada muito específico não, nós que fizemos esse trabalho, a coordenação com os professores nas reuniões de ATPC e depois com o tempo o governo foi abrindo cursos de aperfeiçoamento todos a distancia, on line, para os professores que tivessem interesse, nada em caráter obrigatório, e quem fizesse ganhava certificado que vale para a evolução funcional.

P: Todas as classes utilizam o novo currículo?

R: Sim, com as devidas modificações, pois não são todos os alunos que acompanham, todas as turmas que tem o mesmo entendimento, isso varia muito, então o professor precisa fazer as devidas modificações.

P: Como você avalia a implementação, o novo currículo e o seu uso em sala de aula?

R: O conteúdo, muitas vezes, é bastante descontextualizado. Muitas vezes “tímido” diante da bagagem do aluno.

P: Existe articulação entre o PPP da escola e o novo currículo do Estado?

R: Sim, tem que haver e sempre é necessário observar, e a todo momento retomar o PPP para ver se fato eles estão articulados, pois devem estar sim.

P: O que muda no trabalho do professor com o uso do Novo Currículo?

R: A principal mudança que eu posso citar é a padronização do conteúdo, agora todos os docentes da rede devem trabalhar da mesma forma, seguir o mesmo padrão e isso, na minha opinião, pode ser até prejudicial, pois as diferenças dos alunos elas não tem espaço para aparecer, nós aqui ainda fazemos as modificações e as escolas que não fazem? Que seguem tudo à risca? É perigoso.

P: Qual a rotina de trabalho do professor com o novo Currículo? Como é hoje e como era antes?

R: Olha eu vejo que facilitou o trabalho do professor ao preparar suas aulas, pois já está tudo praticamente pronto, as situações de aprendizagem o que os professores devem ministrar, como fazer, porém, isso acaba gerando muita desatualização por parte dos docentes que ficam só presos a esse currículo e buscam novas possibilidades e novas estratégias de trabalho.

P: O que os alunos e os pais pensam do novo Currículo? Eles tem conhecimento do mesmo? Notaram alguma mudança? Positiva ou negativa?

R: A comunidade, em geral, sempre recebe positivamente tudo o que vem do governo, na verdade eu penso que concretamente eles nem tem muito conhecimento sobre o que se trata essa proposta, mas gostam porque os filhos estão recebendo mais materiais, acreditam que isso ajude a melhorar a qualidade do ensino.

P: Quais as principais vantagens e desvantagens do uso do novo Currículo?

R: Como vantagens acho que já até mencionei: facilitou a preparação das aulas para os professores, como desvantagens eu avalio a descontextualização do conteúdo com a realidade da escola, de cada escola, essa ideia de unificar sem levar em conta que cada escola é uma e tem as suas singularidades as suas diferenças.

P: Quais as dificuldades encontradas na implementação do Novo Currículo?

R: Não houve dificuldade quando o professor já vinha desenvolvendo seu trabalho conforme a ética e estética citadas pelo nosso grande pensador Paulo Freire... para esses o trabalho foi tranquilo como sempre é, já aqueles outros que não tem esse compromisso tudo é difícil, complicado e não conseguem fazer.

P: Existe algum setor responsável por orientar, acompanhar e supervisionar o uso do novo Currículo na escola?

R: Sim, somos nós da direção e coordenação pedagógica, mas nós mais orientamos e acompanhamos não temos essa ideia de supervisionar, fiscalizar se está sendo cumprido não, é mais no sentido de parceria com o professor.

P: Há alguma sistemática de avaliação do uso do novo Currículo?

R: Aqui na escola elas acontecem por meio das avaliações, as internas e as externas, estilo o Saresp.

P: A escola participa do Saresp? Quais os resultados obtidos?

R: Sim nós sempre participamos é obrigatório. Com relação ao Idesp ele era bastante baixo em 2007 e 2008, daí em 2010 nós atingimos mais que os 100% da nossa

meta, e a partir de então nós não conseguimos mais aumentar a meta, nós estamos estacionados, com pequenas variações para menos no Ensino Fundamental e para mais no Ensino Médio, mas não conseguimos mais alcançar nem longe dos 100%.

P: Você sabe qual o Idesp de sua escola? E a meta para o próximo ano? A escola tem conseguido cumprir as suas metas?

R: Olha o Idesp desse ano nós não conseguimos cumprir, a nossa nota no Idesp de 2012 foi 2,9 para o 9º ano e 2,98 para o 3º ano do Ensino Médio, não me lembro ao certo qual era a meta, mas não conseguimos atingir, agora para 2013, ainda não temos meta, porque parece que a SEE está mudando os critérios de notas e metas, então ainda não apareceram essas metas do próximo ano não, e também já não era sem tempo de haver mudanças nesses critérios que não são nem um pouco claros.

P: A escola discute as avaliações externas e os índices? E isso infere na organização e planejamento do trabalho na escola?

R: Sim, há uma análise por sala e a devolutiva das notas para os alunos, nós reunimos com os professores, mostramos os boletins do Saresp os índices, isso tanto para avaliações internas quanto as externas, agora, por exemplo, que nós fazemos aquela avaliação da aprendizagem em processo, é também um sistema de avaliação externa. No caso do Saresp para os alunos de 9º ano que continuam aqui no ensino médio nós mostramos e conversamos com eles sobre os resultados. Eu acho que esses resultados interferem muito no trabalho da escola, na nossa organização, porém, por uma boa razão, nós temos conseguido menos falta de alunos e até de professores, pois esse é um dos critérios do Idesp e do bônus, evasão dos alunos e falta dos professores.

P: Existe alguma cobrança por parte da Direção da escola, Diretoria de Ensino, Secretaria da Educação com relação aos resultados e as metas da escola?

R: Sim, cada uma cobra na parte que lhe cabe, a Diretoria de Ensino, nós aqui da escola também fazemos nossa parte, a própria Secretaria da Educação é a que mais cobra que as escolas consigam cumprir as metas e elevar o nível da educação do estado, mas muitas vezes nós fazemos a nossa parte e aguardamos a devolutiva do que nos foi cobrado, mas sem muito sucesso, ou mesmo nenhum sucesso e isso dificulta o nosso trabalho

P: Você acha que a implementação do novo Currículo está relacionada às avaliações externas e a política de bonificação do Estado? De que maneira?

R: Sim, estão totalmente atrelados, o que interfere negativamente na implementação do currículo, porque aí todo mundo fica só preocupado em dar em sala

de aula aquilo que vai cair no Saresp, sem se preocupar com outras questões que também são relevantes no processo de ensino aprendizagem, o currículo até poderia existir, mas essa relação só prejudica a sua implementação.

P: O que você entende por qualidade na educação? Voce acha que o uso do novo currículo contribui para qualidade na educação? De que maneira?

R: Educação de qualidade para mim é que todos ou pelo menos a maioria dos alunos saíssem da escola bem formados e informados, com conhecimentos e conteúdos suficientes e preparados para a vida profissional, para a vida cultural, para a vida em sociedade, que conseguissem se inserem na melhor forma possível no mercado de trabalho, que tivessem acesso a cultura e informação, e que soubessem atuar na vida social, acho que o currículo X ou Y é irrelevante, desde que fosse feito um bom trabalho na escola e em sala de aula, com investimentos, recursos, profissionais para todos os setores da escola, professores motivados e interessados em todos os sentidos, assim a gente ia conseguir formar e informar bem os nossos alunos, creio que seja isso.

P: Gostaria de acrescentar mais alguma informação?

R: Só queria dizer que é sempre um prazer poder contribuir com uma pesquisa verdadeira e de qualidade.

P: Muito obrigada.

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA COM A PROFESSORA A

P: Bom dia, na primeira parte eu gostaria que você fizesse uma identificação, seu nome, formação, há quanto tempo você trabalha aqui na escola, há quanto tempo você trabalha no Estado.

R: Meu nome é PROFESSORA A, sou formada em Letras pela Unesp, trabalho a 25 anos e faz 16 que trabalho nesta escola.

P: Você é concursada?

R: Sou, sou efetiva aqui na escola desde 1987

P: E quais são as atividades que você desenvolve aqui na escola? Que já desenvolveu? O que tem feito?

R: É... muita coisa em 16 anos é muita coisa, eu trabalhei com jornal, trabalhei com teatro a um tempo atrás, organização de festas, tem aquela questão de talentos...todo ano a gente fazia uma espécie de show... chamava show de talentos, mas assim pra desenvolver certas habilidade diferentes do dia a dia, enquanto curso, nossa mas eu já fiz muita coisa, é muito tempo (risos..) ultimamente meu projeto é uma revista cultural, os alunos escrevem artigos...é colocado no nosso blog, nós temos os artigos prontos agora é só por mesmo na Internet.

P: E existe algum plano de carreira no Estado, que você conhece? Como funciona

R: Tem, tem sim plano de carreira, tem a evolução por via funcional, por via não acadêmicas e tem a prova de mérito agora, que tem faz uns dois três anos, três anos acho, que ela existe.

P: Agora com relação à escola

P: Quais as modalidades a escola atende? Em quantos turnos?

R: A escola funciona em dois turnos manhã e tarde e atende dois níveis, ensino fundamental ciclo II e ensino médio.

P: E quantas salas de aula tem por período?

R: De manhã nós temos 12, não tenho muito certeza se são 12 ou treze, eu penso pelo número de salas, porque eu dou só em 5 turmas, e a tarde tem umas 8, 9 eu não sei te dizer com certeza não.

P: Não tem problema...

P: E quantos alunos tem em média por sala?

R: Trinta, trinta, entre trinta e trinta e quatro alunos, são classes que.. são classes boas.

P: E a escola possui Projeto Político Pedagógico?

R: Sim com certeza.

P: E como ele é organizado?

R: Tem o plano gestor que é construído acho que é quadrienalmente, e todo ano a gente participa com questões de conteúdo, com o currículo, com questões relacionadas ao

planejamento, e regimento escolar, quando há mudança nós fazemos toda essa organização, mas tem coisa que a gente faz anualmente e tem coisa que é quadrienal eu acredito.

P: E quem participa da elaboração?

R: Ah é a equipe como um todo, a parte do diretor, tem a parte dos coordenadores, que são os gestores, que agora é chamado, é o grupo gestor e os professores participam também, é...todo mundo.

P: A escola possui Conselho de Escola e APM?

R: Sim, sim.

P: E como é a atuação desses órgãos?

R: ah eu não participo muito não sabe, eu já participei muito hoje como eu sou, muito patrimônio eu não participo muito não, mas eu sei que funciona, tem as reuniões como são indicadas, faz parte até do...como chama...da organização do ano letivo, tem as ordinárias que são uma a cada bimestre e tem as outras quando precisa.

P: E qual a maior dificuldade que a escola enfrenta?

R: Uma pausa e um suspiro...é...eu acho que é a participação efetiva dos pais com o compromisso de fazerem os filhos terem aquele valor que deveria ter na escola, acho que a participação dos pais é o nosso maior desafio, e também eles terem um objetivo enquanto estudantes de aprender e usar isso na vida, eu acredito que hoje eles estão meio confusos, acuados, não conseguem perceber a finalidade da escola...

P: E porque você acha que acontece isso?

R: Ah eu acredito que esse mundo que a gente vive, as coisas acontecem muito rápido, tá todo mundo meio perdido, e o jovem mais ainda, porque já faz parte da questão da adolescência.

P: A escola tem alunos tem inclusão?

R: tem, tem um cadeirante que tá na 5ª série que eu saiba, eu não tenho, esse ano eu não tenho em nenhuma das minhas turmas, mas eu sei que a escola tem.

P: Então você já comentou de alguns projetos que a escola desenvolve que você desenvolve. Esses projetos como eles são organizados? É projeto da escola é projeto da secretaria?

R: Tem, tem projeto que é da escola, tem projeto que é da secretaria. Tem o projeto aquele Mais Educação, que inclusive é do governo federal, tem esse Mais Educação... a gente participa muita desses projetos da secretaria da educação, mas visando a clientela que a gente tem, os que vem a gente tenta adequar, a gente faz os nossos projetos da escola pra tentar atender as necessidades dos nossos alunos.

P: E existe trabalho coletivo na escola?

R: Com certeza, o ultimo que a gente fez o resultado foi uma festa junina de encerramento do semestre muito lotada, o resultado foi muito bom.

P: Então como eu já presenciei as reuniões de ATPC, qual é a participação dos professores nessas reuniões, como elas acontecem, qual é a rotina dessas reuniões?

R: Ah eu acho muito bom, eu acho que foi uma grande conquista nossa, dos professores, ter esse espaço pra discutir, a gente discute as questões da escola, de aprendizagem, nós lemos e discutimos textos, aqui funciona, gente é... até a gente faz as atividades como capacitadores, nós fizemos no ano passado, esse ano não deu certo ainda pra gente fazer, nós fazemos palestras sabe, os professores mesmos escolhem temas, assuntos pedagógicos e fazem uma palestra, não é bem uma palestra é uma apresentação é bem legal, nessa escola funciona bastante.

P: É eu vi no Plano Gestão são os seminários que foram feitos no ano passado...

R: é, é isso foi muito bom, os professores que organizavam, escolhiam o tema que achasse adequado e fazia a apresentação.

P: Isso pode ser considerado um tipo de formação continuada, você acha?

R: Ah sim, inclusive nós escolhemos alguns temas, no meu por exemplo, teve a ver estratégias de trabalho, possíveis estratégias de trabalho o texto foi indicado pros concursos, tanto pro concurso de efetivação de professores como pra... sempre esqueço o nome.

P: Prova de mérito?

R: Isso prova de mérito.

P: agora com relação a organização curricular

P: Como é organizado o currículo na escola?

R: Nós acompanhamos totalmente o currículo oficial da Secretaria da Educação que é o São Paulo Faz Escola, pelo menos eu, acho que a maioria dos professores usa, porque a gente vê que unificando é melhor, do que ficar cada um perdido fazendo do seu jeito da forma que acha melhor, acho que o currículo, desde que estou aqui, desde 2008 quando começou, eu pelo menos sempre trabalhei, apesar de ter os dos meus apesares, eu sempre trabalhei, fazendo as adequações.

P: E como foi o processo de implementação desse novo currículo aqui na escola?

R: Foi tranquilo, foi trazido, em tese foi discutido a proposta, primeiro se implantou em termos de proposta, depois com o currículo já tava implantado e foi só dar sequencia, mas foi tranquilo, principalmente na minha área que é língua portuguesa, os professores que passaram por aqui ninguém assim, fez diferente do que a escola havia determinado.

P: E em que consiste esse novo currículo e como ele está organizado?

R: tem certeza que você quer pergunta isso pra mim? (cara de estranhamento e risos)... ai meu deus do céu... Bom o São Paulo faz Escola, ele tem um caderno, que tem um currículo que acompanha através do caderno o Caderno do Professor e o Caderno do Aluno, eu nunca participei mas acho que tem umas capacitações que são feitas né, teve enquanto implantação e agora implementação e é isso, mas eu nunca participei.

P: Houve uma consulta prévia a comunidade, a escola antes de fazer essa alteração no currículo?

R: parece que sim, eu não me lembro muito bem não, mas parece que sim, houve uma discussão, não sei se a comunidade participou, acho que não, não me lembro, a escola enquanto assim, me lembro vagamente.

P: Quais os materiais que a escola recebe para auxiliar na implementação do novo currículo?

R: Ah sim, tem os materiais, tem o Caderno do Professor, tem o Caderno do Aluno, acho que tem umas revistas também, acho que é revista pedagógica, não sei...

P: Você já comentou que os professores todos trabalham com o novo currículo, as salas todas também? Todas as salas conseguem acompanhar? Tem alguma turma que talvez você tenha passado que tivesse dificuldade, algo do tipo?

R: sim, eu posso falar do material de língua portuguesa. O material de língua portuguesa do ciclo I, do ciclo II melhor dizendo é meio difícil pro nível que eles estão, então tem textos extremamente longos com muitas palavras difíceis, acabei de falar com a professora de ciências, então ela até falou que vai usar o dicionário na 5ª série, então eu acho que o nível está meio inadequado, a gente tem que fazer as adaptações para que eles consigam acompanhar, pelo menos eu tenho que fazer isso, eu tenho uma turma que eu acompanho desde a 5ª série que agora eles estão na 8ª eu realmente tive que fazer isso essas adaptações pra eles poderem acompanhar o conteúdo, agora a apostila realmente tem coisas que não dá pra eles acompanharem não, são textos muito longos, muito difíceis deles compreenderem não dá.

P: E você vê alguma diferença entre o currículo e o material que seriam as apostilas? Porque você falou que o currículo eles acompanham...

R: Não, eu acho que não, não, eles são compatíveis.

P: E qual a avaliação que você faz do novo currículo?

R: Olha em termos de organização e de estrutura eu acho bom, agora não sei se eu estou meio ultrapassada, mas eu acho muito fragmentado, você vê muitos assuntos superficialmente, então é isso que eu critico, eu não consegui ver essa espiralidade, é assim que fala, eu não consigo ver, eu percebo só isso que há uma fragmentação, tudo bem o que eles veem na 8ª série, posso citar um exemplo de texto argumentativo, num nível depois isso volta no ensino médio, mas assim fica uma coisa jogada, não há uma continuidade para que o aluno perceba o objetivo disso, e a questão gramatical por exemplo também é tratada muito superficialmente, não sei, se é porque eu sou de uma escola muito antiga eu tenho dificuldade de perceber o objetivo.

P: Você acha então que falta uma articulação entre o currículo e a realidade do aluno? Ou não é isso?

R: não, não é isso, em termos de conteúdo mesmo, o aluno ele acompanha mas não fica, essa questão parece que não houve aprendizagem daquele assunto plenamente...

P: Pelo fato dele ser muito fragmentado?

R: E eu sinto uma diferença bem grande entre os... aqueles que produziram os caderninhos do ensino fundamental e do ensino médio, tem uma diferença, acho que do ensino fundamental é mais profundo, é não seria nem profundidade aí, qual seria o termo? Vamos colocar numa linguagem mais simples, é mais difícil que o do Ensino Médio, deveria ser ao contrário eu acho.

P: Mais superficial o do Ensino Médio você acha?

R: Eu acho.

P: E houve alguma alteração no seu trabalho com o novo currículo? Como era antes, como é agora?

R: bastante, bastante, é como eu te disse eu fui me adaptando, como eu te disse eu sou de uma escola antiga, eu comecei dar aula em 1987, era outra situação eu tive que me adaptar a novidade...

P: E você avalia isso como um fator positivo ou não?

R: ah positivo né eu sou favorável à mudança, desde que seja favorável para o aluno, desde que ele encontre a aprendizagem, que faça sentido para ele eu acho importante eu acho que a gente tem que fazer mudanças sim.

P: E qual é a rotina sua de trabalho com este novo currículo?

R: Bom eu trabalho, eu ajo na maioria das vezes de acordo com as orientações do Caderno do Professor, na medida do possível, na medida do realizável, porque tem Situações de Aprendizagem que eu faço minhas adaptações, mas na maioria das vezes eu sigo como a orientação mesmo.

P: E quais as principais mudanças, você falou que mudou bastante, quais as principais mudanças que você percebeu com o uso do novo currículo?

R: até essa questão prática mesmo dos cadernos, das leituras, a gente consegue mais agilidade em dar o conteúdo.

P: Existe algum setor na escola, ou na diretoria de ensino ou mesmo na Secretaria da Educação para acompanhar o uso do novo currículo?

R: Acho que especificamente não, na escola quem acompanha é o coordenador, mas em termos de diretoria acho que não, pelo menos a mim nunca ninguém questionou, em termos de secretaria de educação também não sei, acho que não, pode até ser que tenha, mas não chega até a gente, pode ser que tenha para os diretores e coordenadores.

P: E você acha que as bases, as diretrizes curriculares foram alteradas com o novo currículo ou não?

R: não, não, porque assim oh, nós discutimos uma proposta que vem lá de trás desde os anos 1990, e essa proposta que virou currículo ela acompanhou bem o que pedido, só que assim, existe uma equipe que faz, então assim, o jeito de você conduzir é diferente, a gente sabe que na sala de aula é assim, a mesma aula que eu dou outra professora que é da mesma área dá e a gente dá diferente, então assim isso é muito relativo, mas assim em termos de assuntos, de conteúdos eu acho que tá de acordo sim, não mudou muito.

P: E você acha que mesmo com o novo currículo continua havendo essa diferenciação de um professor para outro?

R: Ah sim, claro que tem, o professor é o jeito dele trabalhar, é o jeito que ele tem, é a experiência que ele tem, tudo é diferente, pode dar o mesmo assunto, mas de maneira diferente, a ideia é diferente isso é claro.

P: além do novo currículo vocês usam outro material?

R: nós usamos o livro didático como suporte nos conteúdos possíveis, porque não combina de jeito nenhum, quando a gente faz a escolha de livro, a gente tenta escolher aquele que dá pra trabalhar, a gente até gostaria que fosse volumes únicos, porque daria pra você trabalhar de maneira mais adequada, mas dá pra ir fazendo as adaptações, é o tal do jogo de cintura amiga...(risos)

P: agora com relação ao Saresp? A escola participa?

R: Sim, claro é obrigado né, não participa pra você ver.

P: E quais são os resultados?

R: Os resultados são relativos, a escola já teve zero há dois anos atrás, depois teve uma nota bem melhor, porque quando você zera depois qualquer coisa é boa e esse ano a gente foi bem em Língua Portuguesa no Ensino Médio, mas matemática continua bem baixo, e o Ensino Fundamental tá meio estável...

P: Esse resultado que vocês tiveram o 2º lugar no município é no Ensino Médio?

R: Ensino Médio de língua portuguesa.

P: E a escola discute esses resultados? Esses índices?

R: Ah sim..

P: Como eles são trabalhados?

R: A gente discute sim, a gente não concorda, pelo menos eu não concordo, aliás a gente nem conhece direito os critérios que eles usam e outra é uma prova pontual o Saresp. Eles mandam a gente avaliar o aluno como um todo, aí vem uma prova de teste, que a figura tem que ler, se ele tiver com preguiça ele não lê, joga no bicho como eles dizem e acerta o gol de vez em quando e vai... Não eu não concordo com o Saresp de jeito nenhum, acho que tinha que ser uma coisa diferente, vamos fazer uma coisa séria? Vamos, então vem aqui, faz uma coisa séria, uma avaliação direta com o aluno, avaliação oral, avaliação escrita, questões abertas e de múltipla escolha, mas faz uma coisa séria, agora vem com essa história, eu não concordo não,

principalmente depois que juntou com essa história de bônus, juntou dinheiro com resultado, essa aí é a pior parte.

P: Essa era a próxima pergunta que ia te fazer, qual a relação entre Saresp e a bonificação?

R: Nossa é ridículo, nossa eu fico revoltada, porque é falso isso, é falso, a gente sabe que é falso, é mais uma forma de pressão de pressionar a escola, o aluno pra um resultado que a gente sabe que é falso, se fosse sério seria diferente.

P: O que você acha que é importante pra avaliar uma escola, pra atribuir uma nota para a escola?

R: Você tem que ver o trabalho da equipe, você tem que ver o empenho das pessoas, você tem que ver tudo, você tem que ver sabe a escola como uma coisa dinâmica e não como uma coisa estática, e é, você vê, eu tenho duas 8ª séries, uma 8ª eu consigo trabalhar, render, a outra não porque, por causa do jeito dos alunos, a importância que eles dão pras coisas, você vê dentro da escola, existem realidades diferentes, então você joga aí uma prova que é teste, eu tenho certeza que a minha 8ª A vai fazer com um compromisso e uma seriedade o Saresp o resultado vai ser um, agora minha 8ª B não, aí o resultado a gente já sabe.

P: Bom então pra finalizar, o que você considera uma educação de qualidade?

R: Uma escola que penso ser uma escola de qualidade é uma escola bem diferente da que a gente tem agora, deveria avaliar de uma maneira bem ampla, os conhecimentos do aluno diferente do que a gente tem, eu acho que essa escola é do século XIX, não é nem do século XX, giz, lousa e cuspe eu falo, a escola de qualidade é valorizar o profissional que trabalha, é valorizar o aluno enquanto pessoa, não só... não pode ser como era. Fala de capacitação de professor, deve sim capacitar o professor mais tem outros itens que devem entrar, questões salarial é muito importante, a carga de trabalho menor, tudo isso tem a ver, a sala de aula, se bem que eu não posso reclama de números de alunos em sala de aula, porque a nossa escola é pequena então tem coisas que a gente já tem. Nós já conseguimos muita coisa que melhorou a qualidade da escola, quanto relacionamento, quanto tratamento, quanto respeito, quanto ao ambiente escolar, mas em termos de aprendizado a gente precisa muito, e nós não conseguimos achar esse ponto, eu converso muito isso com o coordenador do Ensino Médio, o que está faltando pra que nosso aluno realmente apreenda e consiga os bons resultados... Ah tem muita coisa que poderia melhor, um investimento em educação é muito investimento que precisa. Se bem que no governo PSDB a gente não pode reclamar de falta de dinheiro, dinheiro manda muito, só que tudo muito direcionado, acho que são vários fatores, vários fatores, um leque de questões que a gente tem que melhorar, mas principalmente respeito ao profissional em termos financeiros isso é extremamente importante e o investimento de maneira séria, porque o que eles gastam com a prova do Saresp eles poderiam fazer diferente, não precisava gastar tanto, bom é isso.

P: Então muito obrigada pela sua participação, gostaria de falar mais alguma coisa?

R: Que isso, tá bom, já falei demais. (risos)

P: Muito obrigada.

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA COM PROFESSORA B

P: Boa Tarde.

R: Boa Tarde.

P: Então em primeiro lugar gostaria que a senhora fizesse uma apresentação pessoal, me dissesse um pouco da sua formação e experiência profissional.

R: Meu nome é PROFESSORA B, sou professora de matemática, titular de cargo, tenho 19, quase 20 anos de trabalho na rede estadual de ensino e estou aqui na escola X desde 2001, há 11 anos. Sou formada em Matemática, licenciatura plena em matemática, física e desenho geométrico.

P: Com relação ao Estado, a senhora sabe se existe algum plano de carreira no Estado?

R: Sim, você fala plano de carreira dentro da própria estrutura da escola, é isso? Sim o professor depois de um determinado tempo pode prestar outros concursos, pra coordenador, diretor, pode fazer carreira nesse sentido.

P: E quais as atividades a senhora desenvolve na escola?

R: Aqui sou apenas professora.

P: Agora com relação a escola e a sala de aula...a senhora sabe me dizer quais são os níveis que a escola atende e em quantos turnos?

R: A escola tem nível fundamental e médio, dois níveis e dois turnos também o da manhã e o da tarde.

P: A senhora sabe me dizer quantos alunos a escola atende?

R: Deve ser cerca de 400 um pouco mais...

P: E quantas salas de aula?

R: Umas doze salas de aula se eu não tiver enganada, por aí, não sei direito.

P: A escola possui Projeto Político Pedagógico?

R: Sim.

P: E como ele é elaborado?

R: Me parece que a cada dois anos...

Entra uma funcionária na sala para falar com a professora, fazemos uma pausa e a professora então fala algumas coisas sobre o PPP “não sei como que é isso de quanto em quanto tempo, eu não sei direito, eu só ouço falar eles convocam alguns professores”... nesse momento a professora fica em dúvida e fala essas coisas em voz baixa, depois quando retomamos a gravação ela fala outras coisas.

P: Então retomando, sobre o projeto político pedagógico, como ele é elaborado?

R: É elaborado através do quadro de professores, dos coordenadores, direção, do secretariado, e o período me parece que é bi ou tri anos, trienal ou bienal.

P: E como a senhora enxerga o trabalho dos professores aqui nesta escola?

R: Bom, os professores desta escola são professores dedicados, tem amor no que fazem, sofrem devido a situação de comportamento de aluno, desinteresse, e a gente tá sempre buscando fazer alguma coisa a mais pelos alunos, o quadro aqui é assim, professores dos dois períodos, é um pessoal bem unido, camaradas, tem assim, você pode contar com a amizade deles, quando um tem um problema a gente tenta ajudar, apoiar, a coordenação é muito positiva com a gente, dá muito amparo pra nosso trabalho, o ambiente aqui é bom, isso é bom, muito bom.

P: A escola possui Conselho de Escola e APM?

R: Sim, sim Conselho de Escola e APM.

R: E a senhora sabe como é a atuação desses órgãos?

R: Nas reuniões me parece que bimestral ou semestral tem o pessoal que participa é formada assim por eleição, é formada assim, tem sim, desde que vim pra cá eu vejo isso.

P: Com relação a sala de aula, quais as maiores dificuldade que a senhora enfrenta em sala de aula.

R: Ah sim, maior dificuldade, a falta de educação e consideração de alunos, o desinteresse quase que geral, você pode por quase que 90% dos alunos desinteressados, varia de sala pra sala mas em média a maioria não quer mais saber de nada, os que ainda tentam fazer alguma coisa, eles não são assim interessados em aprender, só faz copiar da lousa pra ganhar nota, o objetivo deles é ganhar nota, parece que a juventude hoje tem interesse em outra coisa, menos em estar enriquecendo o conhecimento, a sabedoria deles.

P: E porque a senhora acha que isso está acontecendo?

R: Ah eu acredito que a evolução que houve, a transformação social, a transformação global, a própria tecnologia influenciou bastante, os alunos hoje apertam um botãozinho e eles tem tudo na mão...

P: A senhora sabe me dizer se a escola tem alunos de inclusão?

R: Sim, tem muitos, eu mesma tenho aluna de inclusão.

P: E qual a deficiência?

R: Ah ela é bem assim, ela é bem alienada, to me lembrando dela a Fulana da 7ª C, ela não consegue aprender nada...

P: E tem um trabalho diferenciado para esses alunos?

R: Não, não, ela participa da sala, quando tem reforço ela participa, só que assim, infelizmente essa aluna minha ela é mais problema social do que só a inclusão...

Uma professora que estava na sala entra na conversa e lembra do caso de um aluno da 5ª série cadeirante, e depois se retira da sala.

R: é então tem mais da manhã, mas não é aluno meu.

P: A escola desenvolve projetos?

R: Sim, muitos projetos.

P: Projetos da escola ou da secretaria da educação?

R: Tem projetos da escola e tem os da secretaria da educação.

P: E como é a participação e organização desses projetos?

R: Tem participação coletiva, projetos assim do interesse deles, da idade adequada pra eles, o coordenador do Ensino Médio se preocupa com isso, pra levantar o moral, assim o amor próprio deles, então que elas possam sentir que realmente eles são importantes, então toda primeira aula eles vão pra sala onde tem projetos, tem projeto de dança de rua, de teatro, de..de...ai tem vários que é muito legal.

P: Com relação aos ATPCs eles existem na escola, eu estou podendo acompanhar, e como é a participação dos professores nesses ATPCs?

R: Então a gente recebe da coordenação os recados que precisa, se gerar alguma dúvida a gente tem liberdade de perguntar, é claro que seria melhor se a gente tivesse mais chance de discutir mais com relação à coordenação, tem uns que a diretora participa também, então devido ao tempo e a quantidade de professores que fazem fica mais assim a gente recebendo informação e claro, eles abrem se tiver alguma coisa pra falar fala, e tenta assim trabalhar temas que encontramos na escola mesmo, as dificuldades, ou progressos, de modo geral visa a situação da escola e que facilita pra gente pra trabalhar melhor.

P: Existe um trabalho de formação continuada na escola?

R: Como assim?

P: Reuniões de estudo, com os coordenadores, leituras...

R: Então no ano passado tivemos os seminários, cada um apresentava um tema, esse ano eles deixaram mais livre, e como assim, não sei se a correria, é muita atividade que tem, até o próprio período, o meu período por ser período da tarde, a própria temperatura, o tempo então foi ficando, mas tem, tem passeios, tem uma porção de coisas que foram feitas, o pessoal da USP também tá sempre aqui trabalhando com a gente, com nossos alunos, a escola não é parada não ela tem muita coisa que é feita sim.

P: Agora com relação a organização curricular, o currículo mesmo...como que é organizado o currículo na escola?

R: A gente faz, a gente reúne no planejamento, no início de cada semestre, primeiro uma reunião coletiva, depois por área, e a gente faz, baseado naquilo que a gente tem de experiência, baseado nos currículos dos livros, baseado em vários livros, e a gente faz por série, por ano agora, a gente faz, cada professor.

P: A escola segue o currículo oficial da SEE?

R: Que são as apostilas? Poderei dizer que 80% da escola sim, como eu ia dizer, algumas matérias, como no meu caso, eu preferi não seguir religiosamente, o que eu pude aproveitar eu aproveitei, mas eu senti assim, o conteúdo deles eu acho que é um pouco pesado

para os alunos do período vespertino daqui, outra coisa que eu senti, se eu ficar só com aquele tantinho pra seguir, obedecer o primeiro bimestre o segundo bimestre, o que vai acontecer, matemática eles precisam fazer bastante exercício, então eu prefiro não ver tudo o que está ali, ver menos e aprofundar mais, essa é minha linha de pensamento eu estou trabalhando assim.

P: A senhora já comentou comigo que estava afastada no período de implementação da proposta, mas apesar de não ter participado, a senhora sabe me dizer como que aconteceu a implementação? Desde quando?

R: Não, não sei explicar isso não.

P: Não tem problemas. A senhora sabe me dizer em que consiste e como está organizado o currículo do estado de São Paulo?

R: Está organizado em cada área específica, com quatro cadernos, primeiro, segundo, terceiro e quarto bimestre, são as apostilas que chegam para os alunos, que eu conheço é só isso, as apostilas do aluno e o Caderno do Professor.

P: A senhora sabe dizer se quando foi implementar o currículo se houve uma consulta aos professores?

R: Não porque eu estava fora né, eu estava em licença saúde, eu acredito que foi logo depois que eu sai eu fiquei quase 4 anos afastada, eu acredito que foi implantado nos 2 ou 3 últimos anos que estava afastada, então quando eu voltei já estava ocorrendo e eu peguei só a continuidade o fim da coisa.

P: Atualmente existe algum tipo de curso, capacitação para os professores para trabalhar com esse material?

R: Então eu mesmo participei em reunião no ano passado na DE, no caso era pra recuperação, reforço escolar, ia trabalhar muito, fazer e acontecer e morreu o assunto, agora não sei daqui, desse material, eu nunca recebi nenhum convite pra receber qualquer capacitação disso.

P: E tem alguma possibilidade de mudança, de alteração desse currículo?

R: Eu creio que não, porque ele já vem pronto, eu acho que a única coisa que altera é o professor avaliar e ver o que ele aproveita então no meu entendimento é isso.

P: Então tem essa possibilidade do professor fazer uma mudança, uma adaptação do material?

R: Pra aquele ano letivo, tem, porque depois no ano seguinte volta a mesma coisa, o mesmo material igual.

P: E como a senhora avalia o uso desse novo currículo na sala de aula?

R: Então é assim ó, sozinhos não, você passa tarefa pra casa, ou então você fala assim amanhã nós vamos fazer tal e tal atividade, porque ele é feito todo de atividades, a teoria de cada assunto é bem curta e não acompanha o grau desses alunos de Estado que não sabe muita coisa, alguns podem até aproveitar alguma coisa, aquele tipo de aluno que gosta de estudar e que

gosta de aprender, mas como a maioria não está muito interessada a gente tem que explica tudo, quando o professor tá ali seguindo religiosamente o caderninho aí o aluno se entusiasma, mas ele pode fazer só uma ou outra questão dali, eu to falando pelo que eu conheci dentro da matemática, ele precisa do professor estar orientando, ele precisa da correção do professor, porque os alunos eles gostam, eles gostam de saber que eles tem um caderninho, que chama apostila, que eles tão seguindo, eles gostam.

P: Então a avaliação que a senhora faz desse currículo é positiva ou negativa?

R: Seria positiva se, não houvesse cobrança como há, quando eles jogam o Saresp, e aí vem aquela avaliação da escola, orçamento da escola, tudo aquilo, que acarreta até a própria dificuldade financeira do professor, isso aí é negativíssimo, agora se houvesse um acompanhamento melhor, mais professores auxiliando como seria o reforço, professor dentro da sala de aula pra ajudar, porque hoje nós temos salas lotadas de alunos desinteressados, incapacitados, e um professor brigando tentando dar aula, é a síntese da coisa, então não é tão produtivo quanto deveria ser, o material até é bom, os assuntos são bons, mas não a maneira como é feita, o pessoal tem que rebolar pra conseguir, eu vejo até aqui na sala dos professores, eu vejo assim um ou outro professor, chegou material de tal bimestre, até isso deixa a desejar, porque até hoje não recebemos o material do 4º bimestre, livro didático é a mesma situação, tem alunos que vem remanejados, vem transferidos, não tem o livro, não tem as apostilas é tudo difícil, é tudo difícil.

P: E qual é a influencia que esse currículo tem na sua preparação, na organização do seu trabalho? Houve alguma mudança?

R: Houve, assim, um pouco que eu pude trabalhar eu pensei assim, poxa se eu tivesse tempo, mais tempo ou recurso pra poder aplicar, por exemplo, se eu for falar um assunto banal, potenciação, ele começa o assunto não como o livro didático dá, potenciação é isso e tal e depois exercícios, não ele começa aplicando através de problemas do dia a dia, que são complexos são difíceis pra eles, então você precisa ensinar outras coisas pra eles entenderem, então eu acho que o nível é alto, seria ideal se houvesse a estrutura por baixo, de base, e não tem, eu creio que aqui não tem. Ajudaria mais se fosse melhor trabalhado.

P: E a senhora percebeu alguma mudança no comportamento dos alunos com esse material?

R: Não, pelo contrário, eles gostam de ter esse material, mas a irresponsabilidade é tanta é maior, eu vejo muita apostila jogada na sala de aula, eles esquecem ou fingem que esquece, infelizmente eles não tomam cuidado não assim como aquele material que o governo dá no inicio do ano, eles metem o pau, falam que o material é ruim, e é mesmo você pega aquele lápis e não consegue nem apontar é uma tranqueira, então o aluno despreza eles não dão valor não.

P: E a senhora tem uma ideia do que os pais acham desse material?

R: Não, não porque o tempo que eu trabalhei com esse material foi pouco, ah e tem um outro senão, além de tudo e que é agravante, você fala assim, tal dia que eu tenho aula nessa sala, tragam pronto o exercício tal, se não conseguirem pelo menos tentem, leiam que depois eu faço com vocês, e aí tem sempre os eternos que esquecem a apostila, sabe atrapalham a aula, então tem esse problema também.

P: A senhora sabe me dizer se existe algum setor da escola ou da diretoria de ensino que é responsável por supervisionar o uso desse material? Verificar está sendo usado?

R: Não acho que não, acho que a direção e a coordenação nem sabem seu eu estou usando ou não, não tem essa cobrança não.

P: A senhora acha que as diretrizes educacionais, a base da educação foi alterada com esse novo currículo, ou não?

R: Ele continua pisando em ovos pra mim, o básico eles não mudam, eles pensam que nos podemos implanta na cabeça do povo do Brasil, de modo geral, uma cultura maior, mostrar que a escola ensina, e não ensina, não ensina, quando vê lá a nota a média da educação do Brasil no nível mundial você vê que é falha, você um aluno conversar, dar uma entrevista na televisão, como fala errado, você vê aquele jogador Raí e outros empresários queriam empregar os alunos e os testes que eles faziam, coisas básicas os alunos não passavam, então tá muito defasado o ensino.

P: Existe algum tipo de avaliação feita pela escola com relação ao uso do novo currículo?

R: Não, isso não.

P: Agora com relação ao Saresp...a senhora já comentou um pouco? A escola participa do Saresp?

R: Sim todo ano.

P: E quais são os resultados obtidos pela escola?

R: O ano passado que eu participei, que os primeiros que teve eu já não participei, eu logo já saí, agora o ano passado que participei, estava aqui pra ouvir a resposta esse ano, a escola não foi assim...foi muito mal, até que o financeiro foi lá embaixo, não teve bônus, isso não reflete?

P: É a próxima pergunta, se a senhora acha que tem alguma relação do Saresp com a política de bonificação? E com o novo currículo? Se eles estão relacionados?

R: Sei lá, a gente não sabe, porque no ano passado, todo mundo preocupou com o Saresp, preparamos melhor o aluno, fez uma revisão visando o Saresp, aí quando chegou o resultado foi um desastre, não sabemos a onde que reflete, agora eu, eu sou bem leiga, no orçamento da escola, quando vem verba essas coisas eu não sei te informar...No meu ponto de vista, o Saresp ele não tem finalidade, ele pede coisas que você nem dá em sala de aula, é extenso o que ele abrange, muitas vezes tem questões que eu nem cheguei a ensinar o aluno.

P: E a senhora acha que esse novo currículo está atrelado ao aluno atingir melhores resultados no Saresp?

R: O que eu ouvi dizer, que ele foi preparado visando esse tipo de avaliação, tem o Saresp, tem uma outra...a Prova Brasil, eu ouvi fala, mas o Saresp ele é muito engraçado, porque as vezes tem questões que você fala assim, pergunta isso pra uma 8ª série? E tem questões que o nível é muito difícil pra eles, então eu não sei explica, eu não sei explica o Saresp.

P: A escola discute esses resultados? Quando sai o Idesp vocês discutem?

R: Sim, na HTPC a coordenadora mostra o mapa, os gráficos, a nossa meta, a localização, ano passado por exemplo, nós ficamos atrás da escola Y, que foi a primeira, nós fomos a segunda, aí a escola deduz, tinha um 3º que era maravilhoso, desde a 5ª série eles eram bons, antes dos caderninhos, e isso nos ajudou, isso reflete, mas a gente não sabe, então é assim.

P: A senhora sabe qual o Idesp da escola e a meta para o próximo ano?

R: De cor eu não sei, não mas eles sempre mostram, sempre é tratado.

P: Como a senhora acha que deveria ser feita uma avaliação para verificar a qualidade da escola e dar uma nota?

R: Ah sim, deveria ser extra escola, conhecer a vida da comunidade, da nossa população que assim é uma população assim bem carente, ver assim se são famílias bem estruturadas, mal estruturadas, de forma geral, acho que a população maior no período da tarde é problema, aí você fala assim vou ensinar um teorema e o aluno te responde professora eu vou vender drogas que eu ganho muito mais, nós temos um alto nível que entre eles, eles comentam, então eu acho que tudo eles trazem lá de fora vai refletir aqui dentro, e a avaliação não leva em conta todas essas coisas, então eu acho a avaliação leva em conta só o conteúdo se ele aprendeu ou não, não leva em conta essas coisas, e outra coisa, sobre o Saresp é A B C D, a maioria quer acabar logo e ir embora, então chuta, chuta qualquer coisa não leem é muito falho.

P: Pra terminar, o que a senhora acha que deveria ter na escola pra ser considerada uma educação de qualidade?

R: Ah sim, muitos profissionais que faltam, mais educadores, profissionais de outras áreas, psicologia, psiquiatria, nós não temos isso aqui, as vezes vem o pessoal da USP dá curso e ajuda, mesmo assim na meta da educação nós só contamos com os dois coordenadores que se desdobram aí, mas se você precisar dar alguma informação extra classe, nós não temos, nós não somos profissionais da saúde, nós não lidamos com isso, aí aqui assim a direção procura posto de saúde, e a USP socorre, então falta muito, pedagogo, assistente social, pessoal qualificado, falta muito, porque hoje o que eles querem não uma educação de qualidade mais diversificada? Então que de este suporte, não tem, então que de, eu nunca vi, quase 20 anos de estado e eu nunca vi, as vezes você passa situação na sala de aula, você chora, da tremedeira, você não dorme de noite, você tem medo você fala não volto mais, ai nesse momento era bom alguém,

que entrasse que te ajudasse, psicólogo, assistente social, o governo quer fazer as coisas sem alicerce de nada, joga tudo, por isso que é tudo mal feito. A educação de base se for tem que mudar radicalmente, primeiro conteúdo, não precisa ser tão extenso como é, tinha que ter mais liberdade para o professor, porque se você não der o máximo de conteúdo você se ferra no Saresp, a qualidade do aluno de comportamento é péssima, uma aula de 50 minutos, você gasta 40 para chamar atenção, e tudo é prejuízo, além de você não conseguir cumprir o currículo, você não atinge, nós professores estamos sofrendo as consequências, não estamos tendo nenhuma orientação, o que a gente pode fazer? Na HTPC a gente discute, os coordenadores falam com a gente, mas lá dentro da sala de aula a situação é outra, a gente acaba ficando sozinha. Eu acho bem válido essa tentativa sua, mas que tenha um governo que olhe pra escola, que veja o que ela realmente precisa eu sei que não pode ser radical mas que daqui 20 anos as coisas melhorem, que prestem mais atenção na escola, eles sabem de tudo que precisa mas ninguém toma as providências pra mudar.

P: então muito obrigada,

R: Eu fico muito grata em poder te ajudar.

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA PROFESSOR C

P: A primeira parte da entrevista é uma identificação sua, gostaria que você me falasse seu nome, formação, experiência profissional, há quanto tempo está aqui na escola.

R: Meu nome é C, eu estou aqui na escola há 3 anos, o segundo ano como efetivo, no primeiro ano ainda não era efetivado, mas já trabalho com educação em escolas desde 1991, trabalhava em escolas particulares em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, sou formado em Biologia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, e aqui na escola dou aulas de Biologia e Ciências no ensino fundamental e médio.

P: Com relação à organização da escola, a escola possui PPP e Plano Gestão? E Como eles são elaborados?

R: Possui, possui sim, geralmente no início do ano quando nós reunimos para o planejamento, a escola, a direção passa para nós as mudanças que houve no plano, o que acrescentou, isso é passado sempre no início do ano, tanto os professores novos como os antigos da casa acabam tomando ciência desse projeto da escola, a direção e a coordenação elaboram o corpo principal desse plano e depois quando passam para gente nós podemos colocar alguma coisa, o que pode ser melhorado, alguma sugestão, a direção e a coordenação são abertos a isso.

P: Você sabe me dizer se a escola possui Conselho de Escola e APM? Se sim qual a atuação desses órgãos?

R: Possui, possui sim, mas sinceramente eu não sei te dizer como funciona, se a participação é efetiva de todos, eu sei que a escola tem, mas não tenho tanto conhecimento a respeito disso.

P: Eu gostaria que você comentasse um pouquinho sobre as principais dificuldades que você enfrenta em sala de aula.

R: A maior dificuldade é o desinteresse dos alunos, eles vem para a escola, mas vem assim para passar o tempo, as vezes você chega na sala eles falam assim, professor hoje você não vai dar nada, olho só, querem ficar na sala sem fazer nada, então para mim a maior dificuldade é o desinteresse.

P: E a que você atribui esse nível tão grande de desinteresse?

R: Acho que primeiro já vem de casa, os pais não estão cobrando, deixam o filho, primeiro os pais trabalham a maioria e aí acabam não tendo tempo e o tempinho que eles poderiam estar em casa verificando, estimulando isso acabam não fazendo e a

outra parte é o próprio sistema, porque eles sabem que tirando ou não nota eles acabam aprovados de qualquer forma, então para eles é desestímulo, eles veem que tem aluno que passa o ano inteiro tirando notas vermelhas chega no final o aluno é aprovado para a série seguinte, então desestimulando porque eles falam “professor porque eu vou estudar se o fulano não faz nada e passa”, aí até você colocar na consciência dele que o estudo é importante para ele, para o conhecimento dele e não pela nota, porque depois ele vai ter uma vida profissional, e então quanto mais conhecimento ele tiver melhor para ele, mas é difícil você colocar na cabeça do adolescente que a educação é importante para ele.

P: Você sabe me dizer se a escola desenvolve projetos e quais são?

R: Sim desenvolve vários projetos, tem muito projeto na área de esporte e projeto cultural, tem dança, teatro, kung fu. No início do ano eles sempre colocam para gente os projetos da escola, para incluir esses alunos, principalmente esses alunos que se mostram mais desinteressados, para tentar trazer eles mais para a escola, organizar as ideias deles, tentar fazer com que ele crie um interesse.

P: E como é a organização e elaboração desses projetos?

R: Tem os projetos que são elaborados pela própria coordenação, mas tem vários professores que desenvolvem e elaboram projetos também cada um na sua área.

P: Gostaria que você falasse sobre as reuniões de ATPC, como acontecem, o que é discutido...

R: As reuniões acontecem todas as terças feiras de manhã e a tarde, nessas reuniões a gente discute alguns problemas específicos que a gente acabou detectando durante a semana, também a gente trabalha a questão de projetos, a organização, os que estão acontecendo se houve alguma mudança se foi criado mais algum projeto, a gente trabalha determinados assuntos, ano passado nós tivemos cada professor escolhe determinado assunto e depois expõe para o grupo, esse ano ainda não foi feita essa atividade nos anos anteriores a gente fazia muito essa atividade.

P: E as reuniões de planejamento como elas ocorrem aqui na escola?

R: Nós fazemos duas reuniões de planejamento, uma no início do ano e outra no meio do ano o replanejamento, nós vemos aquilo que a escola conseguiu cumprir e o que não conseguiu, aqui na escola a gente faz o seguinte, se você não conseguir cumprir o que é planejado não tem problema, desde que você registre tudo aquilo que você trabalho e no ano seguinte você parte da onde você parou, dá continuidade, mesmo se outro professor pegar as aulas ele continua de onde parou.

P: Você sabe me dizer se existe trabalho de formação continuada dentro da escola? Para os professores?

R: Olha tem vários cursos, eu mesmo quando entrei tive que fazer um curso de aperfeiçoamento então professores ingressantes tivemos que fazer esse curso por quatro meses, então o Estado está sempre fazendo esses cursos, inclusive agora teve um curso para os professores das áreas de português e matemática e vai abrir para as outras áreas também.

P: Agora com relação a organização curricular. Como está organizado o currículo na escola?

R: A gente segue o currículo da secretaria da educação. Nós trabalhamos em cima daquele currículo e na medida do possível acrescenta-se mais alguma coisa, porque particularmente eu acho o currículo do Estado muito pobre, se bem que a visão do Estado é colocar o aluno no mercado de trabalho e não em uma universidade, então eu não sei se é por isso também que às vezes causa esse desinteresse, porque exemplo na minha área você trabalha o que é o currículo oficial, mas muitas coisas você vê que é desnecessário não leva a lugar nenhum, então a gente procura, eu procuro cumprir aquilo que é estabelecido e colocar alguma coisa a mais, complementar.

P: Desde quando a escola faz uso do currículo oficial da secretaria?

R: Bom eu não sei exatamente dizer aqui na escola se eles usam desde o início porque eu não estava aqui, nesta época ainda não era professor da rede, mas acredito pelo que os colegas e coordenadores falam que aqui na escola eles usam desde o começo sim.

P: Como se deu o processo de implementação desse currículo novo?

R: Olha eu realmente não estava no Estado nessa época, eu entrei no Estado faz três anos, mas o que a gente houve comentário dos colegas é que não houve, na verdade nunca há uma consulta prévia sobre determinadas mudanças, normalmente vem já tudo pronto e você tem que se virar e aprender trabalhar com isso, e com tudo que é proposto.

P: Houve alguma orientação por parte da diretoria de ensino, alguma capacitação?

R: Não, essa foi a primeira vez. O curso começou a ser dado quando houve o último concurso e agora que ele está sendo aberto aos demais professores. Tanto é que abriu a inscrição para o curso e eu fui tentar fazer, um dos itens era professor que ingressou no último concurso não deveria fazer, porque se trata do mesmo assunto.

Quando você faz esse curso você começa a entender, você vê o sentido, muitas vezes não concordando, mas você vê. Na minha área é tornar o aluno um observador, ele não tem condições de trabalhar coisas mais profundas não.

P: Em que consiste o novo currículo, como ele está organizado, quais são os materiais que complementam?

R: Então tem os caderninhos do Aluno e do Professor e tem o livro didático, mas o livro vem do governo federal e ele não bate com a apostila do aluno, com o conteúdo programático do Estado de São Paulo.

P: Existe articulação deste material com as propostas da escola, com os projetos da escola?

R: Você fala dos livrinhos, caderninhos que a gente trabalha com os alunos. As situações de aprendizagem, como eu te falei o conteúdo é bem reduzido e ele trabalha, pelo menos na minha área a prática, então a prática às vezes é até interessante para o aluno visualizar mas ele não entende o que está acontecendo porque a teoria não vem no currículo ele traz a prática para demonstrar ao aluno o que acontece em determinadas situações, se você quiser que o aluno saiba o que está acontecendo sobre tem que produzir toda a teoria que o currículo não traz, então ele está muito focado em mostrar somente a observação, prepara o aluno para observar, mas não para tirar conclusões, elaborar.

P: Quais as vantagens e desvantagens desse material, desse currículo?

R: Vantagens e desvantagens desse novo currículo, para nós professores, quando eu comecei trabalhar no Estado eu não entendia essa apostilinha, eu achava ela desconexa, não tinha uma conexão dos conteúdos com as séries, quando eu fiz o curso de aperfeiçoamento, quando a gente trabalhou com esse material eu vi qual era o sentido do material, então ele trabalha em espiral, você trabalha num ano, daí o assunto volta no outro ano ele vai fazendo esse espiral, então a vantagem é o aluno não precisa, ele não vai ter que dispor muito tempo para estudar o currículo do Estado de São Paulo, para saber o que foi proposto pelo currículo, a desvantagem é que fica aquém do conhecimento, então quando ele bate lá no vestibular que aqui ainda muitos alunos fazem o vestibular ele em desvantagem com os alunos da escola particular, o conteúdo desse currículo é super reduzido, super reduzido,

P: Existe algum setor responsável por acompanhar, supervisionar se os professores estão usando, por parte da escola ou da diretoria de ensino, se os professores efetivamente usam o currículo?

R: Olha aqui na escola a parte da coordenação orienta com relação ao uso, mas cobrança, fiscalização isso não existe, pelo menos eu nunca fui aliviado, nem observado dessa forma.

P: Você sabe me dizer se a escola participa de avaliações externas?

R: Todo ano os alunos fazem o Saresp, as 8^{as} séries e o 3º ano do Ensino Médio, é obrigatório, tem que fazer.

P: Você acha que esse currículo está relacionado com as avaliações externas?

Sim, tanto que a orientação é dada devido ao Saresp, porque ele é em cima do currículo, então a gente procura seguir a apostilinha, alguns a gente sabe que não gostam do material e acabam não seguindo, mas, a gente procura seguir a apostilinha e sempre que possível acrescentando alguma coisa a mais.

P: Para finalizar gostaria que vocês dissesse o que entende por qualidade na educação? O que uma escola precisa ter pra ser considerada de qualidade?

R: A educação de qualidade começa pelo espaço físico, manter um espaço físico agradável, segundo recursos possíveis pra trabalhar diferenciado dentro da sala, o próprio currículo indica isso, mas não existe o recurso para fazer uma atividade diferenciada, ou você tira do seu bolso, porque o aluno não tem condições financeiras, ou você acaba não melhorando, não tendo qualidade melhor porque não tem o recurso, não dá pra tirar do próprio bolso, porque você estaria pagando pra trabalhar, as vezes a gente faz alguma coisa. Então a qualidade no ensino seria essa, ter um bom espaço físico e ter acesso a todo material que pudesse pra fazer uma aula diferente, sair do monótono, uma demonstração prática, um datashow, filmes relacionados, documentários, para ampliar aquela visão.

P: Este currículo de fato contribui pra qualidade da educação?

R: Acho que ele dificulta essa qualidade. O que tá no papel você não consegue colocar em prática, mas o novo você acaba não conseguindo fazer.

P: Você gostaria de acrescentar mais alguma informação?

R: não, somente isso.

P: Obrigada pela sua participação

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA PROFESSOR D

P: A primeira parte da entrevista eu queria que você se identificasse, nome, formação, quanto tempo você está na escola, experiência profissional.

R: Meu nome é D, tenho 38 anos, me formei com 22 anos na Universidade Federal Viçosa. Assim que me formei fui atuar no setor privado. Então tive minha primeira experiência, no setor privado, numa escola particular, em eu tinha salas de aulas que tinha entre 15 a 22 alunos. A proposta pedagógica era uma proposta construtivista, que em princípio isso era só no papel, posteriormente foi colocado em prática, mas foi vista que não deu certo. Então a escola trabalhou na linha tradicional e com projetos. Inclusive tudo que aprendi de didática, hoje, foi nessa escola, um trabalho fantástico, aprendi muito.

P: Aqui em Ribeirão?

R: Em Vitória no Espírito Santo. Então trabalhei nessa escola durante quatro anos, ao mesmo tempo na prefeitura, escola da prefeitura de Vitória. Depois eu fui trabalhar como professor da Universidade Federal de Viçosa, professor eventual, substituto. Não é substituto que chama. Professor substituto da Universidade de Viçosa, trabalhei dois anos. Depois fui fazer o mestrado na USP, sendo também aprovado na UNESP de São José do Rio Preto, mas por problemas financeiros não continuei o mestrado. Então trabalhei nesse período em escolas tanto particulares quanto estaduais. Quando foi em 2003... em 2001 eu prestei o concurso do Estado e foi quando assumi meu 1º cargo. Depois em 2004 assumi esse meu 2º cargo. Então de profissão eu já tenho 16 anos.

P: Aqui nessa escola. Quanto tempo?

R: Nessa escola cinco anos.

P: Aqui nessa escola, você da aula de qual disciplina?

R: Matemática.

P: Com relação a escola. Você sabe me dizer se a escola possui projeto político pedagógico?

R: Tem, possui sim.

P: Como é a elaboração desse projeto? Quem participa? Quem elabora?

R: Em princípio esse projeto é feito pela coordenação e direção, depois é discutido com os professores para fazer os ajustes, mas a estrutura principal dele é a direção e coordenação que faz.

P: A escola possui conselho de escola e APM?

R: Possui.

P: Como é a atuação desses órgãos.

R: Eu não faço parte, nenhum dos dois. Quando há necessidade de resolver algum problema com aluno ou alguma questão de gestão o conselho é reunido. A APM eu sei que tem a fiscalização dos gastos e do que a escola consegue arrecadar, e os gastos que são feitos, é prestado conta.

P: Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta? Tanto em sala de aula e como na escola de maneira geral.

R: Espaço físico. No que diz respeito a espaço físico, tenho problema com excesso de alunos por sala de aula, em média nós temos salas de aula de 35 alunos. Para um ensino médio isso é muito aluno. Problemas de lousa, os quadros são pintados na parede. Isso exige um esforço físico muito grande. Estou desenvolvendo bursite por conta disso. É muito excesso de atividade, tem que ficar apertando giz para escrever, apaga e tudo mais. No que diz respeito à parte pedagógica, o que mais gera problema hoje, no que diz a respeito a aprendizagem é a tarefa de casa. Eles não fazem. Inclusive a um mês atrás, fiz uma reunião com os pais, posso dizer que 70% dos pais vieram na reunião, no dia seguinte eu tinha tarefa de casa e eles não fizeram do mesmo jeito. Ou seja, a família não acompanha as atividades dos filhos. Então hoje eu tento ensinar, mas não tenho respaldo algum da família. Então a maior dificuldade é o respaldo da família. O aluno não faz tarefa de casa, ou seja, ele não estuda.

P: A escola desenvolve projetos?

R: Muitos. Não sei te dizer quais, todos. Na minha área eu não estou desenvolvendo projeto algum esse ano. Mas, eu sei que tem o projeto da rádio. Tem o projeto das meninas da USP, que vem na escola fazer a parte de educação sexual. Eu sei que tem projetos aqui, vem sempre o dentista que vem sempre falar sobre a parte de higiene bucal. Deve ter mais alguns, mas os que eu lembro são esses.

P: Esses projetos, você falou que não conhece, mas eles são pensados pela Escola ou projeto que vem da Diretoria de Ensino?

R: Não, pela escola.

P: As reuniões de ATPC, como que funciona aqui na escola?

R: Sim. Tem o dia que é determinado, um dia fixo na semana, que é nas terças feiras, de manhã e outro à tarde. Todos os professores sentam para discutir o andamento do que anda acontecendo na escola, no que diz respeito às dificuldades dos alunos.

P: Com relação ao planejamento, tanto anual, quanto semestral, como ele é desenvolvido aqui na escola?

R: Em princípio, o planejamento ele de certa forma vem pronto pela Secretaria da Educação. Montou um currículo em que você tem bimestralmente os conteúdos divididos. O que nós fazemos são as adequações de como ele vai ser desenvolvido, segundo cada série e o perfil de cada turma. Às vezes você tem duas, três turmas de uma mesma série. Porém, tem rendimentos e maneiras de trabalho diferente. Então você faz as adequações. É feito no início do ano e a cada final semestre você faz a adequação. Sendo que bimestralmente nós entregamos a coordenação tudo aquilo que foi desenvolvido. Então é feito aquilo que vai ser desenvolvido e aquilo que foi feito.

P: Existe o trabalho de formação continuada aqui na escola? Assim estudo, capacitação dos professores ou algum tipo.

R: Tem. A coordenação sempre promove. Eles trazem profissionais, psicólogos. Lembro-me que vieram psicólogos, já veio advogado, já veio um arquiteto inclusive, só que ele trabalha na área de teatro. Falar a respeito da postura do professor em sala de aula, ou seja, a parte gestual, como influencia e como os alunos entendem muitas das nossas posturas.

P: Agora, especificamente com relação ao currículo, a organização curricular. Você já um pouco comentou. Queria que você falasse um pouco mais como é organizado o currículo aqui na escola?

R: O currículo é determinado pela Secretaria da Educação, ele separa os conteúdos por séries e bimestralmente também. Isso tem que ser seguido. É institucional.

P: Então a escola segue o currículo oficial da secretaria.

R: Sim

P: Sabe me dizer desde quando a escola segue esse currículo?

R: Desde que foi implantado.

P: Como se deu o processo de implementação, de implantação? Você já estava aqui na escola quando começaram a usar? Como foi o processo inicial?

R: Embora tenha sido uma implementação da secretaria da educação, isso não difere muito do padrão, do que sempre foi ensinado em determinadas séries, o que mudou foi a ordem em alguns bimestres e a maneira de como se trabalha com o aluno.

P: Como foi à aceitação da equipe docente, dos alunos com relação a esse novo currículo, esse novo material?

R: O currículo não mudou. O que mudou foi o material, principalmente o uso de apostilas. No que diz respeito a minha área de atuação, que é Matemática, a parte de Matemática foi formulado e pensado em um aluno que aproveitou tudo que podia no ensino fundamental, que não é o nosso caso. Nós recebemos os alunos no ensino médio com muita deficiência. Posso te dizer que eu pergunto para um aluno, quanto é seis vezes o sete? Que é quarenta e dois, não sai nem a pau. Então é uma apostila com uma proposta muito interessante, mas que não condiz com a realidade onde ela foi implantada. Entendeu.

P: Você sabe dizer quais são os materiais que implementam esse novo currículo? O que vem para a escola? Que tipo de material que vem?

R: Vem só as apostilas. O governo manda a cada dois anos, o livro didático. Só que aí nós temos o seguinte problema. Nem sempre ele manda o livro que a gente pede. Quando manda não vem quantidade suficiente. Então você tem as vezes que pedir em outras escolas, ver se consegue. O ano passado a gente até conseguiu com que todos tivessem. Esse ano já não tem. Aí entra o segundo problema, os alunos levam o livro para casa, mas não trazem para a sala de aula. Posso dizer que de 20% a 30% dos alunos trazem o livro para a sala de aula para estudar, para desenvolver as atividades que estão lá. Ou seja, você tem um recurso, mas eles não usam.

P: Então você já comentou. Iria perguntar se além das apostilas, usam algum outro material? Vocês usam o livro didático como complemento?

R: Livro didático, sim.

P: Mas algum outro material? Algum outro recurso?

R: Não. De diferente assim não.

P: Você sabe me dizer se no momento da implementação, houve discussão prévia com os professores?

R: Não. Como eu disse, ele foi implantado, ele veio pronto para seguir, mas foi discutido sim e explicado qual era a proposta, como seria a atuação. Foi explicado depois de pronto.

P: Todas as salas usam esse material? Você já comentou um pouco que fazem as adequações de acordo com as salas. Todas as salas usam o material no mesmo ritmo e nível? Como é isso?

R: Não. Cada sala tem sua particularidade. Por exemplo, esse ano eu tenho dois, 2º anos, com perfis completamente diferentes. Então em uma sala agente trabalha uma visão mais aprofundada, porque tem uma capacidade intelectualmente inclusive

maior e bagagem suficiente para isso. Já na outra sala, temos as duas questões, eles são intelectualmente inferiores, eles tem uma dificuldade muito maior, e a questão também de bagagem. Durante anos estudaram no período da tarde, que é um período econômico, financeiro, social, são crianças muito pobres, muito carentes, isso acaba acarretando dificuldade na aprendizagem também. Seja pela carência nutricional, seja pela falta de incentivo em casa, falta de estudo, falta de adequação de lugar para estudar. Isso acarretou no 2º ano uma defasagem muito grande em relação a outra sala.

P: Eu já percebi, em várias entrevistas, o pessoal sempre comentando a diferença do período da tarde e da manhã.

R: Sim, são realidades completamente diferentes. Isso eu posso dizer que é em toda escola. O período não favorece, por exemplo: Ribeirão Preto é uma cidade extremamente quente, as nossas salas de aula não possuem uma ventilação adequada. Então o período da tarde, tem essa questão do calor, você olha para eles estão desmanchando na carteira. Ribeirão Preto é uma cidade em que toda escola tinha que ter ar-condicionado. É muito quente. O período da manhã, até as 10h da manhã é razoável, das 10h às 12h20 é impossível, principalmente no verão.

P: Com relação a capacitação. Os professores inicialmente passaram por um processo de capacitação, de formação, para poder trabalhar com esse novo material do currículo?

R: Não. Somente os professores que foram recentemente contratados pelo Estado, eles passaram pela Escola de Formação do Professor, eles tiveram sim. Nós que já estávamos a mais tempo, já contratados, não.

P: É como se deu isso? Como foi esse processo?

R: Bom a proposta que está ali. Não sei... Com a formação que eu tive, não tive dificuldade nenhuma em trabalhar. A questão não é o material. Você pode ter n opções. A questão hoje é que o aluno não estuda. Você pode virar do avesso que não tem efeito algum, por mais interessante que seja a atividade.

P: Porque você acha que está acontecendo isso com essa juventude?

R: Por que existe uma coisa chamada progressão continuada, que na verdade é uma progressão automática, praticamente. Então o aluno não tem estímulo algum em estudar. Ele sabe que no final do ano ele vai passar. Infelizmente existe uma diferença entre realidade e pensamento filosófico, didático e pedagógico. O aluno na idade que está da adolescência, ele não tem a responsabilidade e a capacidade raciocinar de que ele é responsável por ele mesmo, que isso vai prejudicar a ele, não tem essa noção. Ele

pensa assim, estou a fim de conversar, de paquerar, de namorar e pensar sobre sexo. O que é o normal para a idade dele. Outro problema é a questão de perspectiva. Nós temos jovem que não tem perspectiva de vida. Isso tem vários problemas, primeiro pelo sistema capitalista que vivemos. Hoje, se você comparar a minha geração com a geração deles. A minha geração tinha muita dificuldade, se você queria estudar, o governo não fornecia livro, você tinha que comprar o livro. Então você comprava e levava para a escola. Inclusive o livro didático que eles têm, não tem cuidado algum, se você entrega um livro novo no final eles te entregam rasgado, faltando pedaço e sujo, isso quando entregam, muitas vezes quando não some com o livro. Então é uma questão na verdade de valores de casa. Como a nossa clientela é de uma população carente, para ele o ensino médio é o término, a família conseguiu até a 4ª série, 5º 6º ano, quando muito 8º ano. Então quando o aluno termina o ensino médio para a família aquilo já é muito. Então quando se fala em faculdade, embora tenhamos pouquíssimos casos que pensam, mas para eles é quase impensável. Mesmo com tanto incentivo governo, que diz respeito a projetos, bolsa, Fies, para eles é uma realidade muito além, eles não conseguem vislumbrar isso. Hoje, o nosso 3º ano, por exemplo: é uma sala diferenciada, em que os alunos não são tão carentes assim, mas a questão da faculdade é muito além do que eles conseguem imaginar. Por mais que você incentive, traga material de cursinho, questões de vestibulares, nada disso faz sentido para eles. Porque em casa eles não são incentivados pela família. Então é a falta de perspectiva... Nós hoje somos a sociedade da tecnologia da informação. Hoje se tem muita informação, conhecimento é pouco. Então tem que fazer essa diferença entre informação e conhecimento. Tem muita informação, você pega a internet, tem desde o aproveitável até o pior dos lixos. Qual o discernimento que ele vai ter para separar a informação do conhecimento. Esse o problema, ele não tem. Porque desde o começo das séries ele não foi habituado a isso. Ah, não foi habituado? O professor até tentou, mas como não tem uma cobrança. Essa cobrança que eu digo. Todo pedagogo é aquela velha história. A reprovação não pode, porque é um mau, vai desestimular. Não, como eu disse, o ser humano é preguiçoso por natureza, se não tiver alguma coisa que pressiona ele não vai, entendeu. É um grande problema esse tema reprovação. Eu não sei porque as pessoas enxergam isso com tanto problema. Se eu for tirar uma carteira de carro, se não tiver pronto, não passo. Se for exercer uma profissão, se for trabalhar em uma fábrica, se não tiver as aptidões e características necessárias para exercer aquele cargo, eu não vou ficar, qual é o problema. Existe a questão de você trabalhar com a realidade e aquilo que se projeta

teoricamente, esse é o problema. Eu sou uma pessoa bem prática, gosto de trabalhar na realidade, nada virtual.

P: Você sabe me dizer se tem alguma sistemática de avaliação? Cobrança por parte da diretoria de ensino ou da própria direção escola? Se os professores fazem uso do currículo ou não? Se os professores tem liberdade para usar ou não usar?

R: Tem. A avaliação é feita. Inclusive eu tenho lido um material recente, para o concurso da Prefeitura de Ribeirão Preto, sobre alguns pedagogos, mas não lembro quais são agora. Essa questão da avaliação. Antigamente era usa como punição. Agora avaliação é colocada assim, quando o professor não usa para punir ele deixa de fazer. Não é verdade, a avaliação é feita principalmente dentro dessa escola. Agente avalia com tarefa de casa, com tarefa de sala de aula, com provas escritas, passa trabalhos e pesquisas para fazerem, então o trabalho é feito. O que se questiona é se o trabalho é feito? Sempre se questiona o lado do professor, o problema e saber se é feito, mas a questão, o problema é se eles fazem e como fazem. Então assim, aqui na escola, nós damos tarefa de casa, eu passo, tarefas de sala de aula, avaliação escrita e quando dá algum trabalho, mas eles não fazem e quando fazem e de qualquer jeito. Porque, sabem que independente se ele fizer ou não, ele será aprovado. A avaliação hoje posso dizer que perdeu o sentido. Embora seja a única maneira de verificar se o aluno aprendeu ou não, mas pela questão da não reprovação que diferença faz.

P: Você percebeu se houve mudança na rotina de trabalho sua com esse novo material? Em termos de preparação de aula, da prática docente do dia a dia, de como era antes e como é agora?

R: Temos que partir do seguinte pressuposto, esse material é um apoio pedagógico, não sigo ele a risca, ele não é simplesmente meu único modo de trabalho. Porque senão não faria sentido algum os quatros anos da minha graduação, na minha graduação eu aprendi a minha formação necessária para exercer a minha profissão. Então isso aqui é um material de apoio. Então eu pego a minha formação adéquo ao que eles precisam e possuem dificuldade, então eu faço a adequação na dificuldade para inserir o material, mas ele não é todo aproveitado. Como eu disse, ele foi criado para alunos que tem um embasamento teórico muito bom, que não é o caso dos meus alunos. Então eu faço a adequação dentro das possibilidades que o material oferece.

P: Existe algum órgão, alguma pessoa, algum responsável por fiscalizar o uso desse material?

R: A coordenação pedagógica de cada escola, ela é responsável por essa fiscalização, depois da coordenação a diretoria de ensino. Mas a diretoria de ensino faz isso através da coordenação.

P: Qual a avaliação que você faz sobre esse currículo? Acho que de toda forma você já falou um pouco.

R: Com relação esse currículo, como eu falei, sobre os conteúdos que tem que ser ensinado, não mudou nada, mudou a ordem em que cada bimestre você vai abordar. Agora como ele foi construído, no que diz respeito a Matemática que é minha área, vejo que ele é fora da realidade dos alunos do Estado de São Paulo, pela profundidade que é dada e ao mesmo tempo muito superficial. Assim, esse assunto, agente viu isso, já acabou, passa para o próximo, muito superficial. A parte de atividades é muito fraca. Como disse é um material de apoio. Temos também o livro didático, prefiro o livro didático. Inclusive hoje se você pega um aluno e entrega meia dúzia de livros, não vou falar nem meia dúzia, dois livros e fala para ele faz uma pesquisa sobre determinado assunto, ele não sabe o que é um índice, ele não sabe pesquisar um assunto no livro, sabe apenas pesquisar na internet, pega o primeiro que aparece, imprime e entrega. Eu acho o livro didático muito importante, porque ensina muito coisa ao aluno, não apenas o conteúdo matemático, mas todo um procedimento, uma postura, desde saber simplesmente usar um índice, chegar na página. Procurar, ler e entender, resumir e entregar. Eles não sabem fazer isso.

P: Agora com relação a avaliação externa. Você sabe me dizer se a escola participa de alguma avaliação externa.

R: Sim. Saresp e Prova Brasil. Se participa de mais alguma não me lembro.

P: Você sabe me dizer se a escola tem alcançado os resultados, as metas os índices. Qual o resultado da escola nessas avaliações?

R: Há cinco anos quando comecei a trabalhar nessa escola o índice de matemática o índice era 0,79 por vários motivos. Hoje o professor está se tornando um profissional escasso, na minha área Matemática é Física, pior ainda. Então tinha-se vários problemas, a falta de um professor com formação adequada na área de matemática e a consequência de vários anos que não foi trabalhado. Cinco anos depois, hoje o índice da escola passou para 2,79. Então houve um ganho muito significativo. Não estamos no nível adequado que foi proposto, mas estamos caminhando para isso. Esse índice é complicado dizer, porque um dos motivos que na escola não alcançou o

índice do ano que passou, foi porque decidimos que haveria a reprovação. Então tudo isso é mascarado.

P: A escola discute essas avaliações, esses índices? Existe o envolvimento dos professores e alunos, para estudar e analisar o que está acontecendo? A importância de tudo isso?

R: Embora não atingimos o índice que tinha que atingir. Dentro de Ribeirão nós temos o segundo melhor índice de escolas de Ribeirão Preto. 1º Y, depois o X, depois Z e W. Embora seja uma escola pouco conhecida em Ribeirão Preto e uma das melhores que temos aqui. Inclusive a respeito de limpeza e organização, uma escola gostosa de trabalhar, a gente discute porque tenta sempre melhorar. Porque além da melhora dos alunos, fazemos a questão de um bom ambiente de trabalho. Então a gente prima pelo melhor, seja a respeito das relações pessoais e do trabalho pedagógico.

P: A escola pauta o seu planejamento, suas ações em cima desses resultados?

R: Sim, Porque o intuito do trabalho pedagógico é fazer com que o aluno aprenda, se o aluno aprendeu, o aluno vai alcançar o índice que se espera. Então direta ou indiretamente sim, porque a intenção é a aprendizagem do aluno.

P: Você acha que esse novo currículo está relacionado com essas avaliações externas? A implementação de um currículo único está relacionado com as avaliações externas?

R: A questão do currículo único, a seguinte complicação de uma rede tão grande como a do Estado de São Paulo. Caso o aluno estava estudando na 1º série em Ribeirão Preto e precisava mudar, com seus pais, para outra cidade, outra escola, ao chegar lá os conteúdos que ele estava vendo, não tinha nada a ver com a outra escola. O que acontecia, do que temos notícia, é que alguns professores ensinavam o que bem entendiam. Então essa implantação do currículo, por um lado foi muito boa. Porque ele fixou os conteúdos por série e a cronologia que você tem que usar para desenvolver. Por outro lado ele te amarrou muito com algumas atividades que não correspondem a realidade e condições de implementar, mas por um lado foi bom esse currículo único sim, por essa questão.

P: Como a escola trabalha essa questão de avaliação externa e política de bonificação? Como a escola lida e trabalha com isso?

R: Essa política de bonificação é uma mentira. Inclusive o ano passado, eu recebi o bônus, mas o meu bônus foi muito inferior em relação aos outros professores. Eu fiz um requerimento por escrito e protocolei na escola pedindo a diretoria de ensino

que mostrasse os cálculos realizados que apontassem o valor pago do meu bônus. Isso já faz dois anos e não obtive resposta até hoje, não dão resposta, porque eles mesmo não tem acesso a essas informações. Pelo que observo, os professores que possuem mais idade recebem mais, falo isso por experiência própria. Trabalhei com uma professora, no primeiro bônus que recebi, ela era aposentada e assumiu um cargo depois, ela tinha 30 aulas e eu 32 aulas, nós entramos juntos, ela recebeu mais do que eu, já que um dos fatores que é considerado era as faltas, eu tive apenas duas faltas no ano inteiro, ela teve seis faltas abonadas e mais uma licença médica, precisou fazer uma cirurgia, ela recebeu mais. Então na verdade não existe critério, nós estávamos na mesma escala de vencimento, se é considerado as faltas como um dos índices para diminuir, o dela deveria ser menor e foi maior. Não existe um critério para essa bonificação. É pago o que acha que deve ser pago. Inclusive o meu bônus esse ano, nessa escola, foi de R\$ 53,12. Inclusive eu postei no Facebook para as pessoas terem ciência. Sendo que na televisão é divulgado de R\$ 4000,00 a R\$ 5.000,00 quando não é mais. Existe uma grande discrepância que é desestimulante. Por exemplo, aqui nessa escola, se isso pode ser chamado de bônus que isso é uma vergonha, você desestimula, você não tem vontade. Os alunos não fazem tarefa de casa, você chama a família para orientar, porque hoje, na verdade, tem que orientar a família não o aluno, isso que é duro, você chama e orienta. Enfim, assim existe um descompromisso. Como falei o nosso sistema capitalista nos tornou trabalhadores, máquinas de serviço. Chaplin fez aquele filme, falando do ser humano fazendo parte desse sistema todo, como crítica, mas hoje na verdade nos estamos pior do que ele imaginou tempos atrás. Em que na verdade o que é importante é comprar uma TV de plasma ou LCD, um carro, uma casa bonitinha, quando na verdade o bem maior é o ser humano é a vida, isso ficou para trás, porque o sistema capitalista fez isso e o homem se permitiu passar por isso.

P: Você acha que esse sistema de avaliação externa, no caso SARESP, ele é suficiente para medir a qualidade do ensino de uma escola? Você acha que esse sistema é suficiente para medir a qualidade da educação?

R: Não. Esse sistema para mim é para mascarar números que o governo tem para oferecer ao FMI e os órgãos de fiscalização internacional de educação. Porque primeiro, se quisesse realmente ver a qualidade do ensino, ele não traria questões de múltiplas escolhas. São poucas questões de múltipla escolha, o aluno as vezes nem sabe, mas ele acerta. O que você avaliou ali? Nada. Tanto que quando tem questões abertas, elas não fazem. Eles chutam as objetivas e a parte aberta ele pula. Também pela questão

que ele sabe que aquilo não é cobrado. Na maioria das vezes ainda tem esse outro fator. O aluno não tem o compromisso de fazer uma boa prova, por mais que você oriente, explica e fale. Para eles é mais uma que tem que fazer, assina o nome e entrega.

P: Na sua opinião, o que você considera como qualidade na Educação? O que deveria ter numa escola, num sistema de ensino para termos uma educação de qualidade?

R: Primeira coisa limitar o número de alunos por sala. Não adianta a Educação, os pedagogos cobrar muito do professor se tenho uma sala de 35 alunos. O ano passado tinha uma sala de 2º em outra escola, com 74 alunos, ensino noturno, em 45 minutos, isso significa meio minuto para cada aluno. O que eu consigo ensinar em meio minuto para cada aluno? É impossível essa quantidade alunos por sala. O ideal seria até 25 alunos por sala. Aí sim seria possível e teria condições de acompanhar o aluno, verificar o que ele aprendeu. Então precisaria de menos alunos em sala de aula, o envolvimento da família, estranho agente falar isso, na verdade. O que é família hoje? O ser humano precisa resgatar a questão da importância do valor da família, primeiro dele como pessoa e depois da família. Preciso de material didático, porque na escola tem ano que você tem a quantidade suficiente de livros e em tem ano que não. Esse livro tem que ser adequado a realidade da escola, o governo precisa estar atendo a isso, não pode mandar simplesmente um livro da editora que ele contratou e favoreceu, porque não podemos esquecer esse outro lado também, a questão do favorecimento de certas empresas. Porque quando vem o catálogo de livro didático, nos analisamos, então escolhemos o livro que vai adequado a realidade e que o aluno vai ter condições de acompanhar, tem que ser respeitada essa escolha e enviada a quantidade necessária para cada escola, por não vem, além da quantidade necessária deve vir um pouco a mais, em função do transito entre alunos, às vezes chega a quantidade adequada, mas aí tem uma transferência de cinco, seis alunos, eles chegam, acabou e não tem mais livros. Uma questão que as escolas não tem e é um absurdo, a biblioteca. Não existem mais bibliotecas nas escolas, aqui temos uma biblioteca minúscula, como que falo da dificuldade de fazer pesquisa, se a própria escola não oferece o espaço necessário para eles fazerem isso, então precisa ter biblioteca. Hoje nessa escola não temos um refeitório, espaço físico, os alunos comem de pé no pátio, porque não tem, possui uma sala muito pequena lá dentro. O que isso influencia em uma sala de aula? É necessário, precisa colocar isso também. A respeito da parte física, lousa decente e giz decente para escrever no quadro. Hoje o governo oferece um giz que mais que quebra do que

escreve, ele vem cheio de areia, ele não escreve, precisa de materiais de qualidade. Entra muito nessa questão de favorecimento de empresas. Porque muitas vezes no site que o diretor efetua as compras existe a opção, mas não é respeitada e não é entregue. Então temos lousas muito ruins, quando não estão descascadas e quebradas, porque são de parede, giz e apagador. O correto não seria giz, porque respiramos esse material que é danoso para a saúde, tenho uma alergia que nada cura devido o pó giz, passou da hora de vir o pincel atômico. Basicamente para começar seria isso e principalmente o meu salário. Porque vou ser bem sincero, para receber R\$ 8,75 por hora aula, praticamente o nosso salário, dadas as dificuldades que se encontra, você não encontra muito estímulo para preparar o material didático, porque até tenho o ânimo para fazer, mas chega em sala de aula os alunos não tem interesse e não querem fazer. Então estou em uma panela de pressão, ocorre pressão de todos os lados e o único prejudicado sou eu. Por exemplo, Ribeirão Preto, uma cidade de porte médio para grande, o custo de vida Ribeirão Preto é alto, para se deslocar, para trabalhar você precisa de um carro e de combustível. Então hoje se eu dependesse de um cargo para sobreviver, olha que eu sou solteiro, não sobrevive com um salário de professor, hoje eu sou concursado duas vezes, o dia que dou menos é aula são 10 aulas, dou de 10 a 13 aulas durante a semana, o meu salário hoje, falo porque não tem problema, é de R\$ 2894,00 para trabalhar de 10 à 12h por dia, sem contar a questão do planejamento em casa. Então eu fico tão exausto, além disso, tenho minha casa e as minhas atividades pessoais, o meu tempo é limitado para preparar as atividades, porque eu preciso trabalhar e sobreviver. Então existe essa questão de limitação de tempo, para quem trabalha de 10 à 12h por dia, vamos supor tem dia que são 13 aulas e mais seis horas de sono, são 19h do dia e então sobram quantas horas no dia. Ai eu tenho que cozinhar, porque com o salário que recebo não dá para almoçar no restaurante, tenho que lavar e passar minha roupa, limpar minha casa e ir ao banco pagar minhas contas. Até para entrar na internet, entro para ler os meus e-mails, mais nada porque fico tão cansado e quero dormir. Então falamos que precisamos desenvolver material alternativo. Que horas? Só se o relógio aumentar umas três, quatro horas, porque com 24h não está dando tempo.

P: Então acho que é isso. Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

R: Esses dias eu estava olhando no Facebook, algumas pessoas e alguns professores, postando coisas de época, cada época tem sua especificidade, foi muito saudoso ver as carteirinhas de presença. Na época os professores não faziam chamada, tínhamos a carteirinha entregava na entrada, carimbava a sua presença e pegava na

saída. Então era muito interessante por vários sentidos, a responsabilidade de você levar a carteirinha, o controle da escola de entrada e saída, caso o aluno matasse aula a escola sabia, porque a carteirinha ficava ali, para o aluno isso tinha um valor muito importante, era a minha carteirinha, a questão do uniforme, que hoje o governo não exige, se pede, mas não é exigido. Não sei porque se perdeu isso, o sentido disso, é uma questão de identificação, de segurança para família e escola. Caso o aluno estiver fora da escola no horário de aula, se ele tiver devidamente com o uniforme trajado, qualquer pessoa na rua vai perceber, qualquer atividade estranha com aquele aluno na rua, as pessoas vão saber se ele estiver identificado. A questão muito importante, o uniforme caracteriza, eu sou um aluno, o ser humano hoje perdeu essa questão de valores e identidade, porque o maior problema do ser humano hoje é a identidade. O uniforme caracteriza, eu sou um aluno, mas eles vêm com a roupa que quer. Então até a questão de identidade, de ser aluno, hoje não se tem na escola. Então precisaria voltar coisas pequenas que são necessárias. Em princípio a bolsa família não é para ser aplicada na educação, mas agente sabe que não é aplicada. Então como vou exigir o uniforme? Não tem bolsa família para bancar isso, tem muita roupa e tênis barato que serve como uniforme. Hoje na escola até pedimos, temos uma adesão muito grande, mas não é obrigatório. Então são pequenas medidas que foram perdidas no tempo, por serem tachadas de arbitrárias, mas que tinham um efeito muito grande. Porque as pessoas pararam para analisar a questão literalmente, porque preciso ter uma carteirinha? Mas a carteirinha tem tudo aquilo que disse por trás, o controle, a identidade e isso se perderam. Outra coisa que acredito que precisava muito, o espaço escola, na verdade hoje virou uma creche de alunos, o pai sai e deixa o aluno lá. Como o próprio governador disse na televisão, o pai sai para trabalhar e sabe que tem um espaço que o filho não vai se envolver com drogas ou coisa pior, que o caso das Escolas Integrais segundo a propaganda dele. Porém hoje pela influência do ECA e da questão da não reprovação, o tráfico acontece dentro da escola, por mais que tente medidas, faça e aconteça, essa é a realidade das escolas, a outra escola que trabalho é assim. Além dessa questão de espaço físico, de ser depósito de aluno hoje. A escola que eu estudei era muito grande, acho que tinha umas 30 a 40 salas de aula, a escola era um espaço gostoso de ir, hoje não, temos o aluno preso na sala de aula, quando se tem é no máximo uma quadra coberta, não tem um anfiteatro, não tem espaço para desenvolver outra atividade, os terrenos onde as escolas são construídas são muito pequenos, tudo limitado. Então, quando comparamos os índices com as escolas internacionais, olha os prédios das escolas fora do Brasil como são. O

fato de ir até aquele espaço já é gostoso, a escola acolhe. Hoje que acolhimento que temos na escola? Não temos de jeito nenhum. Olha que como disse, a escola que trabalho aqui, a escola X, é uma escola gostosa, limpinha, agente prioriza tudo isso, embora seja muito difícil, mas é uma escola de espaço reduzido, muito pequena, com deficiência de ventilação arejamento, falta de carteira adequada ao tamanho deles, mas falta muita coisa.

P: Precarização.

R: Como, por exemplo, a história do laboratório de informática, hoje nós temos um aluno que é instrutor, minhas salas tem de 35 a 40 alunos, o laboratório oferece 18 microcomputadores, como que coloco 40 alunos lá dentro para trabalhar, não tem como. É tudo dado regrado, aos poucos para não funcionar. Mas como se diz, eu dei está aí, não usa quem não quer, na verdade não é assim. Agora com relação, enquanto não resolver essa questão salarial, porque o governo bate muito na questão que deu tantos % de aumento, na verdade ele não deu esse aumento, isto foi uma reposição salarial. Existe diferença entre aumento e reposição salarial, é diferente, porque ao longo de 20 anos nos perdemos muito. Quando partimos do princípio que o professor com a formação universitária que ele possui, chega a ganhar a metade de qualquer outro profissional com curso superior ganha, o que se quer com isso, é um desestímulo total.

P: Temos professores concursados, habilitados, vejo hoje em dia na rede estadual, a maioria dos professores com especialização, mestrado, ninguém para na graduação e recebemos tão pouco por isso.

R: Até mesmo essa questão de pós graduação, quando falamos de pós graduação, em uma especialização, você está estudando mais, para obter mais conhecimento, para desempenhar melhor a sua atividade. Fica até complicado quando se pensa nisso, fazemos mais por questão pessoal, porque você gosta, porque mesmo que leve tudo isso para sala de aula, como já disse, eles não tem compromisso com eles mesmo, se você for pensar em fazer uma pós no aluno, você não faz, é mais por uma questão pessoal.

P: Está ótimo, obrigado pela sua participação, agradeço muito a sua colaboração. É isso, muito obrigado.

R: Obrigado, estou à disposição.

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA PROFESSORA E

P: A primeira parte é a identificação do entrevistado, então gostaria que você me falasse sobre a sua formação, experiência profissional.

R: Bom meu nome é E estou formada há 2 anos, é o segundo ano que estou aqui na escola sou formada em história, mas dou aula de história e geografia, ano passado dei aula de geografia aqui e esse ano aula de história, ainda não sou efetiva, ano passado trabalhei em uma outra escola também estadual, então ficava nas duas escolas, e esse ano dei a sorte de ficar só aqui.

P: Esse primeiro bloco de questões é sobre a organização da escola. Você sabe me dizer em quantos turnos a escola funciona, quantas salas tem, a quantidade de alunos?

R: A escola não tem noturno, então funciona em dois períodos manhã e tarde, tem cerca de 12 salas por período e a quantidade de alunos creio eu que seja algo em torno de 600 alunos.

P: A escola possui PPP ou Plano Gestão?

R: É eu sei que tem os projetos aqui, o xadrez, não sei se você está falando referente a isso.

Entrevistadora explica o que é o Plano Gestão e o PPP

R: Tem, todo começo do ano a gente tem aquela reunião com todos os professores e eles passam pra gente essas normas, essas para os novos que ainda não tem, não sabem como esse tipo de informação, mas também relembra para os professores mais antigos, então eu já tinha uma noção pelo ano passado sobre o Currículo, os Caderninhos, já tinha uma noção da organização da escola, isso tudo eu recebi no ano passado.

P: A escola possui CE e APM?

R: Sim, eu sei que tem, se ele está ativo isso eu já não tenho tanto informação, eu sei que sim, tanto que foi feito já uma reunião com determinados pais e alunos que participam, e sei que tem reuniões de pais, mas se o Conselho se os pais estão ativos isso eu já não sei.

P: Com relação às suas aulas, quais as maiores dificuldades que você encontra na sua prática?

R: Acho que o principal é falta de interesse dos alunos e a indisciplina que eles trazem de casa, porque muitas vezes a gente vai tentar falar com o aluno ele responde, é

mal educação, briga com a gente, fala que professor é tudo louco, não quer prestar atenção na aula, acho que isso é o principal, mas como a gente consegue trabalhar? A gente vai contornando essas situações, a escola tenta sempre chamar os pais, a maioria das vezes acaba não adiantando muito, tem pais que a gente vê que o aluno é assim porque a família realmente não tem estrutura, então é realmente um problema. Agora eu considero a indisciplina o maior problema, acho por conta das famílias mesmo, porque as vezes quando a gente tem reunião de pais e os pais realmente aparecem, porque não são todos os pais que comparecem a gente vê, geralmente é de família que o pai e mãe já não estão mais juntos, aí tem um padrasto aí o filho já não respeita, briga com o padrasto, traz isso para dentro da escola, aí eles não sabem lidar com um autoridade, porque não tem uma autoridade em casa, então eu acho que o maior motivo dessa indisciplina é a família não ser bem estruturada, alunos que tem pai ou mãe presos, isso acaba dificultando muito.

P: Gostaria que você falasse um pouco sobre os projetos que a escola desenvolve, você tem conhecimento deles, como são pensados e elaborados?

R: A escola aqui está tentando fazer vários projetos que é justamente para tentar trazer o aluno mais pra dentro da escola, eu sei que tem o xadrez, está tendo agora o kung fu, a maioria são os meninos que participam, mas professor também pode participar, meninas podem participar; tem o teatro o grêmio, jornal da escola que é com alguns alunos, a escola está tentando montar uma banda, tem o rádio que funciona com música na hora dos intervalos de recreio, aí fica alguns alunos responsáveis por colocar música. A organização é junto, tem o professores e a coordenação que trabalham juntos, tem professores responsáveis por cada projeto, o xadrez é a professora Rose que aplica, para o kung fu a coordenação trouxe um professor de fora para aplicar, todos os outros projetos tem um professor que cuida, todos estão envolvendo os professores junto com a coordenação. Além disso a gente pode trabalhar livremente com essas questões de projeto nas nossas aulas e na nossa matéria, algumas salas a gente tenta trabalhar com mais projetos, eu tenho algumas salas que por serem alunos com mais problemas de dificuldade a gente tenta trabalhar com coisas que sejam mais manuais para que eles possam entender melhor, então as vezes a gente vê algumas exposições de trabalhos de alunos, trabalhos que eles fizeram em sala com alguns professores, é isso.

P: Como funcionam as reuniões de ATPC?

R: As reuniões elas existem quando se tem alguma coisa para ser discutido, quando não se tem alguma coisa para ser discutido os professores podem ficar na sala

dos professores corrigindo provas, organizando aulas essas coisas, mas quando tem a escola passa comunicados importantes de coisas que estão acontecendo dentro da escola, se teve algum problema grave com algum aluno eles informam, se vai ter algum projeto de teatro por exemplo, passou quais seriam os alunos que iriam participar, então tem essa comunicação, é mais para a coordenação passar o que está acontecendo dentro da escola para os professores e vice e versa, se tem algum problema a gente passa para eles durante o ATPC.

P: E o planejamento? Como são organizadas essas reuniões?

R: Aqui teve no começo do ano, foi uma reunião que conversou com todos os professores juntos, foi passado o planejamento do ano passado para ser analisado e melhor formulado para o próximo ano, então a gente trabalha já com uma base e a gente vai montando o plano de ensino e o plano de aula mais ao longo do ano e aí as informações que a gente vai precisando ou a coordenação vai precisando a gente vai conversando entre os professores com a coordenação, mas ela é feita mais anual.

P: Com relação a você, como você organiza as suas aulas?

R: Então meus planos de aula eu procuro fazer por matéria, então sempre quando começa uma matéria nova eu já olho geral o que vai ser aplicado e como eu vou trabalhar em cada sala, porque, por exemplo, eu tenho todas as 7^{as} séries daqui, mas eu não consigo trabalhar igual em todas as salas, algumas matérias em uma sala tem que trabalhar mais puxado e em outra sala de forma mais branda, então eu sempre monto conforme a matéria, quando a matéria muda, vou mexer de novo com isso, preparo todo o plano a partir da matéria e também se vou aplicar alguma prova ou trabalho, alguma coisa do tipo.

P: Você sabe me dizer se existe algum tipo de trabalho de formação continuada com os professores da escola, de estudo de textos, essas coisas?

R: É isso as vezes pode acontecer no ATPC, quando tem essa necessidade acontece dentro dos ATPCs, geralmente professor novo que não tem alguma base a coordenação conversa nos ATPCs ou então nos momentos que o professor está em janela aqui.

P: Agora as questões são sobre o currículo. Você sabe que dizer como está organizado o currículo na escola?

R: A escola passa o currículo que vem do governo aquele componente curricular do governo, mas fica um pouco a critério do professor seguir a risca ou não, porque tem alguns professores que preferem não utilizar aqueles caderninhos do aluno

que o Estado mando que já tem todos os componentes. No meu caso eu trabalho seguindo o que está no componente curricular só que eu tento trazer mais coisas, passar outras informações, dar uma modificada, seguir a risca assim fica a critério de cada professor aqui na escola.

P: Com relação ao currículo oficial então, como você se utiliza desse currículo, como você organiza as suas aulas.

R: Aqui na escola eu tento mesclar o livro didático que a gente tem e esse Caderninho do Aluno, porque esse Caderninho do Aluno ele só vai ter as perguntas, matéria em si ele não tem isso tudo a cargo do professor, então o que eu faço é se eu tenho algum livro aqui da escola que passa a informação eu levo e uso o livro, senão eu trago textos de outros livros que eu possuo em casa, de sites que eu pesquiso na Internet, até alguns sites que o próprio governo passa naquele caderninho do aluno, porque eu acho que aquele caderninho ele é um pouquinho vago, ele não aprofunda nenhum tema, ele passa superficialmente, então o que eu faço sempre, primeiro trabalhar um texto com eles, muita interpretação de texto com eles que é uma coisa que eles tem muita dificuldade, e quando já tem toda a matéria passada aí eu vou pegar o Caderninho do Aluno para responder os exercícios e trabalhar, e ver através desse caderninho o que eles precisam, porque aquele caderninho tem bastante pergunta sobre o tema, tem que prestar bastante atenção, quando atinge eu fico só nesses exercícios senão complemento com outras atividades.

P: Com relação ao processo de implantação, apesar de você ainda não estar na rede, você sabe me dizer como se deu esse processo?

R: Infelizmente não sei te dizer.

P: Você sabe me dizer em que consiste esse currículo, além dos materiais o que consiste o currículo e como ele está organizado?

R: Então eu ainda não tive aquele curso, porque os professores agora quando são efetivados no Estado eles tem um curso para aprender trabalhar com essas apostilas, então eu ainda não tive esse curso ainda, mas o que a gente percebe entre o trabalho em sala de aula entre os professores é tentar dar uma base de determinados assuntos que serão necessários para o aluno, então o currículo acho que forma mais uma base de conhecimento, não vai aprofundar tanto que é para fazer um conhecimento mais geral de cada assunto, agora exatamente como funciona a gente até hoje vai tentando entender como é, porque até hoje eu não passei por nenhum curso de capacitação para usar esse material, esse curso só existe quando o professor é efetivado no Estado, para os que já

estão na rede não tem esse curso não, agora eu não sei se para os professores efetivos mais antigos quando começou se eles tiveram alguma capacitação, mas pelo que eles falam acho que não teve não.

P: Você sabe me dizer se houve algum tipo de consulta aos professores, às escolas no momento de implantação desse currículo?

R: Olha eu não tenho certeza, mas pelo que eu escuto os professores mais antigos falarem foi uma coisa criada pelo Estado e jogada para os professores, então o Estado criou, implementou e os professores tiveram que aprender como lidar com a situação.

P: Quais os materiais a escola recebe para implementar esse novo currículo?

R: É o Caderno do Professor com o resumo da matéria e o Caderninho do Aluno só com os exercícios, só que a gente tem vários problemas, no caso de história a quantidade de Caderno do Aluno que vem é bem menor que a quantidade de alunos da escola, então vários alunos acabam ficando sem, então de outras matérias, como por exemplo, de artes esse ano não veio porque eles disseram que estão atualizando os caderninhos, então o professor de artes esse ano não ganhou e é só isso que vem. Fora isso a gente trabalha com o livro didático mas que não faz parte dessa proposta curricular do Estado.

P: Você consegue utilizar o currículo da mesma forma em todas as salas?

R: Não, por exemplo, as 7^{as} séries como eu falei, as salas da manhã eu consigo trabalhar bem todos os exercícios e conteúdos, agora a 7^a da tarde tem alguns alunos com necessidade especiais, com dificuldades de aprendizagem, então para esses alunos a gente faz um trabalho diferenciado, aí é onde entram os projetos que eu te falei, a gente trabalha o conteúdo, a matéria de uma forma diferenciada, é a mesma coisa das 5^{as} séries, eu não estou conseguindo acompanhar os caderninhos porque eles ainda não tem determinados conteúdos, pré requisitos para acompanhar o nível do material da 5^a série.

P: Gostaria que você comentasse um pouco sobre a sua opinião, a sua avaliação sobre esse currículo, as vantagens e desvantagens.

R: Então como professora nova que não teve experiência como outro sistema, quando eu entrei na rede já era esse sistema, mas comparando de quando eu era aluno que isso não existia, eu acho que de certa forma para o professor novo é bom porque dá uma certa segurança, a gente já sabe mais ou menos o que a gente tem que seguir, o que tem que ser aplicado, já tem o caderno com perguntas, algumas perguntas são até

interessantes para o aluno, então eu acho que para quem está começando é uma boa base, mas não dá para ficar só nele, se a gente for ficar só no Caderninho que o Estado manda vai ficar um pouco vago, fica sem conteúdo, tem que trazer muita coisa além daquilo, mas o lado bom que eu vejo é essa questão de segurança e orientação ao que tem que ser feito em sala de aula, que para quem é novo dá uma certa ajuda na hora de montar a aula.

P: E aqui na escola, existe alguma cobrança para que vocês sigam o currículo, ou vocês tem autonomia para fazer as mudanças e adaptações?

R: A própria direção e coordenação pedem para que o professor pense em outras coisas, não ficar só amarrado no currículo que o Estado enviou, a própria coordenação pede que o professor se liberte um pouco e traga coisas novas, eles mesmo da coordenação ajudam, dão novas ideias para modificar um pouco e não ficar só no currículo do Estado, tem uma liberdade muito boa aqui dentro.

P: Você sabe me dizer se existe algum setor dentro da escola ou em nível de diretoria de ensino responsável por acompanhar, fiscalizar se o currículo está sendo seguido por todos os professores?

R: Se existe não tem uma fiscalização correta, porque aqui nesses dois anos que estou aqui nunca vi ninguém vir acompanhar ou fiscalizar se isso está sendo seguido, se existe eu desconheço e não está sendo aplicado.

P: Gostaria que você comentasse um pouco sobre a opinião dos alunos com relação a este currículo, o que eles pensam sobre ele?

R: Sinceramente eu acho que os alunos não tem muita noção do que está acontecendo na escola, para eles o Caderninho do Aluno é uma coisa normal, eles já aderiram normalmente e a gente até repara que se o professor não utiliza ou pula algumas coisas, como no meu caso que eu vou e volto nas matérias eles ficam perguntando e cobrando do professor se não vai seguir, então eu acho que eles estão muito mais presos no Caderninho do que o professor, eles estão totalmente inseridos nesse Caderninho.

P: Existe algum tipo de avaliação deste material, do uso e dos resultados alcançados com esse uso?

R: Avaliação do material não, nós temos as avaliações dos alunos, se eles estão conseguindo compreender o programa, o conteúdo que está sendo passado, esse tipo de avaliação a gente tem sempre, mas esse tipo de avaliação do material isso nós não temos não, eu pelo menos nunca vi nenhuma dessas avaliações.

P: Agora um bloco de questões sobre avaliação externa, você sabe me dizer se escola participa de algum tipo de avaliação externa?

R: A escola sempre faz aquelas avaliações que vem do governo, Saresp, todo ano tem, esse ano já teve uma provinha que o Estado mando de português e matemática, a escola sempre está inserida.

P: Você sabe me dizer qual o Idesp da escola?

R: É o resultado do Saresp, nossa eu já li não sei de cabeça.

P: Não tem problema, mas você sabe me dizer se quando saem esses resultados a escola analisa, discute os índices, as metas?

R: A gente faz uma reunião específica só para falar desses resultados, se atingiu ou não, porque deixou de atingir, então esse trabalho sempre tem na escola, e depois a coordenação deixa os gráficos com os resultados, manda para gente por email, deixa na sala dos professores esses resultados para todo mundo ter acesso, poder ler.

P: Você acha que esse novo currículo tem alguma relação com as avaliações externas?

R: Eu acho assim tem que ter, porque o que está sendo aplicado em sala de aula é o que tem que ser avaliado depois, não tem como fazer uma avaliação diferenciada, então que eu acompanhei, eu apliquei Saresp um ano, pelo que eu li das perguntas, ele está focando exatamente o que traz esses Caderninhos do Aluno, essa proposta curricular, então eu acho que realmente a avaliação é trabalhada em cima daquilo ali, o problema é que muitas vezes os professores não utilizam, aqui na escola eu ainda vejo que a maioria dos professores utilizam, eu já trabalhei em uma outra escola que os professores não utilizavam, davam aula de acordo com o jeito deles.

P: Para finalizar o que, na sua opinião, deveria existir numa escola ou na educação para termos uma educação de qualidade?

R: Acho que primeiro de tudo mais participação dos pais na escola, aqui ainda tem uma certa participação a gente vê vários pais por aqui, mas eles só vem quando a escola chama, quando é reunião ou quando o aluno apronta eu acho que primeiro de tudo deveria ter uma participação maior dos pais, porque muitos alunos estão aqui e os pais nem sabem o que está acontecendo com eles, muitos alunos são indisciplinados, a gente fala que vai ligar para os pais eles pouco se importam porque sabem que os pais não vão vir, então se tem esse lado do pai ajudando o professor, o aluno vai saber que tem consequências as coisas erradas que eles fazem, então eles vão primeiro de tudo penso eu, prestar mais atenção no que o professor está falando, acho que tinha que ter

uma participação maior, aqui a escola ainda tenta através dos projetos, então o aluno só participa de um projeto o kung fu por exemplo se ele não tiver ocorrências, se tiver a matéria em dia se ele tiver isso, então a escola aqui ainda tenta contornar de alguma forma, mas acho que deveria ter mais participação, parceria com os pais, porque aí o aluno apronta a gente manda para a direção, a direção liga para os pais eles não comparecem o aluno volta para a sala e continua tudo a mesma coisa, isso acaba gerando mais indisciplina e a indisciplina atrapalha muito em sala de aula.

P: Você acha que o novo currículo de alguma forma contribui para a qualidade na educação?

R: Não sei se é o currículo ou os alunos, como eu comparo muito a época em que eu estudei com agora eu vejo que decaiu muito a qualidade do ensino eu acho que não é nem tanto pelo que o governo faz ou deixa de fazer é mesmo pela falta de empenho e interesse dos alunos, porque o governo pode até tentar fazer uma coisa ou outra, e não digo que as propostas do governo sejam as melhores, mas quando chega aqui na escola as coisas mudam, não sei o que vem acontecendo com os alunos, mas eles não estudam, não tem interesse, na minha época a gente se preocupava com a escola, com as provas, eu estudei muito tempo em escola pública e era diferente, hoje está tudo muito mudado, a educação piorou, decaiu muito.

P: Você gostaria de acrescentar mais alguma informação?

R: Não, só me colocar a disposição, se você não tiver entendido alguma coisa que falei, se puder ajudar mais pode me procurar.

P: Agradeço muito a sua participação e contribuição. Muito Obrigada.

R: De nada.

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA PROFESSORA F

P: A primeira parte é com relação a sua identificação, gostaria que me dissesse seu nome, experiência profissional, formação.

R: Sou conhecida como PROFESSORA F, professora de geografia, estou aqui nesta escola desde 2000, mas, antes eu já fui P1e trabalhei em outras escolas hoje já tenho quase 27 anos de serviço, tenho bastante experiência em sala de aula com todo esse período. Minha formação é geografia comecei a fazer a faculdade em Araras depois eu transferi pra Guaxupé, continuei lá e hoje em dia não faço muitos cursos (esses extras) estou pensando mais na minha aposentadoria, que eu já achei que eu ia aposentar antes, aí eu deixo de fazer porque eu penso que vou aposentar no meio do percurso e no fim, minha aposentadoria tá difícil. Mas, fiz uma pós em educação.

P: Sobre projeto político pedagógico

R: não entro muito nesses projetos

P: Não sabe me dizer como ele é elaborado, quem participa. Normalmente é o Plano Gestão e dentro dele tem o Projeto Político Pedagógico.

R: é, o plano gestão tá acontecendo o coordenador tá sempre encabeçando todos esses projetos, esses projetos participam professores, alunos, todo mundo participa. Eu, a minha participação, eu não entro diretamente nesses projetos, auxilio no que precisa em sala de aula, autorizo meus alunos a sair, a participar, nunca impedi nunca atrapalhei em nada, mas não entro diretamente nesses projetos, não tenho participação direta, eu pessoalmente. A escola tem vários projetos que estão sendo trabalhados.

P: sabe me dizer se a escola possui conselho de escola.

R: possui. O conselho tá sempre atuante em todas as necessidades ou problemas que a escola tem, se tem algum problema com aluno ele participa, ele resolve, ele se reúne, em qualquer necessidade dentro da escola.

P: e APM?

R: a APM organiza a escola e todo andamento financeiro, todos os andamentos da escola, tendo a participação de professores, alunos e direção da escola.

P: Quais são as dificuldades que você enfrenta em sala de aula?

R: Indisciplina de aluno, que não é uma coisa que depende nem do professor, como eu, que está na sala de aula nem da parte administrativa da escola, é a disciplina direta do aluno, questões de respeito, uso do celular que por mais que você peça pra

tirar, pra guardar, eles estão sempre insistindo então as dificuldades, é uma dificuldade pontual, em cada sala existe um problema, às vezes numa sala uma aula tem um problema, outra aula tem outro tipo de problema, mas geralmente os problemas giram em torno da disciplina, a aprendizagem um pouco mas a disciplina é o problema mais sério em sala de aula.

P: e o que você acha que acarreta essa indisciplina?

R: Família, geralmente é família, aquele que tem uma família que acompanha que você vê que existe um diálogo dentro de casa, que existe uma afinidade dentro de casa, esses alunos nunca tem problema na sala de aula, aqueles mais carentes, aquele que você percebe que falta família são os problemas mais sérios.

P: A escola desenvolve projetos?

R: Sim, inclusive esses projetos ajudam no relacionamento entre os alunos integração, esses projetos tem mostrado vários resultados na melhora, não 100%.

P: e você sabe me dizer como esses projetos são elaborados?

R: Tem parceria, coordenação, professores e alunos, é uma parceria onde existe esse projeto, nada é feito sozinho.

P: Com relação às reuniões de ATPC, como elas funcionam, se tem participação dos professores, o que se discute normamente?

R: sim. As reuniões acontecem direto, semanalmente, de acordo com os horários. E essas reuniões falam assuntos pedagógicos necessários, durante a reunião, falam assuntos necessários em relação a problemas da sala de aula que você precisa resolver em parceria, todos os assuntos de nota, não nota diretamente, mas fechamento de notas, assuntos bimestrais, o acompanhamento necessário para que aconteça mesmo o fechamento do bimestre, pra que todos tenham mais ou menos a mesma linha e assuntos variados, mas sempre voltado pra necessidade da escola.

P: Existe trabalho de formação continuada de estudo, aqui na escola, nas ATPCs ou outras reuniões, algum tema, autor?

R: Sempre tem, não é uma coisa direto, mas tem assuntos continuados, as vezes no HTPC começa, um assunto, um tema e tem essa continuidade. Nas nossas aulas, na programação de aula às vezes, não toda aula, mas às vezes tem um assunto diferenciado. Tem a aula normal e tem um assunto extra, que faz essa continuidade aula-aula. Como na minha aula, sou professora de geografia e nas 5^{as} séries eu faço um trabalho diferenciado que tem uma continuidade com livrinhos de leitura, livrinhos que eu mesma trouxe que eu deixo livre, não pra classe inteira, pra aqueles alunos mais fracos.

Eu ponho em cima da mesa e eles mesmos trocam revezam e agora eu vou começar a cobrar leitura deles, porque são os alunos que tem vergonha de ler porque tem dificuldade eu deixei que eles treinem em casa com livrinhos diferenciados, é um estímulo mas com sequencia extracurricular, a minha aula junto com esse trabalho. E isso acontece, acredito eu, em outras aulas também, não a mesma coisa, outros assuntos e nos HTPs a gente trabalha também da mesma maneira.

P: Com relação a organização do planejamento como que acontece o planejamento na escola, o anual, no meio do ano?

R: O planejamento geralmente nós entregamos o plano no final do ano mas esse planejamento vai acontecendo. No início do ano pega o planejamento do ano passado pra dar continuidade de onde parou não onde deveria ser real, de onde parou pra que nenhuma sala fique atrasada, para não deixar aquele vão que não deu tempo de terminar porque depende da sala. Então o plano você pega no começo do ano, dá continuidade onde parou a cada sala, onde parou no ano anterior e vai dando continuidade durante o ano, então esse plano vai tendo uma sequência pra que não fique uma coisa vazia, ele tem uma sequencia e então no final do ano entrega onde parou real pra que o ano que vem quando for começar de novo cada sala tenha sequencia de onde parou.

P: mesmo que mude o professor da sala vocês tem essa sequência de um professor passar pro outro.

R: Mesmo que mude. Essa continuidade que a coordenação já faz isso todo ano, já vem fazendo não é uma coisa nova, é uma coisa que já vem acontecendo há vários anos. No final do ano você entrega onde parou real e o começo do ano se mudou professor ou não todo mundo sabe onde parou pra partir daquele ponto cada sala, porque as vezes não é a séria, porque as vezes uma sala tá mais adiantada outra não depende do rendimento da turma, então o ponto de partida dá uma continuidade pra no final do ano não ficar aquele espaço sem aquele assunto, não acontece de ficar sem aquele determinado assunto, você inicia de onde parou independente se você deu aula naquela sala ano anterior ou não.

P: Com relação à organização curricular. Sabe me dizer como é organizado o currículo na escola?

R: Nós seguimos o currículo de acordo com o que já vem mais ou menos determinado nos pré-requisitos que precisa ser seguido aí cada professor segue. Se você quer seguir o currículo de acordo com a apostila que já vem do governo, aí cada

professor segue, se você quer seguir o currículo com livro didático ou com material paradidático nós temos liberdade pra isso mas segue o currículo direitinho que vem da secretaria da educação. Então ele é seguido, só que cada professor tem liberdade de seguir como for melhor adaptado em cada turma mas segue o currículo, pelo menos a maioria.

P: Desde quando a escola faz uso do currículo oficial da secretaria?

R: deve ser feito desde sempre, porque assim, antes desses caderninhos, dessa padronização já existia o currículo então eu acho que esse currículo já vem seguindo antes dessa padronização com as apostilas que o governo manda. Depois acho que assim, centralizou um pouquinho mais, direcionou um pouco mais, mas esses currículos sempre são seguidos desde que eu dou aula eu sigo as regras da educação.

P: Como se deu o processo de implementação desse currículo novo, dessas apostilas?

R: Aqui na nossa escola quando estavam chegando, quando chegou esses caderninhos que a gente fala, essas apostilas nós fizemos algumas reuniões, aqueles planejamentos de início de ano, tentamos nos reunir por área onde cada um pegou o seu caderninho da sua área, foi feito uma reunião geral com a Sandra, que explicou, falou sobre as mudanças e depois com essas avaliações aí dividiu por área e cada grupo discutiu os caderninhos, se iria trabalhar se não, se realmente estava de acordo com o que é possível trabalhar em sala de aula, então foi feito um trabalho antes de começar na sala de aula. E depois, no decorrer no início, agora já tá todo mundo acostumado com isso, no início teve reuniões pra conhecer os caderninhos pra conhecer as áreas afins e depois no decorrer do ano também tinha algumas reuniões que as vezes a gente sentava pra conversar, porque geralmente divide por área.

P: Houve alguma orientação por parte da diretoria de ensino, alguma capacitação?

R: A área de geografia não teve nenhuma capacitação por parte de diretoria, nós tivemos aqui, da coordenação da escola a minha área de geografia, foi a coordenação da escola. As outras áreas se teve eu não sei responder. Mas aqui na escola nós participamos sim, as reuniões que precisa, reuniões pedagógicas que tem planejamento, às vezes um momentinho de HTPC isso teve.

P: Em que consiste o novo currículo, como ele está organizado, quais são os materiais que complementam?

R: Nesses caderninhos que vem, eu uso o caderninho eu sigo os caderninhos só que eu completo, acho que ele não é perfeito. Perfeito não existe, mas eu completo minha disciplina com atividades extras, caderno, coisa assim. E nessa apostila vem sugestões as vezes, alguma coisa, sugestão de filme, algum texto diferenciado, um caderninho teve sugestão de uma música, mas eu não vejo nada viável nessas sugestões, porque não dá certo trabalhar, e o filme que mostra ali também não existe interesse por parte do aluno, então eu acho que o caderninho na área de geografia é bom, desde seja completo com outras coisas não com o que ele tá sugerindo, você completa pra enriquecer o próprio conteúdo, mas aquelas sugestões não são boas.

P: Quais as vantagens e desvantagens desse material, desse currículo?

R: A grande vantagem é que hoje em dia os alunos estão cada vez mais preguiçosos então e outra praticamente a sala de aula é lousa e caderno, existe é lógico a sala de informática, existe outros equipamentos na escola, televisão, DVD, então existe a salinha que tem outros aparelhos, mas é muito difícil levar aluno toda hora pra outra sala usando outro material, completando a aula nesse tipo, então o caderninho ajuda muito porque ele agiliza a aula, agiliza o conteúdo, então eu vejo com bons olhos o caderninho do professor e do aluno porque eu acho que agiliza a aula. Ele traz ilustrações de mapa, é difícil você ficar pegando atlas, depende do atlas não tem aquele determinado mapa, para o aluno completar, ele traz ali muitas ilustrações e mapas que na minha área é necessário, e que com o atlas às vezes não seria o suficiente, então eu vejo com bons olhos. Mas ao mesmo tempo, ele só tem o exercício muito básico, então se você não completar a aula, ela é muito pobre, a parte de conteúdo é muito pobre, você tem que completar essa apostila. Então eu trabalho a apostila direto, o ano todo eu uso as 4 apostilas em todas as salas que eu dou aula, mas todos os conteúdos eu completo com as minhas explicações e os alunos são muito preguiçosos, eles não querem escrever, se escreve os bons alunos escrevem, os preguiçosos fazem pela metade ou não fazem, não adianta cobrar, não adianta por visto em caderno, eles não tem vontade de fazer, então o caderninho ajuda muito porque como ele é curto e não tem que ficar escrevendo grandes coisas então até os preguiçosos acabam fazendo porque é prático, já tá pronto, porque só responder um exercício, responder é mais fácil que você copiar, escrever um texto, pesquisar alguma coisa. Então eu vou explicando muito, minha aula acaba sendo cansativa porque é muito teórica, mas eu uso e abuso das explicações e aproveito ali as imagens os exercícios e não sou muito de eletrônica não, essa é uma falha minha não da escola eu não sou muito de tecnologia.

P: Houve alguma consulta aos professores quando a secretaria foi criar esse novo programa?

R: (negação) Foi implantada, ninguém consultou ninguém, como sempre né. Tudo que acontece é assim, chega tá pronto, foi assim.

P: E quais os materiais que a escola recebe?

R: Sempre chegam os livros didáticos, se o professor quer trabalhar, e é escolha do professor, e chegam alguns paradidáticos, mas esses paradidáticos não são específicos pra todas as matérias. Os paradidáticos que chegam são paradidáticos assim, dá pra usar principalmente na área de português, na área de geografia eu nunca vejo um paradidático, você pode usar pra leitura, para outras coisas, mas material assim, tem mapas que a escola adquirir, se você fala a escola procura providenciar mas não que o governo manda “ó tá aqui pra você trabalhar na sala de aula”.

P: Existe articulação deste material com as propostas da escola, com os projetos da escola?

R: Eu acho que sim, porque o currículo, essas apostilas tá dentro do currículo e esses projetos que são elaborados e feitos aqui na escola são projetos que usam de várias formas, tanto pra integração do aluno quanto pra integração do currículo uma coisa tá direcionada e ligada a outra

P: Houve alguma mudança na sua pratica, na rotina de preparação de aula com esse novo currículo?

R: Eu sempre preparei aula antes e depois, agora durante, com o uso facilita porque ele já tem os exercícios prontos, então facilitou por já ter exercícios mas a minha prática continua a mesma, eu preparava aula antes, eu preparo aula agora, mesma coisa.

P: Existe algum setor responsável por acompanhar, supervisionar se os professores estão usando, por parte da escola ou da diretoria de ensino, se os professores efetivamente usam o currículo?

R: A coordenação da escola acompanha, mas como eu já te falei o professor tem a liberdade de escolher se ele vai usar apostila, livro didático, desde que ele trabalhe em cima do currículo, use o conteúdo correto para trabalhar, então existe esse acompanhamento dentro da escola, fora não.

P: Os professores e a escola fazem avaliação pra saber se está dando certo o uso deste currículo?

R: A avaliação é constante, tem a avaliação diagnóstica do dia a dia, tem avaliação, mensal, avaliação bimestral.

P: Além dessas avaliações colocadas, a escola participa de alguma avaliação externa?

R: Tem as avaliações que vem do governo.

P: Quais são essas avaliações?

R: Saresp, tem todo ano, às vezes tem algumas maratonas, algumas olimpíadas, essas coisas que eles oferecem opcional.

P: Com relação ao IDESP, você sabe qual é o da escola?

R: Olha, aí é uma falha minha, não sei te responder, mas sempre que sai os resultados a coordenação mostra, eu não sei te falar o resultado mas é falha minha, eu não sei por eu não saber, não lembrar. Mas a escola conversa, mostra, as vezes coloca na sala dos professores.

P: A escola tem conseguido alcançar as metas?

R: A meta de Saresp o ano passado acho que ficou um pouquinho abaixo, mas a nossa meta já está uma meta alta então tá meio complicado passar essa meta, alcançar chega ali próximo, mas tá difícil passar porque a meta está muito alta, não porque a escola não esteja preparada, a meta está alta.

P: Você acha que esse currículo esta relacionado com essa avaliação externa, com essa ideia de criar um currículo?

R: Ele tá, ele tem tudo a ver só que o que é passado, o modo de trabalhar esse currículo na sala de aula é muito diferente dessas provas que chegam, que nem o Saresp. E outra, esse Saresp chega com questões muito longas, os alunos eles começam bem mas, eles não aguentam, é muito longo é muito extenso, as questões muito longas então tem aluno que tem preguiça de responder. Não é porque você não ensina na sala de aula, não é porque você não estimula, não é porque você não orienta é que as questões são muito longas e as vezes complicadas, muito texto, cada pergunta tem um texto, então isso torna as provas muito cansativas e o aluno, não vai.

P: Como você enxerga a questão da relação das avaliações externas com a política de bonificação?

R: Eu acho que não corresponde. Porque você trabalha o ano todo, todo professor trabalha. Aqui na nossa escola nós vemos, existe regra, disciplina, todo mundo trabalha direitinho, não existe grandes problemas, só que existe alunos diferentes um do outro. Existe aquele que se esforça mais, que se esforça menos e na hora da prova é feita uma prova pra todo mundo. E essas provas como eu te falei elas são cansativas, então tem alunos que vão bem e alunos que vão mal, acontece de tudo. E

existe aquele problema que, se você põe uma reprovação o índice cai isso não deveria acontecer porque o governo quer que passe todo mundo, mas na realidade é necessário algumas reprovações, porque na hora que acontece algumas reprovações a escola parece que acorda de um modo geral, não que você vá punir um pra mostrar pros outros, mas você vai mostrar pro aluno, “ó, você precisa se dedicar”, porque tudo que fica muito fácil, muito fácil eles se acomodam, tem aluno que fala “ah, eu não preciso estudar”, “ah, essa série não reprova”, então na cabeça dele ele só precisa ir pra escola, se ele vai bem ou mal no Saresp por mais que nós, eu falo pros meus alunos “se você for mal no Saresp você vai ser reprovado” mas eles sabem que isso é mentira, então não adianta falar. Então essa ligação de bônus com prova de Saresp, com índice da escola eu acho que não bate, não é coerente.

P: Como você acha que a escola deveria ser avaliada, possivelmente premiada, qual deveria ser o critério de avaliação?

R: Eu nunca pensei num critério geral, eu acho que dentro da escola é muito fácil você analisar e perceber a diferença entre os melhores alunos, se quiser fazer uma premiação, uma diferenciação dentro da própria escola é fácil, você sabe aquele que estuda, aquele que presta atenção, aquele que participa. Agora geral entre uma e outra, não tem comparação, não tem porque a localização, o grupo de alunos, a estrutura, não só a estrutura da escola, a estrutura familiar daquela região, tem muita diferença entre uma e outra, então essas comparações não deveriam existir porque, cada escola é única, não tem como comparar ou passar uma prova única, fazer esse tipo de comparação como eles fazem com o Saresp, não tem como. Tem muita diferença de um bairro pro outro, o nível de aluno, a concentração a percepção, o modo de aprender, mesmo entre professores você percebe que tem diferença no modo de dar aula, é a mesma coisa entre os alunos, no modo de prestar atenção, estudar, participar, de levar a sério a prova que vai fazer, tem alguns alunos que falam “não, eu vou fazer por fazer” outros não, “eu vou me dedicar porque eu quero nota”.

P: O que você entende por qualidade na educação? O que uma escola precisa ter pra ser considerada de qualidade?

R: Em primeiro lugar pra ela ter qualidade precisava ter conscientização dos alunos e dos familiares que escola é um lugar que se vem pra estudar, escola não é lugar de paquerar, é lógico, isso faz parte, se falar não tem é impossível, mas não é a prioridade então escola a prioridade de uma escola é vir pra estudar, se dedicar aos estudos, isso seria uma escola de qualidade. A partir do momento que de um modo geral

a turma vem pra comer uma merenda, vem pra paquerar, pra fugir do serviço, principalmente período da manhã porque tem serviço em casa, isso no momento pra uma grande maioria está sendo a prioridade. Escola- foge do serviço, escola vem pra comer, escola vem pra paquerar, pra bater um papo com os amigos. Perdeu o sentido do estudo, então a qualidade começa a ...se eles conseguissem voltar a ter consciência, escola é pra se dedicar aos estudos e o que eles estão dando prioridade hoje seria o segundo plano, está ao contrário.

P: Você acha que esse currículo, do jeito que ele está agora, ele contribuiu pra gente conseguir melhorar, elevar a qualidade de alguma forma?

R: Olha, enquanto tiver a progressão continuada o ensino vai continuar daí pra pior. Meu ponto de vista com mais de 27 anos de serviço eu acho, não que tenha que voltar uma repetência em massa, porque se voltar uma reprovação vai ser uma reprovação em massa, porque as coisas estão... ai Deus me livre. E até o ensino superior, estão recebendo esses alunos, tão começando a sentir o que realmente está acontecendo, mas, eu acho assim, será que vou responder errado, me faz a pergunta de novo. Eu acho assim, o currículo, ele não é ruim por analisar o currículo, mas esse currículo, ele perde o rumo por causa da indisciplina, por causa desse pensamento da progressão continuada, não existe mais necessidade de estudar, o aluno só tem que passar pela escola. Ele vem pra escola porque ele precisa da bolsa família, então a família manda pra escola, ele vem por vários motivos, menos pra estudar. Então o currículo não está sendo prioridade, não é isso que vai fazer diferença na qualidade do ensino. O currículo pode continuar o mesmo, o que precisa mudar é a mentalidade dos estudantes, da população, dos governantes...valorizar a educação. A educação precisa ser valorizada, enquanto isso não acontecer... Só tem valor para o aluno que tem família, que tem estrutura familiar, não família... e aqui infelizmente, não vou dizer que não tem, vamos colocar ali 40% dos alunos tem uma boa estrutura familiar, o restante....infelizmente.

P: A senhora gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

R: Acho que não.

P: Agradeço muito a participação nesta pesquisa.

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA COM A PROFESSORA G

P: Bom primeira coisa eu gostaria que você se identificasse, nome, formação, função, a quanto tempo está na escola...

R: Meu nome é G, sou professora de biologia, comecei trabalhar esse ano aqui na escola, tanto docência, como nessa escola, é o primeiro ano geral meu, primeiro semestre, eu me formei no final de 2011, no passado trabalhei em um hospital e esse ano que eu comecei a dar aula mesmo.

P: a partir de agora é um grupo de questões a respeito da escola, o que você conhece da escola, você tem noção da quantidade de alunos, quantas salas, vocês tem noção desse todo?

R: Eu sei que, quanto a... eu trabalho só com ensino médio eu sei que a gente tem 3 primeiros, 2 segundos e 2 terceiros, no geral, nos dois períodos, tem tipo A,B, C, D, então deve ser umas 16 salas, acho que é isso.

P: a escola possui PPP?

R: possui, eu não sei direito mas sei que tem porque as pessoas comentam e tal, mas eu não sei ainda, como eu falei, eu só estou aqui a cerca de dois meses.

P: e nesse tempo que você está aqui, você não ouviu falar, não houve discussão sobre PPP ou Plano gestão?

R: É então não me lembro.

P: a escola possui Conselho de Escola?

R: (dúvida) eu acho que possui, não sei.

P: entrevistadora esclarece o que é um CE

R: eu sei que tem um Conselho que é formado de alunos, que os alunos participam, os pais, eu não sei dizer se os pais participam.

P: e APM? Associação de Pais e Mestres?

R: Não sei.

P: e quais as dificuldades que você enfrenta na escola? Em sala de aula?

R: Minha maior dificuldade seria a dispersão dos alunos, a falta de organização, porque eles são bem dispersos, tem salas que mais, tem salas que menos, você tem que chamar bastante atenção para o aluno se concentrar e tal, tem sempre é claro os melhores e os que dão mais trabalho, mas no geral assim, o maior problema é a agitação dos alunos, a indisciplina no caso.

P: e esses trabalhos de indisciplina, há algum trabalho da direção ou coordenação pra tentar auxiliar...

R: tem trabalhos, tipo, eles fazem, tem o xadrez, o kung fu e o futsal, os alunos que participam dessas atividades, eles podem ser banidos, podem parar de participar por um tempo por causa da indisciplina, o professor vai mostrar pra coordenação o aluno tal está apresentando indisciplina então tome uma atitude, então, por exemplo, afasta o aluno de quatro jogos, então esse sistema tem.

P: a escola desenvolve projetos? Assim no geral? Você já mencionou alguns, se você desenvolve projetos na sua área ou esses que você acabou de comentar?

R: sim, então pelo que eu ouvi falar tem o Kung Fu, o xadrez, o futsal, um grupo de teatro que se encontram semanalmente, já ouvi falar também que anualmente tem um festival que tem apresentações de banda, de música, além dos jogos de futsal que tem competições entre eles.

P: e cada professor tem a liberdade para desenvolver os seus projetos individuais?

R: sim, sim, eles abrem as portas, dizem que estão sempre abertos a novas ideias.

P: e como são elaborados esses projetos, existe alguma imposição ou eles são construídos?

R: bom eu vejo assim que eles são construídos mesmo, uma ideia aqui, uma ideia ali, justamente visando a melhora na disciplina, no aprendizado como se fosse um incentivo pra eles, tipo assim: “se você for bem na escola, você vai ter oportunidade de participar de tal atividade extra”, incentivando esse lado.

P: como normalmente funcionam as reuniões de ATPC?

R: tem dois turnos, um no período da manhã um no período da tarde, eu participo no período da tarde daí no ATPC a gente sempre recebe a pauta antes do que vai ser tratado, essa comunicação é por e-mail, aí a gente discute os assuntos pertinentes a escola então teve o ATPC que falou da reunião de pais e mestres que vai ter na outra semana, tem ATPC que falou das avaliações, é sempre uma pauta variada.

P: e como é a participação dos professores nessas reuniões? Ele participa, discute, ajuda organizar a pauta?

R: eu vejo a participação de alguns, assim tirar dúvida, pelo menos nos que eu participei tem.

P: No geral os professores tem liberdade de apresentar sugestões, propostas para a direção ou coordenação?

R: sim, sim, eles são bem abertos a ideia e opiniões, mesmo porque a gente é quem sabe o que acontece em sala, então eles falam assim “você tem que passar para a gente o que está acontecendo, as dificuldades, para a gente poder ajudar, organizar a melhor forma de resolver.

P: o planejamento? Você participou este ano? Como foi?

R: Participei, o planejamento esse ano foi dividido em duas etapas, na primeira eles fizeram uma demonstração, do que acontecia na escola, quais são as regras da escola, a organização da escola, tanto em termos de avaliação, como assim, como os alunos devem se portar no pátio, na sala de aula, então as regras internas da escola, para a capacitação dos professores novos como é o meu caso que cheguei agora, então eles falaram “a gente costuma trabalhar desse jeito, segue esse padrão... e o segundo momento foi para falar daquela avaliação, Avaliação da Aprendizagem, aí mostrou as competências e habilidades da avaliação, mostrou onde é que estava o problema maior e aí foi expondo, cada questão qual era o maior problema, onde os alunos pecavam, qual habilidade eles deixaram de ter para resolver aquela questão e aí foi fazendo um levantamento no geral.

P: Normalmente como você planeja suas aulas? Você tem uma rotina de planejamento mensal, semanal, como você faz?

R: É geralmente antes de cada aula eu me planejo, então eu vou sempre tentar mostrar o conteúdo e tentar usar um lado aplicável daquele conteúdo, seja num exercício, num texto, seja numa atividade extra, por exemplo, onde vocês encontram isso, porque a ciências é uma matéria que você consegue contextualizar bastante, então eu procuro sempre passar um conteúdo e testar se eles entenderam o conteúdo através ou de exercício, ou de uma atividade prática, ou um texto, uma interpretação.

P: Para finalizar este item, você sabe me dizer se a escola tem um trabalho de formação continuada, de estudo de texto, no sentido de formação com os professores?

R: (momento de dúvida) Bom é... eu acho que sim, por exemplo, eu que cheguei nesse momento, foi me passado o seguinte, olha o professor do ano passado trabalhou isso, isso e isso, ficou faltando isso, então você tente trabalhar, passar o que ficou faltando, o que ficou falho, então não sei se isso seria a ideia da formação continuada, aluno professor, ou professor com professor.

P: agora é um bloco de questões sobre o currículo oficial, como você é nova no Estado, talvez você não saiba me responder as questões que dizem respeito a implantação, como se deu e tal, mas eu gostaria de saber a sua opinião, o que você tem trabalhado a respeito do currículo... A primeira questão é como está elaborado o currículo na escola, quem decide?

R: Bom acho que quem decide é a coordenação, mas não que eles imponham, não há uma imposição, ele pediram para seguir a proposta curricular do estado mesmo, a escola segue o currículo oficial do estado de São Paulo.

P: você tem conhecimento desde quando a escola segue esta proposta?

R: Não eu não sei te informar.

P: Mas desde que você chegou aqui a orientação que você teve foi para...

R: Seguir a proposta, aquele caderno pretinho, a Proposta Curricular.

P: Como se deu a implantação você vai saber?

R: Não, não vou saber.

P: em que consiste o novo currículo na sua disciplina, como ele está organizado?

R: na minha disciplina, pelo que observei o currículo ele tenta contextualizar, sempre pelo que eu já li em cima daquelas habilidades, que é interpretação, análise de gráfico, tentar achar o contexto, então o que vejo é assim, o mesmo assunto é abordado várias vezes, e não de maneira específica, então ele acaba falando os três anos da mesma coisa, mas não aprofundou muito bem aquele assunto, aquele conteúdo, você entendeu, eu vejo assim, repetição dos conteúdo nos três anos, eu sei que esse foi um dos objetivos da proposta curricular, então aborda os três anos o mesmo assunto e acaba tendo uma abordagem simplificada, mas eu acho assim, o interessante do currículo é a contextualização, então eles tentam trazer assim, o próximo da realidade do aluno, então essa contextualização eu acho legal, o que eu acho às vezes é que acaba sendo muito superficial.

P: você sabe me dizer se houve alguma consulta aos professores, aos alunos no momento de implementação? Ou se chegou pronto para ser executado?

R: você fala nessa escola ou de modo geral?

P: as duas coisas?

R: ai não sei, não sei te dizer, to muito recente.

P: e quais são os materiais que a escola recebe para desenvolver esse novo currículo?

R: na minha área, eu sei que tem alguns materiais aqui no laboratório, mas não é muita coisa não, tem um microscópio, quanto aqueles kits, eu nem sei se recebe, eu vi aqueles kits lá, as assim as vezes falta um reagente...

P: então acaba sendo mais o caderno do aluno e do professor?

R: É mais por exemplo, eu vi que na área de matemática chegaram uns jogos aí, eu vi chegando, mas na minha área eu não vi chegar nada ainda não.

P: tem algum tipo de capacitação, algum curso para os professores poderem usar esse novo currículo?

R: eu fiz o curso de formação do concurso para mim isso é um tipo de capacitação, para mim, que não tinha nenhuma ideia do que era o currículo acabei tendo que trabalhar com ele durante quatro meses, que foi o tempo de duração do curso e isso foi ótimo para mim, que acabei tendo um conhecimento.

P: então nesse curso de ingresso, é dos ingressantes? O foco é trabalhar o currículo?

R: isso é dos ingressantes, isso o foco é o currículo, porque ele dava o conteúdo e fala, olha no caderno tal, a habilidade tal, então bem detalhado, eu achei o curso bem bacana.

P: em todas as classes da escola você consegue trabalhar esse currículo, ou há algum trabalho diferenciado em alguma sala?

R: Com o currículo, então assim, com o currículo, as vezes eu não consigo trabalhar ele inteiro, porque assim as vezes eles fazem umas propostas de experimentação que são inviáveis, seja pela estrutura da escola, seja pelo comportamento dos alunos, então tudo, tudo não dá para trabalhar não, eu tento ao máximo seguir as propostas em todas as salas.

P: você sabe me dizer se tem possibilidade de alteração, se já houve alguma alteração nesse novo currículo?

R: bom eu acho que deve ter possibilidade sim, tanto que... bom na verdade devem atualizar, deve haver algumas mudanças, porque eu vejo o caderno do ano passado para esse ano já mudou, não mudou muito, mas mudou uma questão aqui, outra lá, um texto aqui outro lá, eu já vi alguma mudança, então eu acho que deve estar aberto a mudança sim.

P: bom você já falou um pouco, mas eu gostaria de saber um pouco mais, a sua opinião sobre este material, se facilita, as vantagens e desvantagens, se é que tem

vantagens e desvantagens, então o que você avalia do currículo, do caderno do aluno, do caderno do professor?

R: bom eu acho assim, a ideia do caderno do aluno é muito boa, ter um caderno para eles trabalharem, ter a imagem ali, ter um material para eles escreverem eu acho legal, mas ao mesmo tempo que é legal tem muitas questões que são desnecessárias, as vezes coisas de opinião que não deveria estar ali, as vezes até o aluno pergunta porque está perguntando isso, coisa inútil então eles tem essa visão que pergunta babaca, então assim, por mais que a gente saiba que a educação hoje está complicada, o conhecimento não está assim aquelas coisas, eles tem um pouco de ideia, e falam nossa de novo está perguntando isso, porque é o trabalho da repetição, nossa mas ele perguntou isso três vezes, e eu pergunto você aprendeu? Fala tres vezes e acaba que eles não aprenderam, então as vezes é desnecessário, mas acaba sendo necessário porque a repetição é uma coisa relacionada a aprendizagem, mas eu vejo assim, que algumas questões, alguns texto não precisariam e peca em outras coisas poderia ter outras coisas mais uteis.

P: o que você acha que poderia ter de mais útil?

R: de mais útil? (pausa demorada) é porque a gente entra naquele problema dar um conteúdo específico, ou dar um conteúdo mais amplo, mais aberto, ai não sei explicar, por exemplo, fotossíntese, ele fala assim fotossíntese é utilizada pelas plantas e tal, mas a fundo eles não vão aprender o que é as reações, eu não sei assim até que ponto isso seria útil para eles, porque no fundo acaba sendo um bla, bla, bla e eles nem vão utilizar, então assim o fato do currículo integrar isso no dia a dia, então a fotossíntese é feita pelas plantas, as plantas estão aqui e isso é útil pra gente, isso é legal, agora tudo o que está em cima da questão teórica, falta um fundamento teórico, mas aí é compensado pelos livros...

P: isso é outra coisa interessante, além desse material, caderno do aluno, existem outros materiais, a escola utiliza outros recursos, outros materiais?

R: tem, tem sim, eles receberam os livros, a gente já até entregou desde o começo do ano, e eu utilizo o livro didático também, utilizo sim, as duas coisas, um complementando o outro e eles tem acesso a biblioteca também uma variedade de livros para pesquisa.

P: mas você acha que se fosse só o caderno do aluno ele seria suficiente ou você sente a necessidade de complementar?

R: eu sinto a necessidade de complementar.

P: eu queria saber como era antes do currículo e como era agora o que mudou, mas no seu caso não se aplica.

P: com relação a opinião dos pais, você já falou um pouco sobre os alunos o que eles pensam sobre o currículo, você sabe a opinião dos pais? Se eles tem conhecimento?

R: ah eu não sei te dizer, os pais... os pais devem ver o caderninho e achar maravilhoso, é um avanço, eu acho que foi um avanço enorme, antigamente era só caderno, giz e só, agora eles tem caderno, tem os livrinhos, os livros, eu acho que os pais devem ter uma visão do currículo como ótimo, da apostilinha como ótimo, mas acho que eles não sabem ao certo como é a dinâmica, como funciona.

P: existe algum setor na escola, alguém, responsável por fiscalizar, verificar se está usando ou não, se os professores seguem o currículo ou não?

R: os coordenadores eles sempre perguntam, eu como sou nova então eles sempre perguntam, como você está fazendo, está usando e tal, teve uma vez que eles perguntaram sim, a orientação é para que use o currículo, visando as habilidades sempre, visando as habilidades.

P: tem alguma sistemática de avaliação do currículo pela escola, os professores se reúnem por área para avaliar o currículo?

R: hum eu não sei, eu ainda não participei de nada.

P: agora é um bloco de questões sobre avaliação externa. A escola participa de alguma avaliação externa? Tipo Saresp, prova Brasil?

R: não sei mas eu acho que participa, não é obrigatório?

P: sim! (risos)

P: você sabe qual o Idesp da sua escola?

R: ai eu vi sim de português e matemática eu vi sim, não sei de cor, mas eu vi sim.

P: esse resultado ele é divulgado entre os professores?

R: sim eles imprimiram e colocaram na sala dos professores para a gente ver.

P: e você sabe se uma alguma avaliação, algum trabalho com esses resultados? Se foi bem se não foi? Por quê?

R: então teve uma discussão mesmo na sala dos professores, não que teve um momento específico para isso, mas a gente discutiu lá, olha só, olha ano passado, olha esse ano...

P: e a escola atingiu a meta?

R: não sei eu acho que não atingiu.

P: você sabe me dizer se a escola vem atingindo as metas?

R: eu não sei te dizer.

P: Além do Saresp, essa outra avaliação que foi feita, teve momento de discussão?

R: Teve no planejamento, nós discutimos, eles fizeram gráficos, teve sim.

P: e você sabe me dizer se existe por parte da direção da escola algum tipo de cobrança com relação ao alcance desses resultados?

R: Ah sim, eles sempre falam as habilidades tal, ficou falho então precisamos trabalhar, então tentem desenvolver com os alunos, para melhorar essas habilidades, para que ele possa prestar a prova depois e consiga, eu vejo assim que é uma avaliação diagnóstica mesmo, então viu que está pecando na habilidade tal então vamos tentar trabalhar ela, para tentar melhor essa habilidade essa deficiência.

P: você acha que existe alguma relação entre o novo currículo e essas avaliações externas?

R: eu acho, eu acho que o currículo foi feito em cima dessas avaliações, tanto que pelo pouco que li, pelo que eu estudei, o currículo ele é baseado no Enem, nessas habilidades, pelo que eu entendi o currículo é baseado nessas avaliações sim.

P: e qual você o objetivo de existir essa relação?

R: porque as avaliações são nacionais, o Enem o Saresp, o Saresp é só de São Paulo, mas eu acho que a ideia de montar o currículo em cima de avaliação é porque avaliação é um jeito de ver o desenvolvimento dos alunos no geral se ele está trabalhando, então se a avaliação foi feita com essa base é porque talvez ali ela meça realmente o que é importante, senão não estaria ensinando realmente tudo aquilo que é importante.

P: Qual a sua opinião sobre o estado avaliar os professores, a escola, por essas avaliações externas?

R: eu acho assim, o Brasil é um país com grande diversidade, então uma avaliação externa com parâmetro nacional, as vezes o que a gente tem aqui a gente não tem lá no Amazonas, eu acho que deveria ser regional, por exemplo uma avaliação do Estado, região entendeu, uma avaliação externa assim ela é muito generalista, levar mais em consideração as especificidades de cada região, mesmo porque cada região tem o seu enfoque, só que ao mesmo tempo a pessoa que se forma aqui e a pessoa que se forma lá, ela está recebendo a mesma, teoricamente a mesma condição para atuar em qualquer lugar, então a pessoa que saia de lá e vem para cá não seria prejudicada.

P: agora saindo um pouco da avaliação, o que você entende, para você o que seria qualidade na educação?

R: Nossa difícil hein, eu penso assim, a educação não é só saber ler e escrever, é claro que é fundamental você saber ler e escrever, mas a educação vem das boas práticas também, então ensinar o aluno a respeito de higiene, a respeito de como se tratar as outras pessoas, a respeito de como deve se portar na sociedade em si, eu acho que isso são valores que devem ser abordados, e eu acho que o currículo acaba incentivando isso, apesar de o foco ser bastante no ler e escrever, nas linguagens, eu acho que a educação deve ver isso, além do ler e escrever aquilo que o aluno vai usar no dia a dia dele, porque com educação acaba prevenindo muitas outras coisas, violência, as doenças, as dificuldades, eu acho que a educação é a base de tudo.

P: e só para finalizar, você já até falou um pouquinho, você acha que o novo currículo do Estado de São Paulo tem contribuído para uma educação de qualidade?

R: eu acho assim, que a ideia pode ser... é bacana, porque eles tentam ensinar o aluno a.... o cidadão, só que as vezes.... ai não sei, não vou saber formar, eu estou a pouco tempo então ainda não tenho uma opinião crítica a respeito do currículo como muitos professores tem, mas eu acho assim, a ideia de contextualizar é legal, mas eu não sei assim... e outra o problema da educação hoje não é nem o currículo é a situação em que está, pode ser que se fosse num momento diferente o currículo seria mais aproveitado, se fosse há 10 anos atrás, há 15 anos atrás não sei.

P: mas você acha que... você disse a educação do jeito que está? Em que sentido?

R: em que sentido? A defasagem mesmo dos alunos, a gente vê que eles não conseguem, o nível de conhecimento é muito básico entre eles, não tem, eles mesmo não tem incentivo, não parte deles a vontade e nem é tão cobrado, não é que não é tão cobrado, por exemplo, vir na escola, faltar ou não faltar não é um problema, acaba nivelando por baixo, infelizmente.

P: é isso, você gostaria de falar mais alguma coisa, acrescentar?

R: acho que por enquanto é só isso.

E: Muito obrigada pelas suas colocações, foi ótima a sua contribuição.